

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

NATALIA SCARTEZINI RODRIGUES

REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E OFENSIVA SOCIALISTA NA VENEZUELA



ARARAQUARA – S.P.
2012

NATALIA SCARTEZINI RODRIGUES

REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E OFENSIVA SOCIALISTA NA VENEZUELA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, instituições e políticas públicas.

Orientadora: Karina Lilia Pasquariello Mariano.

ARARAQUARA – S.P.
2012

NATALIA SCARTEZINI RODRIGUES

REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E OFENSIVA SOCIALISTA NA VENEZUELA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, instituições e políticas públicas.

Orientadora: Karina Lilia Pasquariello Mariano.

Bolsa: CAPES.

Data da defesa: 28 / 03 / 2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a. Dr^a. Karina Lilia Pasquariello Mariano.
Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Maria Orlanda Pinassi.
Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.
Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para que vislumbrem outras possibilidades de mundo,
dedico este trabalho às minhas crianças, meus sobrinhos:
Luiz Fernando, Maria Eduarda, João Victor
e aos que, por ventura, ainda virão.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos 24 meses de elaboração deste trabalho eu tive pessoas ao meu redor que se dedicaram e acreditaram em mim, que ouviram tão pacientemente as minhas lamúrias, minhas dúvidas, meus impasses, minhas contradições e que conseguiram, cada um a sua maneira, me dedicar todo o apoio possível e que por estes motivos foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. Cada qual deixou aqui uma marca e outras bem mais profundas nesta pesquisadora e pessoa. Por isso, com todo o carinho, eu agradeço:

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Karina Lilia Pasquariello Mariano, por todas as discussões realizadas, pelos auxílios, pelas sugestões, pelo carinho e pelo apoio.

Ao Prof. Dr. Augusto Caccia Bava, ao Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio e à Prof^a. Dr^a. Maria Orlanda Pinassi pelas indicações, críticas e sugestões a este trabalho, que contribuíram para fazê-lo avançar sobremaneira.

Aos meus pais, Sérgio e Célia, pelo imenso amor, por acreditarem em mim o tempo todo, por me incentivarem e por serem meu porto seguro.

Ao meu irmão Luiz Gustavo e à minha cunhada Juliana, pois sem vocês a trajetória até este trabalho teria sido muito mais tortuosa. Obrigada por todo o apoio desde meu ingresso na Universidade e pelo imenso carinho.

Ao meu irmão Thiago e à minha cunhada Lúbia pelo grande afeto e pelo exemplo de superação e força de vontade.

A Frederico Daia Firmiano, Fred, por ser tão generoso ao dedicar a mim e aos meus textos os seus inestimáveis – e quase inesgotáveis – auxílios, sugestões, críticas e discussões; por me socorrer quando eu me perdi e por me sustentar quando eu fiquei sem forças. Agradeço por ter contribuído de maneira tão decisiva na elaboração deste trabalho com sua ajuda, com seu exemplo e com seu brilhantismo. Agradeço-lhe por ter sido a companhia perfeita na minha primeira viagem ao exterior. Mas te agradeço, sobretudo, por toda a sua atenção, amizade, camaradagem e amor.

Ao Prof. Dr. Adilson Marques Gennari com quem tive a oportunidade de iniciar minha trajetória de pesquisa em nível de Iniciação Científica. Obrigada por me incentivar a não abandoná-la e dar continuidade a este tema.

Ao Prof. Dr. Ramón Casanova pela acolhida tão carinhosa e pela imensa disponibilidade em nos receber, falar sobre seu país e nos dedicar seus dotes – indiscutíveis! – de *chef* culinário. Sua camaradagem nos fará lembrar com muito mais carinho de Caracas.

À Prof^a. Dr^a. Beatriz Fernandez Cabrera pelo gigantesco afeto que nos dedicou, pelas indicações de filmes, pela entrevista concedida e pelas divertidas conversas.

À Prof^a. Dr^a. Francis Mary Guimarães Nogueira por nos receber em sua casa, por nos apresentar o rum cubano, por nos conceder uma bela entrevista e por fazer nascer na Venezuela uma amizade brasileira.

A Verena, Pedro e Tito por nos acolherem durante alguns dias em sua casa de modo tão prestativo, afetuoso e desprendido, por nos apresentarem grandes pessoas e por nos indicarem bons locais para que iniciássemos nossa visita a Caracas. Atitude socialista sem a qual talvez precisássemos adiar ainda mais nossa viagem.

À Prof^a. Me^a. Mirlene Fátima Simões Wexell Severo e ao Prof. Dr. Luciano Wexell Severo que nos ajudaram de maneira fundamental em toda a articulação com Verena e Pedro para nossa ida a Venezuela.

Aos camaradas que nos apresentaram seu trabalho, seu país e sua luta: do INCES; da Fundación Misión Che Guevara; da Comuna Socialista Panal 2021; do Comité de Tierras Urbanas; e do Ministerio del Poder Popular para las Comunas, especialmente Renatto Carrasco e Willey Alvarado.

Aos grandes camaradas da FCL-Ar: Prof^a. Dr^a. Silvia Beatriz Adoue (Silvinha), Ettore Dias Medina, Camila Massaro, Maria Gabriela Guillén Carías, Camila Lanhoso e Ângelo Vinícius Fiori Regis por todo o tempo que passamos juntos, pela amizade e por tudo o que aprendi com vocês.

Aos meus queridos amigos, por todas as risadas, cervejas e conversas jogadas fora que me ajudaram – e como! – durante estes últimos seis anos: Vini, Arthur, Thiago, Leandro, Brubs, Lilu, Gisele Heloíse, Camila Ramelo, Mariah, Pedro e Henrique. Vocês com certeza marcaram a minha vida.

Ao meu filhinho, meu cachorro, Bono, que soube ser paciente e esperar sua dona terminar a jornada diária de leitura e escrita, até o seu tão esperado passeio no quarteirão.

Agradeço, ainda, a CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

O inferno dos vivos não é algo que será: se existe é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizado contínuos: tentar saber reconhecer quem e o que no meio do inferno não é inferno, e preservá-lo, e abrir caminho.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis.

RESUMO

Este trabalho é um estudo a respeito da Revolução Bolivariana na Venezuela. Para concretizá-lo partimos da configuração político-social da década anterior quando as políticas neoliberais foram implementadas de maneira sistemática, acentuando déficits sociais históricos e gerando grandes mobilizações populares, como o Caracazo ocorrido em 1989. Foi neste contexto histórico que emergiu o movimento bolivariano, sob liderança de Hugo Chávez, como uma alternativa à ordem estabelecida. Em um primeiro momento, a Revolução Bolivariana se concentrou na realização de reformas de conjuntura buscando amenizar os efeitos das políticas neoliberais. Porém, com o desenvolvimento e amadurecimento do processo, as reformas transcenderam a conjuntura e passaram a tocar na estrutura da sociedade venezuelana. Hugo Chávez foi reeleito em 2005 com a promessa de conduzir o país rumo à construção do socialismo. Propostas como a consolidação de instâncias de democracia direta e de controle dos meios de produção pelos trabalhadores associados vieram à tona e passaram a ser concretizadas. Entendemos que tais experiências, ainda que incipientes, tocam em dois pontos fundamentais do sistema sociometabólico do capital: o Estado e o trabalho assalariado. É por este motivo que consideramos a Revolução Bolivariana como aquilo que István Mészáros conceituou como “ofensiva socialista”: um processo de transformações estruturais engendrado por um movimento de massas que constrói condições objetivas e subjetivas para um enfrentamento ao capital e para a consolidação duradoura de uma ordem sociometabólica alternativa. Assim, buscamos apontar neste trabalho como ocorreu a construção da ofensiva socialista venezuelana.

Palavras-chave: Revolução Bolivariana. Ofensiva socialista. Venezuela. Movimento bolivariano. Socialismo.

RESUMEN

Este trabajo es un estudio referente a la Revolución Bolivariana en Venezuela. Para concretizarlo partimos de la configuración político-social de la década anterior cuando las políticas neoliberales fueron implementadas de manera sistemática, acentuando déficits sociales históricos y generando grandes movilizaciones populares, como el Caracazo ocurrido en 1989. Fue en este contexto histórico que emergió el movimiento bolivariano, bajo liderazgo de Hugo Chávez, como una alternativa al orden establecido. En un primer momento, la Revolución Bolivariana se concentró en la realización de reformas de coyuntura buscando amenizar los efectos de las políticas neoliberales. Sin embargo, con el desarrollo y maduración del proceso las reformas trascendieron la coyuntura y pasaron a tocar la estructura de la sociedad venezolana. Hugo Chávez fue reelecto en 2005 con la promesa de conducir el país rumbo a la construcción del socialismo. Propuestas como la consolidación de instancias de democracia directa y de control de los medios de producción por los trabajadores asociados surgieron y pasaron a ser concretizadas. Entendemos que tales experiencias, aunque incipientes, tocan dos puntos fundamentales del sistema sociometabólico del capital: el Estado y el trabajo asalariado. Es por este motivo que consideramos la Revolución Bolivariana como aquello que István Mészáros conceptualizó como “ofensiva socialista”: un proceso de transformaciones estructurales engendrado por un movimiento de masas que construye condiciones objetivas y subjetivas para un enfrentamiento al capital y para la consolidación duradera de un orden sociometabólico alternativo. Así, buscamos apuntar en este trabajo como ocurrió la construcción de la ofensiva socialista venezolana.

Palabras–llave: Revolución Bolivariana. Ofensiva socialista. Venezuela. Movimiento bolivariano. Socialismo.

ABSTRACT

This paper is a study about the Bolivarian Revolution in Venezuela. In order to accomplish it, our starting point is the sociopolitical configuration of the previous decade, when the neoliberal policies were implemented systematically, accentuating social and historical deficits and generating great popular mobilizations, such as the Caracazo occurred in 1989. It was in this historical context that the Bolivarian Movement emerged, under the leadership of Hugo Chávez, as an alternative to the established order. At first, the Bolivarian Revolution focused on the accomplishment of conjuncture reforms trying to mitigate the effects of neoliberal policies. Nevertheless, with the development and maturation of the process, the reforms transcended the conjuncture and started to reach the Venezuelan social structure. Hugo Chávez was reelected in 2005 with the promise to lead the country towards the construction of socialism. Proposals such as the consolidation of instances of direct democracy and control of the means of productions by associated workers surfaced and started to be accomplished. We believe that such experiences, though incipient, reach two fundamental points of the sociometabolical system of capital: the state and wage labor. This is why we consider the Bolivarian Revolution as what István Mészáros conceptualized as a “socialist offensive”: a process of structural transformations engendered by a mass movement that constructs objective and subjective conditions for the confrontation of capital and for the consolidation of an enduring alternative sociometabolical order. Thus, we point out in this work the way that the Venezuelan socialist offensive has been constructed.

Key words: Bolivarian Revolution, Socialist offensive, Venezuela, Bolivarian Movement, Socialism.

LISTA DE ABREVIACOES

AAB	Agenda Alternativa Bolivariana
AD	Ao Democrática
ALBA	Alternativa Bolivariana para as Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ARMA	Aliança Revolucionária de Militares Ativos
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CASA	Corporação de Abastecimento e Serviços Agrícolas
CC	Conselho Comunal
CEPAL	Comissão Econmica para Desenvolvimento da América Latina
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
COPEI	Comit de Organização Política e Eleitoral Independente
COPRE	Comissão para a Reforma do Estado
CTU	Comit de Terras Urbanas
CTV	Confederação de Trabalhadores da Venezuela
CVA	Corporação Venezuelana Agrária
ELPV	Exército de Libertação do Povo da Venezuela
EPS	Empresa de Propriedade Social
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEDECÁMARAS	Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela
FEM	Fundo de Estabilização Macroeconmica
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCEZ	Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora
FUNDAPROAL	Fundação Programa de Alimentos Estratégicos
GMVV	Gran Miso Vivienda Venezuela
IDH	ndice de Desenvolvimento Humano
INCE	Instituto Nacional de Capacitação Educativa
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INT	Instituto Nacional de Terras
LCR	La Causa Radical
MAS	Movimiento al Socialismo
MBR-200	Movimento Bolivariano Revolucionário - 200
MINCI	Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação
MTA	Mesa Técnica de gua
MVR	Movimento 5 República
NUDE	Núcleo de Desenvolvimento Endógeno
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial de Comércio
PCV	Partido Comunista Venezuelano
PDVSA	Petróleos de Venezuela S\A
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPT	Pátria Para Todos
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
URD	Uno Republicana Democrática

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Saques durante o Caracazo	34
Figura 2	Vítima do 27F	36
Figura 3	Golpe de 2002 - Chavistas concentrados em frente a Miraflores	134
Figura 4	<i>El feroz embrutecimiento mediatico</i>	137
Figura 5	Consultório Popular – <i>Misión Barrio Adentro I</i>	179
Figura 6	Comuna Socialista El Panal 2021 (23 de Enero)	231
Figura 7	Instâncias que compõem uma Comuna	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Eleição presidencial de 1998	49
Tabela 2	Venezuela: gasto público social	123
Tabela 3	Venezuela: PIB total (milhões de dólares)	139
Tabela 4	Referendo Presidencial 2004 (% de votos)	141
Tabela 5	Venezuela: Índices Nacionais	172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: AS RAÍZES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DO MOVIMENTO BOLIVARIANO NA VENEZUELA	25
1.1) <i>Contraopondo-se ao puntofijismo</i>	25
1.1.1) A implantação do Pacto de <i>Punto Fijo</i>	25
1.1.2) Crise estrutural do capital e neoliberalismo.....	28
1.1.3) As mobilizações: o MBR-200, o Caracazo, o ano de 1992 e alguns desdobramentos.....	31
1.2) Ruptura e ascensão.....	42
1.2.1) Decadência do <i>puntofijismo</i>	42
1.2.2) Chegada ao poder.....	44
1.2.3) Movimento bolivariano: aportes iniciais para a discussão.....	49
1.3) As ideologias bolivarianas ao longo do tempo.....	51
1.3.1) Bolívar e a Independência.....	51
1.3.2) Memória, apropriações e ideologia.....	57
1.3.3) Hugo Chávez, Bolívar e a Revolução Bolivariana.....	64
CAPÍTULO 2: A OFENSIVA SOCIALISTA	69
2.1) Confrontando idéias: em busca de referenciais teóricos para a análise.....	69
2.1.1) Um debate na década de 1990: o pós-neoliberalismo.....	69
2.1.2) O pós-neoliberalismo e a concepção de ofensiva socialista de István Mészáros.....	72
2.2) O conceito de revolução e a práxis revolucionária.....	84
2.2.1) Revolução: levante triunfal ou processo de superação?.....	84
2.2.2) O internacionalismo socialista.....	70
2.2.3) Os sujeitos históricos do processo revolucionário.....	93
2.2.3.1) O que representam as Forças Armadas na Venezuela?.....	97
2.2.3.1.1) As Milícias Bolivarianas.....	102
2.2.3.2) O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).....	105
CAPÍTULO 3: AS REFORMAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS	116
3.1) Uma nova institucionalidade para o país.....	116
3.1.1) A Constituição de 1999.....	116
3.1.2) As Leis Habilitantes.....	125
3.2) Retomando a “normalidade democrática”.....	130
3.2.1) Os meios de comunicação como instrumentos político-ideológicos dos grupos de poder: o golpe de Estado de 2002.....	130
3.2.2) Tudo parado, novamente... ..	138
3.2.3) Mais pleitos.....	140
3.3) Nova diretriz: o Socialismo do Século XXI.....	144
3.3.1) O movimento que se configura sob a práxis.....	144
3.3.2) Projeto Nacional Simón Bolívar.....	147
3.3.3) Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013).....	149
3.3.4) Proposta de Reforma Constitucional de 2007.....	155
3.3.4.1) O referendo e o breve enfraquecimento da Revolução Bolivariana.....	161

CAPÍTULO 4: AS MISSÕES SOCIAIS BOLIVARIANAS: AVANÇOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA.....	167
4.1) O que são as Missões Sociais Bolivarianas?.....	167
4.2) Saúde.....	177
4.3) Educação.....	183
4.4) Desenvolvimento endógeno e soberania alimentar.....	187
4.4.1) Missão Che Guevara.....	189
4.4.2) A reforma agrária na Venezuela.....	192
4.4.3) Missão <i>Alimentación</i>	196
4.5) Habitação.....	200
4.6) A contribuição das Missões para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana.....	205
CAPÍTULO 5: ORGANIZAÇÕES POPULARES LOCAIS E PODER POPULAR: DOS “BARRIOS” ÀS COMUNAS.....	208
5.1) Democracia participativa e protagônica, poder popular e algumas experiências.....	208
5.1.1) A importância dos “barrios” para a construção do poder popular na Venezuela.....	208
5.1.2) Mesas Técnicas de Água.....	214
5.1.3) Comitês de Terras Urbanas.....	216
5.1.4) Conselhos Comunais.....	221
5.2) As Comunas Socialistas e o Estado.....	227
5.2.1) Características constitutivas e proposta político-ideológica das Comunas Socialistas da Venezuela.....	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	244
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	250
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS.....	253

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica ao estudo da Revolução Bolivariana na Venezuela, a partir da análise do processo histórico que deu origem a ela e ainda das transformações que ela foi capaz de engendrar na sociedade venezuelana. Tomaremos como ponto de partida a implementação das políticas neoliberais no país, ocorrida desde meados da década de 1980. É importante salientar a importância destas políticas no panorama latinoamericano, tanto no que tange à degradação das condições de vida das classes trabalhadoras, quanto no que concerne ao surgimento de movimentos sociais e políticos de contestação em relação a elas, movimentos que, em alguma medida, ganharam uma perspectiva de contestação do próprio sistema capitalista.

O neoliberalismo nasce como um contraponto direto às políticas keynesianas, ou como já afirmava Perry Anderson (1995), como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. (ANDERSON, 1995. p. 9). Opondo-se à intervenção estatal na economia, à regulação do mercado e à assistência social por parte do Estado, os neoliberais advogavam a favor da livre iniciativa, da autoregulação do mercado, da privatização das empresas estatais e do “Estado mínimo”, que “estabelece as regras do jogo econômico, mas não joga” (IANNI, 2004. p. 314), baseado na idéia de que quaisquer iniciativas do Estado neste quesito seriam inerentemente ineficientes e limitadoras das iniciativas e das liberdades individuais.

Concomitantemente há uma espécie de “diluição” das fronteiras, onde os indivíduos tornam-se “cidadãos do mundo” podendo produzir mercadorias a serem consumidas em qualquer parte do globo e consumindo produtos das mais diversas regiões deste. As relações de trabalho tornam-se ainda mais voláteis e sua exploração se intensifica. As esferas da produção de mercadorias se concentram nas regiões de mão-de-obra mais barata e com leis trabalhistas menos rígidas, em um movimento de “reprodução ampliada do capital, em escala global”. (Ibidem. p. 316). Segundo Octavio Ianni (2004), a globalização significa “a globalização do capitalismo pelas atividades das corporações globais” e o neoliberalismo diz respeito à “transnacionalização das forças produtivas e das relações de produção”. (Ibidem. p. 319).

Organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Bird (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e a Organização Mundial de Comércio (OMC) tomam preponderância nas diretrizes políticas e econômicas dos países – sobretudo dos “subdesenvolvidos” – e se configuram como estruturas mundiais de poder que

impõem aos Estados-Nação uma posição de meros aparelhos administrativos das políticas ditadas por estas estruturas.

De acordo com Octávio Ianni:

No bojo da ideologia neoliberal, florescem várias utopias muito evidentes e correntes. Expressões como “aldeia global”, “mundo sem fronteiras”, “nova ordem mundial”, “fim da geografia” e “fim da história”, entre outras, são muito indicativas das expectativas e ilusões que o neoliberalismo apresenta como ideais a serem realizados. Sem esquecer que essas utopias, que no limite se dissolvem em uma só, inspiram a prática e o discurso, a publicidade e a retórica, as diretrizes e as exigências, de uns e outros situados nas organizações, corporações, estruturas e blocos de poder que administram as linhas básicas da globalização do mundo pelo alto. (Ibidem. p. 327).

As medidas neoliberais mais do que propostas foram impostas aos países endividados do mundo e, no caso em questão, da América Latina. Consideradas “a grande guinada” para os países latinoamericanos, são correntemente chamadas como Consenso de Washington. O Consenso de Washington implementado mundialmente na década de 1990 foi um programa formulado por um antigo assessor do FMI, John Williamson, e foi constituído por dez pontos, que deveriam ser postos em prática pelos países endividados a fim de quitarem seus débitos com os bancos estrangeiros. Segundo Richard Gott (2004), “posto nos termos suaves dos economistas imperiais, seu programa podia parecer bastante inofensivo. Mas na prática, as exigências feitas aos países devedores constituíam uma nova forma de colonialismo”. (GOTT, 2004. p. 82).

Segundo Richard Gott, os dez pontos a serem implementados ou modificados, de acordo com as exigências do FMI e de Washington, eram os seguintes: 1) Garantia de disciplina fiscal e redução do *deficit* fiscal; 2) Redução dos gastos públicos, em particular no setor militar e na administração pública; 3) Reforma fiscal e criação de um sistema com base tributária ampla e arrecadação eficaz; 4) Liberalização do sistema financeiro e fixação das taxas de juros pelo mercado; 5) Taxas de câmbio competitivas, para possibilitar um crescimento baseado nas exportações; 6) Liberalização do comércio, junto com a eliminação das autorizações de importação e a redução dos impostos que incidem sobre elas; 7) Promoção de investimentos estrangeiros diretos; 8) Privatização das empresas estatais para que sejam geridas com eficácia e aumentem seu rendimento; 9) Desregulamentação da economia; 10) Proteção da propriedade privada. (Ibidem. p. 82-83).

Se o neoliberalismo pode ser compreendido como um contraponto direto às políticas keynesianas, ele também deve ser compreendido a partir de uma análise mais abrangente do próprio sistema do capital. Dentre as muitas crises cíclicas do capitalismo, a crise surgida entre os anos de 1970 e 1980, se diferencia das demais por se tratar do início do que István Mészáros (2009) denominou como **crise estrutural do capital**. A crise estrutural do capital demonstrou seus primeiros sinais através da crise do sistema keynesiano, e por isso, o neoliberalismo deve ser entendido não apenas como uma resposta à crise deste último, senão como a primeira e mais sistemática resposta das classes burguesas à crise estrutural do capital.

Para Mészáros a crise estrutural do capital é o momento histórico onde as possibilidades de renovação e autorevolução do capital se encontram inviabilizadas estruturalmente. Não obstante, as classes burguesas buscam encontrar medidas político-econômicas que sejam capazes de sanar ou conter esta crise, algo que, de acordo com Mészáros, é inviável.

Por outro lado, a crise estrutural do capital evidencia, ainda segundo o autor, suas potencialidades de superação através da transcendência do capitalismo e da instauração de uma nova ordem sociometabólica. Neste sentido, de maneira concomitante à implementação das políticas neoliberais de contenção da crise estrutural do capital podem ser concretizados movimentos de contestação e processos de transformação político-social engendrados pelas classes trabalhadoras.

Sob um panorama social baseado em uma absoluta degradação das condições de vida da população latinoamericana, com índices de pobreza e indigência de, respectivamente, 43,9% e 18,7% em 1999¹, surgiram os primeiros movimentos de contestação da ordem neoliberal nesta parte do globo.

Na Venezuela o primeiro grande movimento contra o neoliberalismo ocorreu em 1989 e ficou conhecido como Caracazo. Foi um levante das classes trabalhadoras contra um dos muitos pacotes de políticas neoliberais implementados no país, firmado com o FMI e sob as diretrizes do Consenso de Washington, cuja compensação para um empréstimo de cerca de US\$ 4,5 bilhões seria o completo desmonte dos serviços do Estado, como os investimentos em saúde, transporte e educação e a instauração do desemprego em massa, do aumento do custo de vida e da diminuição real dos salários.

¹ Dados: Anuário Estatístico da CEPAL de 2009. Disponível em www.eclad.cl

O pacote implementado em 1989 fazia parte de uma política de Estado em vigor há 30 anos, conhecida como Pacto de *Punto Fijo*². Em um primeiro período, o Pacto de *Punto Fijo* estava baseado no conjunto das políticas keynesianas com o Estado intervindo na economia e garantindo um amplo aparelho de políticas e prestação de serviços públicos. Este período foi chamado de “os bons tempos” da Venezuela e exibia padrões de vida dignos dos países desenvolvidos. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo global, a tranquilidade econômica pela qual o país passava veio abaixo e, assim como em outros países latinoamericanos, a solução encontrada foi a liberalização da economia e da política através da adoção do Consenso de Washington como política oficial de Estado.

Em um cenário político mundial que assistia o falecimento do “socialismo real”, a Venezuela presenciou o florescer de uma intensa onda de revoltas contra as políticas exigidas pela nova hegemonia mundial. Marco histórico da Venezuela contemporânea, o Caracazo configurou-se também como um ponto de emergência dos movimentos contestatórios que vinham se constituindo desde pelo menos a década de 1960 no país.

O fim do Pacto de *Punto Fijo* ocorreu quando Hugo Rafael Chávez Frías assumiu a presidência em 1999. Após diversas insurreições, cujo ponto de partida foi o Caracazo, o movimento bolivariano emergiu como uma alternativa possível para uma modificação nos rumos políticos do país: um reflexo direto de toda a onda de insatisfação das classes trabalhadoras em relação às vias políticas pelas quais o país seguia desde a década de 1980.

Este trabalho entende a emergência do movimento bolivariano como decorrência da crise estrutural do capital, processo histórico que será abordado no primeiro capítulo, bem como o processo de surgimento e consolidação do movimento bolivariano e sua chegada ao governo.

Mészáros afirma que a crise estrutural do capital engendra possibilidades objetivas e subjetivas para a constituição de movimentos revolucionários. Segundo o autor, somente a partir de um movimento de massas genuinamente socialista será possível conter e derrotar as forças políticas, sociais e produtivas que empurram a humanidade para o abismo da sua própria destruição. (MÉSZÁROS, 2002. p. 87-88). Por isso, segundo o autor, torna-se cada dia mais fundamental o fortalecimento das organizações populares e da ideologia socialista, bem como da construção de condições que permitam vislumbrar a constituição de uma ordem sócio-reprodutiva alternativa. A partir da idéia de pluralismo socialista, que consiste na coadunação de forças

² O Pacto de *Punto Fijo* foi assinado em 1958.

sociais e políticas em diversos âmbitos da sociedade, o autor entende que um movimento revolucionário somente pode ser constituído como tal se realizar modificações na estrutura da sociedade em questão, caracterizando o que ele chamou de **ofensiva socialista**, conceito que será apresentado no segundo capítulo.

O movimento bolivariano que se iniciou instaurando reformas de cunho conjuntural na sociedade venezuelana modificou seu caráter ao instituir reformas estruturais, constituindo-se, no entendimento deste trabalho, em uma forma possível de ofensiva socialista. As reformas estruturais na Venezuela foram implementadas tanto nas instituições, na política, na sociedade e de maneira ainda incipiente no próprio sistema de produção, confluindo a partir da ideologia bolivariana e possibilitando a construção de condições objetivas e subjetivas para a radicalização do processo em questão. A partir da reforma do Estado e do fortalecimento das organizações populares locais, percebe-se uma clara tentativa de constituir instâncias de auto-gestão política e produtiva que busca superar o Estado burguês e o modo de produção capitalista.

Desta maneira, o que este trabalho propõe e busca demonstrar é como o movimento bolivariano se constituiu enquanto força política e social que visa à consolidação de bases para o surgimento de uma sociedade socialista. Tendo em vista que a instauração de reformas estruturais não é um movimento simples e livre de contradições, é possível afirmar que a Venezuela passou por pelo menos quatro momentos no desenvolvimento da Revolução Bolivariana.³

O primeiro momento veio à tona com a própria emergência do movimento bolivariano no seio das Forças Armadas em meados da década de 1980. Tratou-se de um período de expansão e fortalecimento deste movimento político-social, perpassado por duas insurreições militares no ano de 1992 e pela disputa eleitoral em 1998.

O segundo momento de desenvolvimento da Revolução Bolivariana, marcado pela chegada do movimento bolivariano ao poder do Estado, pode ser delimitado de 1999 até o início de 2001. Foi fundamentalmente um momento de instituição de reformas conjunturais, com algumas transformações institucionais, uma política econômica comedida e um discurso político

³ Steve Ellner (2011) faz uma divisão semelhante. O autor entende que o governo Chávez passou desde 1999 por quatro diferentes fases de desenvolvimento. A primeira (1999-2000) é entendida como uma “etapa moderada”, onde os objetivos econômicos estiveram subordinados às transformações políticas. A segunda etapa (2001-2004) trata-se, segundo o autor, de uma etapa onde o governo assumiu uma posição antiimperialista. A terceira etapa teria ocorrido em 2005, onde foi esboçado um novo modelo econômico. A quarta etapa teria se iniciado em 2006 após a reeleição de Chávez, devido aos anúncios de algumas medidas “mais radicais”. C. f.: ELLNER, STEVE. **El fenómeno Chávez: sus orígenes y su impacto**. Colección Bicentenario. Serie Independencia y Revolución. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2011.

conciliatório. Tratava-se de conter os efeitos dos 40 anos de políticas *puntofijistas* e cimentar um piso onde fosse possível sustentar uma nova política econômica e social e uma nova institucionalidade, mediante a promulgação de uma nova Constituição ainda em 1999.

Em meados de 2001, com a crise econômica controlada e com as reservas financeiras do país abastecidas através da produção petroleira em ascensão, o governo decidiu voltar-se majoritariamente para a área social e iniciou-se a partir deste momento uma terceira fase da Revolução Bolivariana que seguiu até o ano de 2005 e que será abordada no terceiro capítulo. Em 2001 o governo decreta um conjunto de 49 leis (as chamadas Leis Habilitantes) que modificam um amplo espectro da sociedade e da economia do país e atingem alguns pontos de interesse crucial de suas classes dominantes, como por exemplo, os latifúndios.

A reação dos setores cujos interesses foram retalhados pelas Leis Habilitantes foi o golpe de Estado de 2002 e a sabotagem do aparato produtivo do país. Respalhado por uma intensa mobilização e apoio popular, o governo bolivariano conseguiu retomar suas atividades e decidiu intensificar o processo de transformações. É neste período em que nascem as Missões Sociais Bolivarianas: um amplo conjunto de políticas sociais que buscavam sanar déficits sociais históricos do país (como o analfabetismo, a falta de acesso à saúde pública de qualidade, o abastecimento de alimentos) e fomentar a organização dos setores populares da sociedade. Trataremos das Missões no quarto capítulo, mas cabe adiantar que este programa governamental contribuiu decisivamente para a evolução positiva dos indicadores sociais do país e também para a mobilização e organização político-ideológica das classes trabalhadoras da Venezuela. A partir da instauração das Missões os índices de pobreza e indigência, que em 2002 eram de, respectivamente, 48,6% e 22,2% da população, baixaram para 28,5% e 8,5% em 2007. O desemprego, por sua vez, caiu de 18% em 2003 para 7,4% da população em 2008.⁴

Para além da evolução positiva dos indicadores sociais do país, as Missões foram fundamentais para fomentar a ideologia bolivariana e a organização política das classes trabalhadoras. Cada uma das Missões implementadas nos bairros pobres do país contava com um conjunto de seus moradores que, mobilizados e organizados, contribuía para o desenvolvimento do projeto em questão. Esta dinâmica fomentou a criação de novas organizações populares que, organizadas localmente, reivindicavam a melhoria de suas condições de vida militando nas fileiras do movimento bolivariano. Desta experiência organizativa nasceram, por exemplo, os

⁴ Dados retirados do Anuário Estatístico da CEPAL de diversos anos.

Comitês de Saúde, os Comitês de Terras Urbanas, as Mesas Técnicas de Água e os Conselhos Comunais.

Com o fortalecimento e expansão do movimento bolivariano durante os anos do pós-golpe de Estado, a Revolução Bolivariana ganhou uma nova diretriz em meados de 2005 ao assumir como horizonte norteador a busca pela construção do socialismo, posição que inaugura, segundo nossa perspectiva, uma quarta fase de seu desenvolvimento. Hugo Chávez foi reeleito em 2006 com sua maior porcentagem de votos (62,84% dos votos válidos ou cerca de 7,5 milhões de votos) justamente com esta proposta: conduzir o país rumo ao Socialismo do Século XXI.⁵ Concomitantemente as organizações populares locais iam se fortalecendo e conquistando novos espaços de intervenção política e institucional. É a partir deste marco temporal que identificamos a implementação de reformas na estrutura do sistema social venezuelano, ou seja, a partir deste momento começa a se consolidar uma ofensiva socialista na Venezuela pautada em uma intensa mobilização popular, que, apesar disto, sofreu diferentes retrocessos no decorrer dos anos seguintes.

Outra organização popular local que emergiu no seio desta expansão organizativa das classes trabalhadoras venezuelanas foram os Conselhos Comunais. Também pautados no âmbito local, os Conselhos Comunais inovaram ao instituírem uma forma alternativa de fazer político, onde a identificação das necessidades da comunidade (como falta de postos de saúde, asfalto, luz, água encanada, etc.) e as decisões sobre o que deveria ser priorizado, são tomadas em instâncias de democracia direta, através de Assembleias cuja participação é aberta a todos os moradores do local. A execução e o controle dos projetos, das obras e dos recursos são realizados de maneira coletiva pelos Comitês eleitos na referida Assembleia. Os Conselhos Comunais emergiram como uma instância onde a população possui autonomia para decidir o que deseja fazer com os recursos públicos – em termos de melhorias para o coletivo -, fomentando a idéia de que esta população é suficientemente capaz de tomar decisões e gerir projetos e recursos sem a necessidade da mediação dos políticos profissionais. É uma forma de auto-gestão política expandida e com alta adesão popular e que demonstrou a necessidade de avançar ainda mais o processo de reformas no país.

⁵ O Socialismo do Século XXI foi proposto em meados de 2005 pelo movimento bolivariano como um momento para o recrudescimento da Revolução Bolivariana, ou uma nova fase de desenvolvimento desta. Ou seja, tratava-se de avançar com o processo de transformações inaugurado pela Revolução Bolivariana desde 1999 buscando conduzir o país à construção do socialismo.

Os Conselhos Comunais foram a base fundamental para o nascimento de uma outra organização popular: as Comunas Socialistas. As Comunas estão baseadas nos mesmos princípios de auto-gestão política – ou democracia direta – que regem os Conselhos Comunais (que inclusive são instâncias que compõem as Comunas), porém sua proposta inova ao trazer à tona o imperativo histórico de que sejam os próprios trabalhadores associados que controlem e dirijam os meios de produção material e detenham os frutos de seu trabalho. Ou seja, a proposta política das Comunas busca agregar a auto-gestão produtiva à experiência da auto-gestão política já em vigência nos Conselhos Comunais. Seria uma experiência de síntese histórica entre a esfera da política e a esfera da produção material em um território auto-determinado pelos trabalhadores organizados.

No quinto capítulo trataremos de maneira mais detalhada das características constitutivas tanto dos Conselhos Comunais quanto das Comunas, indicando aspectos importantes de ambos. Todavia, devido ao pouco material teórico disponível fica a necessidade de aprofundar os estudos a respeito das Comunas mediante a realização de pesquisas de campo sistemáticas. Porém, o que já podemos afirmar a partir da análise desta proposta política é que as Comunas podem emergir como o local privilegiado para o avanço da Revolução Bolivariana e para a construção de uma sociedade socialista devido às suas próprias características constitutivas que buscam fazer a síntese entre a produção material e a política sob o controle dos trabalhadores associados; ou dito de outro modo, a superação do trabalho assalariado e do Estado burguês – desde que sejam as próprias organizações político-sociais autônomas das classes trabalhadoras que tomem a dianteira do processo de consolidação das Comunas Socialistas em detrimento do Estado venezuelano. As Comunas, se efetivamente corresponderem à experiência histórica e às necessidades político-sociais das classes trabalhadoras venezuelanas, devem ser apropriadas por elas como espaços privilegiados para o fortalecimento do poder popular e para o recrudescimento da ofensiva socialista venezuelana.

Muitos autores vêem grandes potencialidades no processo em curso na Venezuela desde a década de 1990. Atílio Borón (2010), por exemplo, percebe uma grande possibilidade transformadora no projeto bolivariano e afirma que o fato de o presidente Chávez reunir contra si “a Embaixada do EUA, as grandes câmaras empresariais, os monopólios midiáticos, as centrais sindicais corruptas e a desprestigiada hierarquia da Igreja Católica” indica claramente que “o governo da Revolução Bolivariana está no rumo certo”. (BORÓN, 2010. p. 63). Assim, a

oposição violenta e incansável por parte destes grupos demonstra, segundo o autor, que o projeto de construção do Socialismo do Século XXI possui efetivamente potencial para a modificação da ordem burguesa consolidada.

István Mészáros (2009), por sua vez, afirma que a Revolução Bolivariana está “emprenhada em pôr em movimento uma transformação de longo alcance no país”; transformação esta “que ainda repercute em todo o continente e gera reações significativas também em outras partes da América Latina”. (MÉSZÁROS, 2009. p. 94).

Se atualmente verifica-se a falência factual do neoliberalismo, tal qual as limitações do sistema do capital com sua crise estrutural e o futuro bárbaro que a partir dele pode se impor, verificamos concomitantemente a necessidade pulsante da construção de bases políticas, econômicas, sociais e ideológicas socialistas. Mészáros afirma que “cem anos após a morte de Marx”, estamos hoje em grande medida, “mais próximos das condições para a derrocada do capital e da real possibilidade dessa transformação fundamental, que a sua obra [de Marx] pretendeu identificar com rigor científico e paixão socialista”. (Ibidem. p. 75).

Segundo Atílio Borón:

A declaração do presidente Hugo Chávez Frías segundo a qual dentro do capitalismo não há solução para os problemas da América Latina sintetiza adequadamente o resultado de numerosos estudos e investigações. Se houver uma solução – e se tivermos tempo de encontrar uma solução, devido à ameaça de holocausto ecológico que se abate sobre o planeta -, esta terá que ser procurada fora do capitalismo, no campo do socialismo. (BORÓN, 2010. p. 37).

Em consonância absoluta com a máxima já exposta por Rosa Luxemburgo: “socialismo ou barbárie”, percebe-se que o processo de construção de uma sociedade socialista tornou-se tão central e urgente para os países latino-americanos – para não falar em outras tantas regiões do globo – quanto a própria supressão do capital e do seu sistema nefasto de exploração e degradação ambiental o são para a humanidade.

Assim, esperamos que a contribuição deste trabalho seja possibilitar uma visão menos fragmentada do processo em curso na Venezuela. O entendimento da ofensiva socialista venezuelana somente é possível se apreendermos o processo como um todo, entendendo a relação intrínseca de cada um dos componentes do movimento bolivariano entre si, o papel que cada um deles possui na Revolução Bolivariana e suas potencialidades para o avanço no caminho da construção do socialismo no século XXI.

Capítulo I – AS RAÍZES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DO MOVIMENTO BOLIVARIANO NA VENEZUELA

*A mais bela de todas as certezas
É quando os fracos e desencorajados
Levantam suas cabeças e deixam de crer
Na força de seus opressores.*

Bertold Brecht

1.1 Contrapondo-se ao *puntofijismo*

1.1.1 A implantação do Pacto de *Punto Fijo*

O chamado Pacto de *Punto Fijo* foi um desdobramento dos acontecimentos da década de 1950. Após um golpe de Estado em 1952, Marcos Pérez Jimenez instituiu uma violenta ditadura no país. Foi neste período também que a Venezuela passou por um processo bastante similar àqueles ocorridos ao longo das ditaduras pela América Latina. Houve uma intensa modernização e industrialização do país, com abundantes obras públicas, como construção de rodovias, grandes edifícios comerciais, portos e aeroportos. Grandes fortunas foram produzidas em um curto espaço de tempo e o governo de Jimenez foi conquistando o apoio político de grandes potências, como os Estados Unidos.

Porém, a economia venezuelana não foi capaz de sustentar este intenso ritmo de investimentos. Uma grave crise econômica se abateu sobre o país e o Partido Comunista Venezuelano (PCV) e a União Republicana Democrática (URD) - ambos na clandestinidade - se uniram e conformaram, entre 1956 e 1957, a chamada Junta Patriótica, que contaria posteriormente com a adesão da AD (Ação Democrática) e do COPEI (Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente)⁶. O objetivo era claro: derrubar a ditadura de Pérez Jimenez. O isolamento político do ditador começava a se tornar evidente a partir do agravamento da crise econômica. Nem mesmo os setores da burguesia o apoiavam mais. A isso se juntou a grande insatisfação popular, canalizada em constantes manifestações de rua, organizadas, sobretudo, pelo PCV.

⁶ O Copei, fundado em 1946 por Rafael Caldera, é um partido de tendência social-cristã. A Ação Democrática, por sua vez, possui tendência social-democrata e foi fundado em 1941.

A Junta Patriótica se reuniu em Nova York em dezembro de 1957. Estavam presentes neste encontro Rómulo Betancourt pela AD, Rafael Caldera pelo COPEI e Jóvito Villalba pela URD, além do empresário Eugenio Mendoza. A tácita exclusão do PCV não foi acidental, pois os novos rumos pelos quais o país deveria caminhar não passariam por forças políticas mais radicais, mesmo que este partido tenha sido uma força fundamental na mobilização e na organização das classes trabalhadoras nas manifestações de rua, ponto importante para o enfraquecimento do governo militar. O acordo realizado em Nova York seria o primeiro passo para um acordo posterior ocorrido em Caracas e que ditaria o desenvolvimento da política e da economia a partir de então.

Com a posterior perda do apoio das Forças Armadas, Jimenez percebe a insustentabilidade da situação e, segundo Gilberto Maringoni (2004; 100), resolveu se exilar na República Dominicana, em 23 de janeiro de 1958. Importante salientar que enquanto a Venezuela encerrava uma ditadura, outros países da América Latina iam inaugurando as suas: no Brasil em 1964, no Uruguai e no Chile em 1973, na Argentina em 1976.

A nova reunião da Junta Patriótica aconteceu no dia 31 de outubro de 1958 na cidade de Caracas em uma propriedade rural de posse de Rafael Caldera denominada *Punto Fijo*. “*Con la disculpa de proteger la estabilidad democrática, el pacto era en realidad una manera de conservar el poder en manos de la clase dominante y excluir de él a las fuerzas revolucionarias*”. (R. B. de VENEZUELA, 2011a. p. 5).

O Pacto de *Punto Fijo* foi, portanto, um acordo firmado entre três partidos venezuelanos: AD, COPEI e URD, visando à consolidação destes no sistema político através de sua alternância consensual no poder. Na prática, os dois primeiros partidos – AD e COPEI – conseguiram minimizar a relevância da URD, entregando-lhe o poder apenas em momentos políticos estratégicos, conformando um sistema bipartidário. Assim, com a queda do ditador Marcos Pérez Jimenez, os idealizadores do Pacto de *Punto Fijo* assumiram o poder político do país.

Maringoni afirma que este período conformou a “mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” (MARINGONI, 2004. p. 104), onde ficou acertado entre os partidos uma política nacional de longo alcance, que definiu tanto normas que facilitariam a formação dos próximos governos quanto a elaboração de um programa mínimo comum para eles.

O primeiro grande representante desta negociata política foi Rómulo Betancourt. Após longa militância contra a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935) e um dos idealizadores

deste acordo político para as elites venezuelanas, foi eleito presidente da República no dia 28 de dezembro de 1958 e governou até 1964. Seu governo foi marcado por uma política econômica de substituição de importações, pelo crescente apoio ao capital privado e pela consolidação institucional do Pacto através de uma nova Constituição, implementada em 1961.

O Pacto de *Punto Fijo* ainda se desdobraria em um novo acordo realizado em 1968, onde “AD e COPEI repartiriam as direções da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como as presidências das diversas comissões legislativas, de acordo com os resultados obtidos nas urnas”, e ainda distribuiriam entre si “outros postos decisivos da direção do Estado, como a seleção de membros para a Corte Suprema de Justiça e a indicação do procurador-geral da República”. (Ibidem. p. 103).

A repressão violenta aos levantes populares durante o período do Pacto de *Punto Fijo*, tal qual a institucionalização das parcelas radicais da classe trabalhadora – mediante sua vinculação com a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), instituição ligada a AD – impossibilitou o nascimento de um movimento de massas genuinamente contestatório. Desta maneira, através de sua alternância no poder, de um sistema corrupto e clientelista, e da repressão e controle da oposição, AD e COPEI governaram o país por cerca de 40 anos, constituindo uma internacionalmente renomada “democracia”. (MARINGONI, 2004; GOTT, 2004).

Durante o governo de Carlos Andrés Pérez, entre 1974 e 1979, o país passou por uma fase de otimismo econômico e social, que seria posteriormente conhecida como “os bons tempos” da Venezuela, na qual foi possível elevar o padrão de vida da elite, das classes médias e da classe trabalhadora; reduzir a mortalidade infantil e as taxas de desemprego; melhorar o acesso à saúde e à educação, bem como a oferta de serviços públicos; e estabelecer uma inflação que não chegava a ultrapassar 3% ao ano. Havia uma sensação de tranquilidade e de que o país estava efetivamente caminhando rumo ao “primeiro mundo”. (Ibidem. p. 105).

Porém, a bonança venezuelana não tardou a dar os primeiros sinais de sua efemeridade. Em consonância com o movimento do capitalismo mundial, o *puntofujismo* começa a desmoronar já no início da década de 1980, algo que no entendimento deste trabalho não parece casual. Este período marca os primeiros sinais da **crise estrutural do capital** e das primeiras políticas burguesas que visavam à contenção desta crise, quais sejam: a implantação das chamadas políticas neoliberais.

1.1.2 Crise estrutural do capital e neoliberalismo

Perry Anderson conceitua o neoliberalismo como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995. p. 9), nascida logo após a II Guerra na Europa e na América do Norte, países baluartes do capitalismo mundial. Anderson considera o livro “O Caminho da servidão” de 1944 de Friedrich Hayek como a obra pioneira desta ideologia, onde o autor formulou um ataque contundente a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, entendida como ameaça às liberdades econômicas e políticas. “Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. (Ibidem. p. 10). Segundo o autor, a ideologia neoliberal entendia a desigualdade como um valor positivo, ou melhor, imprescindível para as sociedades ocidentais e para o seu “desenvolvimento”.

Anderson prossegue afirmando que o “plano” consistia basicamente em instaurar uma nova e “saudável” desigualdade a fim de dinamizar as economias avançadas. Para tanto seria necessário conter os gastos com os programas de “bem-estar”; realizar reformas fiscais, reduzindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; realizar privatizações sistemáticas; e restaurar a taxa “natural” de desemprego, a fim de aumentar o exército industrial de reserva e quebrar a força reivindicativa dos sindicatos.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. (Ibidem. p. 10-11).

O neoliberalismo é entendido no âmbito deste trabalho, para além de uma reação à crise do sistema keynesiano, como a primeira resposta dada pelas forças sociais do capital àquilo que o marxista húngaro, István Mészáros, denominou como **crise estrutural do capital**.

De maneira absolutamente geral⁷, podemos entender que o momento configurado por Mészáros como crise estrutural do capital diz respeito ao estágio no qual a incontornabilidade do capital se tornou mais visível. Trata-se do momento histórico de ativação dos limites absolutos do capital, onde as possibilidades de deslocamento das contradições intrínsecas do capital se encontram bastante limitadas, colocando em cheque as possibilidades de renovação do sistema.

Neste estágio do desenvolvimento das forças produtivas a não-equivalência entre a produção material para suprir as necessidades sociais e a produção de mercadorias para auto-reprodução do capital não pode ser minimizada por políticas de Estado, tal como ocorreu em determinados momentos históricos, como o período keynesiano. Esta disjunção, baseada no padrão de produção material destrutivo próprio do capital, gera uma superprodução de mercadorias cujas conseqüências são a destruição crescente da natureza e a degradação do trabalho humano.

Um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capital é “o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2006. p. 69), ou seja, o desemprego estrutural, que atinge não apenas os trabalhadores não-qualificados, mas sim a totalidade da força de trabalho e desde os países capitalistas centrais⁸. Desta maneira, compõe a crise atual uma contradição deste sistema sociometabólico: o capital, em seu estágio de crise estrutural, para se manter enquanto sistema de controle social necessita imputar à totalidade da força de trabalho condições para a reprodução desta cada vez mais sub-humanas, tanto para os trabalhadores que possuem emprego quanto para aqueles que não estão inseridos formalmente no “mercado de trabalho”. Desta maneira, todas as relações que englobam desde os trabalhadores com carteira assinada que possuem jornada de trabalho de 12 horas diárias, passando pelos trabalhadores pendulares submetidos à desregulamentação das relações trabalhistas, e culminando nos trabalhadores submetidos a condições para a extração de mais-valia análogas às do escravismo, se encontram contempladas pela idéia de desemprego estrutural, ponto fundamental para a compreensão da crise estrutural do capital. Neste sentido, é possível afirmar que a crise estrutural do capital é uma crise de humanidade.

Maria Orlanda Pinassi (2009) afirma que:

⁷ Para uma análise rigorosa do conceito consultar: MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁸ O desemprego estrutural é entendido por Mészáros como um dos limites absolutos do capital, juntamente com: a) a expansão transnacional do capital e a fronteira dos Estados nacionais; b) a degradação ambiental e; c) a busca por igualdade substantiva.

diversamente ao que durante muito tempo se pensou, no momento mais complexo e pleno da forma societal controlada pelo capital predominam: a perda progressiva dos direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora e o desemprego estrutural que condena uma quantidade imensa de homens, mulheres e crianças – novamente “livres como pássaros” – à degradação mais absoluta das condições de vida e de trabalho. (PINASSI, 2009. p. 76).

Estas são, ainda que de maneira bastante geral, algumas das contradições com as quais o sistema do capital se defronta atualmente e que, por serem intrínsecas a ele conformam uma crise estrutural. Segundo Mészáros,

apesar das grandes derrotas do passado, a questão decisiva é o fato de que o final da ascendência histórica do capital em nossa época (...) **ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico**. Com o relacionamento do modo de reprodução social do capital à causalidade e ao tempo (...), **a margem de deslocamento das contradições do sistema se torna cada vez mais estreita** e suas pretensões ao inquestionável *status* de *causa sui*, visivelmente absurdas. Isso ocorre, porém, a despeito do poder destrutivo, outrora inimaginável, que ora se encontra à disposição de suas personificações, poder este capaz de atingir a humanidade inteira. Essa que parece ser a sua tendência, com certeza, não será seletiva no sentido de destruir somente o seu antagonista histórico, mas inclusive o seu sistema de controle. (MÉSZÁROS, 2002. p. 219 – grifo meus).

Desta maneira, Mészáros entende que o conjunto do sistema do capital esteja se aproximado de certos limites estruturais. Para ele, neste momento de crise estrutural todos os esforços para o deslocamento ou superação das contradições do capital serão insuficientes ou simplesmente fracassarão, e, se este fato por si só não erradica o sistema do capital, pode criar condições sociais para a construção de bases para seu enfrentamento, podendo atuar como “catalisador para o desenvolvimento de alternativas socialistas”. (Ibidem. p. 58).

Neste sentido, Mészáros aponta de maneira assaz as potencialidades de construção de um modo de organização da sociedade alternativo ao capital. E mais: aponta, sobretudo, a necessidade da consolidação desta sociabilidade alternativa sob pena de uma fatal desintegração das possibilidades humanas de realização da vida. O autor afirma que “somente um movimento de massa genuinamente socialista será capaz de conter e derrotar as forças que hoje empurram a humanidade para o abismo da autodestruição”. (Ibidem. p. 87-88).

1.1.3 As mobilizações: o MBR-200, o Caracazo, o ano de 1992 e alguns desdobramentos

A crise estrutural do capital que, segundo István Mészáros deu seus primeiros sinais em meados da década de 1970, se manifestou na Venezuela durante a década seguinte. O país experimentou suas primeiras consequências através de uma intensa crise econômica durante o governo de Jaime Lusinski (1984-1989). A fim de controlar a crise e apaziguar os conflitos sociais cada vez mais frequentes, o então presidente buscou uma forma de reestruturar o Pacto de *Punto Fijo* que, no limite, durante o período precedente conseguiu distribuir a boa parte da sociedade os frutos da extração de petróleo e construir padrões de vida fidedignos de uma “sociedade emergente”.

A partir de uma tentativa de reformar o Estado, instaurou-se a Copre (Comissão para a Reforma do Estado), que modificou o sistema eleitoral, instituindo eleições diretas para prefeitos e governadores e extinguiu as listas partidárias fechadas, que vigoravam até então. Segundo Gilberto Maringoni (2004; 107), este momento auxiliou a consolidação dos partidos de esquerda, como o MAS (Movimento ao Socialismo) e La Causa Radical (LCR)⁹, ambas dissidências do PCV da década de 1970.

Outra agremiação política que ganhou enorme importância neste cenário era o MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200¹⁰). O grupo começou suas atividades no ano de 1982 voltado inicialmente para a realização de debates no interior das Forças Armadas pautados na ideologia bolivariana. O líder deste movimento era o então capitão, de 28 anos de idade, da brigada pára-quedista Hugo Rafael Chávez Frías.

Hugo Chávez já havia articulado outra organização no interior das Forças Armadas em 1977, o Exército de Libertação do Povo da Venezuela (ELPV), com a intenção de realizar um levante militar, mas a organização não foi adiante. Outra organização política nas Forças Armadas foi a Aliança Revolucionária de Militares Ativos (ARMA), liderada por William Izarra, que se uniria posteriormente a Hugo Chávez. Este tipo de movimentação nas Forças Armadas não advém com Chávez. O próprio Partido Comunista realizou na década de 1950 alianças com os militares.

⁹ O LCR sofreu em 1997 uma nova divisão que gerou o PPT (Pátria Para Todos), partido que ajudaria a eleger Hugo Chávez.

¹⁰ O número 200 refere-se ao bicentenário de nascimento de Simón Bolívar, que seria comemorado no ano seguinte.

As alianças cívico-militares são característica constante da história político-social venezuelana. O PCV realizou uma aliança deste tipo, recrutando militantes para suas fileiras dentro dos quartéis a fim de combater a ditadura de Pérez Jimenez através de organizações de guerrilha. “A orientação do Partido [PCV] se fundamentava na caracterização das Forças Armadas como integradas por gente proveniente das classes médias e baixas”. (MARINGONI, 2004. p. 122).

As guerrilhas ocorridas principalmente na década de 1960 foram de fundamental importância para a construção da esquerda venezuelana. Tomando como referência a experiência da Revolução Cubana, os guerrilheiros, aliados fundamentalmente ao PCV, subiram as montanhas do país e travaram uma intensa guerra de trincheiras. Segundo Richard Gott, “Hugo Chávez não surgiu do nada. É o herdeiro da tradição revolucionária da esquerda venezuelana”. E ainda, “muitos dos sobreviventes da insurreição guerrilheira, hoje todos com quase setenta anos, ainda participam da política, junto com Chávez, ou na oposição”. (GOTT, 2004. p. 56).

Hugo Chávez, tal qual os guerrilheiros, também vinha dos setores empobrecidos da sociedade venezuelana. Filho de professores, sua família possui história militar e militante.¹¹ Ingressou na Academia Militar aos 17 anos, menos interessado na política do que na carreira de jogador de beisebol, já que a Academia era um importante centro de formação de atletas. Porém, fruto da primeira turma do conhecido *Plan Andrés Bello*¹², seu tino para a política apareceu cedo.

A década de 1990 marca um momento de confluência de diversos interesses prejudicados por todas as políticas neoliberais idealizadas pelo Consenso de Washington e implantadas em toda a América Latina e, no caso venezuelano pelo menos desde este marco temporal pelo Pacto de *Punto Fijo*. Se as forças conservadoras reagem à crise estrutural do capital através de medidas de contenção; as classes trabalhadoras e as agremiações progressistas das Forças Armadas reagiram com organização política e revoltas populares.

¹¹ O pai de Hugo Chávez foi militante do COPEI; seu irmão, Adan Chávez, foi membro do PRV (Partido da Revolução Venezuelana) braço da guerrilha dos anos de 1960 e atualmente é governador do Estado de Barinas; seu tataravô Pedro Pérez Pérez foi chefe guerrilheiro na década de 1840 e se juntou ao Exército de Ezequiel Zamora, líder da Guerra Federal; um dos filhos de Pérez Pérez, o general Pérez Salgado, mais conhecido como Maisanta, se rebelou contra a ditadura de Juan Vicente Gómez, tornando-se uma figura histórica do país.

¹² O *Plan Andrés Bello* consistiu na formação acadêmica e política humanista dos militares. Estes passaram a receber formação em ciência política, sociologia, história, filosofia, com possibilidade de dar continuidade a seus estudos em nível de pós-graduação. Trataremos mais detalhadamente sobre este tema no capítulo 2.

A forma que a burguesia encontrou de tentar perpetuar sua hegemonia foi através da eleição de um antigo ícone dos “bons tempos” venezuelanos: Carlos Andrés Pérez, que foi eleito para o seu segundo mandato no dia 4 de dezembro de 1988, com 56,4% dos votos válidos.

Pérez havia sido eleito sob a promessa de nunca recorrer a novos empréstimos no exterior. Mas tendo em vista um cenário no qual as reservas internacionais caíram US\$ 6 bilhões, o déficit fiscal global representava 15,1% do PIB e a inflação alcançou a cifra de 29,46% em 1988, a promessa de campanha não tardou a ser quebrada. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 21). No dia 16 de fevereiro de 1989, o presidente anunciou ao país um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI): este último liberaria um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões em troca de alguns “ajustes” na economia venezuelana.

Segundo Margarita López Maya, “a nova orientação pela qual optou o governo pode, efetivamente, ser classificada como um programa de ajuste de natureza ortodoxa”¹³, pois foi o resultado de “um compromisso formal assinado com o FMI, e cumpriu todos os requisitos exigidos por ele”. (Idem). Ainda segundo a autora, “era a primeira vez que um governo venezuelano aceitava explicitamente submeter-se às orientações do FMI”. (Ibidem. p. 34).

Pérez alertou a população que este acordo era uma “necessidade vital” do país e que acarretaria dias difíceis, com grandes sacrifícios por parte de todos os venezuelanos. Em 25 de fevereiro, anunciou o pacote imposto pelo FMI como contrapartida aos bilhões emprestados,¹⁴ chama a atenção o fato deste pacote de ajustes não ter sido submetido à votação no Congresso e menos ainda divulgado para a sociedade antes de ser assinado pelo presidente. (Ibidem. p. 22). “O pacote incluía desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade”. (Idem). O produto nacional, a gasolina, também “sofreria um reajuste imediato de

¹³ O que a autora chama de “programa de ajustes de natureza ortodoxa” diz respeito aos acordos firmados formalmente com o FMI; em contrapartida, havia também aqueles de “natureza heterodoxa” que foram implementados, de maneira geral, a partir do governo de Herrera Campíns (1979-1984).

¹⁴ Margarita López Maya nos informa que: “o programa de ajuste macroeconômico do governo de Andrés Pérez se resume fundamentalmente na Carta de Intenção firmada com o FMI, em Washington, em 28 de fevereiro de 1989. Seus elementos principais eram: a) restrição do gasto fiscal; b) restrição dos níveis de salários; c) unificação do regime cambial com paridade unitária e flutuante; d) taxas de juros flexíveis e aumento imediato dos níveis das taxas de juros reguladas; eliminação dos créditos com taxas preferenciais para a agricultura; estabelecimento, o mais rápido possível, de taxas de juros para o mercado; e) redução do controle de preços; f) protelação de programas de investimentos de baixa prioridade; g) redução de subsídios; h) introdução de um imposto sobre vendas; i) reajuste das tarifas dos bens e serviços providos por empresas estatais, incluindo os preços dos produtos derivados de petróleo no mercado interno; j) reforma no regime comercial, incluindo a eliminação da maior parte das isenções nas tarifas e liberação das importações; k) suspensão das restrições às transações internacionais, incluindo o investimento estrangeiro e a repatriação de dividendos”. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 21).

100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, estes reajustes chegaram também a 100%”. (MARINGONI, 2004. p. 110-111).

A população venezuelana, que já sofria com escândalos de corrupção, com o desgaste da política, com o aumento do custo de vida, com o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, com o desmantelamento dos serviços públicos, não suportou a radicalização das políticas neoliberais. Se esta situação afetou diversos grupos e classes sociais, afetou sobremaneira as classes trabalhadoras. Mediante todo este contexto, o aumento do preço das passagens de ônibus, bem como com o cancelamento do direito estudantil à meia passagem, foram apenas os motes que faltavam para a eclosão de uma imensa revolta popular. Esta foi a resposta dada pelas classes trabalhadoras às elites burguesas de orientação neoliberal venezuelanas, às elites *puntofijistas*.

Os protestos, iniciados no dia 27 de fevereiro de 1989, que começaram de modo pontual e com caráter pacífico foram tomando espontaneamente uma proporção e uma intensidade gigantescas. Com milhares de pessoas nas ruas iniciaram-se saques, depredações, barricadas, incêndios.

Figura 1 – Saques durante o Caracazo.



Foto: Tom Grillo. Fonte: R. B. de VENEZUELA, 2009a. p. 11.

As manifestações não se circunscreveram a Caracas. As cidades vizinhas também viviam uma situação de manifestação política desordenada¹⁵. “A fúria das pessoas se manifestou de repente, enquanto os políticos buscavam desesperadamente uma saída. A solução inevitável foi recorrer ao Exército e reprimir o motim com fuzis”. (AMENTA, 2010. p. 17).

Peréz convocou uma entrevista coletiva no segundo dia de protestos e ao vivo em cadeia nacional anunciou “a suspensão de um conjunto de garantias constitucionais e estabeleceu para os dias seguintes o estado de sítio, com o toque de recolher das seis horas da tarde às seis da manhã”. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 63). Neste momento a repressão tomou proporções assustadoras, principalmente nos bairros pobres.

No bairro de Petare, as forças repressivas chegaram a disparar contra uma multidão, no dia 1º de março, matando mais de 20 pessoas. Apareceram franco-atiradores no alto de alguns edifícios na imensa zona periférica de 23 de Janeiro, assim batizada em homenagem à queda de Pérez Jimenez. Soldados muito jovens e inexperientes, enviados para o local, armados com fuzis FAL, de vasto poder destrutivo, chegaram disparando contra os edifícios. Incontáveis moradores foram mortos. Nesta mesma noite, o clima foi de puro terror em outras regiões pobres. Cadáveres eram produzidos em quantidades industriais. (MARINGONI, 2004. p. 112).

Segundo Richard Gott (2004; 72), Hugo Chávez, na época major, estava com rubéola e recebeu a orientação de um médico para que permanecesse afastado do trabalho por alguns dias. Mesmo sem participar do massacre, Chávez manifestou indignação com o acontecimento. Nas suas próprias palavras: “*entonces fue cuando el pensamiento de Bolívar se hizo más crudo, se hizo más presente y más palpitante: Maldito sea, dijo un día Bolívar, el soldado que vuelva sus armas contra su propio pueblo*”. (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 12).

¹⁵ A imprensa local relatou protestos nas principais cidades de Barquisimeto, San Cristóbal, Mérida, Maracay, Barcelona e Porto La Cruz. Ocorreram protestos também em Maiquetia e Naiguatá do litoral central, Los Teques, Porto Ordaz, Maracaibo, Valência, Carora, Acarigua e Cidade Guayana. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 57).

Figura 2 – Vítima do 27F.



Foto: Frasso. Fonte: R. B. de VENEZUELA, 2009a. p. 49.

Alguns oficiais na ocasião se recusaram a cumprir as ordens do alto comando do Exército para dizimar os manifestantes. Foi o caso de Francisco Árias Cárdenas, aliado de Chávez no MBR-200. Richard Gott transcreve o que Cárdenas fez naquele fatídico episódio:

Quando cheguei ao lugar que seria meu centro de operações, verifiquei que o oficial que me antecederara, de forma desumana e irresponsável, disparava contra os conjuntos de casas. Reuni testemunhos sobre os desmandos cometidos pela polícia política, a Disip. Reuni então todo o pessoal militar que me acompanhava e lhes disse: “levantem a mão os que pertencem ao Country Club!” Observei o olhar de assombro dos presentes, que permaneceram imóveis e em silêncio. Repeti: “levantem as mãos os que são de Alto Prado, Lagunita Country Club, Altamira!”¹⁶ Ninguém levantou a mão. Disse, então: isso quer dizer que, aqui, todos pertencemos às favelas ou bairros humildes como este; as pessoas que vivem aqui são como nós, nossos irmãos do povo. Quero dizer com isso que ninguém dispara contra o povo sem autorização, aqui somente se dispara quando nos ataquem com armas de grosso calibre. (GOTT, 2004. p. 76).

Outro grande aliado de Chávez, Felipe Acosta Cárles, co-fundador do MBR-200, morreu atingido por uma bala perdida. Alguns acreditam que a bala tinha endereço certo, pois suspeitava-se da sublevação militar que estas pessoas estavam planejando há anos no interior das Forças

¹⁶ Cárdenas havia citado os nomes dos bairros ricos de Caracas.

Armadas. (GOTT, 2004). O evento que durou cinco dias e matou Acosta e mais um número até hoje impreciso de pessoas¹⁷ ficou conhecido como *Sacudón* ou como **Caracazo**¹⁸.

Maringoni relembra uma declaração de Douglas Bravo, ex-guerrilheiro e importante líder da esquerda venezuelana, quando este afirma que o Caracazo foi a rebelião social mais “profunda acontecida na Venezuela; não foi convocada por nenhum partido, sindicato ou Igreja. Foi a primeira manifestação verdadeiramente popular contra o neoliberalismo ocorrida em todo o mundo”. (MARINGONI, 2004. p. 116).

A Venezuela encerrou aquele fatídico ano de 1989 com uma queda de 8,1% no PIB e uma taxa de inflação de 81%. E ainda, a parcela da população que vivia abaixo da linha de pobreza aumentou de 15%, no final de 1988, para 45%, dois anos depois. (Ibidem. p. 114).

O então presidente Pérez não satisfeito com a convulsão social provocada pelas políticas implementadas resolveu continuar absolutamente fiel a elas e ao acordo com o FMI até os últimos dias de seu governo e eliminou as regulamentações bancárias, acabou com a maior parte dos controles de preços, privatizou a companhia nacional de telefones (Cantv), o sistema de portos, uma importante empresa aérea (VIASA), além de três bancos públicos e abriu a indústria petroleira e outros setores estratégicos ao capital privado. (Idem).

Logo, os protestos contra o governo tornaram-se constantes. A Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), organização vinculada à AD, partido do governo, convocou uma greve nacional, muito bem sucedida no dia 7 de novembro. Outras demonstrações de insatisfação brotavam na sociedade. Segundo Maringoni (2004; 139) entre setembro de 1991 e fevereiro de 1992 ocorreram 925 protestos de rua. O governo, que outrora foi visto como a salvação nacional, como a retomada dos “bons tempos”, já não possuía estabilidade e legitimidade para governar.

O Caracazo foi um divisor de águas na sociedade venezuelana. A partir dele foi possível, até mesmo para o mais desatento observador, visualizar uma bem delimitada divisão das classes sociais e a luta cotidiana engendrada entre elas. O massacre ocorrido em fevereiro de 1989 iniciou um processo contínuo de degeneração do Pacto de *Punto Fijo*.

Segundo Gott (2004; 72), “a história contemporânea da Venezuela começa realmente com esse acontecimento fundamental [o Caracazo], já que convenceu os oficiais bolivarianos de que

¹⁷ Os dados oficiais dão conta que morreram 372 pessoas, mas dados extra-oficiais falam em um montante bem maior, que chegaria a 2 mil somente em Caracas. (GOTT, 2004. p. 73)

¹⁸ Margarita López Maya entende que o Caracazo possuiu razões que extrapolaram as dimensões econômicas, como por exemplo, fatores de natureza político-institucional; a mudança na consciência coletiva; e o aumento da repressão da população por parte do governo. C. f.: LÓPEZ MAYA, 2009.

deviam acelerar seus planos”. Nesta toada, mais um grande enfrentamento foi imposto ao governo: as tentativas de golpe de Estado deferidas por uma parcela das Forças Armadas. Chávez afirma que “*esa rebelión popular [o Caracazo] dispara el 4 de febrero de 1992, una rebelión militar en la que yo participé con centenares de jóvenes militares y miles de soldados que no son otra cosa que el pueblo uniformado*”. (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 13). Esta foi a resposta de parcela das Forças Armadas dada às elites *puntofijistas*.

Desde 1986, no interior do Exército, o MBR-200 iniciara uma intensa discussão sobre como e quando promover um levante armado contra o regime. Não se tratava apenas de trocas de idéias sobre estratégia militar. Os jovens oficiais buscavam, mesmo que esquematicamente, delinear as vias mestras de um novo modelo político e econômico para a Venezuela. (MARINGONI, 2004. p. 140).

Nota-se que as insurgências militares não foram eventos isolados, pois estavam imbricadas numa longa insatisfação popular, cujo primeiro grande momento emblemático foi o Caracazo.

Assim, todos os eventos de contestação do *status quo* ocorridos nos anos seguintes estão ligados, de maneira mais ou menos direta, àquele Fevereiro de 1989. Se as políticas neoliberais são entendidas aqui como uma reação da classe dominante frente à crise estrutural do capital, os levantes populares (e nesta categoria enquadram-se as insurgências da parcela organizada das Forças Armadas) são a reação das classes trabalhadoras a esta crise.

Foram dois os levantes militares. O primeiro ocorreu no dia 4 de Fevereiro de 1992 e seu líder foi Hugo Chávez, então com 37 anos e sob a patente de tenente-coronel. Ninguém sabe ao certo porque o movimento fracassou, mas imagina-se que tenha havido vazamento de informações, pois já no dia anterior o general de divisão Fernando Ochoa Antich fora informado sobre o deslocamento de tropas ocorrendo em Caracas. O presidente Carlos Andrés Pérez estava em Davos, na Suíça, e seria detido pelas tropas rebeldes ao chegar ao aeroporto. Ochoa, experiente militar, conseguiu evitar esta que seria a realização primordial dos revoltosos a fim de chegarem ao poder.

Os rebeldes iam tomando espaço. Conseguiram instalar-se em torno de La Casona (residência oficial do chefe do Executivo), no aeroporto militar para controlar o tráfego aéreo da região, nas guarnições e quartéis de Maracaibo, Valência e Maracay e ainda sitiaram o Palácio de Miraflores (sede do governo). Porém, Pérez que se encontrava em Miraflores, conseguiu escapar

através dos túneis subterrâneos e dirigir-se até a sede da Venevisión, maior emissora privada de televisão do país.

Pérez realizou um pronunciamento acusando um golpe de Estado, no qual planejava-se um genocídio e a volta da ditadura, tentando, desta maneira, isolar politicamente os rebeldes. “Chegou a manhã. Veículos militares passaram a noite disputando pontos estratégicos da cidade. O ministro da Defesa tentava negociar com os sublevados, quando recebeu uma ordem fulminante de Pérez: ‘Encha-os de chumbo’”. (Ibidem. p. 142).

Após intensos combates e forte repressão, os dissidentes começaram a perder força. Não conseguiam imobilizar o governo, pois a presença conseguida em posições estratégicas como o Forte Tiúna, Miraflores e La Casona era insuficiente. E ainda, não havia o controle dos meios de comunicação, o que dificultava a conquista de apoio popular. Vendo a impossibilidade de persistir no ataque, Chávez organizou a rendição.

Levado ao Forte Tiúna, onde se encontra o Ministério da Defesa, Chávez realizou um pronunciamento ao vivo para todo o país. Com este pronunciamento, o líder da insurgência buscava controlar os revoltosos – que em alguns Estados chegaram a tomar as sedes dos governos -, evitar um banho de sangue e divulgar para o restante da sociedade os planos que eram articulados no interior das Forças Armadas. Durante 1 minuto e 12 segundos, Chávez afirmou:

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontraram no regimento de pára-quedistas de Aráguá e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, **por enquanto**, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém, já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Ouçam minha palavra. **O comandante Chávez** lhes lança esta oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, **assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano**. Muito obrigado. (Ibidem. p. 144 – grifos meus).

A partir desta fala é possível perceber como Chávez conseguiu utilizar magistralmente os poucos segundos de visibilidade que a mídia lhe ofereceu e conseguiu, sobretudo, se colocar como o líder de um novo movimento – bolivariano – que não havia tomado o poder “por enquanto”. Esta, com certeza, é a expressão que mais chama a atenção, pois coloca em suspenso

um movimento e um líder que se diferenciou dos demais por assumir a responsabilidade de uma empreitada mal-sucedida, e que tinha a ânsia de retomar a investida.

O levante durou apenas doze horas e possuiu grande adesão dos militares, sobretudo os jovens de média e baixa patente, apesar de não ter contado com apoio fora dos quartéis. Os motivos da não-adesão popular giram, basicamente, em torno das características de fundação e organização do movimento que encabeçou o levante. Apesar de contar com o apoio de vários partidos políticos civis, o MBR-200 não possuía vínculo orgânico com o povo, ainda que grande parte dos oficiais das Forças Armadas fosse oriunda de famílias das classes trabalhadoras.

Porém, “se é verdade que não houve apoio popular explícito de imediato, também é fato que ninguém foi às ruas manifestar seu entusiasmo pelo ‘sistema democrático’ que estaria em perigo”. (Ibidem. p. 146). Assim, o ano de 1992 demonstrou uma grande fraqueza do movimento militar insurgente: sua base de sustentação não estava, ainda, dentro das classes trabalhadoras.

Chávez foi encarcerado na prisão de San Francisco de Yare e passou dois anos afastado da vida pública do país. Mesmo assim, a semente plantada naquele 4 de fevereiro de 1992, foi frutífera já que, mesmo preso, sua popularidade era altíssima. Segundo Maringoni (2004; 144), 64,7% da população o considerava na época uma pessoa confiável para dirigir o país. Esta investida transformou Chávez “em uma espécie de salvador da pátria em potencial” (GOTT, 2004. p. 102), em contraposição ao próprio presidente que perdia cada vez mais sua força política e a governabilidade do país.¹⁹

A segunda tentativa de insurgência, quase que um prolongamento da primeira, também foi frustrada. “O plano político inicial era formar um conselho de Estado, composto por civis e militares, com um presidente civil, que duraria um ano, reorganizando o país”. (Ibidem. p. 111). No dia 27 de novembro de 1992 articulou-se, a partir da aviação e dos oficiais mais graduados, este levante marcado por um nível mais elevado de violência em comparação com o anterior. Richard Gott afirma que neste evento morreram cerca de 170 pessoas. (Ibidem. p. 107). Os principais líderes deste levante advinham da Marinha e da Força Aérea. Eram, respectivamente, Hermán Grüber Odremán e Francisco Visconti Osório. Estes dois personagens já haviam participado da primeira tentativa de golpe e participariam do governo de Hugo Chávez no futuro.

¹⁹ O jornal *El Nacional* (21-11-1992) informou que “71% dos entrevistados consideravam que o governo era ruim, e 57% pronunciavam-se a favor da renúncia do presidente”. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 98).

Tal qual o primeiro levante, este sucumbiu numa série de erros e falhas na sua organização. Apesar de terem conseguido tomar o controle de uma emissora de televisão, os rebeldes levaram ao ar uma fita trocada que continha imagens confusas.

Em lugar das comedidas palavras gravadas do vice-almirante [Grüber], anunciando um golpe de Estado e fazendo um chamado ao povo, uma série de imagens de conflitos passou pelas telas de televisão. Apareceram homens mascarados, somando-se logo a uma onda de saques que fazia pensar no *Caracazo*; ocasionalmente, ouvia-se a retórica incendiada do recluso tenente-coronel Chávez. Parece que houve uma troca de vídeos, ou talvez o operador tenha introduzido a fita errada na máquina. Depois, ninguém assumiu a responsabilidade por esse erro. A nação inteira, diante de suas telas, enquanto se preparava para ir trabalhar, não sabia se devia rir ou chorar. O certo é que não havia a mínima intenção de sair para as ruas, apoiando uma revolução organizada com tanta incompetência. (GOTT, 2004. p. 112).

Novamente foram todos presos. Derrotados, os insurgentes do MBR-200 desistiram de articular novos levantes armados. Porém, López Maya afirma que aquilo que começou com o Caracazo ganhou amplitude com os golpes de 1992, pois estes conseguiram “desatar um incontível processo de desmoronamento da sustentação política do governo e propiciar a emergência de atores e ações que depois impulsionariam mudanças drásticas no sistema político venezuelano”. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 98).

1.2 Ruptura e ascensão

1.2.1 Decadência do *puntofijismo*

Conflagrando um dos governos mais tumultuados da história contemporânea da Venezuela, o governo de Carlos Andrés Pérez ainda se mantinha no poder. Sobreviveu à maior mobilização popular venezuelana recente, sobreviveu às duas tentativas de golpes militares, mas não conseguiu sobreviver a um golpe palaciano. Foi deposto pelo Congresso Nacional em 20 de maio de 1993, acusado de corrupção a partir de uma ação judicial que corria na Corte Suprema.

Através de um pronunciamento de 30 minutos nas redes de televisão, Pérez buscou exaltar os feitos de seu governo e eximir-se de eventuais responsabilidades pelas convulsões sociais advindas dele e acentuou que colocou “a Venezuela em sintonia com o que ocorre no mundo e também em nossa própria região, a América Latina”. (MARINGONI, 2004. p. 151). Foi condenado a dois anos e quatro meses de prisão domiciliar.

Novas eleições foram chamadas para o dia 5 de dezembro de 1993²⁰.

Uma figura já bastante conhecida nos meios político-partidários da Venezuela tornava-se proeminente na disputa presidencial: Rafael Caldera. Este homem – então com 76 anos e que já havia sido presidente da República entre 1969 e 1974 – soube aproveitar os acontecimentos dos últimos anos. Na ocasião do primeiro golpe de Estado em 1992, Caldera realizou um pronunciamento para todo o país onde se postava contra a quebra das garantias constitucionais, aprovada pelo Congresso. Gilberto Maringoni nos relata um discurso de Caldera onde este último atacou o governo e deu mostras de que simpatizava com as reivindicações dos insurgentes. Seguiu desta maneira:

Considero que a gravidade da situação nos obriga a todos não só a uma profunda reflexão, mas também a uma imediata e urgente retificação. (...) O país está esperando outra mensagem e quero dizer (...) ao senhor presidente da República que (...) é difícil pedir ao povo que se imole pela liberdade e pela democracia, quando pensa que a liberdade e a democracia não são capazes de dar-lhe de comer e impedir a alta exorbitante do custo de vida, quando não tem sido capaz de colocar um fim definitivo à chaga terrível da corrupção que, aos olhos de todo o mundo, está consumindo a institucionalidade venezuelana. (...) O golpe

²⁰ Entre a data da deposição e a data em que o novo presidente deveria assumir o poder, houve um período em que o chefe do Executivo foi Ramón José Velásquez, então presidente do Conselho Consultivo da Presidência, criado com o intuito de auxiliar Pérez a sanar os conflitos de 1992.

militar é censurável e condenável de todas as formas, porém seria ingênuo pensar que se trata somente de uma aventura de poucos ambiciosos que, por sua conta, se lançaram precipitadamente, sem perceber onde estavam se metendo. Há um entorno, um mal de fundo, há uma conjuntura muito grave no país e, se esta situação não for enfrentada, o destino nos reserva mais e maiores preocupações. (...) A democracia não pode existir se os povos não comem. (MARINGONI, 2004. p. 147).

Este pronunciamento, advindo de um dos “sócios” do Pacto de *Punto Fijo*, demonstrou “o tamanho da deterioração política venezuelana”. (Idem). Se para a população venezuelana Caldera assumira o protagonismo da cena política, dentro do seu partido, o COPEI, ele perdia espaço. Caldera resolve então romper com o partido que ajudara a fundar há quase 50 anos e lança sua candidatura através de uma coalizão de 17 pequenos partidos, chamada Convergência Nacional. Entre os partidos aliados estavam o MAS, a URD, e o PCV.

As promessas de campanha buscavam distanciá-lo de seu antecessor. Caldera assumira o compromisso de não aumentar o preço da gasolina, não desvalorizar a moeda nacional e não realizar mais privatizações. Foi eleito com 30,46% e teve mesmo como seu maior concorrente a abstenção, que chegou à impressionante marca de 38,84% das pessoas aptas a votar²¹. Parecia que as políticas neoliberais seriam detidas. Mas o Pacto de *Punto Fijo* ainda teria sua última lufada de ar.

O presidente eleito assumiu uma economia em crise. Segundo Maringoni (2004; 156), a inflação que em 1994 era de 70,8% chegou a 103% em 1995; e os preços dos barris de petróleo despencaram de US\$ 21,91 em 1997 para US\$ 13,95 em 1998. E qual era a solução corrente entre os políticos venezuelanos para conter uma crise econômica? Liberalizar a economia.

López Maya afirma que devido ao

contexto internacional fortemente adverso a ensaios que estivessem divorciados das orientações do Consenso de Washington, somado à mais dramática crise bancário-financeira do século e a algumas contradições no seio da equipe econômica, forçou o governo a recorrer, em 1996, ao auxílio do FMI. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 23).

A última medida nascida do moribundo Pacto de *Punto Fijo* chamou-se “Agenda Venezuelana”. No dia 16 de abril de 1996, Caldera apresentou esta “nova” medida à população

²¹ Os outros candidatos obtiveram as seguintes votações: Claudio Fermín, pela AD, recebeu 23,60%; Oswaldo Álvarez Paz, do COPEI, obteve 22,73%; Andrés Velásquez, da Causa R, recebeu 21,95% dos votos válidos. (GOTT, 2004. p. 170).

venezuelana. Tratava-se de um plano elaborado por Teodoro Petkoff, ex-comunista e à época Ministro do Planejamento, que previa “o aumento no preço da gasolina, de impostos, fim do controle de câmbio e de preços e rígido aperto nos gastos públicos” (MARINGONI, 2004. p. 156), e ainda impunha uma série de reformas no aparelho do Estado, com a privatização de muitos serviços públicos.

Parecia uma repetição do que Pérez já havia proporcionado ao país, com as promessas de campanhas sendo deixadas matreiramente na soleira dos portões de Mirafloes. O FMI concedeu um empréstimo de US\$ 7 bilhões, o que acarretou nova onda de ajustes. A cena seguinte é manjada: aprofunda-se o desmonte dos serviços públicos, despenca verticalmente o nível de vida da população, aumenta a sensação geral de insegurança e aparece uma revolta latente contra o que as pessoas entendiam como “a política”. (Idem).

A crise era generalizada. No ano de 1999, 49,4% da população encontrava-se na linha de pobreza; 21,7% estava na linha de indigência; e o Coeficiente de Gini²² chegava a 0,498.²³ A economia ia de mal a pior, o sistema político “democrático” com o seu já tradicional bipartidarismo entrou em colapso, e a participação política da população, bem como a crença de que aquele sistema lhes poderia conferir uma vida mais digna entraram em absoluta derrocada.

É neste momento que retorna à cena política o líder da tentativa de golpe de 1992, anistiado por Rafael Caldera em 27 março de 1994: Hugo Chávez.

1.2.2 Chegada ao poder

A proposta política geral do MBR-200 foi apresentada como um contraponto direto ao antigo sistema do *Punto Fijo* e afirmava que a situação de miséria e subordinação crítica da sociedade venezuelana somente seria superada “*con una insurgencia de pueblos que, en la culminación de una intensa crisis nacional, tome el poder desde el barrio hasta la Nación e instaure órganos que rindan cuenta directa a la masa*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007g. p. 7). Segundo o texto da proposta política do MBR-200, as classes trabalhadoras somente poderiam criar órgãos de poder de baixo para cima, quando houvesse uma intensa crise, que sacudisse e pulverizasse as estruturas até então existentes, sendo fundamental a insurgência conjunta entre

²² O Coeficiente de Gini é um índice que mensura o grau de concentração de renda de uma sociedade. Seus valores vão de 0 a 1, sendo que aqueles mais próximos a 1 demonstram uma sociedade mais desigual.

²³ Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL (diversos anos).

civis e militares. “*Este camino juntará a campesinos, obreros, estudiantes, medianos y pequeños empresarios, intelectuales, la masa de la nación, para ejercer ella, sin intermediarios y bajo su vigilancia, las potestades soberanas del Estado*”. (Ibidem. p. 8). Desta maneira seria possível construir “*un Estado popular, sometido hasta en sus órganos más altos a la fiscalización de la masa*” e ainda “*una democracia directa en la que la masa escrutara al poder para hacer efectivo su control sobre él y asegurar el curso fidedigno al interés popular de toda la política nacional*”. (Idem).

A proposta principal do MBR-200 seria uma forma de **concretizar o poder popular** onde as classes trabalhadoras conseguissem coadunar a democracia direta e a democracia representativa. A primeira aconteceria, sobretudo, nas pequenas organizações, nos bairros, e através de intervenções diretas nos ditames do governo nacional e a segunda, seria uma decorrência da primeira, já que ao organizar-se, o povo delegaria um representante para o poder estatal, e numa instância de direção superior, para o poder nacional: “*La masa que establezca el poder local, coronando así su insurgencia, designará delegados para crear el poder en escala estatal, y de éste surgirán los que forjarían el poder nacional*”. (Ibidem. p. 10). Desta maneira, o poder estatal e nacional viriam das forças populares insurgentes e “*tendríamos una democracia de masas como las que existieron en los momentos más vibrantes de la historia universal*”. (Idem).

Esta proposta foi chamada posteriormente de “**democracia participativa e protagônica**”, e segundo Chávez é um modelo político de democracia “*mucho más que representativa*”, é participativa, “*donde el pueblo participe de verdad, no sólo votando y eligiendo un gobernante sino que participe de manera permanente en el debate, en la discusión y en la toma de decisiones que afectan a su vida cotidiana*”. (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 14).

Para o MBR-200 um país modificado deveria perseguir dois objetivos: ampliar suas capacidades produtivas e melhorar as condições de vida da população. Ainda circunscrito à idéia desenvolvimentista típica das esquerdas daquele período, o movimento acreditava que através de uma maior capacidade e diversificação de exportação seria possível instaurar novos padrões de vida para as classes trabalhadoras e assim, criar condições para o seu pleno desenvolvimento político e social. O movimento rechaçava a idéia de uma completa estatização do aparato produtivo, aludindo à hipótese de uma convivência de diversas formas de propriedade: as estatais,

as cooperativas e as privadas, sendo que estas últimas deveriam estar sempre sob o controle regulatório do Estado.

A proposta programática do MBR-200 ainda chamava a atenção para a necessidade da integração latino-americana e para a soberania político-social dos seus povos. Indicava também a necessidade de relação com “*la búsqueda de aliados populares en los países desarrollados del mundo. En todos ellos hay una izquierda, en esencia o en potencia, que simpatizará y ayudará a los movimientos insurgentes de la América Latina*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007g, p. 20).

Após fazer campanha para a abstenção na eleição de 1993 cujo vencedor foi Rafael Caldera, o MBR-200 decide em 1997 disputar o próximo pleito a realizar-se no ano seguinte. Não era permitido ao MBR-200 disputar eleições, pois seu registro legal era vetado. O Movimento Bolivariano Revolucionário não tinha permissão, como quaisquer outras organizações do país, de utilizar um símbolo nacional em sua legenda – o de Simón Bolívar – que em tese, pertenceria a todos os cidadãos venezuelanos. Por isso, ainda em 1997, o MBR-200 se transforma em MVR (Movimento V República), nome que satisfaz a todas as necessidades da nova agremiação.

Gilberto Maringoni (2004; 162) nos informa que este nome foi escolhido por basicamente duas razões. Em primeiro lugar, porque causava o mesmo efeito sonoro da legenda anterior, já que no espanhol os sons de “B” e “V” são os mesmos. Desta maneira, perpetuava-se o som da organização que ficou conhecida anos atrás. Em segundo lugar, ao afirmar uma 5ª República aludia-se à idéia de uma ruptura radical com a ordem estabelecida, com a 4ª República.²⁴ A estratégia deu certo e o MVR conseguiu conquistar um enorme apoio popular.

Formando uma aliança batizada de Pólo Patriótico – da qual participaram, entre outras agremiações, o MAS, o PPT e o Partido Comunista -, o partido de Hugo Chávez contava com gigantesca vantagem em relação aos demais concorrentes apontada pelas pesquisas de intenção de votos: cerca de 45% dos eleitores venezuelanos já pretendiam elegê-lo presidente da República (GOTT, 2004. p. 190), mesmo com todas as dificuldades enfrentadas durante a campanha eleitoral. Hugo Chávez nos conta que:

Y empezamos a recorrer de pueblo en pueblo. Recuerdo que hasta un camión conseguimos grande por allá y le pintamos unas consignas y andábamos de pueblo en pueblo con un megáfono, perseguidos además. En una ocasión todos

²⁴ A Venezuela havia possuído até então 4 Repúblicas. A primeira a partir de sua independência em 1811. A segunda foi fundada dois anos depois. A terceira foi criada por Simón Bolívar para dar início ao projeto da Gran Colômbia. A quarta foi fundada por José Antonio Paéz em 1830 e vigorava até então. (MARINGONI, 2004. p. 162).

quienes conmigo andaban estaban presos a excepción de este servidor. En una ocasión llegaban incluso a cortar la luz eléctrica en los pueblos donde llegábamos para que no pudiésemos instalar equipos de sonido o ir a alguna estación de radio. Fue una batalla dura, pero claro, allí estaba un pueblo siempre apoyándonos, y fue surgiendo un partido y un polo patriótico: un grupo de partidos de izquierda fuimos capaces de lograr una unidad y de crear instancias nuevas y nos lanzamos a las elecciones con audacia; con muchas dudas pero con audacia. (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 15-16).

O MVR apresentou uma proposta mais específica para a disputa eleitoral, apesar de não configurar estritamente como um programa de governo. Esta proposta foi batizada de “Agenda Alternativa Bolivariana” (AAB). A apresentação do texto é feita por Hugo Chávez que parte do anúncio de que naquele momento estaria ocorrendo um duplo movimento:

uno es la muerte del viejo modelo impuesto en Venezuela hace ya casi 200 años, cuando el proyecto de la Gran Colombia se fue a la tumba con Simón Bolívar, para dar paso a la Cuarta República, de profundo corte antipopular y oligárquico. Y el otro es el parto de lo nuevo, lo que aún no tiene nombre ni forma definida y que ha sido concebido con el signo embrionario aquel de Simón Rodríguez “La América no debe imitar modelos, sin ser original. O inventamos o erramos”. (R. B. de VENEZUELA, 2007a. p. 7).

Realizando novamente uma aguda crítica ao Pacto de *Punto Fijo*, segue afirmando que este sistema era baseado na imposição, na dominação, na exploração e no extermínio, fato que havia gerado uma profunda catástrofe moral, política e social. Promulgando o fim deste sistema, a AAB afirmava acabar também com o modelo econômico colonialista-dependente. Segundo Hugo Chávez, este sistema moribundo “*ha generado un verdadero maremágnum social, con violentas reacciones populares, civiles y militares, como aquéllas del 27 de febrero de 1989, el 4 de febrero y el 27 de noviembre de 1992*”. (Ibidem. p. 8).

Assim, não bastariam as típicas políticas *puntofijistas* para solucionar a acachapante crise pela qual o país passava, muito menos manter a ideologia hegemônica que apregoava “*un discurso fetichista de libre mercado, libertad individualista y competencia*” (Ibidem. p. 9). O líder do MVR afirmava que “*los bolivarianos, los revolucionarios, los patriotas, los nacionalistas*” se negariam a aceitar e a seguir tais postulados. (Ibidem. p. 12). Por isso a AAB propôs uma visão humanística, integral, holística e ecológica de mundo, que romperia com o paradigma neoliberal.

Por ello, la AAB comienza diciendo que el problema a solucionar no es meramente económico ni político ni social. Los abarca a todos ellos, es verdad. Pero va más allá de su conjunto. La forma de enfrentarlo, entonces, es a través de un poderoso ataque coordinado a lo largo de todo el frente. Atacar por partes implicaría la derrota, parte por parte. (Idem).

É proposta então uma transformação estrutural do Estado e uma refundação do poder Nacional, realizando o enterro definitivo do antigo sistema *puntofijista* através de uma Assembléia Constituinte que faria a redação de uma nova Carta Constitucional e inauguraria a 5ª República. Colocando em primeiro plano os desequilíbrios macro-sociais em detrimento dos desequilíbrios macro-econômicos, a AAB foi entendida como “*el puente por donde transitaremos hacia el territorio de la utopía concreta, el sueño posible. Es decir, la AAB ofrece una salida y echa las bases del Proyecto de Transición Bolivariano*”. (Ibidem. p. 13-14).

Sua principal proposta era o combate a dois eixos, considerados como os mais problemáticos do país: a pobreza e a desnacionalização das empresas estatais. É nítido que a AAB não configura propriamente um programa socialista de governo, mas é nítido também o contraste entre esta proposta e a proposta da última Agenda feita por Rafael Caldera. A AAB afirmava que seus objetivos eram:

Elevar en el corto plazo el nivel y calidad de vida de la población venezolana, por encima del umbral básico, constituido por el conjunto de sus necesidades físicas (alimentación, salud, vivienda), necesidades sociales (seguridad, integración, igualdad, libertad), necesidades culturales (educación, deporte, recreación, creatividad) necesidades políticas (participación, protagonismo). Contribuir a la reivindicación de nuestra independencia nacional y a la reafirmación de nuestra soberanía. (Ibidem. p. 17).

Para tanto, a AAB propõe oito pontos estratégicos: 1) constituir o Estado enquanto promotor, proprietário e regulador das áreas estratégicas da nação, como defesa, geopolítica, economia, políticas públicas, políticas sociais, entre outras; 2) a nacionalização da política petroleira e dos lucros dela advindos; 3) o Estado enquanto proprietário e gestor do aparato produtivo, planejando um modelo humanista e autogestionado; 4) a construção de um projeto autônomo e independente para as questões como cultura, ciência e tecnologia; 5) a renegociação da dívida externa; 6) reequilibrar a macro-economia através de políticas mistas, expansivas e seletivas; 7) reequilibrar o quesito macro-social através da satisfação das necessidades básicas; 8)

dinamizar a produção (Modelo Productivo Intermedio), através da idéia de “desenvolvimento desde dentro e desenvolvimento para dentro”. (Ibidem. p. 18).

Ainda que bastante genéricas, as propostas contidas na AAB seriam a base para as políticas do governo de Chávez a partir de 1999, tanto para a composição da nova Constituição quanto para nortear suas políticas econômicas e sociais em um futuro mais distante.

A Agenda Alternativa Bolivariana, o compromisso incisivo de acabar com o sistema bicameral, chamar uma Assembléia Constituinte e redigir uma nova Constituição, bem como todo o histórico de lutas no interior das Forças Armadas e sua posição antagônica frente ao sistema instituído, surtiram efeito. O MVR chegou ao posto mais alto do sistema democrático venezuelano, com seu idealizador e líder eleito presidente da República²⁵. Sua vitória foi anunciada no dia seguinte ao pleito, dia 6 de dezembro de 1998. Com 3.673.685 votos, ou 56,2% dos votos válidos, Chávez venceu os antigos mandatários do país e colocou abaixo, finalmente, o Pacto de *Punto Fijo*.

Tabela 1 – Eleição presidencial de 1998.

CANDIDATO	VOTOS	%
Hugo Chávez Frías	3.673.685	56,20
Henrique Salas Römer	2.613.161	39,97
Irene Sáez Conde	184.568	2,82
Luis Alfaro Uceró	27.586	0,42
Outros	38.304	0,58

Fonte: CNE. Apud: LÓPEZ MAYA, 2009. p. 203.

Esta foi uma resposta conjunta dada pelas Forças Armadas e pelas classes trabalhadoras às elites do país e ao sistema neoliberal então vigente.

1.2.3 Movimento bolivariano: aportes iniciais para a discussão

Ao longo deste capítulo discutimos o processo histórico de formação de uma força política e social em ascendência constante desde a década de 1980 na Venezuela. Tratamos de delinear-la como um movimento político e social civil-militar em cujas linhas mestras buscava-se

²⁵ Antes da eleição presidencial houve eleição para governadores, senadores e deputados. O Pólo Patriótico obteve explícito apoio dos eleitores, com grande votação e chegando mesmo a assumir o poder em 8 Estados. Este fato demonstra o contundente desgaste do sistema bipartidário *puntofijista*.

a diametral diferenciação em relação ao modelo *puntofijista* em voga no país e ambicionava-se a construção de uma forma de sociedade, de política e de economia alternativas àquelas até então conhecidas pelos venezuelanos. A este movimento denominamos “movimento bolivariano”.

Suas características e particularidades serão analisadas em pormenores ao longo de todo este trabalho, porém, desde já cabe salientar que o que se entende por “movimento bolivariano” é o conjunto de forças políticas, de frações de classe (classe média, trabalhadores urbanos e rurais empregados e desempregados) que estão unidas, mobilizadas e ativas em prol da construção de um projeto de futuro em comum. Trata-se de uma mobilização popular que se dissemina por todas as esferas da sociedade e da política, englobando os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, as escolas, a cultura, o Estado. É um movimento político-social que não está restrito ao parlamento, mesmo que este ainda possua suma importância para o seu desenvolvimento. O movimento bolivariano é uma construção político-social ampla, onde um projeto de futuro mobiliza as pessoas a se organizarem e uma determinada ideologia lhes confere unidade política.

Ponto sumamente importante para a compreensão do movimento bolivariano é a compreensão da ideologia que o fomenta e que possui o mérito de retomar uma figura histórica deste continente e arejar as teorias socialistas: a ideologia bolivariana.

1.3 As ideologias bolivarianas ao longo do tempo

1.3.1 Bolívar e a Independência

Nascido no dia 24 de julho de 1783 em Caracas, Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palácios, comumente conhecido como **Simón Bolívar**, morreu solitário e esquecido em San Pedro, no dia 17 de dezembro de 1830. Filho de grandes proprietários de terras, porém órfão de pai e mãe ainda antes dos 10 anos de idade, Bolívar recebeu uma educação erudita reservada a poucos naquele tempo. Seu mentor intelectual foi Simón Rodríguez, que veio a tornar-se seu grande amigo e inspirador.

Ainda antes dos 20 anos empreendeu duas longas viagens à Europa, onde teve a oportunidade de entrar em contato com grandes teorias sociais, que iriam influenciá-lo pelo restante de sua vida. Demonstrando um grande sentimento patriótico, uma defesa apaixonada pela liberdade e pela unidade da região, Bolívar é situado com herdeiro do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, herança esta legada pelo seu tutor Simón Rodríguez, muito influenciado pelo pensamento do filósofo francês.

Sua cultura e seu furor intelectual culminaram em uma vastíssima obra escrita, composta por livros, discursos e cartas, e concretizaram-se em ação política em suas investidas contra o Império Espanhol. Abolicionista – a escravidão na Venezuela foi extinta a partir de decretos assinados por ele em 1816²⁶ – e independentista, logrou a soberania política a diversos países da região, como a Venezuela, Nova Granada (Colômbia), Peru, Equador e Bolívia. Com feitos reconhecidos ainda em vida, foi aclamado “O Libertador” pelo Conselho de Caracas em 1813.

É notável na obra de Bolívar a diferenciação entre os nascidos na América²⁷ e os espanhóis. Enquanto aos primeiros buscava-se resguardar o direito à vida e à propriedade, aos segundos impôs-se um sistema de expropriação de terras. Ou seja, o critério para a expropriação não era a construção de propriedades comunais, mas sim a construção de uma nação livre das influências políticas e econômicas dos espanhóis.

²⁶ Os escravos libertos por Bolívar passaram a ser novamente reduzidos à condição de escravos devido a duas leis de *Manumisión* (1821 e 1830) que davam direito aos ex-senhores de escravos de reclamarem a posse destes após a Guerra de Independência. (FERREIRA, 2006. p. 66-67).

²⁷ Quando Bolívar se refere à “América” ou aos “americanos” ele se remete aos habitantes da América Meridional, aos hispano-americanos. Quando deseja aludir àqueles que habitam os Estados Unidos, especifica o termo como “norte-americanos”.

Em seus escritos é possível perceber sua ânsia pela igualdade política dos homens e, sobretudo, pela liberdade dos indivíduos e da nação e ainda a construção de um Estado com leis fortes, mantenedor das liberdades e das propriedades. Sua revolução deu-se em relação à dominação imposta pelo Império Espanhol e seu projeto de futuro ligava-se à idéia de construção de uma sociedade unida pelos laços de um governo forte e consolidado, continental, democrático e soberano.

Sua máxima, proferida a Simón Rodríguez em Roma no dia 15 de agosto de 1805, nos remete ao anseio de ver liquidadas as ligações da Espanha com suas colônias:

¡Juro delante de usted, juro por el Dios de mis padres, juro por ellos; juro por mi honor y juro por la Patria, que no daré descanso a mi brazo ni reposo a mi alma, hasta que no haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español! (BOLÍVAR, SIMÓN. **Juramento en el Monte Sacro**. Roma, 1805. In: R. B. de VENEZUELA, 2009b. p. 15).

Desta grande aversão ao jugo espanhol advêm o sentimento nacionalista presente em suas idéias. Este nacionalismo seria uma forma de proteger a população e os governos americanos dos ditames da Coroa, dentro de um determinado território. A consolidação de diferentes nações como Venezuela, Bolívia e Colômbia, seria, para Simón Bolívar, um processo incompleto de construção de uma grande nação. Seu maior projeto foi, portanto, aglutinar estas “nações-irmãs”, possuidoras de uma mesma língua e, em linhas gerais, uma mesma história, em uma grande nação, unida por seus costumes e por sua política, garantindo maior força perante as nações estrangeiras. Assim, Bolívar entendia que “*seguramente la unión es la que nos falta para completar la obra de nuestra regeneración*”, e que por isso ele desejava “*más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria*”. (BOLÍVAR, SIMÓN. **Carta de Jamaica**. Kingston, 1815. In: R. B. de VENEZUELA, 2009b. p. 111).

O mais perfeito sistema de governo para Bolívar seria a democracia. As nascentes nações americanas, apesar de ainda não possuírem, segundo Bolívar, bases sociais e políticas “adequadas” ao sistema democrático, deveriam implantá-lo a fim de garantir liberdade aos cidadãos e assim, garantir a “maior soma de felicidade possível” a eles, característica intrínseca

do melhor governo.²⁸ Tratando a democracia como o exercício político da vontade geral da nação, Bolívar afirma que “*¡Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando ha convocado la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta!*”. (Ibidem. p. 115).

O processo de Independência da América Espanhola, longe de ser parecido com algo outorgado pelas elites dominantes, foi fruto de uma mobilização intensa das Forças Armadas e das classes pauperizadas, sobretudo dos negros e dos camponeses. Possuidor de alguns grandes líderes, o maior ícone deste processo foi, sem sombra de dúvidas, Simón Bolívar.

Muitos consideram o líder independentista como um herói que consolidou Estados autônomos, livres e que lutou pela liberdade dos escravos e pelos direitos das massas pauperizadas. Para alguns, todavia, Bolívar foi a figura mais representativa da elite crioula²⁹ e dos interesses liberais que surgiam naquele período. É de Karl Marx a mais tenaz – e equivocada – crítica a Simón Bolívar.

Seu artigo sobre Bolívar datado de 1857, fruto de uma encomenda do diretor do *New York Daily Tribune* que visava a elaboração de uma enciclopédia sobre a história militar da América Latina e suas principais biografias, destoa de todas as suas outras obras. Extremamente descritivo e possuidor de uma aversão preliminar à figura de Bolívar, este artigo foi fonte de muitas discussões entre os marxistas. Para José Aricó, que escreve a introdução à nova edição deste texto, o autor incorreu no equívoco de se ludibriar com as fontes às quais tinha acesso. Para Aricó, “o resultado das leituras efetuadas para a redação desse verbete foi um sentimento tão acentuado de aversão pelo personagem, que ele [Marx] não conseguiu deixar de dar um tom surpreendentemente preconceituoso a seu trabalho”. (ARICÓ, 2008. p. 7).

O próprio Marx admitiu a parcialidade de seu escrito em uma carta a Engels, porém para ele “seria ultrapassar os limites querer apresentar como Napoleão I o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas”. (MARX, 2008. p. 7). Nosso autor trata o líder independentista como um personagem de caráter altamente duvidoso, desleal, covarde, egocêntrico, dotado de extrema capacidade de manipulação das massas para o alcance de seus interesses pessoais, interesses estes que iriam de encontro à elite crioula, preposta da Inglaterra na luta contra o domínio espanhol.

²⁸ “*El sistema de gobierno más perfecto es aquel que produce mayor suma de felicidad posible, mayor suma de seguridad social y mayor suma de estabilidad política*”. (BOLÍVAR, SIMÓN. **Discurso de Angostura**. Angostura, 1819. In: R. B. de VENEZUELA, 2009b. p. 131).

²⁹ “Crioulos” são os mestiços de espanhóis nascidos no território da América Latina.

Aricó segue afirmando que, para Marx, foi a inexistência factual de uma luta de classes dos povos latino-americanos que impediu a explicação a partir desta da emergência de “um personagem medíocre e grotesco a representar o papel de herói”. (ARICÓ, 2008. p. 27).

Por aí podemos afirmar que, traindo o que constituía a essência de sua maneira de analisar os processos sociais, Marx substantivou na pessoa de Bolívar aquilo que de fato se negou a analisar na realidade latino-americana: as forças sociais que provocaram sua ascensão e sua decadência. Dessa forma idealista, o “movimento real” foi substituído pelas desventuras de um falso herói. (Ibidem. p. 27).

Todavia, alguns marxistas buscaram fazer um outro tipo de análise deste sujeito histórico. Saignes (1997) e Rozos (1990), abordam Bolívar “como o mais conseqüente revolucionário burguês da Independência, e por sua transcendência, converte-se em símbolo da unidade latinoamericana ao mesmo tempo, da revolução”. Mijares (1987) e Aguirre (1988) tratam Bolívar como um homem de grande habilidade, mas também empreendedor de muitos erros. (Apud: FERREIRA, 2006. p. 49).

Para outros, portanto, ele representou os ideais de liberdade e independência, dignos de qualquer povo soberano. Representou ainda os mais atrozes anseios de construção de uma nova sociedade, os mais diletantes desejos revolucionários. Por vezes, entretanto, lhe é atribuído um papel demasiadamente heróico, negligenciando o aspecto social e popular do movimento político em questão e o papel de outros líderes. Esta historiografia “pró-Bolívar” refere-se ao personagem de maneira geral como:

um líder guerreiro energético contra os espanhóis, contra quem proclamou *Guerra até a Morte* para garantir a liberdade americana. De espada na mão defendia os ideais republicanos frente ao antigo regime fernandino. Uma imagem forte demais para não se plasmar na memória como um Dom Quixote da América. Uma abordagem por demais centrada no indivíduo e que, ao fim e ao cabo, expropria da memória nacional, por exemplo, a contribuição de milhares de negros escravos, uma das principais forças sociais a garantir as vitórias nas batalhas militares contra a Coroa Espanhola. (...) A historiografia clássica atribuiu um papel hipertrofiado ao líder na gesta da Independência. (Ibidem. p. 42-43).

Carla Cecília Campos Ferreira (2006; 31) considera como um dos elementos fundamentais para a construção da ideologia bolivariana o arquétipo do guerreiro construído ao

longo da história sobre a figura de Bolívar. Na ocasião de 15 de junho de 1813, Bolívar realiza o anúncio da Proclama “*Guerra a Muerte*” (Guerra até a Morte), que formalizava e sistematizava os meios através dos quais seria conduzida a já então bastante sangrenta luta pela garantia da República.³⁰ Segundo a autora, esta Proclama “legitima o uso da violência extrema como forma de luta” e estabelece um critério único para determinar os aliados e os inimigos: o local de nascimento. Para sobreviver deveria-se ser filho da América; sendo nascido na Espanha ou nas Ilhas Canárias condenava-se ao perecimento.

Tendréis una inmunidad absoluta en vuestro honor, vida y propiedades: el sólo título de americanos será vuestra garantía y salvaguardia. (...) Españoles y canarios, contad con la muerte, aun siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de Venezuela. Americanos, contad con la vida, aún cuando seáis culpables. (BOLÍVAR, SIMÓN. **Proclama de Guerra a Muerte**. Trujillo, 1813. In: R. B. de VENEZUELA, 2009b. p. 39-40).

Assim, segundo Ferreira, é neste momento que Bolívar “encarna as qualidades de um protetor vigilante de um projeto de nação” e passa a fazer parte da memória coletiva do povo da América Espanhola, sobretudo, torna-se símbolo da própria nação venezuelana, conflagrando a construção de uma identidade nacional. (FERREIRA, 2006. p. 32). A autora chama a atenção para o esforço de Bolívar e de seus colaboradores de deixar para o futuro, voluntária ou involuntariamente, uma imagem de si mesmos e de seus feitos. Seria um testemunho do passado, a fabricação via documentalização escrita de uma memória coletiva.

A autora afirma que a ideologia bolivariana, que atingiu seu cume com a eleição do atual presidente, fazia parte de maneira inexorável da cultura popular dos venezuelanos, e demonstra isto apontando as músicas e as cantigas populares que iluminam Bolívar como o verdadeiro “Pai da Pátria”, de forma a dar sustentação para um ideário de transformações profundas. Segue uma música – na íntegra – bastante popular que nos elucida a importância histórica da figura de Bolívar (Ibidem. p. 11):

*“El pueblo es sabido y paciente
es el decir de los viejos
que el cantar de guacharaca
sabe calcular el tiempo.
Dicen que viene la hora*

³⁰ No caso 2ª República (1813-1814).

*Mirá para ponernos contentos
Se fue Bolívar ayer
Pero hoy viene de regreso.*

*Vamonos p'a allá
Vamos a su encuentro... (bis)*

*Dicen que Bolívar trae
Furia y coraje por dentro
Al ver que nos han quitado
Lo que el dejó siendo nuestro.
Dicen que viene caliente
Con nuestro comportamiento
Al dejar caer su espada
Y también su pensamiento.*

*Vamonos p'a allá
Vamos a su encuentro... (bis).*

*Si Jesucristo sacó
Los mercaderes del templo
Bolívar también volvió
A liberar a su pueblo.*

*Vamonos p'a allá
Vamos a su encuentro... (bis).*

*Dicen que viene a caballo
Pero trae en la gualdrapa
Un arsenal de cariño
Para sembrar en la Patria.
La Patria es una mujer
Y él regresó para amarla
Contra los que se desvelan
Tan solo por disfrutarla
Y en vez de darle caricias
Lo que hacen es manosearla.*

ALI PRIMERA, *Canção Sangueo para el Regreso* (1981).³¹

³¹ “Entre os autores e compositores simpáticos aos ideais socialistas, Bolívar é evocado em cantos de Neruda, na música popular de muitos intérpretes entre eles o cubano Pablo Milanês e o venezuelano Ali Primera. É ainda hoje, insistentemente exaltado na voz de jovens *rappers* e grupos de salsa venezuelanos. Na literatura, chama a atenção como a vida de Bolívar é descrita por García Márquez como uma ‘escola de artes de morrer’, como mencionou uma vez um crítico literário na introdução da edição colombiana do comemorado e polêmico *O General em seu labirinto* (1989). (...) Na América Latina, foi citado com admiração e respeito por alguns dos mais ardentes emancipacionistas, do ‘profeta’ e combatente da independência cubana José Martí, passando pelo ‘general de homens livres’, o nicaragüense Augusto César Sandino, até Fidel Castro e Ernesto ‘Che’ Guevara”. (FERREIRA, 2006. p. 51-52)

Carla Ferreira, cujo trabalho é de fundamental relevância para compreendermos a constituição da ideologia bolivariana, afirma que os primeiros indícios da fomentação da ideologia bolivariana na Venezuela datam do século XIX. Segundo a autora, o “Libertador” serviu como inspiração ideológica de um movimento armado muito importante para a história do país: a Guerra Federal (1858-1863).

A utilização da imagem de Bolívar durante a Guerra Federal, momento em que ainda não haviam documentos escritos publicados sobre o “Libertador”, nos leva à hipótese de que o conhecimento sobre este personagem e sobre os seus feitos foram transmitidos oralmente, encontrando maior respaldo nos mais pobres, escravos e camponeses. Assim, a figura de Bolívar começa a concretizar-se como memória coletiva, transformando-se em verdadeiro “amuleto” ou “antídoto” para as situações de dificuldade. Segundo Carla Ferreira,

uma política sistemática e deliberada no sentido de transformar a figura de Bolívar em objeto de veneração é posterior ao período da Guerra Federal. O episódio da Guerra, neste sentido, relaciona-se com a construção do culto como uma das possíveis causas da investida do Estado em direção à sacralização bolivariana. (Ibidem. p. 59).

Para a autora, o evento que marca a utilização da figura de Bolívar pelas instituições do Estado nacional e como parte de sua auto-legitimação foi, portanto, a Guerra Federal, como marco de unificação deste Estado. Memória coletiva que até então havia sido transmitida de maneira oral, torna-se agora apropriada pelo Estado.

O culto a Bolívar, segundo Germán Carrera Damas (1983) vai na direção de esperar que a “salvação” da Venezuela consista no “retorno” daquele que foi o “Pai da Pátria”, “a alma da nação”, superando os malfadados efeitos da sua morte. Trata-se, em um sentido muito preciso, do retorno àquele que foi o criador da Nação como idéia e como sentimento. A pátria seria, portanto, o sonho de liberdade e de glória criado pelo Libertador.

1.3.2. Memória, Apropriações e Ideologia

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos nós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006. p. 30).

Aqui Maurice Halbwachs fala sobre como as lembranças são frutos de uma sociabilidade prévia; ou seja, a memória, apesar de individual (no sentido de que cada indivíduo retém informações de um modo específico e por isso tem memória diferente dos demais indivíduos, mesmo que seja de um evento compartilhado) é uma construção coletiva, que abarca diferentes influências, de diferentes pessoas e situações, numa relação de determinação objetiva advinda do social. O autor entende, portanto, a memória individual como uma leitura específica de uma memória coletiva geral, ou seja, o indivíduo, mesmo que fisicamente solitário, não cria objetivações e subjetivações, memória e ideologia, sozinho. Ele é fruto de uma sociabilidade anterior e que age ininterruptamente sobre suas construções psicológicas e afetivas. É preciso que a memória, ou seja, esta reconstrução de um determinado evento,

funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Ibidem. p. 39).

Assim, “só lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes do pensamento coletivo”. (Ibidem. p. 41). A memória está estritamente ligada à sociedade na qual o indivíduo está inserido, sendo assim, conclui-se que a memória individual é fruto da memória coletiva, portanto o indivíduo apenas lembra na condição de dialogar com os diversos grupos dos quais faz parte. Concordando com este autor, podemos afirmar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupa e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. (Ibidem. p. 69).

Ou seja, a memória, como condição para uma construção identitária, deve ser e sempre é renovada de acordo com o tempo histórico, de acordo com as conjunturas políticas e sociais presentes. Desta maneira, podemos compreender a retomada da figura de Bolívar em diferentes períodos, pois mais importante do que a fidelidade às concepções originais e ao movimento original do período do “Libertador”, são as leituras e os usos políticos engendrados de acordo com os interesses daqueles que o utilizaram.

Em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. (Ibidem. p. 91).

Halbwachs chama a atenção para o fato de que para retomarmos uma lembrança é importante que haja uma série de “ressuscitações” de sentimentos e impressões ligadas ao evento que se deseja retomar, que haja uma reconstrução ambiental similar ao do evento memorial. “A condição necessária para que as evoquemos de memória [os acontecimentos], para que se reproduzam na mesma ordem, é que (pelo menos em pensamento) estivéssemos no mesmo ambiente”. Pois, “os mesmos ambientes exercem sobre nós mais ou menos o mesmo gênero de ação”. (Ibidem. p. 63).

Com esta reflexão compreendemos também os processos de retomada da figura de Bolívar e de outros líderes venezuelanos, sobretudo, pelo atual presidente Hugo Chávez, que reconstitui importantes passagens da obra do “Libertador”, bem como busca configurar um ambiente semelhante àquele do período da Independência – seja pela utilização de retratos de Bolívar por detrás de sua figura durante os discursos presidenciais, seja pela utilização de trajes semelhantes aos de grandes ícones do país (como Simón Rodríguez) -, mas principalmente pela sua oratória que reaviva a inquietude das classes subalternas frente ao domínio ao qual estão submetidas em relação ao capitalismo.

Halbwachs faz ainda uma distinção entre memória coletiva e história. Para este autor, a história começa onde acaba a memória coletiva. Esta última, entendida por ele como um movimento contínuo, diz respeito aos acontecimentos que de alguma forma ainda fazem parte da sociedade na qual foram gestados. A partir do momento em que, por alguma razão, esta sociedade começa a “esquecer” seus mitos fundadores, ou seus símbolos heróicos, faz-se necessário, segundo o autor, que eles saiam da esfera oral (enquanto memória coletiva) para a esfera escrita (enquanto história):

Em geral, a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas

testemunhas que conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve conseqüências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de agora e espectadores de primeira mão – quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-la por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem. Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados? (Ibidem. p. 100-101).

Porém, longe de concordar com o autor neste ponto de sua análise, o que apontam as observações realizadas a respeito da sociedade venezuelana é que a memória coletiva é fundamentalmente uma construção política, e não somente o estágio oral do desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, os meios pelos quais ela se consolida não alteram a sua essência: a sua essência seletiva e objetivante de sociabilidades específicas. E ainda: a distinção entre a memória oral e a memória escrita tendo em vista fundamentar outros dois conceitos, como a memória coletiva no primeiro caso e a história no segundo, parece, no âmbito deste trabalho, suscetível de controversas, pois, o que se percebe é que, como demonstra Carla Ferreira, a figura de Simón Bolívar já pairava na memória coletiva antes mesmo de ser legitimada como ideologia de Estado. É o que a autora nos mostra na sua exposição sobre a Guerra Federal, onde a ideologia fundamental já era o bolivarianismo, sendo que este foi apropriado enquanto ideologia de Estado com o interesse absoluto de retirar-lhe o poder contestador e revolucionário que demonstrava possuir. E nem por isso tornou-se história, muito pelo contrário, configurou-se em ideologia nacional por vezes repaginada e remodelada, sendo utilizada por diferentes governos até ser retomada por outro movimento que tem demonstrado atribuir efetivamente um valor distinto e mais radical à ideologia bolivariana.

Portanto, a memória coletiva é construída tanto de maneira escrita quanto de maneira oral. O que distingue as duas formas são as apropriações que se fazem delas, são os fazeres políticos e os grupos que dela lançam mão. Para Le Goff, diferentemente de Halbwachs, a memória como “propriedade de conservar certas informações” (LE GOFF, 1994. p. 423) possui a história, a antropologia e a sociologia como suas representações científicas, sendo que no âmbito deste trabalho as demarcamos também como **representações políticas** e de **classe**.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Ibidem. p. 426).

Para Michel de Certeau, a escrita “estoca aquilo que vai selecionando e se dá os meios de uma expansão. Combinando o poder de **acumular** o passado e o de **conformar** a seus modelos a alteridade do universo, é capitalista e conquistadora”. (CERTEAU, 1994. p. 226 – grifos do autor). Assim sendo, a oralidade em oposição à escrita é geralmente entendida como algo atrasado, é aquilo que não contribui para o progresso, e o escrito, por sua vez, é apartado da oralidade, caracterizando o *ethos* capitalista contemporâneo. “Portanto, com toda a razão, nos últimos três séculos aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora”. (Ibidem. p. 227). Porém, o autor considera na sua análise, a oralidade como parte constitutiva da escrita: “A oralidade se insinua sobretudo como um desses fios de que se faz, na trama – interminável tapeçaria – de uma economia escriturística”. (Ibidem. p. 223).

A partir de tudo o que foi dito podemos concluir que através da construção política de uma memória coletiva edifica-se também a **identidade coletiva**, sendo esta identidade **perpassada** por **ideologias específicas**, tendo em vista seu caráter político. Ou seja, entende-se a memória enquanto condição *sine qua non* de uma formação ideológica.

Seguindo a linha exposta por Mészáros, ideologia seria uma visão de mundo compartilhada por determinado grupo social, sobretudo, pelas classes sociais, que orientaria sua racionalidade e suas ações práticas. Este marxista nos mostra como a ideologia é indissociável das sociedades humanas: “A pura verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não”. (MÉSZÁROS, 1996. p. 13).

Para Mészáros, a ideologia é:

uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas **sociedades de classe**. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como **consciência prática inevitável das sociedades de classe**, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que

visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. (Ibidem. p. 22-23. Grifos do autor)

Mészáros aponta um aspecto importantíssimo do desenvolvimento das diferentes ideologias: seu caráter histórico. Conforme se modificam as práticas sociais e produtivas, modificam-se também as formas de conflito social e da apreensão que os grupos fazem de si mesmos e dos demais e ainda de sua compreensão dos fatos históricos.

Ideologias são formadas de consciência social, historicamente determinadas e materialmente ancoradas e sustentadas. Essa consciência social em sentido amplo, pode assumir a forma de filosofia ou ciência social e, quando se refere estritamente ao passado, se manifesta como memória, com características múltiplas e podendo, eventualmente, assumir a forma de culto ou mito. (FERREIRA, 2006. p. 145).

Assim, podemos indicar que as ideologias são constituições históricas da memória social ou memória coletiva. Segundo Carla Ferreira, a natureza prática da memória bolivariana é, portanto, o que a aproxima da conceituação de ideologia feita por Mészáros. Ainda segundo a autora, a análise das ideologias das quais um povo lança mão para travar a luta social demonstra a importância da identidade durante as transformações sociais. (Ibidem. p. 63).

A memória constitui a identidade na medida em que é fator de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Nesse processo, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”. (POLLACK, 1992. p. 205. Apud. FERREIRA, 2006. p. 63).

Como é possível vislumbrar acima, os grupos sociais se apropriam de maneiras distintas dos fatos históricos, de maneira altamente conformada às suas disposições ideológicas, que em um movimento dialético, também são determinadas por estas retomadas memoriais. Nesta perspectiva é possível compreender os diferentes usos aos quais a figura quase mitológica de Simón Bolívar foi submetida.

Como já aponta Carrera Damas (1983), o esforço em se recuperar a figura do “Pai da Pátria” diz respeito a uma inconformidade com o presente. Assim, busca-se no passado um alento para as condições atuais da sociedade venezuelana e uma diretriz para o futuro, que embora muitas vezes anunciada (demagogicamente ou não), nunca se concretizou.

Porém, em muitos casos a apropriação da ideologia bolivariana foi menos uma fonte de embasamento para projetos de futuro ou projetos de governo, do que uma forma retórica de utilização da oratória para a manipulação do povo e para retirar do símbolo nacional seu potencial contestador e restringir-lhe às estátuas das praças e aos feriados nacionais. Assim, diferentes governantes com linhas ideológicas distintas encontraram uma forma de consolidar o Estado Nacional e de se legitimar politicamente frente à população – sobretudo frente às classes trabalhadoras, detentoras de um conhecido e temido potencial revolucionário e onde a figura de Bolívar sempre possuiu maior repercussão – anunciando-se como herdeiros dos feitos de Bolívar e de seu ideário, mesmo quando se distanciavam diametralmente deles.

É patente e um tanto surpreendente, mas **as referências a Bolívar não escolhem partido político**. Praticamente a totalidade dos sujeitos sociais envolvidos em disputas de poder na Venezuela utilizou o legado do “Libertador” para **legitimar ações no presente**. O discurso político-institucional, proferido a partir do Estado, especialmente e de forma mais consistente depois dos anos 1870, foi praticamente unânime neste ponto. (FERREIRA, 2006. p. 11 - grifos meus)

Apesar da ideologia bolivariana ter sido apropriada oficialmente pelo Estado somente no governo de Antonio Guzmán Blanco (1870-1877), que para além da retórica objetivou algumas medidas de cunho efetivamente bolivariano, ela já encontrava respaldos no governo de José Antonio Paéz (1861-1863), célebre opositor de Bolívar, que o utilizava como recurso ideológico para enfrentar uma grave crise em seu governo.³²

Assim, Bolívar constituiu-se historicamente como um fator de ordem e de unidade nacional, sendo apropriado não apenas por diferentes governos mas também por todas as classes sociais que lhe conferiam um sentido específico condizente com sua posição ideológica, já que *“todo símbolo tiene innumerables significados; el significado del símbolo deriva de nuestra participación en el propio símbolo”*. (MORA, 2002. p. 108). Bolívar não se fez ecoar somente nas diversas classes sociais da Venezuela. O caráter polissêmico de sua figura encontrou voz também em outros países.

E que, percorrendo os 175 anos que separam a data de seu nascimento e nossos dias, encontraremos as glórias de Bolívar sendo reivindicadas, tanto pelas correntes do fascismo, como a *Action Française* e pelo próprio Benedetto

³² Para uma análise mais pormenorizada dos usos feitos por diferentes governos da figura de Bolívar durante a história da Venezuela ver: Ferreira, 2006.

Mussolini, uma vez que para estes ele representava a síntese quase perfeita da tese do *Cesarismo Democrático*. Podemos fazer menção ainda a reivindicação de Bolívar como referência entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo armado da atualidade que tem suas brigadas batizadas com o nome do Libertador. (FERREIRA, 2006. p. 50-51).

Portanto, entendendo o processo de constituição de uma memória coletiva na Venezuela a partir da figura de Bolívar é possível visualizar com alguma clareza a necessidade de um contato “afetivo” do líder com as massas, a fim de se legitimar e se perpetuar no poder. Foi assim desde Paéz, passando por diferentes apropriações como as de Guzmán Blanco, Juan Vicente Gómez, Pérez Jiménez, Carlos Andrés Pérez, e não deixou de sê-lo com o atual presidente Hugo Chávez. Há tempos tudo na Venezuela é bolivariano. O herói nacional nomeia ruas, praças, a moeda, e com Chávez, desde 1999, passou a nomear também a nação: República Bolivariana da Venezuela.

1.3.3 Hugo Chávez, Bolívar e a Revolução Bolivariana

A diferença fundamental vista no âmbito deste trabalho entre a apropriação da figura de Simón Bolívar feita por Hugo Chávez, enquanto líder e porta-voz do movimento bolivariano, e aquelas realizadas pelos governos anteriores, consiste exatamente no teor ideológico atribuído a ela e no uso político que dela advêm. Dito com outras palavras, o movimento em questão refunda a ideologia bolivariana ao fazer confluir ao seu eixo principal que é Simón Bolívar outras correntes ideológicas e outros personagens da história da esquerda mundial. Além disso, o atual líder político da Venezuela faz com que o povo, mas principalmente a classe trabalhadora, empregada ou desempregada e pauperizada por anos de políticas *puntofijistas*, possua contato direto com a figura do “Libertador” e possa enxergar nela e nos seus feitos, na luta pela Independência, uma possibilidade de libertação e emancipação e de construção de uma sociedade diferente, mais justa.

Chávez, cuja militância e formação acadêmica fazem ecos, entende perfeitamente a relação entre a construção de uma ideologia e a adesão a um movimento, e as raízes históricas e o vínculo com a memória coletiva que estas precisam possuir. Desta maneira, evocar um movimento revolucionário que tivesse lastros históricos dentro da sociedade venezuelana, com personagens caros a toda população, tornar-se-ia muito mais eficiente politicamente do que

simplesmente referir-se às idéias socialistas estrangeiras e aos movimentos operários europeus estranhos à sociedade venezuelana.

A idéia é, pois, criar as bases de pertencimento, criar uma idéia de movimento revolucionário com raízes na memória coletiva venezuelana e ainda legitimar politicamente aquele que traz à tona este novo ideário: o próprio Chávez.

As primeiras retomadas destas figuras com este viés político datam da década de 1960, quando os movimentos guerrilheiros passaram a assumir os nomes destes heróis do passado e, distanciando-se da ortodoxia do Partido Comunista Venezuelano, iniciaram o processo de elaboração de uma nova agenda para a esquerda venezuelana, a partir de uma “dose maior” de nacionalismo. Chávez, por sua vez, iniciou esta apropriação na década de 1980, no movimento militar. Richard Gott aponta que:

Bolívar não é a única figura significativa que Chávez ressuscitou do passado. Em 1980, em discussões com jovens oficiais, seus mais próximos amigos militares, começou a resgatar o pensamento e os escritos de outros protagonistas da história venezuelana do século 19, especialmente Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora³³. Incluiu-os no panteão de seu embrionário movimento revolucionário. (GOTT, 2004, p.137-138).

A ideologia bolivariana atualmente em voga na Venezuela é composta por uma confluência de determinadas ideologias revolucionárias e o cristianismo. O marxismo, o socialismo e o bolivarianismo convergem para dar uma nova leitura ao antigo bolivarianismo e um embasamento teórico distinto a ele. Referências constantes são feitas aos teóricos e ideólogos destes movimentos, desde Jesus Cristo, passando por Karl Marx, Che Guevara e Fidel Castro, e culminando em Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez e, claro, Simón Bolívar. O excerto que segue, apesar de longo, merece ser citado pela condensação do ideário bolivariano atual:

El Socialismo del siglo XXI en Venezuela bebe de tres fuentes, de tres referencias, que son esenciales para entender el proceso que ha permitido la conformación de nuestra sociedad: la gesta emancipadora republicana encabezada por el Libertador, Simón Bolívar; la revolución federal, representada por Ezequiel Zamora y el pensamiento de Simón Rodríguez, el maestro del Libertador. Del Libertador y su gesta emancipadora se recoge una caudalosa e ineludible corriente soberanista de resistencia al imperialismo. La integración de los pueblos latinoamericanos, hermanados por la Historia, también está presente en el pensamiento del Libertador y cobra vigencia hoy,

³³

Trataremos mais detalhadamente de Ezequiel Zamora no capítulo 2.

cuando el imperio del capital busca desunirnos para someternos. El nuevo socialismo también recoge el inspirado pensamiento del Libertador en cuanto a la igualdad y libertad de los ciudadanos y una República gobernada por la soberanía absoluta del pueblo. Ezequiel Zamora ha sido considerado como un precursor del socialismo en Venezuela. Su ideario y su obra política y militar han servido de inspiración para la izquierda desde los años sesenta, ya que fue un encendido promotor de una vasta y radical reforma agraria a mediados del siglo XIX. En 1846, al frente de un ejército de campesinos desposeídos, se alzó en armas contra el poder conservador que encarnaba los intereses de los grandes terratenientes. Su gesta, hija de Bolívar y los libertadores, legitimó el principio de que las armas no están contra el pueblo, por el contrario: las armas en manos del pueblo son la garantía de la democracia y la soberanía de la República. Simón Rodríguez fue un hombre que se adelantó a su tiempo. Profundamente influenciado por las ideas revolucionarias de Rousseau, defendía la idea de que las nacientes Repúblicas de América debían inventar sus propias instituciones. Si por el contrario, copiaban modelos de otras sociedades sucumbirían en un error fatal. Propuso un modelo de avanzada con ideas sobre el funcionamiento de las escuelas, la forma y el contenido de la educación que debía impartirse a los niños en los primeros años.

Por encima de todo está Jesús de Nazareth. Jesús llegó al Medio Oriente a liberar al pueblo judío de la opresión a la que era sometida por el Imperio Romano. Esperaban a un guerrero, como David, pero el liberador no fue otro que el hijo de un humilde carpintero y esto marcó el principio de una revolución que transformó la historia de la humanidad. En aquel entonces no se hablaba de socialismo, pero sí de liberación, Jesús predicó el amor al prójimo como camino de la emancipación. Esto no era otra cosa que convocar al pueblo a la unión y a la solidaridad con los pobres y oprimidos: “Dichosos los sometidos porque ellos van a heredar la tierra”, “Dichosos los que tienen hambre y sed de justicia porque van a ser saciados”, dijo a la multitud. Fue tremendamente subversivo, como lo es hoy hablar de justicia social, predicar la doctrina de la solidaridad con los pobres y la unión de los débiles en una sociedad donde a los opresores les convenía disociar a las mayorías oprimidas y mantener la dependencia de los pobres. (R. B. de VENEZUELA, 2007h. p. 28-31).

O culto à figura de Simón Bolívar, enquanto ícone fundamental da memória coletiva da sociedade venezuelana, demonstrou ter servido a diferentes concepções ideológicas e a diferentes usos políticos ao longo da história do país. Retomando as reflexões feitas acima, entende-se, portanto, que a ideologia, enquanto visão de mundo específica de um grupo social e de objetivação material deste grupo, necessita remeter-se sempre a um lastro histórico para concretizar-se; remete-se invariavelmente à memória deste grupo, fazendo as adequações necessárias ao tempo presente.

Neste sentido, o caráter controverso do líder da Independência da América Espanhola possibilitou leituras e apropriações ímpares e dissonantes ao longo da história: liberal, egocêntrico, sanguinário, revolucionário, reformista, nacionalista, internacionalista, ditador,

democrático. Somente com uma análise extremamente pormenorizada deste personagem, de seus feitos e de seus escritos é que poderíamos diminuir o abismo que separa as diferentes ideologias que o abraçaram. Entretanto, o que é indispensável salientar neste momento é que para entendermos os usos que são feitos deste personagem devemos entender primeiramente o caráter político daqueles que o utilizam.

A atual ideologia bolivariana, da qual Hugo Chávez tem sido desde a década de 1980 o principal difusor, é uma releitura das formas de apropriação da figura de Bolívar feitas no passado. Apesar do ícone maior desta ideologia continuar o mesmo, o uso que se faz dele é diametralmente diferente. Como já foi dito acima, são os usos políticos que se fazem dos fatos históricos, é a ideologia específica, construída sobre a memória coletiva e constitutiva de novas leituras desta, que determina os novos rumos da história, sua **consciência prática**. Assim, a emergência de um novo entendimento da ideologia bolivariana, de uma forma contestatória e revolucionária de se utilizar o passado heróico da Venezuela é o que diferencia substancialmente o que ocorre hoje com aquilo que ocorreu nos outros governos. “A principal contribuição no terreno dos valores feita pelo presidente venezuelano tem sido mostrar ao povo que sua trajetória e suas lutas têm história” (MARINGONI, 2004. p. 205) e estão enraizadas na luta pela independência e contra a oligarquia nacional e estrangeira.

No es entonces mera retórica nuestra bolivarianidad. Es una necesidad imperiosa para todos los venezolanos, para todos los latinoamericanos y los caribeños fundamentalmente, rebuscar atrás, rebuscar en las llaves o en las raíces de nuestra propia existencia, la formula para salir de este laberinto, terrible laberinto en que estamos todos, de una o de otra manera. (...) Así estamos los venezolanos de hoy, tenemos que mirar el pasado para tratar de desentrañar los misterios del futuro, de resolver las formulas para solucionar el gran drama venezolano de hoy. (Discurso de posse de Hugo Chávez como presidente da República em 1999. In: EL TROUDI, 1999. p. 6).

Esta reflexão demonstrou algumas das transformações pelas quais a ideologia bolivariana passou. De uma forma de unificação nacional que visava a consolidação de um poder oligárquico e retirava-lhe todo o potencial contestatório, a ideologia bolivariana passou a ser entendida, não somente na Venezuela, como uma forma de distinção entre aqueles que aderem ao projeto bolivariano e os que se identificam com os ideais imperialistas. De maneira menos maniqueísta, mas entendendo a efetividade desta distinção, pode-se afirmar que há hoje na Venezuela uma ruptura ideológica provocada por esta nova leitura do bolivarianismo. Identificado com o

socialismo e com a figura de Hugo Chávez, o bolivarianismo passou de uma forma de unificação nacional para uma forma de luta ideológica, de publicização da luta de classes existente.

Porém, é fundamental salientar que, em contraposição a este fato, a figura de Bolívar funciona hoje entre os que aderiram ao movimento bolivariano como um **mito aglutinador**. Desta maneira, o mito do “Libertador” cumpre a função, para o movimento bolivariano, de criar uma identidade compartilhada, uma ideologia específica e uma práxis que ao mesmo tempo em que reúnem e fortalecem os “bolivarianos”, os tornam distintos dos “não-bolivarianos”.

A retomada dos ícones do passado da Venezuela concomitantemente a uma leitura atualizada dos clássicos do pensamento contestatário mundial vem demonstrando possuir um caráter efetivamente novo, senão revolucionário pelo menos altamente crítico e possuidor de uma potencialidade emancipatória latente. Esta nova ideologia bolivariana é o fio condutor de todo o processo em curso atualmente na Venezuela.

Este processo, como vimos, nasce e se fortalece no contexto político, econômico e social marcado pela crise estrutural do capital. É neste momento de exacerbação das contradições intrínsecas do capital que, segundo István Mészáros, as classes trabalhadoras possuem maiores potencialidades para o enfrentamento do sistema sócio-metabólico do capital, através da conformação de um movimento extraparlamentar de massas que consiga instituir modificações estruturais na sociedade, cujas bases sejam tão arraigadas que impossibilitem a retomada do padrão de dominação burguês. Este movimento é denominado por Mészáros como “ofensiva socialista”.

Assim, no capítulo que segue nos dedicaremos a delimitar o conceito elaborado por este autor a fim de construir mecanismos teóricos capazes de explicar o movimento em execução na Venezuela.

Capítulo II – A OFENSIVA SOCIALISTA

*Antes de mais nada,
a burguesia produz seus próprios coveiros.*

Karl Marx e Friedrich Engels

2.1 Confrontando idéias: em busca de referenciais teóricos para a análise

2.1.1 Um debate na década de 1990: o pós-neoliberalismo

A noção de “pós-neoliberalismo” surgiu a partir do esforço de reflexão sobre o panorama político e social do período de vigência das políticas neoliberais e de proposição de formas para o seu enfrentamento.³⁴

Esta concepção aparece, todavia, sem uma definição precisa. Seu maior direcionamento vai no sentido de saber aquilo que não deveria ser entendido como tal, ou no sentido de contraporla ao próprio sistema neoliberal. Assim, segundo Göran Therborn, o “pós-neoliberalismo” não seria “necessariamente o socialismo, nem outra nova etapa do capitalismo”. (THERBORN, *et. al.* 1995. p.182). O “pós-neoliberalismo” deveria ser entendido como uma “outra” situação política e ideológica, onde “desafios e as tarefas da justiça social, os direitos sociais e econômicos de todos os seres humanos, os problemas planetários do meio ambiente e a questão da arquitetura do ambiente social estarão no centro do discurso político”. (Idem). O papel da esquerda dentro desta perspectiva de construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”, seria o de entender os mecanismos de acumulação, os processos de mudança cultural e de destruição social; aprender a manejar a administração e a direção macroeconômica e macropolítica; e principalmente, ampliar a capacidade de comunicação de massas.

Dentro desta idéia de ampliar a repercussão dos ideais “pós-neoliberais”, Therborn afirma em seu texto que o discurso da esquerda deve ser um discurso classista, que leve em conta as tradições, interesses e experiências dos trabalhadores, considere os novos atores, novos movimentos sociais e seja nacionalista. O autor ainda coloca que o discurso da esquerda deve

³⁴ Trabalharemos com os debates acerca da concepção de “pós-neoliberalismo” compilados nos livros: “Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático” (1995) e “Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?” (1999). Os dois livros são frutos de debates realizados pelo Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

também reverberar nas classes médias e em setores da burguesia, através do que ele chama de “solidariedade individualista” e “egoísmo racional”.³⁵ Para o autor, “o **individualismo solidário** e o **egoísmo racional** poderão, em alguns países, acrescentar novas forças ao projeto de uma esquerda do futuro”. (Ibidem. p. 184 – grifos do autor).

Perry Anderson também se dedicou a refletir sobre o “pós-neoliberalismo”. Para Anderson, um “pós-neoliberalismo” possível deveria ressaltar o princípio da igualdade, no sentido clássico de “a cada um, segundo suas necessidades; de cada um, segundo suas possibilidades”, com chances iguais a todos os cidadãos de saúde, educação, moradia e de trabalho. Deveria prezar também pela criação de novas formas de propriedade popular que “desagregam as funções da rígida concentração de poderes na clássica empresa capitalista de hoje” (ANDERSON, *et. al.* 1995. p. 201), pela democracia com um sistema parlamentar e partidarista forte e com financiamento público e pela democratização dos meios de comunicação, com a extinção dos monopólios de comunicação que são incompatíveis com “qualquer justiça eleitoral ou soberania democrática real”. (Ibidem. p. 202).

Sobre esta suposta “democracia real”, Emir Sader aponta o papel do Estado e do mercado. Para ele, os principais objetivos de um Estado democrático são: estender e garantir a cidadania ou a inclusão social, regulamentar o mercado e articular, em esfera mundial, o processo de “socialização do poder”. (SADER, 1999. p. 130). E prossegue:

Um Estado radicalmente democrático tem que fazer dois movimentos simultâneos básicos: um movimento para baixo, de integração social, que supõe um redirecionamento econômico em função do mercado interno, um processo de redistribuição de renda que implica em elevações substanciais de salários – a partir do salário mínimo -, entre outras coisas. E, em segundo lugar, um movimento para fora, não de simples negação do Estado nacional, mas de afirmação da aliança dos setores majoritários da população com forças similares de outros países, a partir de projetos nacionais convergentes e de processos sucessivos de integração regional, continental, hemisférica e mundial. (...) Em resumo, um Estado democrático é aquele que trabalha por estes últimos objetivos como seu alvo central – a socialização da política e do poder, como formas gerais da emancipação humana. (Idem).

³⁵ Therborn conceitua a primeira como “um compromisso solidário sem a inserção coletivista, em um ambiente social coletivo a longo prazo”, e cita como exemplo a defesa dos direitos humanos, que “em muitos casos, é e foi individual, mas, ao mesmo tempo, supõe um tipo de individualismo que reflete certo grau de solidariedade, um individualismo solidário”. Sobre o “egoísmo racional”, o autor afirma que é um egoísmo que “reconhece a irracionalidade dos custos sociais e dos efeitos negativos, não apenas para os pobres, mas também para os próprios ricos, da miséria, falta de esperança, da violência, da criminalidade, do medo”. (THERBORN, *et. al.* 1995. p. 184).

É possível perceber, também, que o tema da regulação do mercado é, desde os debates iniciais acerca do “pós-neoliberalismo”, uma constante. De uma maneira geral, entende-se que a existência do mercado em uma “sociedade socialista” é impossível de evitar. Para Michel Löwy, “a transição ao socialismo é necessariamente uma problemática de articulação entre planejamento democrático e mercado”, pois, tendo em vista que a construção de uma sociedade socialista com vistas ao comunismo é um processo de longa duração, “trata-se efetivamente de controlar o mercado, de socializá-lo num processo de transição histórica entre o capitalismo e o socialismo”. (LÖWY, *et. al.* 1999, p. 172). Emir Sader concorda e salienta que o socialismo não é a “sociedade sem classes, sem Estado, sem alienação. É uma transição e dentro desta margem eu [o autor] aceitaria pensar formas mercantis sobreviventes, mas com uma dinâmica tendencialmente superadora da lógica do mercado”. (SADER, *et. al.* 1999. p. 175).

Atlílio Borón, complementando, afirma que o socialismo e o mercado são “estruturas, lógicas de funcionamento e invenções sociais incompatíveis entre si”, mas pode haver “uma ‘coabitação’, enquanto se materializa – num processo histórico de longa duração – a superação dos mercados”. Para o autor, “o socialismo e os mercados não se amam, mas talvez por um tempo sejam forçados a conviver”. (BORÓN, *et. al.* 1999. p. 173-174).

Borón afirma, em obra posterior, que o “pós-neoliberalismo” baseia-se em valores como “a justiça, a democracia, o bem-estar público e o crescimento econômico” e é a partir daí que deve-se elaborar um programa de políticas públicas. (BORÓN, 2010. p. 72). Enumera, também, o que ele chama de alternativas “pós-neoliberais”, que seriam: 1) Reconstruir o Estado e seu aparato institucional bem como criar uma burocracia estatal profissional, a fim de garantir a presença dos interesses populares, viabilizar o fortalecimento da cidadania e possibilitar um efetivo controle dos mercados e dos agentes do imperialismo e da reação. 2) Anular a dívida externa que, segundo o autor, para além de ser uma forma de sugar os excedentes econômicos é um mecanismo de sujeição política dos países subdesenvolvidos. 3) Instituir políticas de combate à pobreza e não aos pobres. 4) Realizar a reforma tributária. 5) Realizar a revitalização de uma política de investimentos públicos em saúde, educação, infraestrutura, moradia, lazer, segurança social, etc. Ou seja, o aumento do gasto público e o crescente e diversificado papel do Estado na vida econômica e social. 6) Realizar a reforma agrária. 7) Reconstruir os marcos regulatórios dos mercados. 8) Instituir uma nova estratégia de desenvolvimento, baseada na reconstrução do mercado interno. (Ibidem. p. 54-70).

2.1.2 O pós-neoliberalismo e a concepção de ofensiva socialista de István Mészáros

As idéias lançadas sobre a noção de “pós-neoliberalismo” foram pouco precisas, ora tendendo para as características de um “Estado de bem-estar social”, ora para indicações de como deveriam se concretizar as bases de uma sociedade socialista. O que de mais preciso podemos retirar destas indicações é que, de maneira geral, os autores citados delegam ao Estado um papel fundamental para a superação das políticas neoliberais e de seu padrão de sociabilidade. Ao Estado, nesta perspectiva, ficaria atribuída a função de construir mecanismos para um maior desenvolvimento da nação e para uma melhor distribuição de renda, algo que, da perspectiva da qual parte este trabalho, não conduz necessariamente à construção das bases de uma sociedade socialista, proposição mais do que comprovada pela história.

Se partirmos do pressuposto de que desde meados dos anos de 1980 o sistema do capital entrou em uma crise estrutural – recrudescida nos tempos atuais -, então os mecanismos de um Estado interventor aos moldes do *welfare*, não são suficientes para vislumbrarmos uma necessária transformação radical da ordem estabelecida. É necessário reconhecermos os limites humanos e de humanização com os quais o sistema sociometabólico do capital se defronta atualmente a fim de entendermos e superarmos os limites das políticas públicas capitalistas e estabelecermos novos parâmetros para as análises.

As linhas gerais acerca da noção de “pós-neoliberalismo” afirmam um processo de **reformas conjunturais** – como ampliação da saúde, investimentos em educação, aumento de salários, etc -, uma conciliação de interesses de classes, um fortalecimento do sistema parlamentar e partidário com a exacerbação da “democracia real”, da inclusão social e da cidadania. Estes avanços conjunturais que contribuem para a melhoria pontual das condições de vida das classes trabalhadoras, mas que, no limite, advogam a favor da manutenção do capitalismo, podem ser considerados como o que István Mészáros chamou de **postura defensiva** das classes trabalhadoras.

Esta **postura defensiva**, que advoga pelos direitos trabalhistas e sociais sempre dentro dos marcos regulatórios burgueses e numa perspectiva de superação absolutamente limitada, possuiu importante papel no desenvolvimento da organização das classes trabalhadoras, mas não foi e não é suficiente para a efetivação de genuínas modificações socialistas. Esta forma de agir

diz respeito à luta da classe trabalhadora organizada em prol de melhorias de suas condições de trabalho, de moradia, de saúde, de educação: importantes conquistas, mas que, ao fim e ao cabo, não conferem ao processo de lutas um caráter efetivamente revolucionário, dado que são modificações apenas dentro do âmbito do capital e que não alteram definitivamente sua estrutura de produção e de dominação.

Nas palavras de Meszáros:

Considerando a grave crise estrutural do sistema do capital, hoje a inflexível alternativa é o **socialismo ou a barbárie**, senão a completa aniquilação do gênero humano. Esse oneroso fato histórico clama pela busca de um conjunto de estratégias coerentes que não possam ser revertidas no primeiro momento oportuno, ao contrário dos fracassos passados devidos à aceitação da **linha de menor resistência** e à concomitante **defensiva** do movimento socialista. Ao mesmo tempo, o **alvo** da transformação socialista sustentável deve ser firmemente reorientado a partir da **deposição do capitalismo** – administrável apenas de modo estritamente temporário – à **completa erradicação** do processo sociometabólico do capital. Do contrário, as antigas estruturas do sistema herdado tendem a se revitalizar, tal como testemunhamos nas sociedades de tipo soviético no século XX. (MÉSZÁROS, 2007. p. 227-228 – grifos do autor).

Desta maneira, para além de uma postura defensiva, faz-se necessário que as organizações socialistas assumam uma **postura ofensiva**, ou seja, que edifiquem modificações sólidas dentro do sistema do capital, que não possam ser anuladas e que dêem bases objetivas e subjetivas para a contínua consolidação do processo de mudanças, superando a postura defensiva e indo além da clássica “negação da negação”.

Assim, já exauridas as conquistas defensivas da classe trabalhadora – sem perder de vista a questão fundamental do contexto de crise estrutural do capital -, esta deverá assumir uma “ofensividade”, onde encare, mesmo quando estiver lutando por objetivos pontuais, como seu objetivo norteador a **negação absoluta do modo de reprodução social capitalista e a sua transformação positiva**, qual seja: a proposição de uma ordem social alternativa. Ainda que parciais, as lutas das classes trabalhadoras devem estar imbricadas sempre ao objetivo último da superação do capital e da emancipação humana, pois somente assim, adotando “uma estratégia global viável”, será possível que os passos parciais “se tornem cumulativos, em nítido contraste com todas as formas conhecidas do trabalhismo reformista que desapareceram sem deixar traços, como gotas de água nas areias do deserto”. (MÉSZÁROS, 2002. p. 844).

Em absoluta dissonância em relação às idéias “pós-neoliberais” que insistem em consolidar a democracia parlamentar, fortalecer os partidos e a cidadania, Mészáros propõe a instituição da **democracia substantiva**, entendida como passo fundamental para o fortalecimento da postura ofensiva das classes trabalhadoras. Esta democracia substantiva é “definida como **atividade autodeterminada dos produtores associados tanto na política como na produção material e cultural**”. (Ibidem. p. 849 – grifos meus). Assim, a democracia substantiva exigiria a transferência progressiva dos processos decisórios para os produtores associados, tal qual o controle do processo de produção e reprodução em todas as esferas e em todos os níveis, pois, segundo o autor, em nada contribui para a construção socialista tomar decisões localmente se as principais e estruturantes decisões continuam sob os ditames da burguesia e do capital, contrapondo-se, na absoluta maioria das vezes, às orientações e determinações sancionadas localmente. Desta maneira, o processo de construção da democracia substantiva é parte fundamental da ofensiva socialista, tal qual sua consolidação o é para a própria sociedade socialista. Sabendo que a construção de uma sociedade socialista “é inimaginável sem que ocorra a superação da disjunção e da alienação existentes” (Ibidem. p. 849-850), Mészáros afirma que:

a condição necessária para realizar as funções da reprodução diretamente material de um sistema socialista é **a restituição do poder de tomar decisões aos produtores associados** – em todas as esferas de atividade e em todos os níveis de coordenação, desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional. O “fenecimento do Estado” não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado ainda no presente, e na transição para a genuína sociedade socialista é necessária a **progressiva requisição dos poderes** (...) Conservar a dimensão política sob uma autoridade separada, divorciada das funções reprodutivas materiais da força de trabalho significa manter a dependência e a subordinação estrutural do trabalho, e conseqüentemente impossibilitar a tomada de medidas subseqüentes em direção a uma transformação socialista sustentável. (Idem – grifos meus).

Desta maneira, a democracia substantiva trata fundamentalmente de exercer uma “**coordenação não-hierárquica**, como oposta a todas as formas conhecidas e praticáveis de **subordinação e dominação estruturalmente impostas**” (MÉSZÁROS, 2007. p. 231 – grifos do autor), assegurando aos produtores associados o papel de sujeitos do poder. Para tanto, enquanto condição absoluta de efetivação do sistema político-social alternativo, encontra-se a questão da **igualdade substantiva**, em contraposição à igualdade formal existente.

A igualdade substantiva é o ponto nevrálgico da construção do socialismo. Baseada na implementação do amplo poder decisório e, sobretudo, da desalienação entre produtor e produto, onde as consciências individual e social buscam satisfazer-se mutuamente, numa relação de reciprocidade dialética, e os indivíduos se realizam superando o fetichismo da mercadoria, enriquecendo suas vidas em termos humanos – ou nas palavras de Mészáros citando Marx, constituindo-se em “seres humanos ricos”, em contraste com a concepção fetichista da riqueza e da pobreza da ordem burguesa (MÉSZÁROS, 2009) -, a igualdade substantiva transcende as fronteiras da política burguesa. A igualdade substantiva, como uma categoria de longa gestação histórica, está, assim, intimamente ligada à “questão da atividade produtiva genuinamente auto-realizadora na vida dos indivíduos” (Ibidem. p. 121) e somente através dela é possível vislumbrar formas não-antagônicas de relação entre os seres humanos.

Evidente que a construção das formas de relações não-antagônicas não pode ser outorgada. Elas devem emergir de valores nascidos da “prática social efetiva em progresso” em um movimento consensual, onde cada indivíduo particular participe ativamente de todas as instâncias da vida social – da política, da produção, da distribuição, da cultura – e se sinta contemplado dentro deste sistema. Então, “em lugar da sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. (MARX; ENGELS. 2006. p. 107). Para Mészáros, o princípio clássico “de cada um segundo suas possibilidades, e a cada um, segundo suas necessidades” não é factível “sem a aceitação consciente e a promoção ativa da igualdade substantiva por parte dos indivíduos”. (MÉSZÁROS, 2009. p. 125).

A igualdade no âmbito político é uma reivindicação burguesa – ainda que em muitos casos, fique aquém de seus próprios princípios. Por isso, a construção de uma sociedade socialista deve pautar-se na consolidação da **igualdade substantiva** e na extrapolação da política burguesa.

Visto que a política, como constituída e herdada do passado capitalista é, de fato, um dos maiores obstáculos para a emancipação da humanidade. Por essa razão, Marx era explícito em sua defesa inflexível do **fenecimento do Estado** com todos seus corolários. Somente a condução inexorável à realização de uma sociedade de **igualdade substantiva** pode fornecer o **conteúdo social** exigido ao conceito de **democracia socialista**. Um conceito que não pode definir-se apenas em termos políticos, porque deve ir **além da própria política** tal como herdada do passado. (MÉSZÁROS, 2007. p. 236-237 – grifos do autor).

Nota-se, portanto, a discrepância entre estas concepções de igualdade e de democracia e aquelas apregoadas pelos referidos teóricos do “pós-neoliberalismo”. Se, nestas últimas, o Estado deve atuar como o ponto fundamental de garantia de direitos sociais, de cidadania, de regulação de mercado, sem vínculos concretos com a superação da ordem social, política e produtiva vigente; para os socialistas, o Estado deve ser, num primeiro momento, constituído por representantes advindos fundamentalmente de um movimento **extraparlamentar de massas**, cuja importância política e social supera a da própria instituição, garantindo modificações **estruturais** a fim de construir uma forma de **sociabilidade alternativa ao capital**, através de iniciativas como a transferência gradual do poder administrativo e produtivo das empresas aos produtores, bem como a criação de instâncias deliberativas efetivamente incisivas na esfera legislativa, como exemplo de transferência gradual da tomada de decisão.

É necessário, portanto, não negligenciar as contundentes limitações da esfera parlamentar quando se tem por objetivo a construção da sociedade socialista. Porém, tendo em vista que o processo de consolidação da igualdade substantiva e, concomitantemente, da democracia substantiva, possuem amplo fôlego histórico, ou seja, são construções a serem realizadas no decorrer de um grande espaço de tempo, é necessário ao movimento transformador a capacidade de manejar as instituições herdadas da ordem burguesa.

Desta maneira, extingui-se a idéia de uma ruptura radical com todas as construções do passado a fim de garantir às novas construções uma sustentabilidade histórica. Neste ponto voltamos à noção de **postura ofensiva**, a lembrar: aquela que nega a ordem vigente e através de um **processo sustentável** institui **modificações estruturais** que não possam ser cooptadas e revitalizadas pelo capital a fim de restituir-lhe sua posição de domínio. Para Mészáros, este é um estágio onde se deve reter pelo menos algumas “características importantes da estrutura parlamentar herdada, enquanto o longo processo de reestruturação radical” é “realizado na ampla escala necessária”. (MÉSZÁROS, 2002. p. 794).

O que o autor salienta aqui é a necessidade de superar a política burguesa não apenas através da extinção – absolutamente necessária e parte integrante das exigências de uma ordem socialista – súbita do Parlamento e sim mediante um amplo e irreversível processo de modificações estruturais que abarquem todas as esferas da vida social.

A natureza da estrutura institucional global também determina o caráter de suas partes constituintes e, vice-versa, os “microcosmos” particulares de um sistema

sempre exibem as características essenciais do “macrocosmo” a que pertencem. Nesse sentido, qualquer mudança que ocorra em um componente particular só pode se tornar algo puramente efêmero, a menos que possa reverberar plenamente por todos os canais do complexo institucional total, dando assim início às mudanças exigidas no sistema inteiro de totalizações recíprocas e interdeterminações. (...) Por isso, a atualidade histórica da ofensiva socialista tem imenso significado. Pois, sob as novas condições da crise estrutural do capital, torna-se possível ganhar muito mais do que alguma grande (mas, no final das contas terrivelmente isolada) batalha, como as revoluções russa, chinesa e cubana. Ao mesmo tempo, não existe meio de minimizar o caráter doloroso do processo envolvido, que requer importantes ajustes e correspondentes mudanças institucionais e organizacionais em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista. (Ibidem. p. 795).

Desta maneira, a convivência com as instituições herdadas do passado deve possuir um **caráter absolutamente ofensivo**: realizando através delas modificações estruturais no sistema do capital e consolidando as formas de sua própria superação. Ou seja, ainda que as condições sócio-políticas não permitam a extinção imediata das instituições burguesas, a ofensiva socialista, por sua própria definição, nunca deve perder de vista seu objetivo maior, que é a superação destas instituições e de todo o sistema do capital, sob pena de reviver as investidas sistêmicas dos movimentos socialistas derrotados no passado. E derrotados justamente porque entendiam a luta institucional como o principal módulo da construção socialista, renegando ao completo esquecimento as características fundamentais desta construção ditadas acima: a emancipação do trabalho, a consciência socialista, a igualdade substantiva. Tendo em vista o sistema global de controle social imposto pela lógica capitalista, não há qualquer esperança de sucessos parciais isolados para o movimento socialista, mas somente de **sucessos globais**. As medidas parciais devem ter a função e devem ser capazes de “operar como ‘**pontos de Arquimedes**’, ou seja, como alavancas estratégicas para uma reestruturação radical do sistema global de controle social”. (MÉSZÁROS, 2009. p. 73-74 - grifos do autor).

Portanto, ainda que seja necessário utilizar as instituições herdadas do passado de maneira a possibilitar a instauração de marcos revolucionários que perdurem, a ofensiva socialista nunca deve reter-se somente a isto. Deve tomar como seu ponto de força as instâncias **extraparlamentares**, em um movimento que abarque toda a ordem existente e não apenas o Parlamento. As investidas puramente institucionais entendidas como “o caminho” da luta socialista e a aceitação tácita de suas regras internas constituídas, que são reflexo claro da própria

lógica do capital, “só podem produzir o **auto-encarceramento parlamentar** da esquerda”. (MÉSZÁROS, 2002. p. 824 – grifos do autor).

Não foi, portanto, sob nenhum aspecto accidental que as tentativas de introduzir grandes mudanças sociais – nos últimos quinze anos na América Latina, por exemplo, notadamente na Venezuela e na Bolívia – foram acompanhadas de uma crítica substancial do sistema parlamentar e pelo estabelecimento de assembléias constitucionais como o primeiro passo em direção às transformações de longo alcance defendidas. (MÉSZÁROS, 2007. p. 279).

Torna-se vital superar a esfera da política burguesa com sua democracia formal e sua típica separação dos poderes, que nas palavras de Mészáros não passa da “separação institucionalizada e legalmente imposta entre o poder e o trabalho e seu exercício contra os interesses do trabalho”. (MÉSZÁROS, 2002. p. 827).

Vale a pena sublinhar, portanto, a necessidade de uma ofensiva socialista que utilizando-se das potencialidades reformadoras das instituições burguesas a fim de instaurar modificações estruturais na ordem vigente, seja capaz de **extrapolat seus limites a partir de um movimento extraparlamentar**, sob pena de ser reintegrada ao sistema do capital, tendo em vista que o Parlamento e suas instituições “democráticas” conspiram para perpetuação deste.

O movimento socialista não pode obter êxito diante da hostilidade dessas forças a menos que seja rearticulado como um movimento revolucionário de **massa**, conscientemente ativo em **todas** as formas de luta social e política: local, nacional disponíveis, por mais limitadas que possam ser, sobretudo sem se esquivar de asseverar as demandas necessárias da desafiadora ação extraparlamentar. (MÉSZÁROS, 2007. p. 291 – grifos do autor).

A ofensiva socialista deve sempre partir e se basear em sua luta extraparlamentar, tendo em vista que seu opositor estrutural, o capital, possui caráter extraparlamentar por excelência. E esta luta extraparlamentar deve incidir sobre a consciência de classe dos trabalhadores, conformando uma consciência socialista que consiga aglutinar em seu interior as mais amplas formas de luta contra o capital de maneira não apartada. Ou seja: esta luta deve partir de um movimento de massas de maneira a conseguir aglutinar as diferentes instâncias e formas de luta socialista e utilizar-se, isto sim, de todo o aparato institucional que ainda lhe concerne: os sindicatos, os partidos políticos e o próprio Parlamento, instituindo, assim, uma margem de

diálogo entre os componentes da luta socialista de maneira positiva, que efetivamente trabalhe numa perspectiva ofensiva de coadunação das forças políticas.

O diálogo entre os sujeitos da ofensiva socialista conformando uma ampla frente de luta é o que Mészáros denominou como **pluralismo socialista**. O pluralismo socialista é a possibilidade de aglutinar as diferentes instâncias e formas de resistência e de luta contra o capital sem nunca perder de vista seu ponto norteador que é a própria superação deste. Esta ofensiva é estruturalmente irrealizável “sem uma articulação plena com os múltiplos projetos autônomos” ou “auto-administrados”, e, por isso, “irrepreensivelmente pluralistas da **revolução social** em andamento”. (Ibidem. p. 816 – grifos do autor).

E Mészáros prossegue:

A condição elementar para o sucesso do projeto socialista é o pluralismo inerente a ele, e que parte do reconhecimento das diferenças e desigualdades existentes; não para preservá-las (que é uma necessidade de toda “unidade” fictícia e arbitrariamente imposta), mas para superá-la da única forma viável: assegurando o envolvimento ativo de todos os interessados. Desnecessário dizer que este envolvimento é impossível sem a elaboração de estratégias e “mediações” específicas, que emergem das determinações particulares das necessidades e circunstâncias mutáveis, o que representa o maior desafio à teoria marxista contemporânea. A única e exclusiva perspectiva ampla que pode servir de estrutura de referência comum para a grande variedade de forças socialistas politicamente mais ou menos organizadas e conscientes é a rejeição do *slogan* onipresente de que “não há alternativas”. (Ibidem. p. 816).

Tendo em vista que a pluralidade socialista é a pluralidade das instâncias e das formas de luta, impõe-se como possibilidade e como necessidade a realização de reformas e avanços em oposição à lógica do capital, mesmo que estes não possuam um caráter estritamente socialista. A construção do socialismo deve “ser positivamente articulada com objetivos intermediários, cuja realização possa promover avanços estratégicos no sistema a ser substituído, mesmo que apenas parciais num primeiro momento”. (Ibidem. p. 817).

Isto posto, o maior equívoco dos “pós-neoliberais” foi o de justamente negligenciar a esfera da luta ideológica em prol das reformas conjunturais. Como afirma Mészáros, a perspectiva do pluralismo socialista é justamente a postura ofensiva do movimento em relação a estas reformas, entendendo suas contribuições para a fomentação da ideologia socialista, mas sem nunca perder de vista suas limitações estruturais, que conferem – caso negligencie-se o objetivo último do movimento – a própria reestruturação do capital.

O significado do pluralismo socialista – engajamento ativo em ação comum que não compromete, mas, ao contrário, constantemente renova os princípios socialistas que inspiram as questões globais – emerge precisamente da capacidade das forças participantes de **combinar**, num todo coerente com implicações socialistas **em última análise** inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de **especificamente socialista**. (...) Neste sentido, as demandas mais urgentes de nossa época, que correspondem diretamente às necessidades vitais de uma grande variedade de grupos sociais – emprego, educação, assistência médica, serviços sociais decentes, assim como as demandas inerentes à luta pela liberação das mulheres e contra a discriminação racial -, podem, sem uma única exceção, ser abraçadas sem restrições por qualquer liberal genuíno. Entretanto, é absolutamente diferente quando não são consideradas como questões singulares, isoladamente, mas em conjunto, como partes do complexo global que constantemente as reproduz como demandas não realizadas e sistematicamente irrealizáveis. Desse modo, o que decide a questão é a sua **condição** de realização (quando definidas em sua pluralidade como demandas socialistas **conjuntas**), e não o seu caráter considerado separadamente. (Ibidem. p. 817-818 – grifos do autor).

O processo de construção da nova ordem, realizando a progressiva transferência de poderes deliberativos e produtivos aos trabalhadores associados e a superação da democracia burguesa, será, enfim, capaz de fomentar os princípios de uma economia socialista “centrada numa **significativa economia da atividade produtiva**, pedra angular de uma rica realização humana numa sociedade emancipada das instituições de controle alienadas e reificadas”. (MÉSZÁROS, 2009. p. 73 - grifos do autor).

Outro ponto importante é que o processo produtivo passa a estar baseado na **democracia substantiva** e nas formas não-hierárquicas de relação. Portanto, os produtores associados são capazes de atribuir um sentido distinto ao processo de produção, onde deixa de valer o **tempo de trabalho socialmente necessário** e institui-se o **tempo disponível** “libertador e emancipador conscientemente oferecido e administrado pelos próprios indivíduos sociais”. (MÉSZÁROS, 2007. p. 252).

O autor em questão não enxerga possibilidades concretas de fazer coexistir o mercado e a sociedade socialista. Para Mézáros, não é possível transferir nenhum tipo de “corretivo parcial” à “estrutura operacional do capital para dentro de uma ordem genuinamente socialista, como o fracasso desastroso da aventura do ‘socialismo de mercado’ de Gorbachov demonstrou de maneira dolorosa e conclusiva”. (Ibidem. p. 253). Portanto, a última alternativa viável de construção de uma sociedade socialista, dentro de um processo de mudanças, é inverter a lógica burguesa de produção da vida objetiva e subjetiva que prima pelo crescimento econômico em

contraposição ao subdesenvolvimento, para uma nova forma de lidar com o próprio conceito de riqueza.

Assim, de pouco adianta regulamentar o mercado ou distribuir melhor a renda se mudanças efetivamente estruturais, como a reestruturação radical do próprio processo de produção, não forem postas em prática. Entendendo a ofensiva socialista como um processo global, é vital não apenas indicar a existência ou não do mercado – existência que se perpetuará até o momento da sublimação da revolução comunista – e sim a relação que este mercado passará a ter, dentro do período de transformação socialista, com as esferas de produção e consumo. Pois, “a alternativa hegemônica socialista ao domínio do capital requer a superação fundamental da **dialética truncada** da inter-relação vital de **produção, distribuição e consumo**”. (Ibidem. p. 257 – grifos do autor). Esta consideração já estava presente na “Crítica ao Programa de Gotha” de 1875. Nesta ocasião Karl Marx apontava que:

É equivocado, em geral, tomar como essencial a chamada distribuição e aferrar-se a ela, como se fosse o mais importante. **A distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, um corolário da distribuição das próprias condições de produção.** E esta é uma característica do modo mesmo de produção. Por exemplo, o modo capitalista de produção repousa no fato de que as condições materiais de produção são entregues aos que não trabalham sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, enquanto a massa é proprietária apenas da condição pessoal de produção, a força de trabalho. Distribuídos deste modo os elementos de produção, a atual distribuição dos meios de consumo é uma consequência natural. **Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios operários, isto determinaria, por si só, uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual.** O socialismo vulgar (e através dele uma parte da democracia) aprendeu com os economistas burgueses a considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e, portanto, a expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. Uma vez que desde há muito tempo já está elucidada a verdadeira relação das coisas, porque voltar a marchar para trás? (MARX, 1977. p. 233 - grifos meus).

Os objetivos de um programa de transição ou de construção socialista, para Mészáros, seriam: a) produzir uma mudança radical e sustentável do sociometabolismo capitalista; b) reestruturar todas as esferas da vida social, já que elas não podem ser simplesmente derrubadas com a finalidade de uma reconstrução total; c) passar da atual fragmentação das forças sociais à sua coesão no empreendimento criativo dos produtores associados, implicando no desenvolvimento da consciência de massa socialista; d) descentralizar e autonomizar a tomada de

decisões e de seus poderes institucionais, transcendendo a divisão entre sociedade civil e Estado; e) abolir o segredo de governo, instituindo uma forma de governo aberto às pessoas interessadas; f) reavaliar o papel dos sindicatos e dos partidos políticos na estrutura do pluralismo socialista. (MÉSZÁROS, 2002. p. 820-821).

Estes objetivos poderiam ser enquadrados, de maneira geral, dentro da categoria dos objetivos realizáveis. Insistindo sobre a estratégia de luta socialista, e retomando a questão de uma postura ofensiva que realize reformas estruturais no sistema do capital, Mézáros especifica os objetivos desta luta: os **objetivos necessários** e os **objetivos realizáveis** no contexto histórico ainda reinante. Para o autor, é imprescindível realizar uma separação radical entre os objetivos históricos essenciais e os objetivos imediatamente realizáveis.

Enquanto os primeiros dizem respeito ao estabelecimento estrito da sociedade socialista, superando o próprio capital, os segundos se referem mais especificamente ao ataque e à superação das “forças dominantes do capitalismo, permanecendo, necessariamente, num sentido vitalmente importante, no interior dos parâmetros estruturais do capital”. (MÉSZÁROS, 2009. p. 77). Desta forma, para atingir o **objetivo necessário** – a consolidação da forma hegemônica alternativa de controle social – é necessário realizar uma “reestruturação radical do arcabouço estrutural do capital, inerente não apenas a um dado mecanismo econômico, mas ao sociometabolismo herdado em geral” que é “realizável somente como um processo histórico complexo, com todas as suas contradições e potenciais retrocessos e perturbações”. (Ibidem. p. 77-78). Para Mézáros, “as **demandas parciais** podem e devem ser defendidas pelos socialistas se forem vinculadas à demanda absolutamente fundamental de superar a relação de capital, que atinge o cerne do problema”. (MÉSZÁROS, 2007. p. 292 – grifos do autor).

Reaparece, assim, a diferença fundamental entre as **reformas conjunturais** e as **reformas estruturais**. Enquanto as primeiras estão ligadas à postura defensiva da classe trabalhadora e à possibilidade de uma reestruturação do sistema do capital; as últimas, estando invariavelmente coadunadas ao **objetivo necessário** de superação do capital e de construção da sociedade socialista, são entendidas como uma etapa necessária do processo de transformação. Assim estas reformas conjunturais, ou estes **objetivos realizáveis** devem reduzir “consciente e persistentemente o poder de regulação do capital sobre o próprio sociometabolismo em vez de proclamarem como realização do socialismo algumas limitadas conquistas pós-capitalistas”. (MÉSZÁROS, 2009. p. 78).

Portanto, as propostas “pós-neoliberais” enumeradas acima não são entendidas no âmbito deste trabalho nem mesmo como o que Mészáros chamou de “conquistas pós-capitalistas”. Devem ser entendidas, mas estritamente, como reformas conjunturais, que enquanto tais visam a amenização do confronto de classes com as parcas propostas de redistribuição de renda e de investimento nas instituições burguesas. Desta maneira, os objetivos “pós-neoliberais” devem estar imbricados em um movimento de ofensiva contra o próprio capital. Ou seja, estas reformas conjunturais devem fazer parte de um processo ofensivo, devem conduzir o movimento revolucionário ao estabelecimento de reformas na estrutura do sistema sociometabólico do capital, para que assim, seja possível construir as bases de uma sociedade socialista.

Isto posto, a luta das classes trabalhadoras e de seus teóricos não deve transferir seu eixo do socialismo para o “pós-neoliberalismo”, sob pena de seguir pelo “caminho de menor resistência” (nas palavras de Mészáros) e postergar *ad infinitum* a superação da ordem burguesa e do capital.

2.2 O conceito de revolução, sujeitos e *práxis* revolucionária

2.2.1 Revolução: levante triunfal ou processo de superação?

A revolução socialista entendida como “uma contínua e profunda transformação revolucionária de todas as facetas de nossa vida social” (MÉSZÁROS, 2007. p. 78) segue sendo uma questão de suma importância.

Isto significa que a transformação socialista deve buscar uma absoluta modificação em todas as esferas da vida social, desde a produção material até a cultura e da consciência de classe à consciência individual, não apenas negando a ordem capitalista, mas implementando uma nova ordem. Pois, o significado de radical é transformar as coisas em suas raízes. E este é um projeto de longo desenvolvimento, a ser implementado durante um largo espaço de tempo, pois, a construção progressiva e que se sustente ao longo do tempo, com raízes profundas, de uma ordem social e política alternativa ao capital, carece de bases sólidas, desenvolvidas através da implementação sistemática de mudanças estruturais, de uma ofensiva socialista. Para Mézáros “muitíssimo do que está hoje firmemente enraizado tem de ser erradicado no futuro por meio do laborioso processo de uma transformação contínua – se preferir, ‘permanente’”. (Idem).

A urgência da superação do capital requer a organização sistemática da ofensiva socialista que consiga implementar os primeiros passos rumo a uma nova forma de sociabilidade sustentável: as modificações de cunho político.

Marx já chamava a atenção para o fato de que:

a revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 1995. p. 90-91).

Segundo Atilio Borón, “hoje, mais do que nunca, é importante desenhar uma estratégia de longa duração na luta pelo socialismo”. (BORÓN, *et. al.* 1995. 189). É exatamente esta “estratégia de longa duração na luta pelo socialismo” que Borón indicou ser o “pós-neoliberalismo” em sua obra de 2010: “O Socialismo no Século 21: há vida após o

neoliberalismo?”. O livro de Borón nos traz importantes considerações que extrapolam as limitações da concepção de “pós-neoliberalismo”, ainda que o autor não tenha rompido em definitivo com as discussões realizadas na década de 1990. Concordamos com o autor quando este reitera a importância de se traçar estratégias para a consolidação do socialismo. Porém, se para Borón esta “estratégia de longa duração na luta pelo socialismo” pode ser vinculada ao “pós-neoliberalismo”, para nós, em contrapartida, ela deve ser entendida como a consolidação de uma **ofensiva socialista**.

Um ponto importante da construção do socialismo no século XXI é que a luta pela instauração de uma ordem alternativa ao capital deve ser entendida como um processo que se inicia com o emprego sistemático de reformas estruturais, tendo em vista a indisponibilidade de condições objetivas (materiais) e subjetivas (construção e solidez ideológica) para a realização de uma ruptura imediata com a ordem atual.

Para Atílio Borón, tendo em vista a impossibilidade de consolidar a revolução socialista faz-se necessário um amplo programa de reformas que possibilite a elevação dos patamares de luta do movimento socialista:

Supor que essas tarefas podem ser postergadas até um eventual triunfo de uma revolução socialista equivale a convalidar o gigantesco holocausto social e ecológico atualmente em curso em nossos países. Devemos apresentar uma estratégia de saída da crise sem mais demora. Se for mediante uma alternativa revolucionária tanto melhor; mas, se tal caminho estiver por enquanto bloqueado, então deveremos fazer isso impulsionando uma agenda audazmente reformista, que sirva para levar as lutas sociais do nosso tempo a um novo patamar. (BORÓN, 2010. p. 54).

E ainda:

Vivemos, portanto, em tempos de refluxo, em tempos em que o reformismo é uma ‘segunda melhor’ alternativa ante o temporário fechamento da rota revolucionária. O erro de muitos reformistas, contudo, foi o de fazer da necessidade virtude. Porque, mesmo quando no momento atual (...) o caminho das reformas aparece como o único que se encontra em aberto, isso não o converte em um instrumento adequado para a construção do socialismo. Contudo, se as reformas se derem de uma certa forma – potencializando a presença popular no Estado, a economia e a vida social; fortalecendo a organização e a conscientização das classes exploradas; atuando rapidamente e estabelecendo salvaguardas que garantam a irreversibilidade das mesmas, desenhando uma lógica acumulativa que ponha em movimento uma espécie de ‘reformismo permanente’ -, elas poderiam constituir um degrau nada desprezível

para avançar rumo ao socialismo. O problema com o reformismo é que, em um mundo barbarizado como o do capitalismo neoliberal, se requerem transformações de fundo e não apenas ajustes marginais. Se, como dizem os zapatistas, “do que se trata é de criar um mundo novo”, essa tarefa excede largamente os limites cautelosos do reformismo. Mas, no entanto, por decepcionante que este venha a ser, os movimentos populares não podem permanecer de braços cruzados até que chegue o “dia decisivo” da revolução. (Ibidem. p. 79-80).

Percebe-se assim, que a noção de revolução empregada por Borón é distinta da noção de revolução empregada por Mészáros. Se para o primeiro a revolução socialista acontece somente quando se institui um Estado estritamente socialista, nos remetendo, ainda, às concepções clássicas de revolução armada; para o segundo, a revolução socialista começa quando da implementação sistemática de reformas estruturais, ou seja, quando se materializa a ofensiva socialista. Portanto, para Mészáros, esta “agenda audazmente reformista”, se entendida como um amplo processo de reformas estruturais, pode ser considerada como o **primeiro passo da revolução socialista**. Ou seja, nesta perspectiva, deixamos o campo das reformas para adentrarmos ao campo da consolidação socialista sobre bases sólidas, entendida como revolucionária desde o princípio – obviamente se observar as condições de uma ofensiva socialista já consideradas aqui, ou em outras palavras, numa perspectiva distante de entender quaisquer reformismos como sendo revolucionários.

O que se entende a partir da distinção entre o conceito de revolução empregado por estes dois eloquentes autores é que esta distinção está baseada no entendimento que estes possuem a respeito do caráter das reformas implementadas durante o processo de construção da sociedade socialista. Se para Mészáros, as reformas que levam efetivamente à construção da ordem alternativa ao capital já podem ser consideradas como uma fase da revolução socialista; para Borón, estas reformas são apenas o caminho a ser seguido para o triunfo da sociedade socialista, momento entendido, isto sim, como revolucionário.

Nos parece mais coerente entender as reformas estruturais como o **próprio processo revolucionário**: o processo de construção da sociedade socialista, dado o momento sócio-econômico-político atual. Estas reformas não são revolucionárias *per se*, o são somente se fizerem parte de uma **ofensiva socialista global**, que possua vínculo orgânico com a classe trabalhadora em um movimento extraparlamentar de massas e que afete todas as instâncias sociais, possibilitando, desta forma, a ruptura com a ordem vigente. Desta maneira, se estas reformas

estruturais efetivamente promoverem “uma profunda e ativa transformação de todas as facetas da vida social” – fato impossível de ocorrer se as reformas mantiverem-se isoladas de um processo global e estrutural de modificações, ao qual pode-se atribuir a nomenclatura de reformas conjunturais – elas compõem, de fato, **parte da revolução social em andamento**.

Perspectiva distinta nos traz Borón ao afirmar que uma revolução dificilmente começa exatamente como uma revolução: começa na maior parte dos casos como um processo de reformas que criam as condições materiais e ideológicas para um levante efetivamente revolucionário. E o socialismo, pensado no contexto do século XXI, deverá, segundo o autor, seguir pelo mesmo caminho. Segue desta maneira:

Uma revolução dificilmente começa como tal e a luta pelo socialismo do século 21 não será uma exceção a essa regra. Além disso, a conquista de certas metas não significa se eternizar nas mesmas, mas tal conquista deve ser concebida como uma plataforma para, a partir da qual, promover novas e mais ambiciosas conquistas. A seqüência verificada não apenas na experiência cubana mas também na soviética é que os revolucionários quase invariavelmente levantam um conjunto básico de reivindicações que apenas poderiam ser chamadas de “reformistas”. (Ibidem. p. 128-129)

O processo de reformas, afirma Borón, se desligará de tal maneira do sistema neoliberal que chegará em um estágio de desenvolvimento que possibilitará e exigirá uma efetiva revolução, sob pena de colocar em risco tudo o que já foi conquistado. É neste momento que encontraremos o ápice do processo, ou a efetiva revolução socialista, pois, segundo o autor, as reformas não conduzem a uma lenta evolução que imperceptivelmente cruza a linha para o socialismo. (Ibidem. p. 129). Esta linha somente é cruzada através de uma revolução triunfante, possibilitada, isto sim, pelo processo de reformas. Desta forma, para Borón, “um projeto socialista digno deste nome tropeçará, mais cedo ou mais tarde, nesse dilema. Ou rompe com as estruturas do passado ou a revolução em andamento estanca e acaba derrotada”. (Idem).

Porém, entendemos que o projeto socialista não “tropeçará, mais cedo ou mais tarde”, no dilema de ruptura com as estruturas do passado. O projeto socialista somente pode ser entendido como tal **se efetivamente** romper com as estruturas do passado, **se efetivamente** realizar mudanças **estruturais** que comprometam a reprodutibilidade do capital e instaurem uma ordem sociometabólica alternativa a esta.

Ao afirmar também que “uma revolução dificilmente começa como tal” e que o processo de transformação não é alcançado pelo cruzar “lento e imperceptível” da linha que separa o capitalismo do socialismo e sim por uma revolução triunfante, Borón deixa em aberto sua consideração a respeito do caráter das reformas que devem ser implementadas. Ou em outras palavras: se o autor se refere às reformas conjunturais, incorre no grave equívoco de achar que através delas, que através de reformas sistêmicas e pontuais dentro do sistema do capital e sem um embasamento extraparlamentar de massas, o socialismo será alcançado. Por outro lado, considerando estas reformas como estruturais e globais e que levam o movimento socialista à consolidação de uma nova ordem social e relacionando este processo ao cruzar “lento e imperceptível” de uma linha transitória, Borón, cai no erro de indicar que a implementação de reformas estruturais não seria um processo propriamente revolucionário.

Apesar de afirmar que quaisquer reformas nas sociedades neoliberais, e principalmente nas sociedades latino-americanas, não são um processo simples³⁶, Borón ainda está preso à imagem de uma revolução proletária armada e necessita de marcos, como a queda da Bastilha, para afirmar que há ali uma efetiva revolução. Ora, não foi a queda da Bastilha que configurou a revolução; a revolução burguesa já estava em curso há muito tempo e o episódio da Bastilha configurou um **marco simbólico** de consolidação hegemônica do novo sistema.

Contudo, entendemos como revolução socialista o **processo de modificações estruturais** no sentido atribuído à **ofensiva socialista**, que no auge de sua consolidação, ou quando o capital não mais encontrar condições de sua reprodução sociometabólica, necessitará, isto sim, de um evento político-social que atuará basicamente como um marco simbólico de instauração da ordem hegemônica alternativa.

A Revolução Bolivariana possui uma similitude muito grande com relação ao conceito de revolução elaborado acima. Após a emergência do movimento bolivariano como força dirigente da sociedade venezuelana, foram instituídas mudanças e reformas na política, nas instituições, na economia e no sistema produtivo do país. Como apontou Mészáros, a revolução socialista pode possuir como “primeiros passos” um processo sistemático de reformas estruturais implementados por um movimento extraparlamentar de massas, entendido pelo autor como uma ofensiva socialista. No caso em questão, houve um primeiro período de reformas conjunturais, que foram

³⁶ “Na América Latina, o caminho das reformas está longe de ser um passeio por um campo transbordante de flores. Para nossas direitas, as reformas não são um substituto, mas um catalisador da revolução e, por isso, não poupam sangue para combatê-las”. (BORÓN, 2010. p. 80-81).

implementadas a fim de construir bases sólidas para a consolidação de reformas de estrutura. Com o recrudescimento do processo de reformas estruturais é possível afirmar que se objetivou um processo de lutas e transformações em curso desde 1980. Assim, como veremos detalhadamente ao longo do trabalho, o movimento bolivariano, ao se fazer governo e ao transformar a estrutura social, política e produtiva do país comanda um processo revolucionário.

O ponto no qual a maior parte dos teóricos da revolução socialista analisados neste trabalho concordam é que a construção do socialismo neste século não deve seguir modelos e nem cartilhas. Deve sim espelhar-se nas experiências do século anterior, aprender com os erros cometidos, superando-os e retendo-se ao que de melhor foi realizado, inspirando-se ali e criando novas possibilidades. É o que Simón Rodríguez, tutor de Simón Bolívar, tratava pela máxima: “Ou inventamos ou erramos”. Assim, não há modelos para imitar e sim fontes para inspirar-se.

Uma China que alimenta diariamente a 1,3 milhão de pessoas certamente terá algo digno de ser aprendido no terreno da produção agrária. Um Vietnã que renasce das cinzas da destruição realizada pelos EUA também tem algo que nos ensinar. Os extraordinários resultados de Cuba em matéria de saúde e educação contêm valiosas lições que os países subdesenvolvidos devem estudar com grande atenção. Porém, a construção do socialismo do século 21, condição necessária para o desenvolvimento de nossas sociedades, não pode ser produto de atos imitativos. Fidel disse reiteradamente que “cada vez que copiamos nos equivocamos”, sublinhando a sabedoria contida na sentença de Simón Rodríguez. E um grande teórico marxista latino-americano, José Carlos Mariátegui, já tinha advertido sobre os alcances desse desafio quando disse que “o socialismo na América Latina não pode ser decalque e cópia mas invenção heróica de nossos povos”. (BORÓN, 2010. p. 38).

Mészáros insiste que a sociedade socialista e suas instituições não podem ser definidas “**em detalhe** antes da sua articulação prática” (MÉSZÁROS, 2009. p. 72 – grifos do autor) e chama a atenção para a preponderância que a prática revolucionária, ou prática social transformadora, deve possuir em relação às teorias revolucionárias: “É verdade, obviamente, que a prática revolucionária é inconcebível sem a contribuição da teoria revolucionária. De qualquer modo, a primazia pertence à própria prática emancipatória”. (Ibidem. p.128).

Assim, sem uma fórmula mágica, sem um modelo, tal qual uma planta de engenharia, fomenta-se a luta pelo socialismo no século XXI, como uma experiência a ser vivida e reformulada durante sua própria execução. Os modelos de socialismo ficaram para trás junto com o “socialismo real” e com o recrudescimento das forças do capital. Hoje o que se percebe são

novas alternativas, novas investidas, novas possibilidades, que, se não correspondem exatamente à cartilha clássica, têm, ainda assim, muito potencial revolucionário.

Devemos refutar quaisquer construções “apriorísticas” que anseiem engessar teoricamente aquilo que ainda está sendo objetivado na práxis. Analisando os movimentos concretos em voga pelo mundo, percebe-se que o que temos para agora, longe de ser um modelo, são incipientes **indicações** de como uma construção socialista **pode** caminhar.

2.2.2 O internacionalismo socialista

É possível pensar na construção do socialismo em um único país? É possível falar em um socialismo nacionalista ou patriótico?

Marx já alertava que o proletariado “para poder lutar, tem que organizar-se **como classe** em seu próprio país, já que este é o campo imediato de suas lutas. Neste sentido, sua luta de classes é nacional, não por seu conteúdo, mas, (...) ‘por sua forma’”. (MARX, 1977. p. 235 – grifos do autor). Para o autor, “a luta do proletariado contra a burguesia, embora, na essência, não seja uma luta nacional, toma, contudo, essa forma nos primeiros tempos”. (MARX; ENGELS, 2006. p. 96).

István Mészáros, partindo desta perspectiva, afirma que é possível “visualizar a negação e a superação do capitalismo numa estrutura sócio-histórica particular” (MÉSZÁROS, 2009. p.78), porém, dada a característica fundamental do capital, seu caráter global e globalizante, sua superação enquanto estrutura de dominação extrapola os limites da superação de um tipo específico de capitalismo.

Sendo assim, a superação do capital – para além da superação do capitalismo – exige a instauração de uma ordem sociometabólica alternativa tão global quanto ele. Desta maneira, segundo o autor, as investidas de construção do “socialismo em um só país” conformam uma esfera de superação do capital limitada, sendo consideradas como estratégias “pós-capitalistas” não inerentemente socialistas, mas que, tendo em vista o pluralismo socialista, contribuem para a consolidação de uma forma de sócio-reprodução global alternativa. O “socialismo em um só país” é entendido neste sentido como “um passo na direção de uma transformação sócio-histórica global, cujo objetivo não pode ser outro senão ir para além do capital em sua totalidade”. (Idem). Assim, em consonância com toda sua linha de pensamento, Mészáros afirma que as investidas de

construção do “socialismo em um só país”, caso mantenham-se apartadas de uma ofensiva socialista global, tenderão a ser suprimidas pela força de reação do capital.

O sistema capitalista, baseado na hierarquia do sistema de produção e das instâncias decisórias e na tirania do mercado, não poderia mesmo possuir uma lógica distinta no plano internacional. A fim de suprimir efetivamente a forma de relação entre países herdada do sistema capitalista é necessário realizar uma “negação absolutamente radical” desta herança, ressaltando a necessidade de instituir uma forma de relação interestatal qualitativamente diferente “com base na suplantação dos antagonismos predominantes no interior da estrutura de uma ordem internacional cooperativa”. (MÉSZÁROS, 2007. p. 262-263).

Há, portanto, a transferência da idéia de ofensiva socialista para o âmbito interestatal. Ou seja, por mais que a consolidação de um Estado socialista independente não possa ser considerada efetivamente como a instauração de uma ordem sociometabólica socialista, ainda assim, é de vital importância para o processo de construção desta nova ordem.

Desta maneira, a questão do nacionalismo, numa relação dialética com o internacionalismo socialista, toma preponderância dentro dos marcos sócio-históricos atuais. Ou seja, ainda que não haja suprimido definitivamente o capital, o “socialismo em um só país” ou o nacionalismo socialista é **parte constitutiva** da ofensiva socialista global, que visa à difusão das esferas de luta e a consolidação de uma ordem alternativa, baseada na relação cooperativa interestatal ou no internacionalismo socialista. Pois é inconcebível colocar em prática “o verdadeiro internacionalismo sem a emancipação radical das muitas nações oprimidas, também na América Latina, de sua contínua dominação pelas nações opressoras”. (Ibidem. p. 266). Esta negação radical do sistema de relações sumamente injustas entre os Estados é o que o autor chama de nacionalismo defensivo: “Um nacionalismo **defensivo** cujo êxito depende de sua complementação pela dimensão **positiva** do internacionalismo”. (Idem – grifos do autor).

Assim, o **internacionalismo socialista**, é entendido a partir de uma mudança no foco das relações interestatais; ou seja, deixa a órbita da disputa externa, da dominação estrangeira e das lutas imperialistas das relações interestatais burguesas e instaura um novo tipo de relação baseada na cooperação, na autonomia e na solidariedade para com as classes oprimidas das diversas nações. Para Mézáros, este internacionalismo socialista “é a única ordem **internacional** viável, na mais profunda acepção do termo”. (Ibidem. p. 273 – grifos do autor). Dentro desta

perspectiva, a solidariedade internacional assume um potencial positivo e encontra-se em harmonia com o patriotismo.

Este patriotismo, muito diferentemente do patriotismo burguês, não deve identificar-se apenas com os interesses nacionais legítimos do nosso próprio país ou de um país específico que se vê ameaçado pelos intentos imperialistas; mas deve, isto sim, conformar uma posição de “**solidariedade plena** pelo patriotismo genuíno dos **povos oprimidos**”, pois, o “internacionalismo socialista é inconcebível sem o total respeito pelas aspirações do povo trabalhador de outras nações”. (Ibidem. p. 267 – grifos do autor).

Desta maneira, o foco da luta socialista continua sendo a exploração do trabalho e a submissão ao capital: “Suprimi a exploração do homem pelo homem e tereis suprimido a exploração de uma nação por outra. Quando os antagonismos de classe no interior das nações tiverem desaparecido, desaparecerá a hostilidade entre as próprias nações”. (MARX; ENGELS. 2006. p. 104).

A construção do “socialismo em um só país” – apesar de não compor estritamente um sistema sociometabólico socialista, tendo em vista que este necessariamente deve abarcar um amplo território a fim de suprimir o domínio global imposto pelo capital – é de fundamental importância na lógica da ofensiva socialista. Pois, a emancipação da classe trabalhadora passa pelo processo de autonomização, tanto em relação às classes dominantes locais quanto em relação às nações hegemônicas e às suas classes dominantes transnacionais.

Desta maneira, tal qual a luta parlamentar ou a luta por reformas ainda no âmbito do sistema do capital – que não constituem *per se* movimentos revolucionários, mas que, se conformadas no seio de uma luta extraparlamentar de massas são de fundamental importância para o avanço da ofensiva socialista -, a construção de uma nação com uma forma de sócio-reprodução socialista, ou que se aproxime desta, é uma **possibilidade de luta** que **não** pode ser renegada pelos socialistas.

A idéia de uma luta contra as classes dominantes, contra o sistema capitalista e, ainda que de maneira inicial, contra a ordem sociometabólica do capital, em um país específico, constituindo um patriotismo sob a égide do trabalho, não se dissocia, em absoluto, do pressuposto socialista do internacionalismo. Pois, as sementes germinadas em um determinado território **podem** e **devem** ser levadas pelos ventos de um novo tempo histórico para outros campos frutíferos. Ou seja, longe de pensar em uma perspectiva “etapista” ou em um isolamento

fronteiriço destas novas possibilidades sócio-reprodutivas, é necessário entendê-las como possibilidades concretas de auto-regulação das classes trabalhadoras locais e de disseminação destes ideais em territórios que antes encontravam-se sob o domínio da ideologia burguesa e sob o niilismo de algumas frentes de esquerda reproduzidos através máxima de que “não há alternativas”.

2.2.3 Os sujeitos históricos do processo revolucionário

Segundo Atílio Borón, as massas pauperizadas e super-exploradas constituem uma nova configuração do próprio proletariado e é sob esta nova configuração que, para o autor, o proletariado ainda se constitui como o agente revolucionário. Borón afirma que, se por um lado, nesta nova configuração do proletariado há quantitativamente menos proletários, em seu sentido clássico, há, em contrapartida, mais proletariados de um novo tipo,

constituído por operários industriais; por ex-operários submersos no desemprego crônico e irreversível; pelo enorme universo dos informais urbanos e rurais; pelos setores médios empobrecidos e proletarizados; pelas massas camponesas e indígenas submetidas à lógica mercantil; pelos jovens sem futuro no capitalismo. Enfim, pelos homens e mulheres para os quais esse sistema não oferece qualquer esperança. (BORÓN, 2010, p. 119).

O que Borón chama de “novo proletariado”, definimos aqui como as classes trabalhadoras – empregada e\ou desempregada, formal e\ou informal, rural e\ou urbana – e, por isso, tendemos a concordar com o autor que esta nova configuração da classe trabalhadora é efetivamente **o sujeito histórico na luta contra o capitalismo**. Seu movimento de expansão, que parte dos operários clássicos e abarca setores desempregados, rurais, criminalizados, expropriados, empobrecidos, nos remete ao fato de que “nunca houve tantas classes e grupos subordinados ao despotismo do capital e, sob algumas circunstâncias, mobilizáveis para combatê-lo” (Ibidem. p. 117) e por isso possuidores da necessidade de organizar-se e unificar-se. Desta forma, condizente com a conceituação feita por Marx, os sujeitos da revolução socialista continuam sendo a **classe trabalhadora**, ainda que sua configuração seja distinta das do tempo do clássico pensador.

Uma questão que advém destas considerações é: sendo assim, qual é o sujeito organizador e unificador das classes trabalhadoras com vistas à construção da sociedade socialista: o partido político ou os movimentos sociais?

Antônio Gramsci já havia chamado a atenção para a necessidade das formas de organização dos trabalhadores. Para o autor, a organização operária é uma “fonte de ligações capazes de dar às massas uma forma e uma fisionomia”. (GRAMSCI, 2004. p. 280). E ainda:

A forma e a capacidade de luta dos trabalhadores derivam, em sua maior parte, da existência de tais ligações, ainda que elas não sejam aparentes em si mesmas. Trata-se de capacidade de reunir-se, de discutir, de dar às reuniões e às discussões uma regularidade, de utilizá-las para escolher os próprios líderes, para criar as bases de uma formação orgânica elementar, de uma liga, de uma cooperativa, de uma seção de partido. Trata-se da possibilidade de dar a estas formações orgânicas uma funcionalidade contínua, de fazê-las tornar-se a trama de um movimento organizado. (Idem).

Para Borón, apesar dos movimentos sociais demonstrarem possuir uma potencial capacidade em construir uma ligação mais estreita com suas bases e representar de maneira mais imediata seus interesses, eles sofrem uma enorme dificuldade em sintetizar a gama de particularismos e transformá-los em uma agenda política e em uma estratégia unificadora. Por isso o autor confere o protagonismo revolucionário aos partidos políticos, que segundo ele, demonstram maior capacidade em sintetizar e integrar esta nova configuração da classe trabalhadora e continuam sendo “um componente insubstituível de todo processo emancipatório”. (BORÓN, 2010. p. 123).

Já, para Maria Orlanda Pinassi (2009), o “elemento aglutinador do descontentamento e das necessidades mais imediatas da classe trabalhadora” (PINASSI, 2009. p. 65) é, no caso brasileiro, a centralidade da luta pela terra. Desta maneira, os movimentos sociais de massa com centralidade no trabalho e, no caso brasileiro, na luta pela reforma agrária, assumem o papel histórico de abarcar mais satisfatoriamente os interesses das classes trabalhadoras e intervir propositivamente em prol da construção da sociedade socialista.

A luta pela reforma agrária, antiga reivindicação da ordem burguesa, pode fazer “aflorar a consciência para as mais atuais formas assumidas pela exploração de classe e pela dominação imperialista”. (Ibidem. p. 71). Desta maneira, a luta pela terra deve ser um meio para atingir o objetivo maior: a superação do capital, sob pena de sucumbir à institucionalização advinda das benfeitorias do Estado democrático burguês.

Maria Orlanda Pinassi se debruça especificamente sobre um movimento social brasileiro, mas transcende a especificidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e dos movimentos

sociais brasileiros para uma reflexão abarcadora do processo de construção da sociedade socialista global. A potencialidade revolucionária é encontrada nos movimentos sociais, segundo a autora, devido a sua capacidade de diluir as parcialidades e setorialidades características das organizações operárias.

Vê-se, portanto, que, para Maria Orlanda, a ofensiva socialista possui, no caso em questão, um ponto de emergência certo; ou seja, numa situação de crise estrutural do capital e tendo em vista “o caráter limitante e defensivo dos mecanismos tradicionais de luta do proletariado – os sindicatos e partidos operários vanguardistas” (Ibidem. p. 77), o movimento socialista tenderá a manifestar-se a partir dos movimentos sociais de massas, entendidos pela autora como possuidores de uma maior capacidade de mobilização e luta. Para ela, “os **movimentos sociais de massa pautados na centralidade do trabalho** constituem-se como fundamento ontológico necessário às contingências atuais da classe trabalhadora”. (Ibidem. p. 75 – grifos da autora).

Este trabalho, por sua vez, compreende que **não** é possível falar em um único instrumento de organização das classes trabalhadoras neste século ou na preponderância de uma forma de organização em detrimento de outras, sejam os partidos ou os movimentos sociais. Por isso, há de se valer do contexto político e social concreto de cada sociedade, tendo em vista que tanto os partidos políticos quanto os movimentos sociais possuem condições de exercer este papel e tendo em vista ainda, que se a luta da classe trabalhadora é global, não há nenhum impedimento teórico e/ou prático para que estas duas instâncias se coadunem a fim de garantirem uma força de luta ampliada e constituírem aquilo que Mészáros chamou de **pluralismo socialista**.

Assim, realizando uma leitura atenta da sociedade em questão é possível apontar os maiores focos de resistência ao capital ou de consolidação de uma sociabilidade alternativa a ele. Porém, esta delimitação dos atores específicos não pode ser generalizada para uma teoria da transição. No caso brasileiro, como muito bem aponta Maria Orlanda, o MST possui maiores condições objetivas e subjetivas para fazer emergir dele um processo ofensivo disseminado a fim de instaurar uma forma socio-política alternativa ao capital; no caso dos outros países, todavia, as condições sócio-históricas podem ser favoráveis à emergência e preponderância de outras instâncias de luta e de outros sujeitos organizadores e mobilizadores.

Teorizar a respeito da preponderância *a priori* de uma das instâncias de organização e luta da classe trabalhadora, em detrimento das demais, é contrariar a idéia de uma ofensiva socialista

global e atribuir um papel vanguardista a determinados setores, bem como a idéia de uma liderança revolucionária que se sustenta *per si*. Desta maneira, a única generalização que se pode fazer em relação aos agentes históricos do processo revolucionário é que estes continuam sendo o antagonista estrutural do capital: **o trabalho**. É das **classes trabalhadoras** – organizadas sob quaisquer formas, desde que imbuídas pelo espírito ofensivo e respaldadas por um movimento extraparlamentar – que poderá surgir e germinar a semente do socialismo.

No caso específico que interessa a este trabalho, os sujeitos da Revolução Bolivariana – as classes trabalhadoras venezuelanas – se organizaram de diferentes maneiras em dois momentos distintos, sem uma delimitação temporal precisa, todavia. Da década de 1990 até a primeira metade da década seguinte, o movimento bolivariano foi organizado e impulsionado majoritariamente pela parcela revolucionária das Forças Armadas de média e baixa patente. Com o desenvolvimento das transformações políticas, econômicas e sociais, com o amadurecimento e com a difusão da ideologia bolivariana, os civis tomaram a dianteira do movimento, organizados em diferentes instâncias, como o partido político e as organizações populares locais.

Temos abaixo um excerto extraído do Estatuto do PSUV³⁷, partido político que exerce importante papel na organização, mobilização e formação político-ideológica das classes trabalhadoras na Venezuela hoje. Nesta citação fica claro quem são os sujeitos da Revolução Bolivariana, e quais são aqueles que, entendidos como sujeitos em potencial, podem aderir ao processo e lutar pela construção do socialismo bolivariano. Segue desta maneira:

Las fuerzas motrices o sujetos de la Revolución Bolivariana son las trabajadoras y los trabajadores en su doble condición de creadores de la riqueza social y expropiados del fruto de su trabajo y, en tal condición, llamados a dirigir la revolución en el marco de la lucha de clases. Los campesinos y campesinas, pequeños y medianos propietarios y propietarias, productores y productoras del campo y la ciudad, la juventud, los y las estudiantes, las mujeres, los pueblos originarios, los afro descendientes, los sectores medios e intelectuales progresistas, entre otros, que sufren todos las consecuencias de la explotación económica, el saqueo y la dominación política imperialista, oligárquica y burguesa son fuerzas que componen el pueblo venezolano en la presente etapa histórica, constituyen los sujetos potenciales de la Revolución Bolivariana, quienes deben ser ganados por la política del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) para la realización plena de esta nueva gesta emancipadora. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. p. 85 – grifos meus).

³⁷

Estudaremos o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) no tópico 2.2.3.2 deste capítulo.

É sobre estas específicas formas de organização, formação política e mobilização das classes trabalhadoras venezuelanas que nos debruçaremos agora³⁸.

2.2.3.1 O que representam as Forças Armadas na Venezuela?³⁹

Como vimos no capítulo anterior, o movimento bolivariano era idealizado nas fileiras progressistas das Forças Armadas desde pelo menos a década de 1970 e se concretizou com o Movimento Bolivariano Revolucionário-200 em 1982. Assim, buscaremos construir referenciais históricos e teóricos para compreender o que significa o fato de o movimento político e social que vem transformando a Venezuela ter emergido majoritariamente das Forças Armadas. A partir desta reflexão buscaremos demonstrar como as Forças Armadas na Venezuela possuem fundamentalmente um papel distinto das Forças Armadas das quais temos referências, pois possuem algum tipo de identificação histórica com as classes subalternas do país, que remonta à era de Simón Bolívar.

A tradição militar da Venezuela vem de longínqua data. Com Simón Bolívar, a categoria militar ganhou grande relevância no cenário político do país. O “Libertador”, à frente das Forças Armadas e sob a patente de Capitão Geral dos Exércitos, conduziu a então América Espanhola à Independência. Para além da personificação das Forças Armadas na figura de Bolívar, houve uma mudança qualitativa no papel que estas exerceriam no processo de independência. Visando consolidar o Estado Nacional, as Forças Armadas ficaram incumbidas de velar pela paz social e pela proteção da soberania, tornando-se protagonistas da insurreição patriótica numa perspectiva diversa da até então atribuída a esta instituição, no que tange à participação efetiva das classes subalternas no levante. Escravos fugidos, camponeses expropriados e empobrecidos, o incipiente proletariado urbano, já bastante depreciado pela lógica capitalista, eram aqueles que engrossavam as fileiras do *Ejército Libertador* e onde a ideologia bolivariana, como vimos no capítulo anterior, mais repercutia.

³⁸ Dedicaremos atenção especial às organizações populares locais no capítulo 5. O motivo desta separação é que as organizações populares locais são entendidas por este trabalho como as **principais instâncias de desenvolvimento da ofensiva socialista na Venezuela**. Mas vale salientar, que estas instâncias são consideradas centrais para a organização das classes trabalhadoras venezuelanas, para o fortalecimento do movimento bolivariano e para o recrudescimento da luta revolucionária.

³⁹ Uma versão preliminar desta discussão foi publicada anteriormente. C.f.: SCARTEZINI, NATALIA. **As Forças Armadas Bolivarianas: povo em armas?** Revista Espaço Acadêmico, nº 119, abril de 2011.

Para Xavier Rodríguez-Franco (2006) o culto à figura de Simón Bolívar, apregoado desde o final do século XIX, caracteriza-se no melhor exemplo de como os aspectos militar e político têm estado intimamente relacionados na cultura política venezuelana. A tradição político-militar foi se consolidando ao longo do tempo e entre as classes empobrecidas. Episódio emblemático da aliança povo-exército foi a Guerra Federal, liderada por Ezequiel Zamora.

As origens da Guerra Federal (1858-1863) datam do próprio processo de Independência do país. As promessas e os compromissos firmados com as classes dominadas e não cumpridos pela classe dominante no período do pós-independência foram o estopim dos levantes populares. Sucumbidos pela grande miséria, desesperançosos diante das promessas de liberdade e igualdade, atemorizados frente à retomada da escravidão, dissimulada sob novas formas de exploração do trabalho – como a escravidão por dívidas – e pelo pior de tudo, o reclame factual dos escravos pelos seus antigos senhores que se baseavam nas determinações dos Tribunais e Juntas de Manumissão. Motivos suficientes para que, sob o comando de outro grande líder da história venezuelana, Ezequiel Zamora, o povo se organizasse e se armasse sob o comando das Forças Armadas. Nomeado por Zamora como *Ejército del Pueblo*, contava com a participação maciça de ex-escravos, escravos fugitivos, devedores, desempregados, delinquentes, camponeses, indígenas expulsos de suas terras e trabalhadores urbanos.

A Guerra Federal começou a ser idealizada por Zamora em 1846, quando este liderou milhares de insurreições camponesas. Com grande conteúdo anti-oligárquico e sob a consigna “*tierra y hombres libres. ¡Horror a oligarquía!*” estes levantes são considerados como um dos momentos em que as classes subalternas se fizeram “povo em armas”. Citando Brito Figueroa, Carla Ferreira afirma que Zamora se preocupava efetivamente com a formação de uma cultura do “povo em armas”, tanto através da formação acadêmica deste povo, quanto através do treinamento militar e de guerrilha. (BRITO FIGUEROA, 1996. p. 342. Apud: FERREIRA, 2006. p. 78). Entendemos que este episódio da história venezuelana pode ser considerado a insígnia de um momento onde as classes subalternas e marginalizadas se reúnem, se organizam e se armam a fim de garantir seus interesses.

Porém, com a morte de Zamora em condições mal esclarecidas, o que predominou dentro da Guerra Federal foi a opção conciliatória. É possível afirmar que com a morte de Zamora – entendida como o momento de recrudescimento das forças políticas conservadoras e cuja consequência foi a tomada da liderança da guerra por parte destas -, o movimento federalista

desligou-se de suas raízes populares e caminhou pelas vias do fortalecimento do Estado liberal – ainda que as reivindicações populares se circunscrevessem a uma “esfera revolucionária” bastante limitada, dialogando majoritariamente com os latentes ideais liberais de liberdade e igualdade.

Assim, com a consolidação do Estado liberal, as Forças Armadas assumiram progressivamente o clássico papel constitucional da neutralidade política, destoando do projeto idealizado por Ezequiel Zamora com o seu *Ejército del Pueblo*. O profissionalismo e a suposta neutralidade política passam a marcar a instituição; e a ignorância e a posição alheia à sociedade e aos seus problemas passaram a marcar o militar. Exemplo desta tentativa de isenção política é o Artigo 132º da Constituição da República da Venezuela de 1961, que instituía as Forças Armadas como uma “*institución apolítica, obediente y no deliberante*”. (CALDERA, 2008, p. 20).

Esta perspectiva de neutralidade começou a mudar formalmente quando, em 1971, entrou em vigor o chamado *Plan Andrés Bello* que visava a profissionalização dos militares e atentava também para a sua formação intelectual. A grande inovação deste projeto relacionava-se à formação acadêmica dos militares, que podiam optar pelas áreas de Ciências, Educação ou Administração e deveriam ser capacitados a interpretar a realidade social e política do seu país e a intervir diretamente sobre ela.

La más trascendente, desde el punto de vista del impacto histórico causado: inculcar en la nueva camada de oficiales una sesgada lectura de la sociedad venezolana, traducida en la necesidad de modificarla y en el convencimiento de que la fuerza armada tiene la responsabilidad de y la capacidad para hacerlo. (...) Puede apreciarse, entonces, con cierta claridad, el antes y el después trazado por el Plan Andrés Bello en la historia de las relaciones civiles y militares en Venezuela contemporánea. Con la aplicación del mismo se produjo una ruptura generacional en los cuarteles, y la secuela evidente del hecho fue el despertar de las aspiraciones políticas de una porción a todas luces pretoriana de la fuerza armada nacional, de la cual lo menos relevante es su cuantificación, pues más allá de contar el total de afectos a la tendencia, lo pertinente es vislumbrar el impacto histórico causado. (BUTTÓ, 2004, sp).

O impacto histórico, do qual Buttó (2004) nos fala, pode ser simbolizado pela figura de Hugo Chávez que fez parte da primeira leva (1975) de militares formados sob esta nova lógica.

A idéia apregoada pelo governo de Hugo Chávez é a de que nos episódios da Independência e da Guerra Federal, povo e Forças Armadas eram uma só força. Segundo ele, esta dissociação haveria ocorrido com o objetivo de dividir estas forças da nação e desta forma

dominar o país e subjugar o povo. Desta maneira, o intento de seu governo no que tange às Forças Armadas é reaproximá-las do povo, fazendo-as exercer um papel social que outrora lhe foi subtraído, conquistando posição privilegiada no cenário político. Atribuir direitos, obrigações e responsabilidades diferentes das que vigoravam anteriormente e uma identidade popular às Forças Armadas: é a intenção que se percebe nos discursos presidenciais e documentos oficiais do governo.

Segundo Chávez, a Revolução Bolivariana deve:

fortalecer el poder nacional en todos sus aspectos: moral, político, social, económico, militar, territorial, y ése es el compromiso nuestro, y ustedes [militares] tienen que ver en todos los frentes, nuestra Fuerza Armada, ustedes los militares, los oficiales venezolanos, tienen que participar en el frente económico. Yo quiero que la Fuerza Armada participe cada día más en el desarrollo económico del país de muchas maneras. Aquí hay mucho potencial creativo, investigativo, técnico. Desde el punto de vista político también, la conciencia patriótica, la ideología bolivariana; eso tiene mucho que ver con lo político, apoyando el poder popular, los consejos comunales, las comunas⁴⁰, integrándose con las comunidades; el Poder Nacional, el poder científico, tecnológico, donde la Fuerza Armada está, en todo ello ustedes están incorporados, pero yo quiero que se incorporen cada día mucho más. (R. B. de VENEZUELA, 2009e. p. 6).

O movimento que se inicia com a combatividade de Simón Bolívar e Ezequiel Zamora, passa pelo não aparelhamento ideológico formal da Constituição de 1961 e pelas iniciativas de politização de 1971, atinge um momento de transformação decisiva em 1999 e seu ponto mais alto em 2007. Em 1999, primeiro ano do mandato de Chávez e ano que entra em vigor a nova Constituição, as Forças Armadas Nacionais sofrem uma primeira grande modificação em seu caráter ideológico e político. Fica estabelecido o direito dos militares ao voto – que lhes era negado até então – e sua inserção no desenvolvimento nacional, e, determina-se ainda, que a instituição deixa de ser “apolítica” e passa a vigorar como uma instância “sem militância política”. (Artigo 333°).

Assim, a Força Armada Nacional – que em 2008 passou a se chamar Força Armada Bolivariana – deixa de ser uma instituição formalmente neutra politicamente e passa a ser identificada como uma das instâncias mais fundamentais para a construção do projeto

⁴⁰

Trataremos dos Conselhos Comunais e das Comunas no capítulo 5.

bolivariano. Entendida, a partir da Reforma Constitucional de 2007⁴¹, como uma instituição que “*profesa un espíritu patriota, popular y antiimperialista*” passou a buscar a consolidação do “*poder nacional en la lucha contra las intenciones imperialistas y en la consolidación del ejército democrático y soberano*”. (Ibidem. p. 3). Buscando adequá-la mais perfeitamente ao projeto bolivariano, são modificadas sua filosofia e algumas de suas atribuições.

A Reforma Constitucional de 2007 previa em seu artigo 328º que “*la Fuerza Armada Bolivariana constituye un cuerpo esencialmente patriótico, popular y antiimperialista*” que visa preservar a Nação de “*cualquier ataque externo o interno*”, mediante o estudo, difusão e execução da doutrina militar bolivariana e sob a guerra popular de resistência. O referido artigo também determinaria a participação permanente da Força Armada Bolivariana em tarefas de manutenção da segurança interna, assim como “*la participación activa en planes para el desarrollo económico, social, científico y tecnológico de la Nación*”. E afirma ainda que as Forças Armadas Bolivarianas não se submeterão a “*oligarquía alguna o poder imperial extranjero*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007b, p. 249).

Desta maneira, o governo passa a exigir efetiva participação dos militares em seus programas sociais, bem como sua participação política e a adequação à ideologia bolivariana. Os militares deveriam se declarar, cada vez mais, como uma força radical, antiimperialista, revolucionária, bolivariana e socialista. Segundo o governo, tal qual o Exército norteamericano é um instrumento para a consolidação do imperialismo, o Exército venezuelano deverá ser um instrumento para a consolidação do socialismo. A doutrina militar passa a ser regida agora pela palavra de ordem: “*patria, socialismo o muerte*”. (NORDEN, 2008, p. 183).

A ideologia bolivariana instaurou, segundo as proposições do governo, uma nova forma de pensar o Exército, a Guarda Nacional, etc., onde o protagonismo seria das classes trabalhadoras, que deixariam de ser entendidas como alheias às Forças Armadas para transformarem-se elas próprias no “Exército Libertador”, remetendo-se claramente à própria história do país. Assim, ao tratar da questão das Forças Armadas, o atual governo venezuelano as designa propriamente como o “povo em armas”: povo que se municia de um arsenal bélico concomitantemente ao incremento de sua cultura política.

⁴¹ A Reforma Constitucional de 2007 não foi aprovada pela população. Porém, alguns dos pontos que seriam modificados por ela foram consolidados via implementação de Lei Habilitante em 2008, como é o caso referente às Forças Armadas. Veremos este ponto mais detalhadamente no capítulo 3.

A grande preocupação do governo no que tange às Forças Armadas é instruí-la intelectualmente e, como vimos, colocá-la em contato direto com a ideologia bolivariana: “*Cada cuartel tiene que ser una escuela hoy, y eso es obligatorio, una escuela de ideología, del Proyecto Nacional Simón Bolívar, de discusiones*”. (R. B. de VENEZUELA, 2009g. p. 11).

Sendo assim, o fundamental deste novo contexto histórico é formar militares capazes de pensar por si próprios, capazes de formular leituras críticas e radicais do mundo e a partir delas intervir diretamente sobre a sociedade venezuelana e auxiliar, ou coprotagonizar, a construção da Revolução Bolivariana. Por isso, a formação acadêmica e o estudo contínuo por parte destes oficiais tornou-se central. Citando Simón Rodríguez, Chávez afirma que “*todos los militares de talento envainan la espada para abrir los libros*”, e ordena: “*!Desvainen la espada y abran los libros!*” (Ibidem. p. 16).

2.2.3.1.1 As Milícias Bolivarianas

As Missões Sociais – programas sociais de assistência médica, educativa, etc – são uma das bases de sustentação política e social do governo Chávez⁴². Sendo assim, a questão militar não poderia deixar de possuir sua própria Missão: trata-se da *Misión Miranda*. Esta Missão “*representa la alianza cívico-militar, la unión del pueblo y la Fuerza Armada en pro de un mismo objetivo: servir a la patria y defender la soberanía nacional*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 55). O objetivo da Missão Miranda é a organização, capacitação e retreinamento dos reservistas das Forças Armadas, visando assegurar a defesa militar e a participação ativa no desenvolvimento da nação. Ainda, capta os reservistas desempregados e os incorpora aos programas de formação para o cooperativismo e para a microempresa.

Após o decreto das Leis Habilitantes em 2008, instauraram-se as unidades e corpos da reserva militar como unidades da **Milícia Popular Bolivariana**. Assim, de maneira voluntária, os reservistas são constituídos como o corpo das Milícias e deixam de estar numa posição marginal – como eram considerados antes, por estarem, supostamente, inaptos em relação às outras frentes da defesa nacional – ao serem incorporados de maneira sistemática às Forças Armadas Bolivarianas constituindo o que passou a ser chamado de Defesa Integral da Nação, onde todas as instâncias da Força Armada Bolivariana se coadunam.

⁴² Trataremos das Missões Sociais no capítulo 4.

As Milícias – termo que aos brasileiros soa de maneira extremamente negativa – possuem a incumbência de contribuir para a consolidação da proposta Constitucional de adequação das Forças Armadas à ideologia bolivariana.

Além dos militares reservistas, as Milícias são compostas por civis. Estes recebem treinamento militar e são instruídos a defender a Revolução Bolivariana, numa perspectiva de movimento e atuação contínuos. A idéia de integrar as Milícias às Forças Armadas se relaciona com a aliança cívico-militar e com a idéia de corresponsabilidade pela defesa da nação, apregoadas pelo presidente Chávez desde sua eleição em 1998. Com a atuação requerida nos mais diversos setores da sociedade, os militares passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento da nação, tal qual a sociedade civil; e a sociedade civil passa a ser responsável pela defesa desta, tal qual os militares.

A idéia principal das Milícias é utilizar a experiência dos reservistas a fim de treinar militarmente o povo. Assim, as Milícias, parte específica das Forças Armadas, são identificadas pelo governo como a melhor expressão contemporânea do que, desde a época de Bolívar, se conhece por “*pueblo en armas*”. Nas palavras de Chávez:

*Una Fuerza Armada como la nuestra tiene que ser, además, disuasiva, contra esos cuerpos policiales que todavía quedan por ahí, que les gusta atropellar al pueblo. Los jefes de guarnición no pueden permitirlo, no deben permitirlo, sobre todo las policías en manos de sectores que las empiezan a utilizar como cuerpos paramilitares, represivos. Esa lucha a favor del orden público, de la estabilidad del país, es responsabilidad de todos nosotros. (...) La milicia no puede seguir siendo lo que fue la reserva, era algo como marginal, no, y pasando hambre los reservistas. No, compadre, no; tropas de combate. La juventud bolivariana debe convertirse en un ejército de milicianos, los trabajadores de las industrias, de las fábricas, los campesinos de los campos, valga la redundancia, los indígenas. Batallones de indígenas quiero ver yo, de milicia; todo, la Fuerza Aérea también tiene que formar sus batallones, la Guardia Nacional. Apoyar la formación de las milicias, porque todavía hay mucho de aquello viejo. Yo lo sé. No, que la milicia es una cosa por ahí aparte, no. **La milicia es el pueblo en armas**, y nosotros somos la tropa y unidad de primera línea. Somos eso: primera línea, pero **la masa del pueblo debemos organizarla militarmente y equiparla y armarla**, hasta donde podamos, adiestrarla, estimularla, convertir cada cuartel en un centro de adiestramiento y organización de las milicias, de esa comunidad, de ese campo, de ese pueblo, de ese barrio (R. B. de VENEZUELA, 2009f. p. 15 – grifos meus).*

As Forças Armadas na Venezuela, que idealizaram e concretizaram o movimento bolivariano, assumiram uma perspectiva diferente desde 2008. Ao passo em que outras formas de

organização e mobilização das classes trabalhadoras do país iam tomando forma e força política, as Forças Armadas rearticularam-se enquanto instituição e passaram a ter como meta o treinamento militar de civis. Talvez sejam as Milícias atualmente o ponto de confluência entre as classes trabalhadoras do país e as Forças Armadas, realizando uma síntese histórica e política da relação entre ambas parcelas da sociedade venezuelana.

Esta relação de identificação entre as Forças Armadas e as classes trabalhadoras, que encontra atualmente nas Milícias uma possibilidade de objetivação, advém, como vimos, da cultura militar construída com as guerras de independência e com a Guerra Federal. Desta maneira, não é possível compreender e esboçar quaisquer considerações sobre o caráter militarizado da sociedade venezuelana, do governo e do próprio movimento bolivariano sem realizarmos uma análise pormenorizada da história e da cultura militar do país, e compreendermos que esta característica cultural possui especificidades que determinam toda uma forma de pensar e agir políticos que são particulares da Venezuela e que devem ser analisadas e compreendidas sob esta particularidade. O horizonte militar desta sociedade corresponde – e foi retomado no mesmo momento – à própria ideologia bolivariana. E, para nós, o ponto mais interessante desta retomada é justamente a criação das Milícias.

Não obstante à contradição e às limitações de se centrar as instâncias treinadas e armadas das classes trabalhadoras em uma instituição absolutamente vinculada ao Estado, as Milícias tem **potencial** para surpreender no que tange à sua intervenção na Revolução Bolivariana. Somente o dever histórico poderá demonstrar se as Milícias serão uma organização submetida incondicionalmente ao Estado ou se terão a capacidade reivindicativa com vistas à superação do próprio Estado e a um possível recrudescimento da luta socialista. Identificamos nestas organizações, todavia, uma potencialidade que não pode ser menosprezada.

Atribuir um papel diferenciado a uma instância usualmente repressiva e ainda propiciar que as classes trabalhadoras se liguem a ela através dos programas governamentais e de sua inserção social, se identifiquem com ela através de uma ideologia absolutamente progressista e compartilhada e aprendam estratégias militares e táticas de guerrilha, antes restritas às esferas do Estado e aos grupos paramilitares é, sem dúvida, um avanço significativo para o processo de construção de uma sociedade socialista.

2.2.3.2 O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)

Outra forma de organização e mobilização das classes trabalhadoras venezuelanas é o partido político. Como vimos no capítulo anterior, o partido político de sustentação do movimento bolivariano passou por distintas fases desde a década de 1980. Ainda quando o movimento bolivariano se organizava fundamentalmente a partir das Forças Armadas havia uma agremiação política que emanava desta instituição, o Movimento Bolivariano Revolucionário – 200. Com a opção política pela disputa parlamentar, esta agremiação se transformou no Movimento 5ª República (MVR), partido que chegou com Hugo Chávez à presidência.

Com o desenvolvimento de formas de organização alternativas às tradicionais – como os Conselhos Comunais – e com a fragmentação da esquerda em diversos pequenos partidos, o MVR não conseguiu expandir seu espaço no processo de formação de militantes e de mobilização popular. O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) surgiu, desta maneira, a partir da necessidade de fortalecer as bases de apoio e de unificar a organização do movimento bolivariano, sobretudo no que tange à disputa parlamentar.

A idéia era fundir os pequenos partidos da base aliada do governo em um único e mais forte, que fosse capaz de aglutinar todos aqueles que aderiram ao movimento bolivariano. Alguns dos partidos que aderiram ao projeto, se dissolveram e se fundiram no PSUV foram: *Movimiento 5ª República*, *Movimiento Electoral del Pueblo*, *Movimiento Revolucionário Tupamaro*, *Liga Socialista*, *Unidad Popular Venezolana*, *Clase Media Revolucionaria*. Outros como o *Partido Comunista Venezolano*, o *Patria Para Todos*, e o *Por la Democracia Social*, importantes partidos da esquerda do país não aceitaram a proposta e mantiveram suas legendas.

Em março de 2007, Hugo Chávez apresentou o projeto para a fundação do partido no Conselho Nacional Eleitoral. O fato foi consolidado em 14 de março de 2008, após a realização de um Congresso Fundacional ocorrido entre 12 de janeiro e 2 de março do mesmo ano com a participação de 1.681 delegados. Nesta ocasião o partido que ainda não existia já contava com 5.800.000 pessoas inscritas como aspirantes a militantes de suas bases⁴³. Em 2010 o partido atingiu a marca de 7.000.000 de militantes inscritos. (R. B. de VENEZUELA, 2010h. p. 53).

⁴³

Dados retirados do site oficial do PSUV: www.psuv.org.ve.

O PSUV nasce, segundo asseveram as palavras de seu Estatuto⁴⁴, como uma expressão das “*luchas y la voluntad revolucionaria del pueblo*” e será a “*herramienta política para unir la acción revolucionaria y socialista y llevar a cabo las tareas estratégicas para lograr la felicidad social*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. p. 49). E ainda:

El Partido nace para defender a la Patria, para llevar la Revolución a su objetivo emancipador, como instrumento para llevar al pueblo y a los explotados al poder, para ponerse al servicio del tránsito del capitalismo al socialismo, transformando progresivamente las relaciones de producción, de intercambio y de propiedad de los medios de producción para la liberación de la clase trabajadora, terminando con el control y monopolización de los medios de producción por la burguesía, transfiriéndolos al poder de los trabajadores y trabajadoras, a las comunidades y para sumarse a todos los pueblos del mundo en la tarea de enterrar al capitalismo y edificar un mundo nuevo, a la medida de una humanidad libre y plena. Esto implica la socialización de los medios de producción, la distribución racional de la tierra y de las riquezas, combatir la corrupción y el burocratismo. Se trata del cambio del modelo económico rentista, mono productor y consumista por uno productivo y diversificado, que apunte hacia la satisfacción plena de las necesidades humanas. (Ibidem. p. 42-43).

O partido deve ser, ainda segundo seu Estatuto, um “*instrumento de lucha para la emancipación, una herramienta política unificadora y un órgano de control político, económico, financiero y social del gobierno en toda su estructura*”. (Ibidem. p. 32).

A estrutura do partido é definida da seguinte forma: o Congresso Socialista é a maior instância deliberativa e diretiva do partido. O Congresso Socialista terá “*como funciones la revisión de los Estatutos, los principios doctrinales, el programa y el seguimiento de los mismos*”. (Ibidem. p. 67-68). O Congresso Socialista deverá se reunir ordinariamente a cada dois anos e extraordinariamente quando assim for solicitado pela Direção Política Nacional, sendo que seus participantes serão eleitos para esta função por um mandato de quatro anos.

A Direção Política Nacional é presidida pelo presidente do partido – cargo para o qual Hugo Chávez foi eleito em 14 de março de 2008 – e constitui a segunda maior instância diretiva do partido. A Direção Política Nacional é coordenada por um Primeiro Vice-Presidente – cargo

⁴⁴ O Estatuto do PSUV, bem como sua declaração de princípios e suas linhas programáticas*, foram elaborados durante o I Congresso Extraordinário do Partido. Esta reunião aconteceu entre os dias 21 de novembro de 2009 e 25 de abril de 2010, contando com a participação de 772 delegados eleitos pelas bases de organização locais – as patrulhas. Os documentos mencionados foram divulgados no dia 24 de abril de 2010. Informações retiradas do site oficial do Partido: www.psuv.org.ve.

* Os documentos em questão foram compilados na seguinte publicação: **Documentos Fundamentales: Libro Rojo PSUV**, de junho de 2010, que está disponível em www.minci.gob.ve.

ocupado atualmente por Cilia Flores, também presidente da Assembleia Nacional – e integrada por um número de militantes que pode variar de 15 a 30 e pelos Vice-Presidentes Regionais, todos indicados pelo Presidente do Partido. A Direção Política Nacional se subdivide em algumas Comissões de Trabalho, como Comissão de Organização, Comissão de Comunicação e Propaganda, Comissão para Movimentos Sociais e Poder Popular, Comissão de Finanças e Logística, entre outras. Atualmente a Direção Política Nacional é composta por 28 pessoas.

O Vice-Presidente Regional é o coordenador da organização regional do partido. A região pode ser composta por diversos Estados e sua coordenação será realizada por uma equipe política que acompanha as tarefas do Vice-Presidente – equipe que é composta por dois membros de cada uma das equipes políticas dos Estados que conformam a organização regional – e pelo próprio Vice-Presidente, sua maior autoridade. Segundo o Estatuto do partido, é dever do Vice-Presidente “*articular a las distintas instancias estadales y municipales de la región que le corresponda, debiendo establecer políticas de actuación coordinadas que permitan una mayor eficiencia y eficacia en la actividad del partido*”. E ainda, convocar, conjuntamente com a equipe política regional as equipes políticas estatais ao menos uma vez por mês ou em situações extraordinárias a fim de “*informar permanentemente sobre las líneas estratégicas del partido y velar por que se cumplan y presentar los informes correspondientes a la Dirección Política Nacional y al Presidente o Presidenta del partido*”. (Ibidem. p. 65-66).⁴⁵

Além da organização regional há ainda instâncias precedentes de organização, como as equipes políticas estatais, as equipes políticas municipais e\ou paroquiais, as equipes políticas comunais, e as patrulhas socialistas.⁴⁶ As equipes políticas destas diferentes divisões e subdivisões territoriais seguem, em linhas gerais, as mesmas regras organizacionais das equipes políticas regionais listadas acima.

As patrulhas socialistas são as células organizativas primárias do PSUV e “*están vinculadas a las formas de organización del Poder Popular y constituyen la base fundamental de la red de articulación política-social y del sistema de formación ideológica del PSUV*”. (Ibidem.

⁴⁵ A Região Ocidental, composta pelos Estados de Táchira, Mérida, Trujillo e Zulia, é presidida por Rafael Ramírez. A Região Centro-Ocidental, composta pelos Estados de Falcón, Lara, Yaracuy e Carabobo, é presidida por Francisco Ameliach. A Região Central, composta pelos Estado de Aragua, Distrito Capital, Miranda e Vargas, é presidida por Diosdado Cabello. A Região Oriental, composta pelos Estados de Anzoátegui, Sucre, Monagas e Nueva Esparta, é presidida por Aristóbulo Istúriz. A Região Sul, composta pelos Estados de Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas, é presidida por Nicolas Maduro. E por fim, a Região Los Llanos, composta pelos Estados de Apure, Barinas, Guárico, Portuguesa e Cojedes, é presidida por Elias Jaua.

⁴⁶ A agregação de dez Patrulhas forma um Batalhão. A agregação de dez Batalhões, por sua vez, forma um Circuito Socialista.

p. 61). As patrulhas socialistas podem ser de caráter territorial – cujo raio de ação está nas ruas, nos bairros, etc. – ou setorial, de acordo com as atividades desenvolvidas pela militância em áreas específicas. Cada militante do partido deverá, obrigatoriamente, fazer parte de uma patrulha territorial.

As patrulhas realizam um trabalho de base, buscando angariar novos militantes para o partido, bem como realizar com estes e com os demais um trabalho de formação ideológica. Porém, às vésperas dos processos eleitorais este trabalho conflui numa busca incessante por votos. É o que se percebe no documento “*Cuaderno de la Unidad de Batalla, la Patrulla Bolívar 200, los patrulleros e las patrulleras*” de junho de 2010. Neste documento são traçadas as formas como a militância do partido deveria se organizar e atuar a fim de que o governo fosse vitorioso na eleição para os deputados da Assembleia Nacional ocorrida no dia 26 de setembro de 2010.

Nesta ocasião foram criadas as UBBs-200 (Unidades de Batalha Bolívar 200) e as patrulhas receberam o nome de Patrulhas Bolívar 200, ambas constituindo-se no “*comando político y electoral del PSUV*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010a. p. 17). O raio de ação política seria para a primeira organização, os centros de votação, e para a segunda, as mesas de votação. O objetivo era “*asegurar el triunfo electoral socialista el día 26-S*”. (Idem).

Além de engendrar as condições para a realização dos debates políticos locais, as UBBs-200 também tinham como função elaborar um mapa político-eleitoral correspondente a cada centro de votação, a fim de “*facilitar y garantizar las tareas de identificación, localización y contacto con todos los electores y electoras*”, e zelar pelo bom funcionamento, segurança e organização do processo eleitoral nestes centros de votação. (Ibidem. p. 18-19).

Segundo o documento citado acima, cada Patrulha Bolívar 200 se constituiria, por sua vez, na:

unidad organizativa básica y esencial del PSUV para garantizar el contacto político directo, cara a cara, de los patrulleros y patrulleras con todos los electores y electoras de cada mesa de votación, motivando y asegurando su participación conciente en el acto electoral del día 26-S. En total se conformarán 36.603 Patrullas Bolívar 200, correspondientes al mismo número de mesas de votación, distribuidas en todo el territorio nacional, para garantizar el triunfo del Pueblo rumbo al socialismo. (Ibidem. p. 21).

Para isso, “*cada patrullero y cada patrullera debe cumplir con el supremo compromiso revolucionario de hacer el trabajo político necesario*”, buscando garantir a identificação,

localização, organização, participação e mobilização consciente dos “*electores y electoras de su mesa de votación, en las actividades de campaña y, muy especialmente, el día 26-S cuando se realizará el proceso de votación, escrutinio y anuncio de resultados electorales*”. (Ibidem. p. 22-23). O texto adverte que “*ni un compatriota, elector o electora, debe quedar sin ser tocado por el mensaje revolucionario*”, pois “*esta campaña electoral es una gran oportunidad para profundizar la batalla de ideas. Ideas que generen conciencia y patria liberadas*”. (Ibidem. p. 29).

O governo conseguiu na eleição em questão uma maioria parlamentar “não-qualificada”, ou seja, maioria que não permitia, todavia, aprovar mudanças e projetos políticos sem a necessidade de dialogar com a oposição.⁴⁷

Entendemos que a grande importância atribuída aos processos eleitorais é natural dentro de um movimento que se consolidou a partir das vias parlamentares e que sofreria sérios abalos se perdesse o controle e a direção do Estado. Porém, é necessário evitar que o trabalho de formação ideológica e de recrutamento de novos militantes se transforme em uma luta eleitoral, cujo único objetivo é atingir os postos de comando do Estado pelas cúpulas do partido.

O próprio PSUV – em documento recente no qual o partido se propõe a fazer uma autocrítica e um balanço político dos anos anteriores – admitiu que em determinado momento priorizou a disputa eleitoral em detrimento do trabalho de formação e organização política. Segue da seguinte maneira:

*Sin embargo, debemos reconocer que en el PSUV, se ha venido produciendo una imposición de la lógica de la maquinaria, **donde se concibe el hecho electoral como un fin en sí mismo**, y no como una tarea en la lucha por democratizar radicalmente la sociedad venezolana. La amplia base social de la Revolución termina instrumentalizada bajo la forma de “**masa de maniobra**” **electoral** en cada proceso, y lo que es peor, con formas organizativas que cada año se redefinen en función del mismo, perdiendo por ende su condición de sujeto de la Revolución* (R. B. de VENEZUELA, 2011c. p. 4 – grifos meus)

Todavía, o processo de formação de militantes e de novos quadros do partido merece crédito. Em 2009 foi criado o *Sistema de Formación Socialista Simón Rodríguez*⁴⁸. Na ocasião do lançamento deste, Hugo Chávez afirmou que:

⁴⁷ Veremos maiores detalhes no capítulo 3 deste trabalho.

Lo que aquí se ha comenzado a hacer es vital para la Revolución Bolivariana. No sólo para el Partido, sino vital para la revolución, para la patria bolivariana, es la formación socialista. No habría revolución posible si nosotros no nos formamos — no sólo los cuadros, sino el Partido como un todo, el pueblo como un todo. Pero los cuadros son eso: activadores, generadores, impulsores, motores. Recordemos aquella tesis de Antonio Gramsci: el partido de masas que somos no sólo debe ser de masas. No basta, no es suficiente, debe ser un partido de masas que genere sus propios cuadros. O sea, que el Partido es un generador de cuadros, de líderes, de activadores, de motores. (R. B. de VENEZUELA, 2009g, p. 3-4).

O Sistema de Formação Socialista do PSUV se subdivide em *Formación Crítica de Base* e *Escuela de Formación de Cuadros*. A primeira ramificação diz respeito à formação política e ideológica de todos os militantes do partido, à fomentação da coesão interna do partido e à criação de um sentimento de identificação e pertencimento em seus militantes. Para tanto são realizadas atividades como as “Jornadas de Reflexão”, dedicadas às frentes específicas do partido (trabalhadores, camponeses, juventude, etc).

A Escola de Formação de Quadros, por sua vez, se dedica a formar os “instrutores” dos centros de formação de base, e ainda, formar os quadros dirigentes do partido. Hugo Chávez afirmou que “*la escuela de cuadros es una escuela de formación para la defensa y la construcción del socialismo*”. (Ibidem. p. 10).

Este Sistema de Formação possui como objetivo geral:

Dirigir y coordinar la formación ideopolítica del colectivo de integrantes del PSUV, con el propósito de conformar sujetos sociales capaces de analizar las coyunturas políticas con visión táctica y estratégica, con capacidad de movilizarse y movilizar a sus comunidades y actuar adecuadamente en todas las situaciones, con probidad, celeridad y protagonismo colectivo y capaz de profundizar en los por qué y los para qué en sus raíces ideológicas. (Excerto retirado do site oficial do Sistema de Formação Socialista Simón Rodríguez: www.formacionsocialista.org.ve acessado no dia 11\10\2011 às 14:31h).

O Sistema de Formação Socialista Simón Rodríguez é, portanto, um programa de formação política e ideológica dedicado ao estudo das teorias socialistas e à proposta de, a partir destas teorias, pensar a construção do Socialismo do Século XXI. São disponibilizados diversos

⁴⁸ C. f.: REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Lanzamiento del Sistema de Formación Socialista Simón Rodríguez. Aló Presidente Teórico 6**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009. Disponível em www.minci.gob.ve

documentos, livros, folhetos sobre os teóricos e pensadores marxistas⁴⁹ e as obras originais destes, bem como aqueles documentos gerados dos debates realizados nos encontros do PSUV.

Como foi possível perceber o PSUV se assume como um partido marxista que luta pela revolução socialista. Declara-se: anticapitalista; antiimperialista; anticorrupção; socialista; marxista; bolivariano; comprometido com os interesses da classe trabalhadora e do povo; humanista; internacionalista; patriótico; unitário; ético e com moral revolucionária; defensor dos direitos da “*madre tierra*”; defensor da igualdade e equidade de gênero; defensor dos direitos das pessoas com deficiência; defensor da democracia participativa e protagônica na sociedade; original e criativo; defensor, impulsor e promotor do Poder Popular; promotor do desenvolvimento endógeno; defensor da igualdade no interior do partido; crítico e autocrítico; embasado no princípio do centralismo democrático⁵⁰ e de direção coletiva; disciplinado; praticante da democracia interna no partido. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. p. 45-46).

De seus princípios fundamentais, segundo consta em seu Estatuto, segue o seguinte:

El Partido asume el ideario Bolivariano, la contribución de Ezequiel Zamora y Simón Rodríguez, así como los aportes de lucha y organización de los pueblos indo-afroamericanos; se inspira en los orígenes del cristianismo, en la teoría de la liberación, se nutre del socialismo científico y las experiencias de sus hombres y sus mujeres que han luchado por la revolución y la construcción del socialismo. (Ibidem. p. 44)

Também declara como seus princípios: enfrentar o imperialismo; superar o capitalismo e construir o socialismo para acabar com a pobreza e implantar a justiça social; construir a transição do Estado burguês para o Estado socialista; incentivar o internacionalismo e a união dos povos que lutam para estabelecer projetos emancipatórios e libertários⁵¹; garantir a defesa da

⁴⁹ A bibliografia dos cadernos de formação da Escola de Quadros do partido (ou seja, os documentos disponibilizados pelo partido para que seus militantes leiam e estudem) possui como autores de referência: Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Ilich Lênin, Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui, Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara, Ludovico Silva, Luis Britto García, Frei Beto, entre outros.

⁵⁰ O partido define “centralismo democrático” como: “*la subordinación del conjunto de la organización a la dirección; la subordinación de todos los militantes a sus organismos; la subordinación de los organismos inferiores a los superiores; la subordinación de la minoría a la mayoría; el control del cumplimiento de las decisiones del partido de arriba hacia abajo y de abajo hacia arriba; el carácter electivo de todos los órganos de dirección y el principio de dirección colectiva (responsabilidades individuales y colectivas), fundamentados todos en la disciplina consciente en base a la línea política, al programa y los estatutos que rigen la vida del partido*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. p. 52).

⁵¹ Para o PSUV, “*las fuerzas revolucionarias y los pueblos hermanos nuestro americanos y del mundo entero constituyen reservas estratégicas de la revolución venezolana*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. p. 86).

revolução; a unidade, a originalidade e a criação; e por fim, a construção do socialismo bolivariano como a única alternativa frente à crise do sistema capitalista. (Ibidem. p. 17-44).

Para o PSUV, a tarefa central da Revolução Bolivariana é “*desmontar el poder constituido al servicio de la burguesía y el imperialismo y refundar un poder radicalmente distinto, al servicio del pueblo venezolano y los demás pueblos del mundo*”, ou seja, “*la construcción del poder popular y revolucionario*”. (Ibidem. p. 100). Para tanto, é necessário que o processo revolucionário leve adiante e aprofunde as seguintes tarefas principais, que servem de suporte para a tarefa central:

la lucha contra la alienación de la conciencia social y por la construcción de una conciencia revolucionaria; la lucha contra la dominación y opresión política y por transformar la política en un modo para la vivencia plena, digna y gratificante; la lucha por hacer de la democracia un espacio para la participación y el protagonismo popular, y la lucha contra la explotación del trabajo ajeno y por la humanización y liberación del trabajo. (Ibidem. p. 100-101).

O partido “*proclama su pertenencia a la clase trabajadora explotada y oprimida, así como a todos los hombres y mujeres que abracen el ideal bolivariano y socialista*” (Ibidem. p. 36) e se declara ainda como a “*vanguardia política del proceso revolucionario*”. (Ibidem. p. 45 – grifos meus). O PSUV afirma que compete a ele, “*como expresión de la unidad del pueblo*”, assumir o papel de “*vanguardia en las luchas que habremos de librar en lo adelante, en el marco de la Era Bicentenario que se inicia, hasta lograr la independencia definitiva de nuestros pueblos*”. (Ibidem. p. 8).

O papel de vanguarda da revolução, auto-atribuído ao PSUV, nos parece sujeito a grandes controversas. Entendemos que o movimento bolivariano deve sim fortalecer um dos seus espectros organizativos – o partido político – mesmo pelo fato de ter vinculações fortes e objetivas com o Estado. Porém, este novo partido deveria ter passado por um processo de construção de bases, de formação de militantes e de vinculação efetiva com o movimento revolucionário antes de se auto-intitular “a vanguarda da revolução”. Por se considerar a vanguarda da revolução e por considerar que seu maior papel nesta era a formação de quadros políticos, o partido passou por um processo de distanciamento em relação às necessidades reais organizativas e políticas das classes trabalhadoras. Fato que provocou um estranhamento destas em relação ao partido da revolução em curso.

Este momento foi identificado pelo próprio partido, que realizou, em documento de 2011, uma auto-crítica, afirmando que:

Este confinamiento del Partido en sí mismo, conduce al progresivo alejamiento de la cotidianidad del pueblo, al desconocimiento de sus demandas y problemas. El Partido comienza a concebirse como un ente separado y superior al pueblo que debe “conducir”, y el trabajo revolucionario cotidiano, junto con las masas populares, es sustituido, en ciertos casos, por una especie de “contienda electoral”. Todo lo cual provoca un profundo sentimiento de rechazo hacia ese tipo de prácticas. (R. B. de VENEZUELA, 2011c. p. 4)

Por isso, o partido indicou que o caminho que deveria ser efetivamente trilhado deveria ser de contato direto e orgânico com as classes trabalhadoras, de maneira a criar uma relação de simbiose onde o movimento bolivariano englobasse o partido e o partido englobasse o movimento bolivariano. A esta nova compreensão de fazer político-partidário, o PSUV denominou como “Partido-Movimiento”:

Optar por la lógica del Partido-Movimiento implica posicionarse dentro de las masas populares, estableciendo y desplegando una amplia política de alianzas con las diversas formas de organización popular, incluyendo los sectores patrióticos y democráticos de las clases medias, apoyándolas e invitándolas a poner su talento y conocimiento al servicio de la construcción de una sociedad del buen vivir para todos y todas. Es necesario establecer objetivos concretos, sobre el terreno, dentro del proceso real de transformación de la sociedad hacia el Socialismo. Se trata de trabajar junto con el pueblo, en su lucha diaria por transformar sus condiciones materiales de vida y la satisfacción de sus necesidades humanas. (...) Un partido desvinculado de las luchas del pueblo y sus demandas, es un partido que ve seriamente limitada su capacidad para servir de instrumento motorizador de la transformación socialista de la sociedad. De esta manera, se reconoce como una cuestión de primerísimo orden, a partir de este momento, profundizar y consolidar los vínculos entre el Partido y las masas. Para consolidar estos vínculos, es fundamental que los sectores populares se reconozcan en el Partido, es decir, el Partido no puede ser identificado como una suerte de apéndice del Estado, sino como un instrumento que acompaña al pueblo en sus luchas y en la construcción del Poder Popular. (Ibidem. p. 4-5)

Assim, parece caber ao PSUV as tarefas de aglutinar as forças políticas bolivarianas a fim de manter a coesão do movimento e de manter o controle do Estado, e ainda formar novos

quadros dirigentes para o movimento, que sejam capazes de orientá-lo e descentralizá-lo da figura de Hugo Chávez.

Para tanto a tarefa principal do partido é a formação político-ideológica de seus integrantes. Gramsci já afirmava que o Partido devia se “preocupar com o fortalecimento ideológico e político de seus atuais quadros e de seus atuais membros, para torná-los capazes de assimilar e enquadrar massas ainda mais amplas”. (GRAMSCI, 2004. p. 292). Esta intensa atividade no campo ideológico deve ser capaz de criar membros ativos no partido, que sejam habilitados a realizar a manutenção do processo revolucionário. Ainda segundo Antonio Gramsci:

Para que o Partido viva e esteja em contato com as massas, é preciso que todo membro do Partido seja um elemento político ativo, um dirigente. (...) Centralização significa, sobretudo, que – em qualquer situação, mesmo sob um duro estado de sítio, mesmo quando os comitês dirigentes não puderem funcionar por um determinado período ou não tiverem condições de se ligar à periferia – todos os membros do Partido, cada qual em seu ambiente, sejam capazes de se orientar, de saber extrair da realidade os elementos para estabelecer uma diretriz, a fim de que a classe operária não se abata, mas sinta que continua sendo dirigida e ainda pode lutar. Portanto, a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória. (Ibidem. p. 297).

É importante salientar novamente as condições históricas nas quais o PSUV foi criado. Se no contexto político e social de Antonio Gramsci a tarefa motriz do partido revolucionário era assumir o controle do Estado, a fim de realizar a revolução política, como poderíamos compreender a relação do PSUV com o movimento bolivariano, tendo em vista que o primeiro nasceu quando este último já havia chegado ao poder há quase 10 anos e já se encontrava bastante consolidado? Ao que parece, o PSUV surgiu muito mais como um mecanismo para aglutinar a base aliada a fim de fazer frente à oposição nas eleições de 2008 do que como uma expressão orgânica do movimento bolivariano.

Perceberemos no decorrer deste trabalho que o PSUV é uma das arestas do movimento bolivariano; não é a única e nem mesmo a mais importante. Seu intuito inicial de aglutinar e unificar o movimento bolivariano não foi totalmente bem-sucedido, pois há no interior do movimento organizações populares que não abrem mão de sua autonomia e que, mesmo reconhecendo a importância das eleições neste contexto histórico, advogam a favor da superação da própria política burguesa no país.

Portanto, é necessário relativizar a auto-atribuída posição de vanguarda na Revolução Bolivariana do PSUV, pois se o partido atua como uma forma de organização e mobilização popular e como um agente de formação política e de quadros, outras instâncias também o fazem e, em muitos casos, de maneira mais orgânica. É o caso das Missões e das organizações populares locais, como os Comitês de Terras Urbanas, os Conselhos Comunais, as Comunas, etc.

Capítulo III – AS REFORMAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

*La democracia está llenándose de pueblo,
de contenido popular. Es decir,
la estamos haciendo real, estamos haciendo
verdadera la transformación del modelo político.*

Hugo Chávez

3.1 Uma nova institucionalidade para o país

3.1.1 A Constituição de 1999

Hugo Chávez foi eleito com a promessa de modificar em longo prazo todas as estruturas da política venezuelana e transformar radicalmente o conjunto da sociedade. Seria inviável, segundo Chávez, realizar quaisquer tipos de modificações estruturais na sociedade venezuelana se não houvesse o enterro definitivo da ordem anteriormente estabelecida. Para tanto, era fundamental, segundo o presidente recém-eleito, elaborar uma nova Constituição.

Seu primeiro ato como presidente foi chamar um plebiscito para que o povo decidisse se deveriam haver eleições para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que redigisse a nova Carta. “Como para escapar da crença generalizada de que era um ditador militar em potencial, o presidente Chávez estava ansioso, desde o princípio, por submeter cada um de seus atos à vontade do povo”. (GOTT, 2004. p. 199).

Assim, foi realizado durante o governo de Hugo Chávez, um número de pleitos sem precedentes na história daquele país, a começar pelo ano de 1998. O primeiro pleito de seu mandato como presidente foi justamente para decidir a pertinência ou não da formação desta Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Este plebiscito ocorreu no dia 25 de abril de 1999 e o “sim” obteve quase 88% dos votos válidos. (AMENTA, 2010. p. 58).

A avassaladora vitória em abril se materializou no dia 25 julho daquele ano quando ocorreram as eleições para definir os integrantes da ANC. Mais uma vez, os bolivarianos ganharam com uma margem assombrosa em relação aos antigos mandatários do país. Conseguiram 119 das 131 cadeiras na ANC, cerca de 91% dos votos.

A ANC trabalhou em um ritmo veloz sob exigência do próprio Chávez que tinha pressa em ver a nova Constituição em vigor. O presidente se debruçou em um intenso processo de

discussão sobre cada um dos artigos que iam sendo elaborados pela ANC, de maneira a esmiuçá-los e torná-los de fácil compreensão para a população. Chávez se orgulhava do processo em desenvolvimento em seu país e buscava sempre diferenciá-lo do modo como se governava anteriormente, até mesmo para apagar os resquícios daquele “militar golpista” de 1992.

¿Cuándo aquí antes se discutían las leyes? ¿Quién recuerda aquí alguna ley que se haya debatido antes? No, aquí no se discutía nada; ellos aprobaban las leyes allí que eran elaboradas en los bufetes de los ricos, un grupo de abogados cobrando millones pagados por los ricos hacia las leyes, y los diputados levantaban la mano y la aprobaban; eso ni había debates, ni nada, y así aprobaron las leyes de bancos, así privatizaron el país, así se repartieron los ingresos petroleros entre ellos mismos, hicieron lo que les dio la gana. (Discurso de Hugo Chávez sobre o processo Constituinte. In: R. B de VENEZUELA, 2009c. p. 11-12).

Iniciados os trabalhos da ANC no dia 6 de agosto de 1999, já no dia 12 de novembro do mesmo ano o texto final da nova Constituição, com seus 396 artigos, estava pronto.

Como que para dificultar ainda mais um processo que já sofria com muitas resistências por parte da oposição⁵², o plebiscito que homologou a nova Constituição ocorreu em um dia que ficou marcado por uma grande catástrofe natural⁵³.

Mesmo com todas as dificuldades, Chávez já cantava a vitória do projeto constitucional: *“Esto está más que ganado, le vamos a dar una gran victoria a nuestro pueblo, y ustedes, negativos, van a ser derrotados. Busquen refuerzos donde quieran, llamen al diablo si quieren, Dios está con nosotros, porque la voz del pueblo es la voz de Dios”*. (Discurso de Hugo Chávez no dia 25 de novembro de 1999. In: EL TROUDI, 1999. p. 478). E foi assim. A população foi às urnas e a nova Constituição foi ratificada com 71% dos votos válidos no dia 15 de dezembro de 1999 e foi proclamada pela Assembleia Nacional Constituinte cinco dias depois. Seu preâmbulo discorre da seguinte maneira:

⁵² O maior agente aglutinador da oposição, e neste caso da oposição à nova Constituição, foi a Fedecámaras (Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela), maior órgão patronal do país. A organização rechaçou todos os artigos da Constituição, pois a considerava “retrógrada em termos econômicos”.

⁵³ Uma intensa chuva destruiu boa parte do país e os venezuelanos encontraram grandes dificuldades em atender ao chamado presidencial para irem votar. Os Estados mais afetados foram Vargas, Miranda, Falcón, Yaracuy, Zulia e o Distrito Federal. Segundo dados do jornal brasileiro Gazeta Mercantil do dia 25\12\99 (p. A-12), 150 mil pessoas tiveram suas casas destruídas e mais de 30 mil morreram vítimas das chuvas. As principais vítimas foram os moradores dos morros.

*El pueblo de Venezuela, en el ejercicio de sus poderes creadores e invocando la protección de Dios, el ejemplo histórico de nuestro Libertador **Simón Bolívar** y el heroísmo y sacrificio de nuestro antepasados **aborígenes** y de los precursores y forjadores de una patria libre y soberana; con el fin supremo de **refundar la República** para establecer una sociedad **democrática, participativa y protagónica**, multiétnica y pluricultural en un Estado de justicia, federal y descentralizado, que consolide los valores de la libertad, la independencia, la paz, la solidaridad, el bien común, la integridad territorial, la convivencia y el imperio de la ley para esta y las futuras generaciones; asegure el derecho a la vida, al trabajo, a la cultura, a la educación, a la justicia social y a la igualdad sin discriminación ni subordinación alguna; promueva la cooperación **pacífica** entre las naciones e impulse y consolide la **integración latinoamericana** de acuerdo con el principio de no intervención y autodeterminación de los pueblos, la garantía universal e indivisible de los derechos humanos, la democratización de la sociedad internacional, el **desarme nuclear**, el equilibrio ecológico y los bienes jurídicos ambientales como patrimonio común e irrenunciable de la humanidad; en ejercicio de su poder originario representado por la Asamblea Nacional Constituyente mediante el voto libre y en referendo democrático decreta la siguiente Constitución. (Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999 (preâmbulo) – grifos meus).*

O texto já parte de uma modificação fundamental: a mudança do nome do país. A República da Venezuela passou a chamar-se **República Bolivariana da Venezuela**, algo de extrema relevância simbólica e política para iniciar a 5ª República. Logo no Artigo 1º é definido que a República Bolivariana da Venezuela “*fundamenta su patrimonio moral y sus valores de libertad, igualdad, justicia y paz internacional en la doctrina de Simón Bolívar, el Libertador*”.

O mandato presidencial passou de cinco para seis anos, com possibilidade de uma reeleição e o Poder Público ficou dividido da seguinte forma: Poder Municipal, Poder Estadual e Poder Nacional. O Poder Nacional, por sua vez, subdividiu-se em: Legislativo, Executivo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão.

Inspirado na idéia que já estava presente nos escritos de Simón Bolívar, quando este falava sobre o Poder Moral, o Poder Cidadão mudou de nome, mas em essência continuou bastante fiel às idéias do “Libertador”. Sua função é advertir os funcionários da Administração Pública sobre as faltas cometidas quanto ao cumprimento de suas obrigações legais. Em casos últimos pode impor sanções estabelecidas em lei a estes funcionários. É atribuição do Poder Cidadão também realizar atividades pedagógicas “*dirigidas al conocimiento y estudio de esta Constitución, al amor a la patria, a las virtudes cívicas y democráticas, a los valores trascendentales de la República y a la observancia y respeto de los derechos humanos*”. (Artigo 278º). O que se ambicionava com a construção do Poder Cidadão era criar um braço institucional

capaz de zelar pelo bom andamento do Poder Público, denunciando atos de corrupção e mau uso dos recursos. O Poder Cidadão é independente, seus órgãos gozam de autonomia financeira, funcional e administrativa.

O texto constitucional extinguiu o sistema bicameral (Congresso e Corte Suprema) e instituiu apenas a Assembleia Nacional, incumbida de legislar e exercer o controle sobre o governo e a administração pública. O Estado federal descentralizado, agora dotado do cargo de Vice-presidente da República, até então inexistente, passa a basear-se na idéia de que a *“soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público”*. (Artigo 5º). E ainda: *“El gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y de las entidades políticas que la componen es y será siempre democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandato revocable”*. (Artigo 6º - grifos meus).

A Constituição instituiu que os assuntos de interesse nacional poderão ser submetidos a um referendo popular de caráter consultivo. Também ficam submetidos a referendos populares revogatórios os cargos e magistraturas assumidos através de eleições. O artigo 72º define que transcorrida a metade do período para o qual o funcionário foi eleito, seu mandato pode ser revogado através de um referendo, mediante um documento assinado por mais de vinte por cento dos eleitores. Ou seja, se mais de 20% dos eleitores assinarem um documento solicitando um referendo revogatório, este realizar-se-á a fim de submeter o eleito a um novo voto popular, que o destituirá ou não do cargo. Para além destes, poderão ser solicitados referendos de caráter abrogatório e aprobatório.

A democracia participativa e protagônica fica garantida no Artigo 70⁵⁴:

Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico: las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.

⁵⁴ Veremos como este e outros artigos serão modificados com a Reforma Constitucional de 2007 ainda neste capítulo.

A Constituição de 1999 destaca-se, sem dúvida, pelos avanços sociais que instituiu. Exemplos pragmáticos foram os direitos assistidos aos povos indígenas. Ao longo de oito artigos, a Constituição prevê o respeito à cultura indígena; a participação política destes grupos; a inviolabilidade de suas terras, bem como dos seus conhecimentos ancestrais. Segundo o texto, *“corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles”*. (Artigo 119º). Garantiu-se também a propriedade intelectual dos conhecimentos, tecnologias e inovações dos povos indígenas, e proibiu-se *“el registro de patentes sobre estos recursos y conocimientos ancestrales”*. (Artigo 124º). A participação política nos marcos do Estado Nacional também ficou assegurada através da garantia da *“representación indígena en la Asamblea Nacional y en los cuerpos deliberantes de las entidades federales y locales con población indígena”* (Artigo 125º), representação esta que seria escolhida de acordo com o sistema de eleição tradicional de cada comunidade, sem a submissão destes representantes ao sistema de votação formal do Estado.

Ficam estabelecidas ainda a *“valorización y difusión de las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas”* que passam a ter direito também *“a una educación propia y a un régimen educativo de carácter intercultural y bilingüe, atendiendo a sus particularidades socioculturales”* (Artigo 121º).

Com relação aos direitos econômicos, garantiu-se o direito à propriedade privada e somente a partir de *“utilidad pública o interés social, mediante sentencia firme y pago oportuno de esta indemnización”* a expropriação de qualquer classe de bens estaria permitida. (Artigo 115º). Somente poderão ser confiscados os bens de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido delitos contra o patrimônio público ou daqueles que *“se hayan enriquecido ilícitamente al amparo del Poder Público y los bienes provenientes de las actividades comerciales, financieras o cualesquiera otras vinculadas al tráfico ilícito de sustancias psicotrópicas y estupefacientes”*. (Artigo 116º). Passíveis de expropriação ficam também os latifúndios, que passam a ser considerados contrários ao interesse social. (Artigo 307º).

Proíbem-se também os monopólios (Artigo 113º) e prevê-se, em contrapartida, o direito de quaisquer indivíduos dedicarem-se livremente à atividade econômica de sua preferência. Instituiu-se, ainda, o Estado como promotor da iniciativa privada *“garantizando la creación y justa*

distribución de la riqueza, así como productor de bienes y servicios que satisfagan las necesidades de la población” ditando medidas para “*planificar, racionalizar y regular la economía e impulsar el desarrollo integral del país*”. (Artigo 112°).

Fica estabelecida a proteção e promoção da pequena e da média indústrias, das cooperativas, das empresas familiares, das pequenas empresas, bem como a capacitação e possível financiamento destes empreendedores “*bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular*”. (Artigo 308°). Maior proteção e crédito mais facilitado ficaram garantidos aos artesãos e às indústrias populares típicas do país, a fim de preservar a autenticidade destas e a cultura venezuelana.

É possível perceber como a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, apesar de romper e avançar substantivamente em alguns quesitos em relação à Constituição de 1961, não é exatamente um texto revolucionário. A maior parte dos artigos conferem novos direitos aos cidadãos e novas atribuições ao Estado, bem como demarca uma “intensificação democrática” – ao instituir, por exemplo, novas formas de participação popular, formas de consultas populares e revogação de mandatos – porém ainda absolutamente dentro dos marcos da democracia burguesa.

É o que se percebe também ao analisarmos os primeiros anos da política econômica do governo. Segundo Gilberto Maringoni (2004), “o governo Chávez adotou, até seu quinto ano de mandato, uma conduta econômica extremamente cuidadosa, ao contrário do que sua incontinência verbal parece denotar”. (MARINGONI, 2004. p. 49). Pois, de acordo com o autor, “os seculares privilégios das castas abastadas quase não foram tocados, os contratos internacionais firmados anteriormente são respeitados e o serviço da dívida pública segue sendo pago sem contestação”. (Idem).

Hugo Chávez, que herdou o país dos governantes *puntofijistas* assolado por uma profunda crise que abarcava todas as esferas da vida social, foi bastante comedido em relação às políticas econômicas. Não as alterou, até então, em profundidade, tampouco em sua estrutura.

O plano do governo era conseguir recursos que financiassem o investimento nos quesitos sociais. Para assegurar a melhoria dos serviços de educação, saúde, moradia, etc., Chávez não poderia perder os investidores que há anos já deixavam o país com receio de sua instabilidade política. Segundo Maringoni, “Chávez sabia que necessitava urgentemente de dólares para cumprir seus objetivos de diversificar o aparato produtivo, alavancar algum tipo de crescimento econômico, sair da recessão, gerar empregos e fazer seu governo decolar”. (Ibidem. p. 66). Para

tanto, o presidente saiu à procura de novos investidores, viajando pelo mundo e divulgando a Revolução Bolivariana, que deveria ser entendida como um processo pacífico e que respeitaria as liberdades democráticas e todos os acordos firmados com os investidores.

Chávez, em seu discurso de posse, fez um pedido aos investidores:

Hemos ido por el mundo y hemos conseguido, así lo he dicho, comprensión y esperamos seguirla consiguiendo, desde su Majestad el Rey Juan Carlos de Borbón hasta el Primer Ministro Canadiense Jean Chretien; desde el Presidente del Gobierno Español Don José María Aznar hasta el Presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton; el Presidente el Director Ejecutivo del Fondo Monetario Internacional, el señor Michel Camdessus, pasando por el Director del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo, del Club de París, con todos ellos hemos estado hablando en estos últimos 40 días. (...) Al respecto, los equipos de transición y los equipos del proyecto de gobierno y de desarrollo que hemos venido formulando hace varios años pues hemos decidido impulsar y arrancar con inversión privada. Y también le hacemos un llamado a los inversionistas nacionales con los que hemos tenido fecundas, amplias y diversas conversaciones aclarando, explicando, preguntándoles también; recibiendo sus opiniones a la inversión privada nacional. Le hago un llamado a todos los venezolanos que tienen capitales en el exterior. ¡Piénsenlo! El país necesita capitales. ¡Vengan aquí! (Discurso de posse de Hugo Chávez como presidente da República. In: EL TROUDI, 1999. p. 22-23).

Logo após todo o processo constituinte, o governo anunciou mais uma diretriz: o *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. Segundo o governo, o que se buscava com este primeiro Plano da nova era constitucional era consolidar as bases políticas para a interação dinâmica entre crescimento econômico sustentável, as efetivas oportunidades sociais, a dinâmica territorial e ambiental sustentáveis, a ampliação das oportunidades cidadãos e a diversificação multipolar das relações internacionais. (R. B. de VENEZUELA, 2001. p. 4). A idéia era de que estas linhas gerais se cumprissem num período chamado de “Década de Prata” (2001-2010), considerada uma etapa de transição, ou uma etapa prévia da “Década de Ouro” (2011-2020), entendida como o período de maior desenvolvimento da Revolução Bolivariana.

O Plano de Desenvolvimento em questão esmiúça todos os apontamentos presentes em outros documentos e na própria Constituição. Insiste na idéia de que o foco central do governo deve ser a garantia de uma vida digna à população, com acesso a bens e serviços e uma ampliação das instâncias democráticas. Para tanto, coloca-se como ponto fundamental solidificar a economia venezuelana, mediante a diversificação do aparato produtivo através da agricultura e

do incentivo às pequenas e médias empresas, e de políticas multilaterais que impliquem na alta dos preços do petróleo.

O país conformou-se durante este período como um Estado capitalista que buscava amenizar as contradições intrínsecas à sua própria ordem. Chávez voltou seus esforços para instituir um sistema de desenvolvimento social mais eficiente e de consolidação de condições dignas de vida para as classes trabalhadoras, bem como de fomentar discussões a respeito da possibilidade latente de instituir-se uma nova ordem: uma nova sociedade, uma nova economia, que rompesse **gradualmente** com o sistema vigente, colocando as classes trabalhadoras em contato direto com as teorias socialistas, a fim de solidificar e radicalizar a ideologia bolivariana e fomentar a construção concreta do socialismo.

Os gastos sociais do governo passaram a ter uma tendência ascendente desde a eleição de Chávez. A partir da tabela abaixo elaborada segundo os dados disponíveis no Anuário Estatístico da CEPAL (Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina) de 2009, percebemos que em 1996 estes gastos giravam em torno de 7,6% do PIB da Venezuela; já dez anos depois este índice saltou para 12,5%.

Tabela 2 – Venezuela: gasto público social

	Per capita (em dólares)	% do PIB	% do gasto público total
1990-1991	441	8,8	32,8
1995-1996	364	7,6	34,6
2000-2001	563	11,6	37,8
2005-2006	653	12,5	42,3

Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL de 2009.

Segundo Gilberto Maringoni, “pragmatismo” é a palavra que define a linha seguida pela política econômica dos primeiros anos do governo de Hugo Chávez e da Revolução Bolivariana. (MARINGONI, 2004). É interessante notar como este pragmatismo não se circunscreveu apenas à esfera econômica. De acordo com os interesses econômicos em jogo, visando tirar o país de uma crise profunda e alocar recursos para as principais áreas de interesse do governo – suas políticas sociais -, Chávez adotou um tom absolutamente conciliatório durante pelo menos os três primeiros anos de seu governo. A princípio sua luta se circunscrevia à integração latino-americana, à consolidação da soberania nacional e da “democracia participativa e protagônica”.

Fazia questão de ressaltar que não estava lá para levar o país rumo ao comunismo e que não fazia sentido que os investidores saíssem de suas fronteiras. Segundo Chávez, a Revolução Bolivariana “*no es un proyecto estatista, tampoco es extremo al neoliberalismo. No, estamos buscando un punto intermedio, tanto Estado como sea necesario y tanto mercado como sea posible*”. (Discurso de posse de Hugo Chávez como presidente da República no dia 2 de fevereiro de 1999. In: EL TROUDI, 1999. p. 24). Em discurso posterior, Chávez completa: “*Aquí no se lo vamos a expropiar, es mentira eso, no es un proyecto comunista lo que está aquí en marcha, no, es mentira, seria una locura*”. (Discurso de Hugo Chávez no dia 25 de março de 1999. In: EL TROUDI, 1999. p. 61). Veremos mais adiante como este discurso e este projeto mudariam muito conforme o passar do tempo.

Outra reforma ocorrida durante os primeiros meses de mandato também merece destaque. Trata-se da reforma do sistema judiciário. Chávez buscava extirpar toda a corrupção existente nesta instância, destituindo dos cargos juízes acusados de corrupção ou de conduta indevida. Existiam cerca de 4 mil juizes acusados de corrupção desde a década de 1980. A maior parte foi exonerada de seus cargos. O jornal “A Gazeta Mercantil” emitiu uma nota sobre o fato:

Dúzias de juízes devem ser demitidos nesta semana enquanto a poderosa Assembleia Constituinte da Venezuela cumpre sua promessa de extirpar a corrupção no sistema judiciário. A Comissão Forense de Emergência da Assembleia deveria demitir 50 magistrados ontem, depois de remover oito juízes de suas funções na terça-feira, baseada em várias acusações ligadas à corrupção, incluindo negligência, julgamento de casos onde tinham interesse pessoal e transmitir sentenças falsas. (...) A Comissão está investigando cerca de 3 mil dos 4 mil juízes com acusações de corrupção pendentes. (GAZETA MERCANTIL, 09\09\1999. p. A-10).

O governo também se dedicou à reforma do sistema penitenciário, ponto absolutamente ligado ao anterior, já que cerca de 23.000 pessoas reclusas nunca haviam sido julgadas. Chávez convocou uma equipe de juizes, fiscais e defensores dos direitos humanos que passaram a visitar quatro das mais perigosas prisões do país buscando acelerar os processos dos detentos que esperavam por julgamento e daqueles que já haviam cumprido suas penas. O processo ocorreu a partir da implementação do novo Código Penal decretado por Chávez – de acordo com poderes a ele atribuídos pela ANC – no dia 1º de julho de 1999. (GOTT, 2004).

Em busca de recursos para sanar o grande déficit orçamentário, o presidente empreendeu mais uma grande reforma: um feroz corte de despesas por parte do governo. “O objetivo era

simples: reduzir de US\$ 9 bilhões para US\$ 3 bilhões o déficit orçamentário que herdou”. (GAZETA MERCANTIL, 15\02\99. p. A-9). Para tanto, Chávez diminuiu alguns repasses para escolas, hospitais, etc., e cortou históricas regalias dedicadas às classes políticas. Foram cortes de toda ordem, incluindo carros oficiais, seguranças para ex-presidentes e ex-ministros, aviões presidenciais, telefones, entre muitos outros. Chávez afirmou na ocasião que:

Cuando decidimos recortar, reducir o eliminar escoltas, guardaespaldas, vehículos, en una primera medida muy leve apenas. Muy leve, pero es que el ejemplo mueve y yo aprendí allá en la Academia Militar de Venezuela, cuando estudiaba y practicaba el liderazgo, que un dirigente tiene que dar el ejemplo, de lo contrario no lo es, no es líder, Bolívar lo decía: “El ejemplo mueve más que la palabra”. (...) Se reduce a 30% los gastos de Casa Militar; en el Ministerio de la Secretaría de la Presidencia cientos y cientos, millones de bolívares se han ahorrado eliminando teléfonos, vehículos, gastos y dentro de pocos días, ya he firmado el decreto elaborado por el Procurador y un equipo que le está coordinando, para vender un lote grande de aviones, empezando por uno asignado al Presidente de Venezuela, de Petróleos de Venezuela (PDVSA) vamos a vender esos aviones, no se justifica tanto avión en poder del Estado: 128! (...) El año pasado sólo para mantener los aviones de PDVSA se gastó US\$ 120.000.000 incluyendo el combustible. (Discurso de Hugo Chávez no dia 25 de março de 1999. In: EL TROUDI, 1999. p. 72-73).

Sem reivindicar-se até aquele momento como um socialista, Chávez provocou o rechaço tanto dos marxistas quanto dos liberais. Os primeiros o consideravam um adepto da teoria de Tony Blair da terceira-via e os últimos o classificavam como um populista latino-americano típico, que poderia ainda sim, causar grandes prejuízos aos seus interesses econômicos e à consagrada “democracia” venezuelana.

O desenvolvimento histórico faria os traços da Revolução Bolivariana tomarem contornos mais bem definidos.

3.1.2 As Leis Habilitantes

No ano 2000 foram realizadas novas eleições para a Assembleia Nacional e para os cargos do Executivo, baseadas na nova constitucionalidade vigente. Ou seja, os representantes eleitos em 1998 e que foram responsáveis pela elaboração da nova Constituição deveriam agora ser novamente submetidos à eleição, sob os ditames da nova Carta.

Hugo Chávez foi reeleito com uma porcentagem maior do que a que o havia consagrado em 1998. Desta vez obteve 59,7% dos votos e a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional. Legitimado e fortalecido, Chávez começaria um processo para intensificar o grau e transformar o caráter das reformas implantadas.

Um grande passo nesta direção foi a implementação das 49 Leis Habilitantes anunciada no dia 13 de novembro de 2001.⁵⁵ Segundo Chávez, o governo se dedicou a “*elaborar un conjunto de leyes para ir creando el marco jurídico y concreto de aplicación de los preceptos constitucionales*”. E ainda: “*Sólo las leyes y los reglamentos pueden permitir que una Constitución no se quede congelada como letra muerta.* (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 20).

As Leis Habilitantes de 2001 representaram uma guinada no rumo até então comedido de Chávez em matéria de economia. Segundo Maringoni, “constituem-se numa espécie de novo programa de governo e selam o fim da convivência civilizada das classes dominantes com os novos ocupantes de Miraflores”. (MARINGONI, 2004. p. 76). As Leis tratavam sobre assuntos cruciais para o desenvolvimento do país e demonstraram a mudança do tom até então conciliatório do presidente Chávez tanto quanto o aprofundamento das reformas implantadas.

As Leis Habilitantes mais importantes foram a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, a Lei de Pesca e Aqüicultura e a Lei de Hidrocarburos. Esta última possui 68 artigos. Seu ponto principal é o fortalecimento do controle estatal da atividade petroleira por meio do Ministério de Minas e Energia. Os ingressos advindos desta atividade passaram a ser destinados ao financiamento das áreas da saúde, educação, aos fundos de estabilização macroeconômica (FEM) e ao investimento produtivo, sobretudo na agricultura. Por meio desta lei procurava-se “reduzir decisivamente a autonomia da PDVSA [estatal petroleira] em relação ao poder público, acentuada na década de 1990, quando se chegou a cogitar sua privatização”. Detalhou-se ainda, “o aumento de *royalties* e impostos que o Estado, como seu único proprietário, deve receber”. (Ibidem. p. 76). Segundo o governo,

en esa ley se incluye un concepto que ya aparecía en 1996 en esta agenda alternativa [Agenda Alternativa Bolivariana] como uno de los lineamientos estratégicos para la transformación del país: la llamada internalización petrolera, es decir, utilizar el petróleo y sus recursos en el desarrollo endógeno

⁵⁵ Uma Lei Habilitante é um instrumento do qual o Executivo lança mão, a partir da autoridade a ele conferida pela Assembleia Nacional, por um período de tempo determinado a fim de institucionalizar medidas que, de outro modo demorariam mais tempo devido aos trâmites administrativos ou burocráticos. Em geral, é utilizada em situações de emergência – como em caso de catástrofes naturais.

del país en contra de la estrategia, que venía implantándose, de producir más y más petróleo para satisfacer el consumismo de los países desarrollados y con ello además causar la caída de los precios. Nosotros cambiamos esa estrategia drásticamente y nos fuimos por el mundo a hablar con todos los presidentes de los países de la OPEP para recortar la producción petrolera y recuperar los precios justos para nuestro petróleo y además revertir eso hacia dentro del país. (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 20).

A Lei da Pesca e Aquicultura, por seu turno, definiu as modalidades de pesca permitidas no país. Buscou priorizar e defender a modalidade artesanal de pesca, em detrimento da modalidade industrial, pelo fato de “empregar tecnologia de baixo impacto e por manter cerca de 40 mil empregos diretos e 400 mil indiretos”. (MARINGONI, 2004. p. 75).

A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário possui 281 artigos e substituiu a Lei de Reforma Agrária de 1960. Discorre sobre a função social da propriedade, a ocupação, a produtividade, a ociosidade da terra, o direito dos proprietários e cria o Instituto Nacional de Terras (que regulamenta sobre as terras, decretando quais são ociosas e passíveis de expropriação), a Corporação Agrária Venezuelana (que desenvolve, coordena e supervisiona as atividades do Estado para o desenvolvimento agrário) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (que fica responsável por contribuir para o desenvolvimento integral do setor em matéria de infraestrutura, capacitação e extensão). Seu intuito era traçar as bases para uma efetiva e necessária reforma agrária, tendo em vista que em 1998, 5% dos proprietários possuíam 75% das terras agrícolas do país. (R. B. de VENEZUELA, 2004a. p. 4).

Como consequência da imensa concentração de terras, os camponeses se converteram, segundo palavras do próprio governo, em “*el gran proletariado rural, que alimentó los cinturones de miseria de las ciudades latinoamericanas*” e as pequenas propriedades rurais ainda existentes estão nas mãos de proprietários “*que no tienen los medios suficientes para desarrollar una explotación racional. Generalmente son tierras de poca utilidad, y quienes las trabajan viven muy cerca del nivel de supervivencia*”. (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2004c. p. 5).

A idéia básica era descentralizar a economia do país do eixo petroleiro através do investimento em agricultura e reforma agrária, incentivando os pequenos proprietários rurais, que, segundo o governo, possuem maior capacidade para diversificar a produção. Tratava-se de “*ampliar y profundizar la democracia económica, que enfatice la cultura del trabajo y la producción y que elimine progresivamente nuestra dependencia del ingreso petrolero*”. (Ibidem. p. 10). Tratava-se ainda de realizar “*un amplio proceso de distribución de tierras,*

democratizando la tenencia y redistribuyéndola entre los pequeños propietarios del campo, los sin tierra y todo ciudadano dispuesto a invertir y trabajar directamente la tierra”. (Idem).

A Lei de Terras de 2001 afirma que seu objetivo era:

establecer las bases del desarrollo rural integral y sustentable; entendido éste como el medio fundamental para el desarrollo humano y crecimiento económico del sector agrario dentro de una justa distribución de la riqueza y una planificación estratégica, democrática y participativa, eliminando el latifundio como sistema contrario a la justicia, al interés general y a la paz social en el campo, asegurando la biodiversidad, la seguridad agroalimentaria y la vigencia efectiva de los derechos de protección ambiental y agroalimentario de la presente y futuras generaciones.(Artigo. 1º).

A Lei estabelece que quaisquer venezuelanos que tenham optado pelo trabalho rural e pela produção agrícola como ofício ou como ocupação principal, são aptos a receberem terras por adjudicação. Dentre estes possíveis beneficiários, as mulheres chefes-de-família possuem prioridade, e são amparadas por um auxílio pré e pós-Natal: direito trabalhista estendido às trabalhadoras rurais, tal qual todos os outros direitos trabalhistas aos demais trabalhadores que passam a enquadrar-se na Lei Orgânica do Trabalho. Além disso, os direitos dos povos tradicionais e povos indígenas já previstos no texto Constitucional são reafirmados. A Lei também prevê um imposto sobre as terras subutilizadas – ou seja, aquelas que não atinjam uma produtividade pré-estabelecida – tanto privadas quanto públicas. Prevê a expropriação de terras completamente ociosas ou improdutivas, a expropriação das terras das quais o proprietário não consiga comprovar os documentos e registros de posse, e ainda dos latifúndios, em conformidade com as disposições já previstas na Constituição.

Segundo o governo, estas medidas vieram acompanhadas de um grande investimento em infraestrutura para a produção – com a construção de moinhos, sistema de irrigação, silos, etc. – e para os serviços de atendimento à população – como a construção de escolas, postos de saúde, água encanada, luz elétrica. A Lei estabeleceu ainda a oferta de crédito facilitado aos pequenos produtores e a garantia de recuperação de propriedade e da lavoura em caso de catástrofes naturais. (R. B. de VENEZUELA, 2004c. p. 11).

Neste momento, percebe-se que as reformas implementadas pelo governo bolivariano mudam sensivelmente sua orientação. Steve Ellner (2011) as considera como um grande pacote de leis “anti-neoliberais” que desafiaram a “*premise del Consenso de Washington de que era*

imposible cualquier estrategia distinta a las fórmulas macroeconómicas”. (ELLNER, 2011. p. 276).

Entendemos que as Leis Habilitantes de 2001 podem ser consideradas como o último grande ponto de **reformas conjunturais**, dado que a partir deste momento – com a economia relativamente estabilizada e com bases de apoio cada vez mais amplas e mais sólidas, ou seja, com a efetivação de condições objetivas e subjetivas – foi possível elaborar a transcendência do caráter destas reformas. Neste momento começam a ser desenhadas algumas reformas estruturais, ainda que de maneira bastante preliminar.

As clássicas elites *funtofijistas* e imperialistas não puderam tolerar passíveis este movimento por muito tempo. Atílio Borón (2010) chama nossa atenção para o fato de que “na América Latina, o caminho das reformas está longe de ser um passeio por um campo transbordante de flores”. Segundo o autor, “para nossas direitas, as reformas não são um substituto, mas um catalisador da revolução e, por isso, não poupam sangue para combatê-las” (BORÓN, 2010. p. 80-81).

As reações por parte das elites historicamente dominantes da Venezuela não tardaram a aparecer. Ocorreram em diversas frentes: por vias institucionais, mas, sobretudo, pelas vias midiáticas, através de uma intensa veiculação de imagens e pronunciamentos desqualificando a iniciativa governamental e taxando-a como inconstitucional e como um afronta ao desenvolvimento do país, que acarretaria um novo abalo na economia, com intensificação da pobreza e do sofrimento da população.

Gilberto Maringoni (2004) relata uma imagem exibida nas emissoras de televisão que se referia à Lei de Terras de 2001 e ao projeto da reforma agrária. Com o “rufar de tambores e uma tela toda negra” a imagem que buscava alertar sobre a legislação que incentivava o “caos no campo” exibia “pés descalços passando por cercas e culminava com um alerta: ‘As invasões atentam contra a propriedade privada’”. (MARINGONI, 2004. p. 74).

É a partir deste pacote de Leis Habilitantes que a oposição – sempre ancorada nos governos imperialistas, sobretudo dos Estados Unidos – dá início a uma intensa ofensiva contra o governo. A primeira grande investida ocorre ainda em 2001: uma grande paralisação por parte dos industriais, o chamado “*paro*”.

3.2 Retomando a “normalidade democrática”

As tentativas de golpe por parte da oposição passaram a ser recorrentes entre os anos de 2001 e 2003 e variaram entre golpes econômico-produtivos e um golpe propriamente político, que expressaram a insatisfação por parte das classes dominantes em relação a todo o processo que vinha sendo implementado desde 1999 na Venezuela. “Eles haviam agüentado os discursos, as provocações, as sete eleições, a Constituinte e um presidente – diziam abertamente – ‘desequilibrado’, mas aquela feira de normas e disposições era demais”. (MARINGONI, 2004. p. 77). O primeiro “*paro*” foi, portanto, uma resposta direta, sobretudo, às 49 Leis Habilitantes de 2001 e foi capitaneado pela Fedecámaras e pela Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), entidade absolutamente vinculada aos partidos de oposição, como a Ação Democrática.

No dia 10 de dezembro de 2001 ocorreu a paralisação dos industriais. “Isso levou a PDVSA, que produz perto de 3 milhões de barris de petróleo ao dia, a ficar sem produzir uma gota em alguns dias de dezembro”. (ROVAI, 2007. p. 99). Segundo Renato Rovai, esta paralisação pode ser classificada como um golpe **mediático-econômico**. (Ibidem. p. 98).

O movimento alegou que 90% das atividades econômicas haviam aderido ao protesto. Pedro Carmona Estanga, presidente da Fedecámaras e importante liderança de todo o movimento oposicionista, se sentia vitorioso e era o reflexo do sentimento geral entre os setores da oposição. Era o que eles precisavam para empreender uma nova investida contra o governo; desta vez muito mais ampla e muito mais violenta.

3.2.1 Os meios de comunicação como instrumentos político-ideológicos dos grupos de poder: o golpe de Estado de 2002

O mês de abril do ano de 2002 foi bastante tumultuado. A oposição que já estava inquieta com as medidas governistas esperava apenas o momento certo para investir de maneira sistemática e contundente contra o governo. E Chávez lhes deu um ótimo mote para tal: demitiu de maneira humilhante⁵⁶ o alto comando da PDVSA, que havia aderido ao *paro* produtivo

⁵⁶ Na manhã do dia 7 de abril, pouco antes de entrar ao vivo em seu programa dominical *Alô Presidente*, Chávez solicita um apito a seus assessores. Já no ar, começa a ditar os nomes a serem demitidos da PDVSA imitando um juiz de beisebol: “Senhor Eddie Ramirez, diretor-gerente de Palmaven... Prrrrriiiiiiiiiiii! Ooooffff-side! Está

ocorrido no ano anterior. E estes grandes líderes da direita venezuelana sabiam que saía de suas mãos talvez a maior parte do controle político-produtivo do país. Afinal, aqueles que detêm o controle da PDVSA detêm boa parcela do poder político do país. Era o que faltava para o golpe.

No dia 11 de abril de 2002⁵⁷, as forças da oposição “foram à luta” para “salvar” o país dos “perigos” impostos pela figura “ditatorial” de Hugo Chávez. Muito bem escoltados por uma intensa campanha midiática e pelo apoio explícito dos Estados Unidos, a oposição⁵⁸ se lançou numa luta que seria determinante para os futuros rumos do país. As emissoras privadas durante dias deixaram de veicular anúncios publicitários, direcionando todos os minutos disponíveis à tarefa de denegrir a imagem do presidente eleito democraticamente – por duas vezes até aquele momento – e incitar a população para que fosse às ruas protestar a favor dos “direitos” que Chávez supostamente buscava limitar, que se organizassem e apoiassem os próximos passos de seus líderes a fim de devolver o “estado de normalidade” à sociedade venezuelana, a qual o atual presidente teria “dividido em classes” através do “ódio entre ricos e pobres”. O direito à propriedade privada era o principal lema de reivindicação.

No momento em que a oposição saiu às ruas atendendo aos chamados da elite do país, os apoiadores do governo fizeram o mesmo de maneira espontânea. Não tardou para que os confrontos diretos começassem entre os grupos. O saldo final foi de 19 mortos e quase 200 feridos. (MARINGONI, 2004. p. 20).

Num fidedigno golpe de Estado, Chávez é capturado, preso e levado ao Forte Tiúna. Neste momento foram anunciados boatos de que Chávez haveria renunciado e uma junta provisória assumiu o poder. O então presidente da Fedecámaras, Pedro Carmona, se auto-proclamou presidente da República. Segundo Maringoni, “os únicos países a saudar explicitamente os golpistas haviam sido Estados Unidos, Espanha e Peru. Os demais países da América Latina expressaram seu descontentamento com a queda da institucionalidade no Caribe”. (Ibidem. p. 42).

demitido de seu cargo na Petróleos de Venezuela! Senhor Juan Fernández, gerente de Planificação e Controle... Prrrrriiiiiiiiiiii!!! Ooooooff-side! O senhor está demitido de seu cargo na PDVSA!”. (MARINGONI, 2004. p. 23).

⁵⁷ Boas obras tratam de maneira pormenorizada dos acontecimentos de abril de 2002. Vale recorrer a elas a fim de obter informações mais detalhadas deste processo. Entre estas obras podemos citar: “A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez” de Gilberto Maringoni; “A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo” de Núnzio Renzo Amenta; “Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa” de Renato Rovai; e “À Sombra do Libertador: Hugo Chávez e a transformação da Venezuela” de Richard Gott.

⁵⁸ A frente oposicionista da ocasião era formada pela AD, pelo Copei, pela Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) há mais de 40 anos ligada à AD, pelos meios de comunicação privados como a Venevisión, a Radio Caracas Televisión, a Globovisión, a Televen, e a RCTV, pela antiga cúpula da PDVSA e pela Fedecámaras.

O primeiro passo dos golpistas foi invalidar a Constituição em vigência e reinstaurar a Constituição de 1961, que equivalia substancialmente aos seus interesses enquanto elites *puntofijistas*. Também atribuíram poderes absolutos ao novo “Presidente da República”, além de suspender as 49 Leis Habilitantes em vigor e destituir todos os ministros e os deputados da Assembléia Nacional. (AMENTA, 2010. p. 184). Segundo Richard Gott (2004), os golpistas ainda “enviaram batalhões armados para perseguir, dar busca e assassinar famílias de destacados seguidores de Chávez”. (GOTT, 2004. p. 9).

Durante horas o país viveu sob a tensão de um possível seqüestro de Chávez, de um possível atentado contra a vida do presidente⁵⁹, de sua possível fuga e renúncia; ou seja, informações contraditórias, onde a única certeza era de que Chávez havia sumido e a oposição havia assumido o poder.

Durante este período a televisão, que cobrira exaustivamente a posse do novo “presidente” Pedro Carmona, negligenciou as manifestações cada vez mais fortes dos partidários de Chávez e noticiava, apenas, a suposta “nova etapa” que o país adentraria, com estabilidade econômica e em consonância com as novas exigências do mercado mundial; os supostos atentados ordenados por Chávez contra os manifestantes; e, claro, a sua suposta renúncia, que era noticiada como um fato. “A maneira como as marchas opositoras são mostradas – de modo a sempre inflar o número de participantes – e a quase total ausência da cobertura de manifestações pró-governo formam apenas um dos muitos aspectos envolvidos no papel da mídia”. (MARINGONI, 2004. p. 32-33).

O papel dos meios de comunicação, sobretudo, das emissoras comerciais de televisão foi decisivo neste contexto. Maringoni afirma que:

Quem quisesse acompanhar em detalhes os meandros do golpe não deveria ir a Miraflores e muito menos ao Forte Tiúna. Também de nada valeria postar-se nas ruas de Caracas, ou em alguma guarnição das Forças Armadas. Aquele que desejasse ter uma visão privilegiada dos acontecimentos deveria ir para casa e sentar-se em frente à televisão. **Era lá que o verdadeiro golpe ocorria.** As

⁵⁹ Muitas versões dos ocorridos em abril de 2002 dão conta de que o plano dos golpistas era cometer um magnicídio, ou seja, assassinar o presidente. Segundo Núnzio Renzo Amenta, Chávez foi transferido para a base da Marinha de Turiamo, um lugar distante, onde ficaria “mais fácil controlar o prisioneiro, e antes que se espalhasse a notícia do novo local em que estaria preso o presidente, a junta já deveria ter **‘solucionado o problema’**”. (AMENTA, 2010. p. 193 – grifos meus). Segundo o próprio Chávez, “*me iban a fusilar el 12 de abril, la orden la dieron del Palacio de Gobierno, el presidente de facto dio la orden: ‘A Chávez hay que aplicarle la ley de fuga’*”. (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2005. p. 30-31).

emissoras privadas mantiveram uma cobertura ininterrupta e ao vivo dos fatos, com entrevistas, reportagens e comentários durante toda a noite e o dia seguinte. A queda de Chávez representou um conflito político de novo tipo, um **golpe midiático**. (Ibidem. p. 32 – grifos meus).

Renato Rovai se vale da idéia de Maringoni e classifica este episódio como um **golpe midiático-militar**, onde “a mídia **se sobrepôs** aos outros setores envolvidos em cada uma das ações golpistas, assumindo o seu protagonismo”. (ROVAI, 2007. p. 12 - grifos meus).

Com artimanhas – como passar esquetes gravados como se fossem ao vivo; construir ambientes midiáticos hostis onde havia somente passeatas pacíficas; editar falas e discursos; e principalmente selecionar as informações a serem transmitidas, negligenciando aspectos fundamentais deste cenário político, como a declaração de não-renúncia do presidente – as grandes empresas de comunicação conseguiram criar um clima de adversidade extrema no país, mas não conseguiram, porém, sufocar o anseio das forças sociais que Chávez representa por informações consistentes.

O então Procurador-geral da República, Julián Isaías Rodríguez, resolveu por em prática um plano bem articulado. Com o suposto propósito de anunciar a renúncia presidencial e abrir caminho para a legalização do novo governo – já que os Estados Unidos alegaram que não “reconheceriam ou apoiariam automaticamente” um golpe de Estado clássico e que por isso seria preciso que Chávez renunciasse e deixasse um “vazio de poder” -, Isaías chamou uma entrevista coletiva, transmitida ao vivo para todo o país, a fim de simular uma conspiração interna contra o governo. Porém, logo no início do pronunciamento o ex-senador de 60 anos surpreendeu afirmando que: “(...) não há dúvidas sobre o fato de que o Estado constitucional foi violado e que estamos diante de uma situação que não pode ser qualificada de outra maneira senão de Golpe de Estado!”. (AMENTA, 2010. p. 177). Segundo Maringoni (2004; 39), “em pouco tempo, tanto o Palácio [de Miraflores] como o Forte [Tiuna] tiveram multidões postadas em seus arredores”.

Concomitantemente, as Forças Armadas fiéis a Chávez iam assumindo os quartéis tomados pelos golpistas. Retomaram o controle da 42ª Brigada de pára-quedistas, em Maracay, a Base Aérea de Libertador, na Grande Caracas, entre outros pontos fundamentais das Forças Armadas. O Palácio de Miraflores, sede do governo, também tomado pelos golpistas teve o mesmo fim. “Pouco depois das 5 da tarde, efetivos do batalhão de Caracas detiveram Pedro Carmona. O golpe estava derrotado pela pressão popular, pela reação militar e pelo isolamento internacional dos rebeldes”. (MARINGONI, 2004. p. 42).

Figura 3 – Golpe de 2002 - Chavistas concentrados em frente a Miraflores



Foto: Maiquel. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional, Caracas\Venezuela.

Richard Gott (2004) aponta que o violentíssimo golpe foi “destruído unicamente pela aliança que Chávez vinha construindo, com tanto empenho, entre os soldados e o povo”. (GOTT, 2004. p. 9). Uma carta⁶⁰ escrita por Chávez quando estava detido em Turiamo foi lida neste momento para a população que estava nas ruas de Caracas, principalmente em frente a Miraflores. Assim, o movimento bolivariano deferiu um contragolpe, e Chávez voltou à presidência no dia 13 de abril de 2002 ao som de uma multidão – cerca de 500 mil pessoas – postada em frente a Miraflores que bradava: “*Volvió, volvió! Chávez soy yo!*”.

Os meios de comunicação, como a Venevisión, a Radio Caracas, a Globovisión, a RCTV, a Televen, neste momento continuaram com sua postura “imparcial”:

Quando ficou claro que não havia mais como resistir ao contragolpe, o poder midiático dá o espetáculo final. As emissoras de rádio e TV da Venezuela tiram

⁶⁰ A carta dizia o seguinte: “*Turiamo, 13 de abril 2002. A las 14:45 hrs. Al pueblo venezolano... (y a quien pueda interesar). Yo, Hugo Chávez Frías, venezolano, Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, declaro: No he renunciado al poder legítimo que el pueblo me dio. ¡¡Para siempre!! Hugo Chávez Frías*”. (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2008b. p. 125).

seus sinais do ar e provocam o maior apagão informativo da história da mídia latino-americana até então. Nenhum dos meios comerciais de comunicação da Venezuela realizou a cobertura da volta de Hugo Chávez ao Palácio Miraflores. No dia seguinte o *show* continuou. No domingo, os jornais impressos não saíram. As emissoras de TV e rádio continuaram caladas. (ROVAI, 2007. p. 81).

Para alguns autores como Luis Brito García (2008), o golpe de 2002 demonstra como os meios de comunicação na Venezuela assumiram o papel dos partidos políticos, formando consciência, exigindo benesses e elegendo e depondo representantes.

Partidos y dirigencias son abolidos a favor del totalitarismo de un gremio de patronos sindicalizados y otro de sindicalistas patronales, que intentan confiscar el Estado por la fuerza bruta, legitimados o más bien dirigidos por una fracción de los medios que actúa como partido político, designa o destituye a los líderes de la oposición y les dicta estrategias y programas. (BRITO GARCÍA, 2008. p. 5).

Segundo o autor, no caso de países onde o sistema político partidário conta com pouca credibilidade frente à população, os meios de comunicação, personificados nas figuras de seus proprietários, assumem a construção da hegemonia e atuam como “*un poder político operante, asumiendo todas y cada una de las funciones de éste*”. (Ibidem. p. 300-301).

Longe de concordar com o autor, o que entendemos a respeito do golpe ocorrido em abril de 2002 na Venezuela, é que os meios de comunicação não foram agentes políticos autônomos e não atuaram de maneira independente, pois os mesmos estão organizados politicamente segundo os grupos de poder, no caso a clássica direita *puntofijista*. Ou seja, os meios de comunicação não são sujeitos políticos *per se*. Eles são instrumentos das classes sociais ou dos grupos sociais. Representam e expressam o projeto político destes grupos, confrontando os projetos dos grupos antagônicos.

Assim, o exemplo da Venezuela demonstra como o golpe de 2002 **não** foi um golpe “midiático-militar” ou “midiático-econômico” no sentido que lhes atribuem Gilberto Maringoni e Renato Rovai. Não foram os meios de comunicação que assumiram a posição política central, como também acredita Brito García. Eles foram representantes de um grupo social específico. Pela boca dos âncoras dos telejornais falava a direita venezuelana: a Fedecámaras, a CTV, a AD, o COPEI, a cúpula da PDVSA.

Coerentemente à configuração de uma sociedade de classes, os instrumentos de formação de consciência política sempre possuem lastros político-ideológicos diretos com os grupos que os

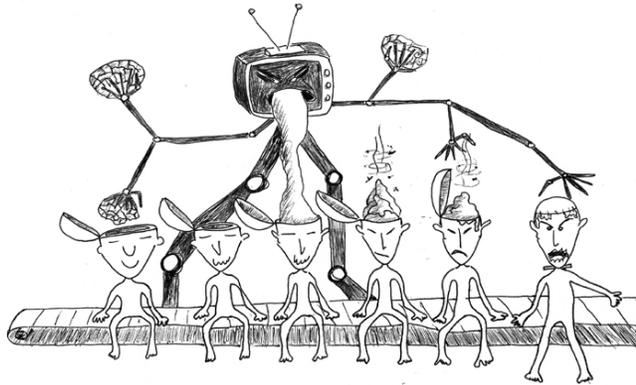
mantêm; demovendo-nos da idéia clássica de que os telejornais, os jornais impressos, os *sites* de notícias possuem como interesse primordial levar a informação clara e neutra à população. No mais das vezes, estas informações são distorcidas e\ou enviesadas por caminhos específicos, por uma “linha editorial” muito bem delimitada. Isto aplica-se ainda às telenovelas, seriados, programas de auditório, de fofocas, humorísticos, etc. Afinal, toda forma de passar uma informação é uma visão de mundo, contém em si uma ideologia muito bem definida.

E, desta maneira, conclui-se que também pelas bocas dos apresentadores da Telesur, de seus âncoras e repórteres jornalísticos, falam o presidente Hugo Chávez e seus aliados. Esta emissora multiestatal é parte de um maciço investimento do governo venezuelano, a fim de descentralizar os meios de comunicação das mãos das elites do país. Este projeto já estava na pauta do governo desde sua eleição em 1999, porém, após o golpe de 2002 ganhou ares de urgência. A idéia consistia em criar uma rede de meios de informação alternativa aos conglomerados tradicionais, vinculados à ofensiva oposicionista.

Entre os diversos investimentos comunicacionais do governo podemos citar os inúmeros *sites* oficiais; o *blog* (*Las Líneas de Chávez*) e o *twitter* presidenciais (@chavezcandanga), onde Chávez escreve quase diariamente; seu programa dominical *Alô Presidente* com horas de duração, onde Chávez utiliza artifícios dignos de um apresentador de programa de auditório; os panfletos sobre as linhas gerais, principais realizações e corrente ideológica do governo, distribuídos à população nas ruas e também disponíveis *online* (www.minci.gob.ve).

Um destes panfletos informativos é dedicado ao tema da mídia. Fazendo uma feroz crítica à mídia comercial que se associou ao golpe de 2002, o discurso oficial do governo é o seguinte: “*Se trata de que la gente no piense la información, sino que la consuma. La Idea es fragmentar la mente con noticias desconectadas entre sí, excitar sus sentidos y su curiosidad, para impedir el análisis y así manipular y direccionar el pensamiento*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010c. p. 26). Numa linguagem bastante popular e com ilustrações, o texto segue criticando a forma como os meios de comunicação comerciais abordam os diversos temas e formam consciência política: “*Para hacer más efectiva la propaganda, la mayoría de la información que se entrega es verdad fácilmente corroborable. Sólo una parte es mentira. Así la gente piensa que todo es verdad y se traga la parte que es mentira*”. (Ibidem. p. 28). A figura abaixo, que exemplifica a crítica feita nestes panfletos, é seguida pela legenda: “Votem e voltem para casa”.

Figura 4 – El feroz embrutecimiento mediatico



Votan y se van a casa

Fonte: R. B. de VENEZUELA, 2010c. p. 21.

Mas, sem dúvida, o maior investimento midiático de Chávez é no projeto de emissora consolidado em 2005: a *Telesur, La nueva televisión del Sur*. Prometendo uma fonte de informação alternativa aos grandes conglomerados midiáticos dominados pela elite burguesa da América Latina e dos Estados Unidos e uma forma de integrar culturalmente a região, a Telesur surge com o slogan: “*Nuestro norte el es Sur*”.

Com caráter principalmente jornalístico, a emissora também disponibiliza uma programação com documentários e programas culturais ligados aos movimentos sociais da América Latina. Atualmente, a multistatal conta com a participação de Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia, Nicarágua e majoritariamente da Venezuela. A Telesur nasceu oficialmente ligada ao governo Chávez, mas o discurso oficial, presente na fala de seus diretores e editores, é o da independência da emissora frente aos governos acionistas. Porém, segundo Lucas Reis Ávila (2008) o que se constata é o oposto, pois, há “uma clara proteção aos governos de esquerda do continente e diversas críticas aos governos mais conservadores, classificados por ela de direita”. (ÁVILA, 2008. p. 81). Como afirmamos acima, nada mais coerente que os meios de comunicação difundirem a ideologia dos grupos aos quais estão vinculados.

Chávez, que desde sua primeira aparição relevante na grande mídia, em fevereiro de 1992, demonstrou enorme destreza em falar ao povo, transmitir uma mensagem, fazer-se entender e conquistar adesão política, hoje em dia desponta como um dos maiores líderes populares do mundo. Defendendo-se dos ataques midiáticos advindos da oposição, soube utilizar as mesmas mídias a seu favor e difundir a ideologia bolivariana.

Mesmo derrotada por duas vezes – no *paro* de 2001 e no golpe de 2002 – a elite venezuelana não desistiu de tirar do poder o movimento bolivariano. Talvez o maior abalo que o governo sofreu não tenha sido o grande golpe de Estado de abril de 2002, mas o que viria depois.

A partir do dia 4 de dezembro de 2002, a oposição lançou um intenso bloqueio à economia venezuelana, com duração de 63 dias “que incluiu a interrupção quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, brutal queda da atividade econômica, retração das exportações, entre outras turbulências”, e que provocou uma absoluta recessão na economia e “colocou o governo diante de um risco mais concreto, por conseguir abalar a estrutura produtiva, a credibilidade e a autoridade governamental numa escala muito maior”. (MARINGONI, 2004. p. 47). O lema era “Natal sem Chávez”.

3.2.2 Tudo parado, novamente...

Ao perceber que não conseguiria derrubar o governo de Hugo Chávez, a oposição cria uma estratégia para tornar a governabilidade impossível: sabotar a economia do país. Com paralisações do setor petrolífero, com greves impostas aos trabalhadores pelos empresários⁶¹ e incentivando a população a não pagar seus impostos⁶², os opositores buscaram novamente criar o caos político, econômico e social no país.

O segundo *paro* durou 63 dias e foi uma prova de fogo para o governo. Com a PDVSA parada e com o bloqueio dos portos do país – estrategicamente realizado, para dificultar a importação de combustíveis de outros países –, ficou impossível abastecer os postos de combustível, e ainda, realizar o transporte das cargas de alimentos e produtos. Alimentos, gasolina, produtos e serviços ficaram absolutamente escassos na Venezuela durante este período.

O boicote à produção da PDVSA foi extremamente sofisticado. Não foi apenas uma paralisação dos trabalhadores, o sistema computacional foi posto em colapso. A produção da

⁶¹ O *paro* apesar de contar com a participação de diversos setores do sistema produtivo, foi capitaneado e dirigido pelos altos escalões das empresas. Em alguns casos, chegou a ameaçar de demissão àqueles trabalhadores que se recusavam a parar de trabalhar. No caso da PDVSA, era interessante notar que “quem anunciava o avanço do movimento não eram lideranças de base, mas diretores, dirigentes de unidades e comandantes de embarcações da PDV Marina*”. (MARINGONI, 2004. p. 183).

* PDV Marina é uma sub-estação da PDVSA.

⁶² A oposição, liderada pela Fedecámaras, chegou a convocar no dia 6 de janeiro de 2003 uma “marcha pela desobediência civil”.

empresa é totalmente informatizada e não foi difícil, através de algumas modificações de senhas e dados, pará-la completamente.

O saldo da nova empreitada golpista foi uma queda abrupta da produção de petróleo, passando de 3 milhões de barris diários para menos de 150 mil barris. (MARINGONI, 2004. p. 181). A crise política, econômica e social provocada pelas elites do país, que buscavam retomar a “normalidade” de sua sociedade “sem luta de classes”, foi cobrada. Os índices dos anos de 2002 e 2003 são os piores de todo o governo Chávez. A taxa de desemprego que no ano 2000 era de 13,9%, chegou em 2003 a 18% da população. O Coeficiente de Gini em 2002 alcançou 0,500. Os índices de pobreza e indigência chegaram, respectivamente, a 48,6% e 22,2% da população no ano de 2002.⁶³ Podemos ver na tabela abaixo como o PIB do país sofreu um forte recesso durante os anos de 2002 e 2003.

Tabela 3 - Venezuela: PIB total (milhões de dólares)

2001	122.909.700
2002	92.889.600
2003	83.529.000
2004	112.451.600
2005	145.513.500
2006	184.508.500
2007	228.070.800
2008	313.799.300

Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL (diversos anos).

Maringoni ainda chama a atenção para a desvalorização do bolívar – moeda local -, cerca de 25% em relação ao dólar apenas no mês de janeiro de 2003. Muitos dos estabelecimentos que fecharam as portas em sinal de protesto não conseguiram reabri-las. E ainda houve uma fuga de capitais da ordem de US\$ 7 bilhões. (MARINGONI, 2004. p. 189).

Com o passar dos dias e devido à postura firme do governo, a oposição foi perdendo força e já não contava com praticamente nenhum apoio popular. A produção petroleira foi sendo gradativamente retomada, e lojas e bancos voltaram a abrir.

Chávez e seus aliados saíram mais uma vez fortalecidos politicamente das investidas da elite venezuelana e puderam realizar uma diminuição drástica do quadro geral de funcionários da PDVSA, demitindo cerca de 18 mil funcionários – de um total de 42 mil – de médio e alto

⁶³ Dados retirados do Anuário Estatístico da CEPAL de 2009. Disponível em <http://www.eclac.cl>.

escalão que haviam aderido ao *paro*. Além disso, a estatal passou a ser regida sob um maior controle do governo, algo que estava na pauta de discussão desde a Agenda Alternativa Bolivariana. Segundo o presidente, a “*PDVSA se había convertido en un Estado dentro del Estado*” e a partir do golpe e da sabotagem petroleira foi possível subordinar a PDVSA ao governo, pois a estatal nunca havia se subordinado “*a gobierno alguno*”. (R. B. de VENEZUELA, 2005. p. 30).

Em outubro de 2004, os bolivarianos obtiveram o governo de 20 dos 22 Estados nas eleições regionais. Mais uma vez derrotadas, as frentes oposicionistas decidiram mudar o tipo de investida. Procuram uma maneira institucional para sacar Hugo Chávez da cadeira da presidência da República. Assim, no ano de 2004, empreenderam um referendo revogatório.

3.2.3 Mais pleitos

Como vimos anteriormente, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela prevê a possibilidade da realização de referendos aprobatórios, ab-rogatórios, consultivos e revogatórios. Este último poderá ocorrer desde que haja transcorrido metade do mandato para o qual o representante foi eleito e desde que se obtenha um número de assinaturas maior que 20% dos eleitores aptos a votar.

Assim sendo, a oposição foi capitanear todas as assinaturas necessárias para solicitar um referendo revogatório contra Chávez. Após muitos problemas ocasionados por possíveis falsificações nas assinaturas, a Conselho Nacional Eleitoral (CNE) marcou o referendo revogatório, a contento das forças de oposição, para o dia 15 de agosto de 2004.

Chávez foi submetido a voto popular para que a população reiterasse novamente sua legitimidade para continuar governando como presidente da República. A pergunta a ser respondida era a seguinte: “Você está de acordo com deixar sem efeito o mandato popular, outorgado mediante eleições democráticas legítimas ao cidadão Hugo Rafael Chávez Frías, como presidente da República Bolivariana da Venezuela para o atual período presidencial?”.

Segundo Margarita López Maya (2009; 257), “em Caracas, nas áreas mais pobres e mais densamente povoadas, os resultados eram a imagem invertida da que refletiam os setores urbanos de classe média”. Nos setores mais pobres, segundo a autora, “aproximadamente 75% dos

cidadãos votaram no **não**” ao referendo. Na tabela abaixo a autora demonstra como a condição sócio-econômica foi determinante para o resultado da votação.

Tabela 4 - Referendo Presidencial 2004 (% de votos)

	NÃO	SIM	NULOS
Nacional	58,9	40,6	0,5
Área Metropolitana de Caracas	48,7	51,3	
Município Libertador	56,0	44,0	
Centro colégio Sta. Elvira**	24,1	75,9	
Centro Iutirla**	25,3	74,7	
Município de Baruta**	20,6	79,4	
Município de Chacao**	20,0	80,0	
Município de El Hatillo**	17,9	82,1	
Centro Club La Lagunita**	5,7	94,3	
Município de Sucre	47,1	52,9	
Paróquia de La Dolorita*	73,1	26,9	
Paróquia de Leoncio Martinez**	21,8	78,2	
Estado de Zúlia	52,4	47,3	0,3
Município de Maracaibo (Maracaibo)	47,9	52,1	
Paróquia de Ildelfonso Vásquez*	67,4	32,6	
Paróquia de Olegario Villalobos**	26,3	73,7	
Estado de Carabobo	56,6	43,2	0,2
Município de Valência (Valência)	47,6	52,4	
Paróquia de Santa Rosa*	62,0	38,0	
Paróquia de São José**	14,1	85,9	
Estado de Lara	64,1	35,4	0,5
Município de Iribarren (Barquisimeto)	60,9	39,1	
Paróquia de Unión*	72,5	27,5	
Paróquia de Santa Rosa**	40,5	59,5	

* Municípios, paróquias ou centro em que predominam setores populares.

** Municípios, paróquias ou centro em que predominam setores médios e altos.

Fonte: CNE (2004). Apud: LÓPEZ MAYA, 2009. p. 260.

A porcentagem de votos – 58,9% dos eleitores do país votaram pelo **“não”** – logrou, mais uma vez, uma importante vitória a Chávez: vitorioso através do apoio popular nas manifestações de rua e no combate aos golpistas e novamente vitorioso sob os auspícios da Constituição que idealizara.

Mais uma vez a oposição golpista não aceitou a derrota e acusou uma suposta fraude nas eleições. Era difícil aceitar que as opiniões contra o “crioulo”, o “militar intransigente”, o “projeto de comunista” não eram majoritárias no país. A OEA e o Centro Carter, entre outros observadores internacionais atestaram a idoneidade do pleito. O resultado político geral deste

acontecimento, para os setores da oposição, foi um profundo isolamento e desprestígio políticos. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 265).

Nas eleições legislativas de 2005, a oposição **optou** pela **abstenção**, em uma patética manifestação de boicote ao sistema político do país e por isso todos os 167 deputados eleitos para a Assembleia Nacional eram da base aliada de Hugo Chávez.

López Maya afirma que os “resultados das diversas disputas eleitorais travadas desde 1998 revelam uma geografia eleitoral caracterizada pela aguda polarização política, fundada sobre uma polarização socioeconômica e espacial” fruto das transformações e das convulsões sociais ocorridas nas décadas passadas. (Idem). Para a autora, o presidente Chávez e as forças políticas que o circundam tem o dever de “pôr-se a serviço das iniludíveis tarefas de reconciliação e integração social”. (Idem).

De fato, a polarização da sociedade venezuelana é muito anterior ao governo de Hugo Chávez. Esta polarização, que dentro das perspectivas das quais este trabalho parte é entendida como **luta de classes**, é intrínseca ao próprio sistema do capital. Desde a constituição da Venezuela, primeiramente enquanto colônia e depois como país independente, o sistema capitalista inflige às classes trabalhadoras locais a mais absoluta exploração e submissão. Se, em determinados momentos de seu desenvolvimento histórico, o país passou por alguma tranqüilidade econômica e uma relativa equidade social, é um fato também típico do modo sócio-metabólico do capital, que para se perpetuar necessita se auto-revolucionar e possibilitar a construção de padrões tecnológicos, sociais e econômicos que atendam às mínimas necessidades de manutenção da vida daqueles que não detêm os meios de produção.

Portanto, se outrora foi possível instituir uma configuração político-social onde as lutas entre expropriadores e expropriados mantinham-se dentro de patamares toleráveis para ambos os lados (como no *welfare state*, e no caso venezuelano nos primeiros anos do *puntofijismo*, também chamados de “os bons tempos” da Venezuela), atualmente sob a perspectiva do capital em sua crise estrutural esta reconciliação tomou ares de irrealizável, tendo em vista a discrepância fundamental entre os interesses das classes em questão.

Por isso, ao pensarmos uma possibilidade de reintegrar os grupos sociais, na condição de seres humanos conciliados sob sua própria condição, devemos nos remeter, **invariavelmente**, à idéia de **socialismo**, pois tendo em vista esta “guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada”, o avanço político das classes trabalhadoras, mediante o fortalecimento da ideologia socialista é o

ponto nevrálgico do devir histórico, entendendo, pois, que esta guerra sempre terminou e sempre terminará “ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta”. (MARX; ENGELS, 2006. p. 84).

3.3 Nova diretriz: o Socialismo do Século XXI

O governo não havia assumido, até então, um discurso socialista. A primeira exposição pública de uma nova diretriz para a política e para a sociedade venezuelana foi feita no V Fórum Social Mundial ocorrido no Brasil na cidade de Porto Alegre em 2005. Chávez iniciou seu discurso, como todos os outros em tom bastante descontraído e popular, solicitando a todos que: “*Conspiremos entonces (...) hagamos una conspiración mundial, una verdadera conspiración, antiimperialista, antineoliberal, antihegemónica*”.⁶⁴

E continuou o discurso afirmando a necessidade vital de uma revolução: “*(...) lo único camino pelo cual podemos romper la hegemonía capitalista, pelo cual podemos romper la hegemonía de las oligarquías de esas tierras, es lo camino de la revolución, no ha otro camino*”. E finalizou afirmando que se trata de uma **revolução socialista**:

*Es necesario, decimos nosotros y hablan muchos intelectuales en el mundo, trascender el capitalismo, todavía acrecienta que no trascenderemos el capitalismo pelo propio capitalismo, no. El capitalismo debe ser transcendido pela vía del **socialismo**, por esa vía es que se debe trascender el modelo capitalista, el verdadero socialismo. ¡La igualdad, la justicia! (...) es posible trascender el capitalismo pela vía del socialismo y en la **democracia**. ¡En la democracia! Mas ojo abierto y oído atento: ¿en que tipo de democracia? No la democracia que Sr. Superman nos desea imponer ala de Washington, ¡no, eso no es democracia! (Idem – grifos meus).*

3.3.1 O movimento que se configura sob a práxis

O projeto do **Socialismo do Século XXI** visa à radicalização do processo de reformas em curso desde 1999 com a Revolução Bolivariana. Seria, como vimos anteriormente, uma quarta fase de desenvolvimento da Revolução Bolivariana. O Socialismo do Século XXI não nasceu pré-determinado. É um movimento que a partir de algumas linhas gerais busca determinar-se e concretizar-se através do desenvolvimento histórico. Concebido sobre as bases da ideologia bolivariana, o Socialismo do Século XXI foi ao longo do tempo determinando formas de intervenção política, social e institucional que fariam com que o movimento adquirisse uma estrutura programática e uma forma de luta mais bem delimitadas.

⁶⁴ Discurso de Hugo Chávez. Disponível em www.forumsocialmundial.org.br

A ideologia bolivariana do Socialismo do Século XXI, como vimos neste trabalho, possui algumas linhas mestras que conduzem todo o movimento. Baseada fundamentalmente no legado histórico e ideológico de Simón Bolívar, a ideologia bolivariana atual conseguiu coadunar a este legado outras duas correntes de pensamento: o cristianismo e o marxismo. A influência do cristianismo deve ser entendida como atrelada **apenas** aos ensinamentos de humanidade e igualdade legados pelo próprio Jesus Cristo, e não como uma influência de religiões determinadas e muito menos da Igreja Católica – instituição rechaçada pelo movimento bolivariano, sobretudo, após os acontecimentos de abril de 2002 e do referendo de 2004, quando os líderes da Igreja fizeram parte dos grupos golpistas, atacando publicamente o presidente e o movimento revolucionário.

Ciente da pouca aceitação por parte das correntes marxistas de um legado cristão a um movimento revolucionário, Hugo Chávez busca sempre que possível, explicar porque o movimento em curso na Venezuela possui raízes bolivarianas, socialistas e cristãs. Segundo Chávez, *“Cristo es, uno de los más grandes revolucionarios que haya nacido en esta tierra. Cristo, el verdadero Cristo, no el que algunos sectores de la iglesia católica manipulan”*. (R. B. de VENEZUELA, 2007d. p. 58-59). E ainda:

Cristo era un verdadero revolucionario socialista. Igualdad, igualdad: “bienaventurados los pobres porque de ellos será el Reino de los cielos”, “más fácil será que un camello entre por el ojo de una aguja a que un rico entre al reino de los cielos”. Ése es Cristo, el verdadero, el de la propiedad común. Cristo era comunista, incluso más que socialista, era un comunista auténtico, antiimperialista, enemigo de la oligarquía, enemigo de las élites del poder. ¡Ah! pero en muchas ocasiones la Iglesia católica - y todavía hay corrientes que siguen haciéndolo - manipulan al Cristo Señor, para tratar de convertir a esa religión, como dijo Marx, en el opio del pueblo. Aquí no, aquí no es opio, aquí es combustible del pueblo, porque nuestro socialismo, nuestra Revolución no es que sea eminentemente cristiana, pero tiene raíces cristinas, auténticas, de justicia social, de lucha por la dignidad del ser humano, de la igualdad, de la libertad. (Idem).

Importância cabal para a determinação desta ideologia possui o legado deixado por Simón Bolívar, combatente contra o império, a submissão e a opressão dos povos latino-americanos. Porém, Chávez salienta que qualquer idéia de socialismo deve pautar-se nos fundadores do socialismo científico: Marx e Engels, passando por seus continuadores: Rosa Luxemburgo, Lênin e Gramsci e pelas correntes latino-americanas de Mariátegui, José Martí, Che Guevara e Fidel

Castro. (R. B. de VENEZUELA, 2007h). E salienta a necessidade de, baseando-se em toda a explicação do modo de funcionamento da sociedade capitalista deixada por estes pensadores, realizar uma leitura atualizada da sociedade venezuelana, configurando o Socialismo do Século XXI como um socialismo “repotenciado”. Segundo Chávez, o Socialismo do Século XXI baseia-se no “*viejo socialismo, pero se adapta a los nuevos tiempos y lugares, tomando lo bueno de la experiencia del siglo XX, se enriquece y se amplía con nuevos conocimientos de otros pueblos*”, buscando corrigir as tendências errôneas empreendidas pelas experiências socialistas do século passado. (Ibidem. p. 21).

O Socialismo do Século XXI vai se construindo a partir de um núcleo de concepções científicas, políticas e ideológicas e através da práxis, em um movimento contínuo de avanços e retrocessos, onde a busca por uma definição teórica precisa parece estar relegada à segunda ordem. Por isso, tendo em vista a vitalidade de se expandir a construção de uma sociabilidade socialista para vários territórios do globo, “*más que hablar de una sola fórmula, es más preciso pensar en los socialismos del siglo XXI*”. (Ibidem. p. 28).

Nas palavras de Chávez:

El socialismo del siglo XXI es un concepto en plena construcción. (...) El joven socialismo del siglo XXI será criado colectivamente por todos y todas, sobre la marcha, gracias a la discusión y a los aportes que hagamos en su formación. Esto es altamente positivo ya que no se trata de una receta impuesta, confeccionada por un pequeño grupo de notables, reproduciendo lo que sería una práctica no democrática. Las fuerzas vivas de nuestro país nunca habían tenido la oportunidad de participar en el diseño y velar por el sano crecimiento de un modelo político y socio-económico a su medida, los anteriores han sido impuestos. (Ibidem. p. 20).

Com o desenvolvimento histórico, o movimento bolivariano foi ganhando amplitude social e força política. As classes trabalhadoras venezuelanas passaram a apoiá-lo em peso e constituir sua base social, fato que possibilitou o recrudescimento das investidas em prol da realização de reformas estruturais.

A fim de transformar o Estado burguês venezuelano em um Estado que **potencializasse** a revolução socialista, foram empreendidas algumas mudanças em suas diretrizes e algumas reformas em sua estrutura. O “Projeto Nacional Simón Bolívar” e o “Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013)” deram as linhas programáticas fundamentais que deveriam nortear todo o processo de mudanças institucionais e sociais do país. A partir destes

planos traçou-se um projeto para a construção de um Estado com vistas ao socialismo: a Reforma Constitucional, barrada pela população em referendo – fato que evidenciou para o movimento bolivariano como uma revolução deve estar atrelada menos às suas cúpulas institucionais e mais às suas bases sociais.

3.3.2 O Projeto Nacional Simón Bolívar

Novas eleições presidenciais ocorreram em 2006. Chávez foi reeleito no dia 3 de dezembro de 2006, para mais um mandato de seis anos, com cerca de 7,5 milhões de votos, ou 62,84% dos votos válidos. Outra grande vitória do movimento bolivariano, cujos sucessos eleitorais iam se acumulando ao longo de onze pleitos.

Chávez reassumiu a presidência no dia 10 de janeiro de 2007 e reafirmou durante seu juramento de posse o intento de construir *“la vía venezolana al socialismo, construir el socialismo venezolano”* (R. B. de VENEZUELA, 2007e. p. 30), pois, segundo ele, o povo não havia votado nele e sim em um projeto, em uma orientação *“y Chávez durante una y mil veces lo dijo: vamos por la vía del socialismo. El pueblo votó por la vía del socialismo y es socialismo lo que quiere el pueblo, lo que necesita la Patria”*. (Ibidem. p. 63). E continuou: *“nada ni nadie hará detener el carro de la Revolución socialista en Venezuela, cueste lo que cueste”*. (Ibidem. p. 40).

Segundo o presidente encerrava-se naquele dia um ciclo, que deveria ser caracterizado como *“un período de transición”* e começava *“no sólo una nueva era, sino que entramos de lleno a la era o al tiempo de construcción del Proyecto Nacional Simón Bolívar, que requería un fundamento sólido”*. (Ibidem. p. 58). Segundo ele, o que havia sido realizado até o momento era construir um piso, uma base, para iniciar a construção do Socialismo do Século XXI, que se intensificaria naquele momento e a partir do poder popular, como motor principal da revolução.

O Projeto Nacional Simón Bolívar trata-se, segundo expressam suas linhas gerais, de um aprofundamento de todas as instâncias que foram modificadas até então, de modo a efetivamente revolucioná-las e criar condições políticas, institucionais e sociais para expandir o processo, integrando instâncias até então negligenciadas.

Em termos gerais, esta nova etapa priorizaria a nacionalização de todos os setores estratégicos e o fortalecimento das instâncias de poder popular, como os Conselhos Comunais⁶⁵. O governo passaria a aplicar o que ele chamou de “motores revolucionários”. O primeiro deles é a autoridade delegada pela Assembleia Nacional ao presidente da república para aplicar um novo conjunto de Leis Habilitantes; o segundo é “*la reforma socialista constitucional*”, ou seja, uma imprescindível reforma da Constituição de 1999; o terceiro é a chamada “*educación popular moral y luces*”, um projeto de fortalecimento ideológico e ampliação cultural a ser implantado em todos os lugares do país, desde as oficinas, fábricas, escolas, bairros populares até o campo, pois, “*hay que demoler los viejos valores del individualismo, del capitalismo, del egoísmo, hay que crear nuevos valores y eso sólo se logra a través de la educación, del ejemplo, que es el tercer gran motor*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007d. p. 74).

O quarto motor é uma reformulação da geometria do poder, ou uma nova maneira de distribuir simetricamente o poder político, econômico, social e militar sobre o território venezuelano, pois existiriam muitas “*regiones que están muy apartadas, muy olvidadas, disminuidas, atrasadas; tenemos que levantar al país completo porque es un solo cuerpo nacional*”. (Ibidem. p. 75).

O quinto poder, que Chávez classifica como o mais importante e mais poderoso, é chamado de “*explosión revolucionaria del Poder Comunal*”. O que se pretende é fazer com que os Conselhos Comunais e suas áreas e territórios de atuação transcendam o nível local, através de confederações regionais e nacionais a fim de constituir bases para a criação de “*ciudades comunais*” que engendrariam um futuro “*Estado Comunal*”, superando o próprio Estado burguês. Segundo Chávez, é necessário “*desmontar*” progressivamente o Estado burguês “*mientras vamos levantando al Estado comunal, el Estado socialista, el Estado bolivariano; un Estado que esté en condiciones y en capacidad de conducir una Revolución*”, pois, “*casi todos los Estados nacieron para detener revoluciones, vaya qué reto el nuestro, convertir al viejo Estado contrarrevolucionario en un Estado revolucionario*”. (Idem).

⁶⁵ Trataremos dos Conselhos Comunais no capítulo 5.

3.3.3 Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013)

No documento intitulado “*Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*”, o governo apresenta as principais linhas políticas do Projeto Nacional Simón Bolívar, cujo objetivo é declaradamente orientar a Venezuela para a construção do Socialismo do Século XXI. (R. B. de VENEZUELA, 2008a. p. 5). Para isso, o *Plan 2007-2013* traça as seguintes diretrizes: a) nova ética socialista; b) suprema felicidade social; d) democracia protagônica e revolucionária; e) modelo produtivo socialista; f) nova geopolítica nacional; g) a Venezuela como potência energética mundial; h) nova geopolítica mundial.

Segundo o governo, a construção do Socialismo do Século XXI passa necessariamente pela refundação moral e ética da nação venezuelana, horizonte entendido como o “terceiro motor da revolução” no Plano Nacional Simón Bolívar. Esta refundação deveria fincar raízes na fusão das correntes do socialismo e na herança histórica do pensamento de Simón Bolívar. O objetivo máximo é a suprema felicidade para cada cidadão e a base para alcançar tal objetivo deverão ser os caminhos da justiça social, a igualdade e a solidariedade entre os seres humanos e as instituições da República. Os valores éticos do Socialismo do Século XXI deverão ser “*la solidaridad humana, la realización colectiva de la individualidad y la satisfacción racional de las necesidades fundamentales de hombres y mujeres*” (Ibidem. p. 10) e a construção de um ser social que não negue o ser individual mas que o transcenda positivamente através da “*conciencia de que el ser humano sólo puede realizarse en los otros seres humanos, de aquí nace el sentimiento de solidaridad, de desprendimiento personal que debe tener todo revolucionario*”. (Ibidem. p. 15). Ainda segundo o governo:

El Proyecto Ético Socialista Bolivariano tiene como misión la superación de la ética del capital y se centra en la configuración de una conciencia revolucionaria de la necesidad de una nueva moral colectiva, que sólo puede ser alcanzada mediante la dialéctica de la lucha por la transformación material de la sociedad y el desarrollo de la espiritualidad de los que habitamos en este hermoso espacio de tierra que es Venezuela. Tal dialéctica debe llevarnos a fundar la convicción de que si nosotros mismos no nos cambiamos, de nada valdría cambiar la realidad exterior. (Ibidem. p. 11 – grifos meus).

Para tanto, o texto traça alguns objetivos, tais como: a necessária superação da miséria e da pobreza; a construção de um Estado pautado em uma nova ética pública, que combata

permanentemente a corrupção, a impunidade e a burocracia e possua como valor supremo a prática da justiça e da igualdade; a consolidação da civilidade como condição onde os cidadãos efetivamente se sintam responsáveis pela vida pública; a consolidação de uma tolerância ativa vivenciada em um meio de cultura pluralista; o fomento do trabalho criador e produtivo; e a articulação material e institucional sobre o processo de produção.

Segundo o texto, o projeto ético socialista deve ser capaz de construir o homem novo, dotado de valores diametralmente distintos dos que vigoram sob os auspícios do capitalismo. Assim, a consciência moral revolucionária *“constituye el motor para dejar atrás la prehistoria humana y entrar definitivamente a la verdadera historia, la sociedad realmente humanista. En definitiva, habrá socialismo cuando exista un hombre nuevo”*. (Ibidem. p. 16).

A idéia de “suprema felicidade social” é condizente com uma das concepções políticas expressas por Simón Bolívar, no conhecido Discurso de Angostura de 1819, onde o ícone venezuelano afirma que: *“El sistema de gobierno más perfecto es aquel que **produce mayor suma de felicidad posible, mayor suma de seguridad social y mayor suma de estabilidad política**”*. (R. B. de VENEZUELA, 2009b. p. 131 – grifos meus). O que os líderes da Revolução Bolivariana entendem como garantir a “maior soma de felicidade possível” ou “suprema felicidade social” é, de maneira geral, garantir condições dignas de vida para toda a população, e através destas bases objetivas possibilitar e potencializar o desenvolvimento físico, intelectual e social de todos, fazendo, desta maneira, com que todos os indivíduos consigam realizar-se substantivamente enquanto seres humanos.

Assim, a “suprema felicidade social” seria uma visão de longo alcance que teria como ponto de partida *“la construcción de una estructura social incluyente, formando una nueva sociedad de incluidos, un nuevo modelo social, productivo, socialista, humanista endógeno donde todos vivamos en similares condiciones”*. (R. B. de VENEZUELA, 2008a. p. 19).

Segundo o *Plan 2007-2013*,

*la política de inclusión económica y social forma parte del sistema de planificación, producción y distribución orientado hacia el socialismo, donde lo relevante es el **desarrollo progresivo de la propiedad social sobre los medios de producción**, la implementación de sistemas de intercambios justos, equitativos y solidarios **contrarios al capitalismo**, avanzar hacia la superación de las diferencias y de la discriminación entre el trabajo físico e intelectual y reconocer al trabajo como **única actividad que genera valor** y, por tanto, que **legitima el derecho de propiedad***. (Ibidem. p. 21 – grifos meus).

A satisfação das necessidades sociais está vinculada, segundo o texto, com o sistema de produção-distribuição de bens e serviços, pois somente na medida em que os trabalhadores contribuem com a produção de riqueza social segundo suas capacidades, com o desenvolvimento de suas capacidades criadoras, aumentam a probabilidade de satisfazer sua necessidade social. Assim, o pressuposto “a cada qual segundo suas necessidades” é entendido neste contexto como estando baseado na satisfação das necessidades individuais e sociais básicas, superando as discrepâncias e déficits existentes.

Assim, a diretriz do *Plan 2007-2013* que busca garantir a “suprema felicidade social” possui como objetivos a eliminação completa da miséria e a redução substancial da pobreza; a transformação das relações sociais de produção construindo relações de produção socialistas, baseadas na propriedade social; o fortalecimento das capacidades básicas para o trabalho produtivo; a promoção de uma ética, cultura e educação libertadoras e solidárias, bem como o aprofundamento da solidariedade de classe com os povos oprimidos da América Latina e do Caribe.

A construção do modo de produção socialista estaria orientada a partir do desenvolvimento endógeno para a eliminação da divisão social do trabalho, de sua atual estrutura hierárquica e da eliminação da contradição fundamental entre a satisfação de necessidades e a produção de riqueza. Assim, o modelo produtivo bolivariano “*responderá primordialmente a las necesidades humanas y estará menos subordinado a la reproducción del capital*”. (Ibidem. p. 43). Estas determinações culminarão em identificar qual modo de propriedade dos meios de produção está efetivamente a serviço dos trabalhadores, que “*la tendrán bajo su pertenencia, para así construir una producción conscientemente controlada por los productores asociados al servicio de sus fines*”. (Ibidem. p. 44).

O texto afirma que este novo modo de produção buscará novas formas de produção, apropriação e distribuição dos excedentes econômicos, bem como uma nova forma de distribuição da renda petroleira. Para tanto, será necessário organizar as classes trabalhadoras enquanto produtores associados, tornando-as responsáveis pela produção e administração de maneira auto-gestionada. Neste sentido, será necessário ainda, realizar uma efetiva descentralização dos processos decisórios do país, alocando uma genuína autonomia descentralizada para as comunidades locais.

Ainda que de maneira controversa, o *Plan 2007-2013* prevê a coexistência entre as empresas privadas, as empresas estatais e as empresas de produção social, sendo que estará nestas últimas o cerne do modo de produção socialista em questão. As empresas de produção social teriam, segundo o texto, uma nova forma de lidar com o trabalho, onde este possuiria um significado próprio, não alienado e autêntico, livre de privilégios e hierarquia, com igualdade substantiva entre os seus integrantes. Nas empresas de produção social, os trabalhadores “*se apropiarán del excedente económico resultante, que se repartirá en proporción a la cantidad de trabajo aportado*” e ainda “*la gestión será democrática y participativa y el peso relativo de la participación será con base en la persona y no con base en el capital aportado*”. (Ibidem. p. 45). As empresas de produção social surgirão a partir da multiplicação e do crescimento das experiências bem sucedidas das unidades associativas existentes⁶⁶.

O *Plan 2007-2013* propõe ainda a constituição de uma nova geopolítica nacional e uma nova geopolítica internacional. Sobre a primeira, propõe-se a superação da disposição de ocupação do território venezuelano, concentrada fundamentalmente nos centros de produção petrolífera e nos portos, característica típica dos países de colonização de exploração. Esta idéia – posta em prática desde as chuvas de 1999 e fundamentalmente com as Missões da área de habitação -, é denominada pelo Plano Nacional Simón Bolívar como o “quarto motor da revolução” e procura diminuir as desigualdades entre as regiões do país, tanto nos quesitos econômico e de desenvolvimento, quanto na concentração populacional, a fim de amenizar a migração em massa ocorrida na década de 1970, sobretudo, nos grandes centros urbanos, como Caracas.

Para tanto é fundamental que se realize através do investimento nas regiões pouco povoadas e pouco desenvolvidas economicamente do país, a criação de condições para que a população que vivia na periferia e nos morros destes grandes centros – a mercê das imprevisibilidades dos fenômenos naturais que destroem estas regiões e matam milhares de pessoas – consiga se estabilizar em outros locais, mediante o maciço investimento em infraestrutura, industrialização, agricultura e atividades econômicas ligadas às tradições culturais da região.

La modificación de la estructura territorial se inscribe en un horizonte temporal de mediano y largo plazo, requiriéndose esfuerzos sostenidos y coherentes de gestión pública, planificación estratégica y movilización de actores políticos y

⁶⁶ Veremos como as empresas de produção social foram colocadas em prática no capítulo 5.

fuerzas sociales con una visión geoestratégica compartida en función de lograr un nuevo sistema económico-productivo, diversificado e integrado, tanto funcionalmente como territorialmente, así como la inclusión social a través de la incorporación de espacios y actividades productivas bajo regímenes de producción social, cooperativos, asociativos y solidarios donde la participación protagónica y corresponsable signe las nuevas relaciones de producción cuyos resultados sean acumulables y favorezcan la modificación de los patrones de asentamiento. (Ibidem. p. 60).

Com relação à nova geopolítica internacional, o *Plan 2007-2013* dá continuidade a todo o projeto em voga desde 1999 de integração latino-americana, onde se busca intensificar a pluripolaridade da geopolítica mundial, através da diversificação das relações políticas, econômicas e culturais com a criação de novos blocos de poder constituídos pelos países subjugados pelo imperialismo. De acordo com o texto, “*la construcción de un mundo multipolar implica la creación de nuevos polos de poder que representen el quiebre de la hegemonía del imperialismo norteamericano*”, a fim de alcançar um patamar que atente para “*la justicia social, la solidaridad y las garantías de paz bajo la profundización del diálogo fraterno entre los pueblos, el respeto de las libertades de pensamiento, religión y la autodeterminación de los pueblos*”. (Ibidem. p. 89).

Esta pluripolaridade deverá pautar-se em “critérios políticos unificados”, ou seja, interesses compartilhados de cultura, política e economia que possibilitem a criação de um bloco alternativo ao do imperialismo, baseado na paz e no respeito à autonomia e à soberania nacionais. Pontos fundamentais desta pluripolaridade deverão ser, segundo o texto, o investimento em um novo mapa geopolítico de desenvolvimento energético e de difusão cultural. Propõem-se a consolidação de organizações como o Mercosul, a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a Petrosur, a Telesur, e o apoio e fortalecimento dos movimentos sociais que lutem contra o imperialismo.

A integração econômica latino-americana, visando, sobretudo, o desenvolvimento energético é base fundamental para a consolidação de um outro objetivo do país: a transformação da Venezuela em uma “potência energética mundial”. Segundo o texto, a renda advinda das atividades petroleiras será decisiva para a consolidação do novo modelo produtivo e por isso, tornar-se-á imprescindível que estas fontes sejam mantidas sob poder do Estado e, de maneira nenhuma privatizáveis. Segundo o governo, através do desenvolvimento das atividades

petrolíferas, o país garantiria sua soberania nacional e sua independência frente às nações imperialistas.

Há aqui uma grande contradição, pois, mesmo que a Venezuela seja auto-suficiente em produção de petróleo, e por isso não dependa da importação deste produto, a economia do país, ao exportá-lo, permanece vinculada à dinâmica econômica do sistema global do capital, cujo principal negociador ainda são os Estados Unidos. Mais um aspecto, é que esta “soberania” venezuelana poderia ser facilmente comprometida pelos países imperialistas mediante um simples bloqueio comercial. O fortalecimento da Venezuela enquanto uma potência energética pode, isto sim, aumentar sua margem de barganha política frente aos demais países do globo, devido à importância econômica e estratégica do insumo.

Sobre este mesmo assunto, o texto traz outra contradição. Após realizar uma longa crítica ao modo de produção capitalista, afirma-se que “*la producción y el uso de los recursos petroleros y energéticos deben contribuir a la preservación del ambiente*”. (Ibidem. p. 79). Cientificamente inovador seria descobrir como a extração e a queima de combustíveis fósseis, ou mesmo a construção de barragens para a obtenção de energia hidroelétrica ou o plantio, o corte e a queima da cana-de-açúcar poderiam contribuir para a preservação do meio ambiente. Algo que passa longe de sua objetivação real.

Percebemos, portanto, que o projeto socialista bolivariano ainda se depara com grandes contradições. Apesar dos esforços para a consolidação de um desenvolvimento endógeno, através de um amplo processo de reforma agrária, de investimento maciço na produção de alimentos, de incentivo aos pequenos e médios empreendimentos, de nacionalização de setores estratégicos e de fomento às empresas de produção social, o Socialismo do Século XXI ainda esbarra na questão de sua vulnerabilidade em relação às vicissitudes do mercado mundial, sobretudo na variação dos preços do barril de petróleo.

Ainda que os recursos da atividade petrolífera na Venezuela sejam fundamentais para o desenvolvimento econômico do país e para a consolidação de suas políticas sociais e de atenção às classes trabalhadoras, a criação de alternativas à economia petrolífera é essencial para pensarmos na construção de uma sociedade socialista.

O último ponto a ser analisado que compõe o *Plan 2007-2013* refere-se à “democracia protagônica e revolucionária”. Como é notável, há uma relação direta com a idéia primordial do movimento bolivariano de “democracia participativa e protagônica”, sem grandes alterações em

seu conteúdo. Segundo o texto, “*la democracia protagónica revolucionaria es la expresión genuina y auténtica de la verdadera democracia*” (Ibidem. p. 29) e se fundamenta no republicanismo e no bolivarianismo. A soberania residiria “*intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en la Constitución y en la ley e indirectamente mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público*”. (Ibidem. p. 31).

A democracia na Venezuela conseguiu conciliar a representatividade com o exercício direto do poder pelos trabalhadores associados. Veremos ao decorrer deste trabalho como isto ocorre, porém, cabe adiantar que há duas grandes linhas de aprofundamento da democracia no país. A primeira diz respeito à própria democracia representativa que vem sendo radicalizada desde 1998 devido aos recorrentes processos eleitorais e, sobretudo, devido aos referendos de toda ordem. As intervenções políticas diretas, por sua vez, ocorrem por meio das organizações populares que atualmente possuem uma institucionalidade própria e independente e que exercem a autogestão política e produtiva das comunidades onde se encontram. Estas organizações identificam problemas, elaboram projetos, exercem controladoria, ou seja, estão assumindo progressivamente algumas funções importantes do Estado venezuelano.

A fim de consolidar a participação popular e realizar uma transformação da democracia representativa para a democracia direta e uma gradual transferência do poder do Estado para os trabalhadores associados, algumas medidas vem sendo implantadas, tais como a expansão das experiências organizativas comunitárias e a criação de canais institucionais efetivos de controle e participação social. É o que o Plano Nacional Simón Bolívar compreende como o “quinto motor da revolução”, ou seja, a exacerbação da participação, intervenção e força de instâncias como os Conselhos Comunais.

3.3.4 Proposta de Reforma Constitucional de 2007

Ainda dentro do Plano Nacional Simón Bolívar, estava prevista a reforma da Constituição de 1999, modificação entendida como o “segundo motor da revolução”. De acordo com Chávez, era fundamental realizar uma “*reforma integral y profunda de nuestra Constitución, la ley de leyes revolucionaria*” (R. B. de VENEZUELA, 2007e. p. 61), a fim de liquidar os resquícios liberais que ali estavam presentes, transformar o caráter das reformas implementadas e abrir uma nova etapa no processo de construção da Venezuela socialista.

Trataremos de apresentar as principais alterações propostas. Vale adiantar que tais alterações, submetidas a referendo aprobatório realizado pelo governo, não foram aceitas pela população. Porém, assim mesmo é necessário que levantemos seus pontos principais para identificar qual era a direção que o governo e parte de sua base de apoio, buscavam dar para as transformações em curso na Venezuela.

Uma proposta muito importante de alteração do texto constitucional diz respeito à organização política-territorial do país. No Artigo 16º propõe-se, basicamente a integração das “Comunas” como áreas ou extensões geográficas às unidades políticas primárias, as cidades, entendidas como todo assentamento populacional do município. As Comunas passariam a ser o ordenamento político e territorial do Poder Popular, “*donde los ciudadanos y las ciudadanas comunes tendrán el poder de construir su propia geografía y su propia historia*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007b. p. 176). A partir das Comunas o Poder Popular desenvolveria sistemas de agregação que constituíssem formas de auto-governo ou qualquer outra expressão de Democracia Direta, como por exemplo, confederações de comunas.⁶⁷

O projeto de reforma constitucional disporia o Artigo 70º que trata das formas de participação popular, da seguinte maneira:

Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio directo de su soberanía y para la construcción del socialismo: la elección de cargos públicos, el referéndum, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativas constitucionales y constituyentes, el cabildo abierto, la asamblea de ciudadanos y ciudadanas, siendo las decisiones de ésta última de carácter vinculante, los Consejos del Poder Popular, esto es: Consejos Comunales, Consejos Obreros, Consejos Estudiantiles, Consejos Campesinos, entre otros, la gestión democrática de los trabajadores y trabajadoras de cualquier empresa de propiedad social directa o indirecta, la autogestión comunal, las organizaciones financieras e microfinancieras comunales, las cooperativas de propiedad comunal, las cajas de ahorro comunales, las redes de productores libres asociados, el trabajo voluntario, las empresas comunitarias y demás formas asociativas constituidas para desarrollar los valores de la mutua cooperación y la solidaridad socialista. La ley establecerá las condiciones para el efectivo funcionamiento de los medios de participación previstos en este artículo. (Artigo 70º).

Os avanços propostos em relação aos direitos trabalhistas começariam com a consolidação destes direitos aos trabalhadores autônomos. A estes profissionais ficariam

⁶⁷ O tema das organizações populares locais, Comunas, Conselhos Comunais, poder popular, democracia direta e auto-gestão produtiva será tratado de maneira pormenorizada no capítulo 5.

garantidos direitos como aposentadorias, pensões, férias, repousos e outros que estabelecesse a Lei. (Artigo 87º). A jornada de trabalho seria diminuída de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, para **seis** horas diárias e **trinta e seis** horas semanais, sendo que o trabalho noturno não poderia exceder **trinta e quatro** horas semanais, pois, segundo o mesmo artigo, o objetivo de tal determinação seria assegurar que “*los trabajadores y trabajadoras dispongan de tiempo suficiente para el desarrollo integral de su persona*”. (Artigo 90º).

Uma grande modificação seria efetuada no Artigo 112º, que determinava, segundo a Constituição de 1999, entre outras coisas, que “(...) o Estado promoverá a iniciativa privada, garantido a criação e justa distribuição da riqueza, assim como a produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades da população (...)”.⁶⁸ Com a reforma constitucional o referido artigo vigoraria da seguinte maneira:

*El Estado promoverá el desarrollo de un modelo económico productivo, intermedio, diversificado e independiente, fundado en los valores humanísticos de la cooperación y la preponderancia de los intereses comunes sobre los individuales, que garantice la satisfacción de las necesidades sociales y materiales del pueblo, la mayor suma de estabilidad política y social, y la mayor suma de felicidad posible. Asimismo, el Estado fomentará y desarrollará distintas formas de empresas y unidades económicas de **propiedad social**, tanto directa o comunal, como indirecta o estatal; así como empresas y unidades económicas de producción y/o distribución social, pudiendo ser éstas de propiedad mixta, entre el Estado, el sector privado y el poder comunal, creando las mejores condiciones para la construcción colectiva y cooperativa de una **economía socialista**. (Artigo 112º - grifos meus).*

No Artigo 115º estabelece-se o direito à propriedade. Com relação à expropriação, a reforma constitucional manteria praticamente o mesmo texto onde assegura que tal ato por iniciativa do Estado, com vistas a garantir a utilidade pública e\ou o interesse social, somente poderia ser empreendido mediante sentença e o pagamento de indenização.

Porém, a reforma constitucional estabeleceria outros tipos de propriedade, que seriam, segundo o texto: a propriedade pública, pertencente aos entes do Estado; a propriedade social,

⁶⁸ A disposição completa do Artigo 112º da Constituição de 1999 é a seguinte: “*Todas las personas pueden dedicarse libremente a la actividad económica de su preferencia, sin más limitaciones que las previstas en esta Constitución y las que establezcan las leyes, por razones de desarrollo humano, seguridad, sanidad, protección del ambiente u otras de interés social. El Estado promoverá la iniciativa privada, garantizando la creación y justa distribución de la riqueza, así como la producción de bienes y servicios que satisfagan las necesidades de la población, la libertad de trabajo, empresa, comercio, industria, sin perjuicio de su facultad para dictar medidas para planificar, racionalizar y regular la economía e impulsar el desarrollo integral del país*”.

pertencente ao povo em seu conjunto e às futuras gerações (pode ser de dois tipos: a propriedade social indireta, onde a posse é detida pelo Estado em nome da comunidade; e a propriedade social direta, onde o Estado atribui a posse, sob distintas formas e em territórios demarcados, a uma ou várias comunidades e comunas – constituindo-se em propriedade comunal – ou a uma ou várias cidades – constituindo-se em propriedade cidadã); a propriedade coletiva, pertencente a grupos sociais ou pessoas, para seu aproveitamento, gozo ou uso em comum, podendo ser de origem social ou privada; a propriedade mista, onde a posse pode ser detida pelo setor público, social, coletivo e\ou privado em diferentes combinações; e a propriedade privada, propriedade de pessoas naturais ou jurídicas e que se reconhece sobre bens de uso e consumo, e meios de produção legitimamente adquiridos.

Se na Constituição de 1999 em seu artigo 136º, o Poder Público é dividido em Poder Municipal, Poder Estadual e Poder Nacional – sendo este último subdividido em Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, Cidadão e Eleitoral -, a proposta de reforma incluiria mais uma divisão do Poder Público: o Poder Popular. Portanto, o Poder Público ficaria estabelecido da seguinte maneira e nesta ordem: Poder Popular, Poder Municipal, Poder Estadual, Poder Nacional (este último com as mesmas cinco subdivisões).

Segundo o texto, o povo é depositário da soberania e a exerceria diretamente através do Poder Popular, sendo que este não nasce “*del sufragio ni de elección alguna, sino que nace de la condición de los grupos humanos organizados como bases de la población*”. O Poder Popular nasceria, se basearia e se expressaria “*constituyendo las comunidades, las comunas y el autogobierno de las ciudades, a través de los consejos comunales, los consejos obreros, los consejos campesinos, los consejos estudiantiles, y otros entes que señale la ley*”. (Ibidem. p. 199). Garantir-se-ia ao Poder Popular, tal qual ao Poder Estatal e ao Distrito Federal, o repasse de uma parte das verbas advindas do ingresso econômico ordinário nacional.

Assunto relacionado trata da descentralização política, cláusula expressa no Artigo 158º, a fim de “aprofundar a democracia, aproximando o poder à população e criando as melhores condições, tanto para o exercício da democracia como para a prestação eficaz e eficiente dos encargos estatais”. Com a reforma constitucional este mesmo artigo ficaria assim definido: “*El Estado promoverá como política nacional la participación protagónica del pueblo, transfiriéndole poder y creando las mejores condiciones para la construcción de una democracia socialista*”. (Ibidem. p. 212 – grifos meus). Segundo Chávez, “*esto es el desarrollo*

de lo que nosotros entendemos por descentralización, porque el concepto cuartorepublicano⁶⁹ de la descentralización es muy distinto al concepto que nosotros debemos manejar". (Ibidem. p. 113).

Segundo o Artigo 184º da proposta de reforma constitucional, uma Lei nacional criaria mecanismos para que o Poder Nacional, os Estados e os Municípios descentralizassem e transferissem às comunidades organizadas, aos Conselhos Comunais, às comunas e a outros entes do Poder Popular, os serviços administrados pelos primeiros, provendo a transferência da administração e controle dos serviços públicos, a gestão das empresas públicas municipais e\ou estaduais, a participação em processos de economia social, entre outros, com fundamento no princípio de corresponsabilidade. A comunidade organizada teria, segundo a proposta, como máxima autoridade a Assembleia dos Cidadãos e Cidadãs do Poder Popular.

No que concerne à administração pública, ficariam estabelecidas duas categorias (Artigo 141º): de um lado as administrações públicas burocráticas ou tradicionais, e de outro, as Missões. Estas últimas constituídas por "*organizaciones de variada naturaleza, creadas para atender a la satisfacción de las más sentidas y urgentes necesidades de la población, cuya prestación exige de la aplicación de sistemas excepcionales, e incluso, experimentales*". A idéia era combater a corrupção e a burocracia, através de instâncias que estivessem determinadas mas não estivessem engessadas por uma Lei.⁷⁰

Ao Presidente da República ou à Presidenta da República, mediante o texto da reforma constitucional, ficariam atribuídas as novas funções de nomear e remover os Vice-Presidentes ou Vice-Presidentas (ao chefe do Executivo caberia a designação do número de Vice-Presidentes que considerasse necessário), regular a política monetária e exercer a **iniciativa** constitucional ou constituinte.

O mandato presidencial aumentaria, segundo o Artigo 230º, de seis para **sete** anos e ainda "*el Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido o reelegida de inmediato para un nuevo período*". (Ibidem. p. 225). Ou seja, a mudança com relação ao texto anterior⁷¹, ao extrair a expressão "por uma só vez" outorgaria condições constitucionais para que o presidente

⁶⁹ Referente a 4ª República, conhecida como a República do *Punto Fijo*.

⁷⁰ Trataremos das Missões no próximo capítulo.

⁷¹ O Artigo 230º da Constituição de 1999 determinava que: "*El período presidencial es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido o reelegida de inmediato y por una sola vez para un nuevo período*".

pudesse se reeleger continuamente. Chávez, consciente da repercussão e possível impopularidade da proposta, a defendeu afirmando que:

Esto ocurre en muchos países, si es que alguien va a decir que esto es un proyecto para entronizarse en el poder. No, es sólo una posibilidad que depende de muchas variables, de la voluntad de uno, de cualquiera de nosotros, de la voluntad, de la capacidad, de los factores políticos y a fin de cuenta de la más importante, de la decisión del pueblo soberano. Sería una decisión del constituyente originario. (Ibidem. p. 126).

Algumas outras propostas também geraram polêmica, como a ampliação do controle do Estado sobre as atividades consideradas de interesse público e estratégicas, como o Banco Central, que deixaria de ser autônomo em relação ao Estado (Artigo 318º) e a exploração de hidrocarbonetos líquidos, sólidos e gasosos, garantindo a utilização preferencial de tecnologia nacional para seu processamento. (Artigo 302º).

A proteção e promoção de outros setores considerados estratégicos para o país como a agricultura familiar e a pesca artesanal já eram garantidas pela Constituição de 1999. Porém, o texto da proposta de reforma Constitucional, se aprovado, ampliaria este patamar ao afirmar que, caso fosse necessário para garantir a soberania alimentar, a *“República podrá asumir sectores de la producción agrícola, pecuaria, pesquera y acuícola indispensables a tal efecto”* e poderia *“transferir su ejercicio a entes autónomos, empresas públicas y organizaciones sociales, cooperativas o comunitarias”*, assim como poderia valer-se de sua autoridade *“de expropiación, afectación y ocupación en los términos de esta Constitución y la ley”*. (Artigo 305º).

O Artigo 307º que trata da proibição dos latifúndios e das possibilidades de expropriação possui uma redação bastante ambígua no texto constitucional. Por isso, em sua proposta de reforma, o texto passaria a ser mais claro: *“Se prohíbe el latifundio por ser contrario al interés social”*, e o Estado determinaria *“mediante ley la forma en las cuales los latifundios serán transferidos a la propiedad del Estado, o de los entes o empresas públicas, cooperativas, comunidades u organizaciones sociales capaces de administrar y hacer productivas las tierras”*.

Passíveis de expropriação seriam, juntamente com os latifúndios, propriedades utilizadas para a produção de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, utilizadas para a realização de delitos contra a segurança e defesa da Nação, dedicadas à destruição ambiental ou ao tráfico de pessoas. Ficaria estabelecida também a cobrança de tributos sobre terras produtivas que não estivessem empregadas para a produção agrícola ou pecuária.

O último ponto da proposta de reforma constitucional do qual trataremos neste trabalho, diz respeito às Forças Armadas. A primeira grande mudança referia-se à alteração do próprio nome da instituição: de Forças Armadas Nacionais para Forças Armadas Bolivarianas. Mas, como vimos no capítulo 2, a mudança mais importante talvez fosse a sua transformação de uma instituição “sem militância política” para uma instituição “essencialmente patriótica, popular e antiimperialista”. Segundo o Artigo 328º, sob a proposta de reforma:

La Fuerza Armada Bolivariana constituye un cuerpo esencialmente patriótico, popular y antiimperialista, organizada por el Estado para garantizar la independencia y soberanía de la nación, preservarla de cualquier ataque externo o interno y asegurar la integridad del espacio geográfico mediante el estudio, planificación y ejecución de la doctrina militar bolivariana, la aplicación de los principios de la defensa militar integral y la guerra popular de resistencia, la participación permanente en tareas de mantenimiento de la seguridad ciudadana, y conservación del orden interno, así como la participación activa en planes para el desarrollo económico, social, científico y tecnológico de la nación, de acuerdo con esta Constitución y la ley. En el cumplimiento de su función, estará siempre al servicio del pueblo venezolano en defensa de sus sagrados intereses y en ningún caso al de oligarquía alguna o poder imperial extranjero. La Fuerza Armada Bolivariana tendrá un régimen de seguridad social integral propio, según lo establezca su respectiva Ley Orgánica. Sus pilares fundamentales son esta Constitución y las leyes, así como la disciplina, la obediencia y la subordinación. Sus pilares históricos están en el mandato de Bolívar: “Libertar a la patria, empuñar la espada en defensa de las garantías sociales y merecer las bendiciones del pueblo”. (Ibidem. p. 250).

As Forças Armadas, anteriormente divididas em Exército, Armada e Aviação, passariam a dividir-se em Exército Bolivariano, Armada Bolivariana, Aviação Bolivariana, Guarda Territorial Bolivariana e Milícia Popular Bolivariana, esta última composta por unidades e corpos da reserva militar e por civis.

Foram estas propostas que a Comissão Presidencial de Reforma Eleitoral apresentou à Assembleia Nacional, que, por sua vez, no dia 2 de novembro de 2007 aprovou uma versão com 69 artigos e convocou o referendo aprobatório para exatamente um mês depois.

3.3.4.1 O referendo e o breve enfraquecimento da Revolução Bolivariana

Dividida em dois blocos, a proposta de reforma constitucional foi votada por 9 milhões dos 16 milhões de eleitores no dia 2 de dezembro de 2007. E pela primeira vez desde 1998 a

Revolução Bolivariana não foi vitoriosa nas urnas. Margarita López Maya (2009; 341) nos informa que o primeiro bloco de reformas recebeu cerca de 50,65% de **não** e o segundo bloco também foi **negado** por 51,01% dos eleitores que compareceram à votação, sendo que a abstenção neste pleito foi uma das mais altas do período: 44%.

Segundo a autora,

em perspectiva comparada, pode-se afirmar que o voto de apoio ao bolivarianismo sofreu uma redução de 14 pontos percentuais, ou seja, quase 3 milhões de votos em relação aos resultados da disputa presidencial de 2006. Mas, por sua vez, a oposição aumentou sua votação anterior em apenas cerca de 211.000 votos. Ou seja: mais do que uma vitória das forças de oposição, o que se viu foi uma derrota das próprias forças do bolivarianismo, cujos membros e simpatizantes, em uma medida significativa, tomaram a decisão de ficar em casa nesse dia. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 341).

Como ressalta López Maya, a derrota no referendo de 2007 foi fruto majoritariamente de um enfraquecimento político-social do governo do que propriamente de um avanço das forças oposicionistas. A alta abstenção, sobretudo dos bolivarianos, demonstrou, segundo a autora, que o governo deveria prosseguir com maior cautela na construção do Socialismo do Século XXI.

Muitos são os motivos para esta derrota. Podemos citar entre eles, os pontos polêmicos muito bem explorados pela oposição – como é o caso da reeleição contínua do presidente –, a imaturidade das discussões realizadas e a pressa para conduzir o processo. Hugo Chávez admite que o projeto de reforma constitucional foi apresentado cedo demais à população: “*Me equivoqué, no se pueden saltar etapas en un proceso. La propuesta [de reforma constitucional] fue prematura y el error es mío. Debimos esperar dos o tres años*”. (Declaração de Hugo Chávez no dia 25 de maio de 2008. In: FLORES, 2008. p. 9).

A recusa da população ao projeto de reforma constitucional foi uma objeção que demonstrou, no mínimo, como o movimento bolivariano possui bases muito mais sólidas e profundas do que as vinculadas à liderança de Hugo Chávez, maior entusiasta do projeto. Argumento plausível quando compreendemos que o movimento bolivariano rechaçou uma proposta que considerou não condizente com o seu grau de desenvolvimento. Houve um descompasso entre as propostas de transformação político-social apresentadas pelo governo bolivariano e a práxis social em curso no país.

Ao entender que uma revolução socialista não se outorga, mas deve emanar das classes trabalhadoras, Chávez se voltou para a consolidação do processo de onde havia se afastado, através do fortalecimento das organizações populares e da discussão política contínua e sistemática. Após uma ampla investida político-ideológica nas bases populares do movimento, um fortalecimento de suas instâncias de atuação como as Missões e os Conselhos Comunais, bem como uma intensa campanha partidária, a Revolução Bolivariana recuperou sua força.

Em 2008 ocorreram eleições para governadores e prefeitos, cuja abstenção foi baixa para os padrões do país: cerca de 30%. Os bolivarianos foram eleitos para 17 dos 22 Estados, e para 272 prefeituras contra apenas 53 da oposição.⁷²

Chávez mesmo aceitando a derrota no referendo de 2007 não desistiu de concretizar o amplo conjunto de reformas constitucionais proposto. Porém, tendo em vista que a Constituição de 1999 “proíbe apresentar duas vezes, durante um mesmo período constitucional, uma mesma proposta de reforma, as opções do presidente se reduziram significativamente”.⁷³ (FLORES, 2008. p. 6). Desta maneira, Chávez começou a estudar as possibilidades de fazer com que as modificações fossem aceitas e legitimadas pelos cidadãos, e ainda em 2008 decretou mais um conjunto de Leis Habilitantes que, segundo ele, era o “primeiro motor da revolução”.

A idéia consistia em aplicar o maior bloco de alterações possível, consolidando as diretrizes traçadas desde o Projeto Nacional Simón Bolívar e do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013). As mudanças, segundo o governo, acarretariam importantes avanços para a construção de bases políticas, institucionais, econômicas e sociais para a fomentação de uma sociedade socialista. Entre as medidas – muitas das quais com poucas alterações em relação ao projeto de reforma constitucional – constavam: a modificação do nome das Forças Armadas, e a instituição das Milícias Bolivarianas; a criação das Comunas; a nacionalização de empresas do setor elétrico e de telecomunicações; entre outras.

Outra alternativa encontrada para implantar as modificações anteriormente recusadas pela população foi uma emenda constitucional. Neste caso, a modificação proposta se referia à possibilidade de representantes eleitos concorrerem a mais de dois pleitos consecutivos, incluindo

⁷² Porém, alguns dos territórios onde a oposição foi vitoriosa possuem importância política fundamental para o país, como é o caso dos Estados de Miranda e Zulia e da cidade de Caracas.

⁷³ O Artigo 345º da Constituição de 1999 determina o seguinte: “*La iniciativa de reforma constitucional que no sea aprobada no podrá presentarse de nuevo en un mismo periodo constitucional a la Asamblea Nacional*”.

o Presidente da República. O referendo, ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2009, fez a seguinte consulta à população:

¿Aprueba usted la enmienda de los artículos 160, 162, 174, 192 y 230 de la Constitución de la República, tramitada por la Asamblea Nacional, que amplía los derechos políticos del pueblo, con el fin de permitir que cualquier ciudadano o ciudadana en ejercicio de un cargo de elección popular pueda ser sujeto de postulación como candidato o candidata para el mismo cargo, por el tiempo establecido constitucionalmente, dependiendo su posible elección, exclusivamente, del voto popular?». (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2009d. p. 5).

Ao modificar estes cinco artigos, a emenda constitucional conferia o direito à reeleição contínua aos prefeitos, governadores, deputados e ao presidente. Desnecessário salientar a grande repercussão de tal proposta. Uma grande campanha da oposição buscava convencer o povo venezuelano e os observadores internacionais da tendência “ditatorial” de Hugo Chávez. Porém, em termos de campanha política, os governistas foram bastante superiores. O movimento bolivariano se organizou sistematicamente a fim de criar uma ampla frente de batalha a favor da aprovação da emenda constitucional.

Chávez conclamava sua base de apoio para que se reunisse e discutisse a proposta. Assim, muitas das organizações bolivarianas, incluindo as Missões e as Patrulhas de Vanguarda do PSUV, foram cenário de uma intensa procura por votos. A idéia era criar nestes lugares pontos de discussão e captação de novos adeptos à proposta de emenda, conformando uma rede, onde cada bolivariano deveria captar mais um voto a favor do projeto que permitiria a Chávez permanecer no governo para além de 2013, ano em que deveria deixar o cargo.

A proposta, segundo o presidente, atribuiria ao povo a possibilidade de dar continuidade a um projeto que considerasse bem sucedido e sob a liderança que julgasse mais capacitada, e em caso contrário, retirar de seu cargo o representante que considerasse inapto para ocupá-lo.

Chávez lembra que era essencial para o projeto o comparecimento de todos os eleitores à votação – referindo-se claramente à abstenção e à derrota em 2007. O clamor ao comparecimento às urnas surtiu efeito e 70,3% dos eleitores votaram naquele dia 15 de fevereiro de 2009. Destes, 6.319.636, ou 54,86% dos votos válidos, decidiram que a reeleição contínua deveria ser **aceita**. (R. B. de VENEZUELA, 2009d. p. 6).

Recuperado, o movimento bolivariano conseguiu aquela que pode ser uma de suas vitórias que mais demonstram o seu estágio de desenvolvimento. Ainda que o movimento bolivariano exista para além de Hugo Chávez, mesmo assim, encontra-se extremamente vinculado a sua figura. A dificuldade em substituir o atual líder da Revolução Bolivariana e a conscientização deste fato por parte de seus militantes – através da aprovação desta emenda constitucional – demonstra o personalismo ainda existente no processo e demonstra também a imperativa necessidade de superá-lo.

Para vislumbrarmos o fortalecimento contínuo do movimento revolucionário, é necessário pensarmos na consolidação de diferentes lideranças que descentralize o movimento bolivariano da figura de Chávez, pois, seguindo a linha de pensamento expressa por Antonio Gramsci, a classe trabalhadora não deve seguir uma personalidade individual, um homem específico, mas no caso, movimentos sociais ou partidos organizados “que saibam impor aos indivíduos disciplina, seriedade, respeito pelos compromissos assumidos voluntariamente”. (GRAMSCI, 2004. p. 96).

As últimas eleições parlamentares, ocorridas em setembro de 2010, conferiram ao movimento bolivariano uma maioria parlamentar chamada de “não-qualificada”. Os governistas precisavam ganhar pelo menos 110 das 165 cadeiras da Assembléia Nacional para aprovar mudanças legislativas e constitucionais sem a necessidade de dialogar com a oposição. Porém, o resultado das urnas determinou que apenas 98 cadeiras estivessem com a base aliada do governo e 64 com a oposição, sendo que as 3 cadeiras restantes são direito constitucionalmente garantido aos representantes dos povos indígenas (que não se submetem ao mesmo processo eleitoral, pois possuem um sistema de eleição próprio de suas organizações político-culturais). Desta maneira, ainda que a maioria “não-qualificada” do Parlamento não seja capaz de promover algumas mudanças com a velocidade que o movimento bolivariano poderia desejar, o sistema político do país não pode mais ser acusado de não ser legítimo por não possuir a representação da parcela da população contrária ao governo, acusação feita pelas forças opositoras que, contraditoriamente, **optaram** por não participarem do pleito anterior, tentando boicotar as eleições parlamentares de 2005.

Em um processo contínuo de constituição de bases sociais e políticas sólidas que consigam transcender definitivamente a política burguesa, fica ao movimento bolivariano, enquanto isso, o imperativo de se fortalecer institucionalmente mediante a luta hegemônica com as forças de oposição.

O que percebemos atualmente na Venezuela é o florescer de uma nova forma de luta e a consolidação de uma sociedade cujas bases políticas e sociais já se diferenciam radicalmente das demais. A partir da nova institucionalidade do Estado e das novas diretrizes políticas e ideológicas assumidas pelo governo, foi possível construir bases sólidas para um crescente processo de transformações no país. São transformações nos mais diversos setores da sociedade venezuelana e que chegam a tocar em dois pontos fundamentais do sistema sociometabólico do capital: o Estado e o modo de produção. Para tanto foi necessário construir novas formas de organização e instâncias de intervenção política das classes trabalhadoras.

O elo que liga a intervenção estatal para a organização popular e sua crescente autonomização são as Missões Sociais. Estas foram uma iniciativa do governo para suprir carências sociais históricas da sociedade venezuelana e, concomitantemente, fomentar o nascimento e o fortalecimento das instâncias de organização popular, sob o princípio de corresponsabilidade pelos assuntos públicos. Será este o tema analisado no próximo capítulo.

Capítulo IV – AS MISSÕES SOCIAIS BOLIVARIANAS: AVANÇOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*

Antonio Machado

4.1 O que são as Missões Sociais Bolivarianas?

As chamadas “Missões Sociais Bolivarianas”⁷⁴ são as maiores políticas sociais do governo Chávez. Segundo a Lei Orgânica da Administração Pública de julho de 2008, as Missões são entes da administração pública criados com a finalidade de “*satisfacer las necesidades fundamentales y urgentes de la población*”. (Artigo 131º).⁷⁵ Jorge Giordani (2008) afirma que não obstante às possíveis acepções religiosas do termo, as Missões se encontram atadas ao “*cumplimiento de un propósito, de una meta*” que implica uma “*organización específica como instrumento que permitirá el cumplimiento de la tarea asignada*”. (GIORDANI, 2008. p. 135).

As Missões são programas sociais voltados inicialmente para dar atendimento emergencial e primário aos principais problemas sociais do país – como o analfabetismo, o desemprego, a fome, a pobreza extrema – mas que, conforme seu desenvolvimento e o desenvolvimento da própria Revolução Bolivariana, expandiram seus objetivos iniciais.

Foram criadas no tumultuado contexto político e social do ano de 2003⁷⁶ e estrategicamente implementadas antes do referendo revogatório ao qual Chávez foi submetido. Porém, demonstraram possuir um caráter muito mais amplo do que um projeto governamental

⁷⁴ Para obter informações mais detalhadas sobre as Missões e seu processo de implementação, recorrer às seguintes obras: D’ÉLIA, YOLANDA (org.). **Las Misiones Sociales en Venezuela: una aproximación a su comprensión y análisis**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2006; e PATRUYO, THANALÍ. **El estado actual de las misiones sociales: balance sobre su proceso de implementación e institucionalización**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2008.

⁷⁵ Decreto nº 6.217 publicado na Gazeta Oficial nº 5.890 de 15 de julho de 2008.

⁷⁶ Como vimos no capítulo anterior, desde a implementação das Leis Habilitantes em 2001, a oposição empreendeu diferentes investidas contra o governo de Hugo Chávez e contra o movimento bolivariano. Além do golpe de 2002, lembramos também das sabotagens petroleiras ocorridas em 2002-2003, que impuseram uma extrema escassez de alimentos e serviços à população, criando um cenário de conflito social latente e relativo enfraquecimento político do governo. Esta configuração das forças políticas do país culminou na proposta de submeter Hugo Chávez a um referendo revogatório em 2004.

para barganhas eleitoreiras. São programas que contemplam um amplo espectro da vida social do país e que já realizaram transformações bastante significativas na sociedade venezuelana. Carregam consigo e em si o projeto da Revolução Bolivariana e seus planos de mudanças estruturais. Thanalí Patruyo (2008) afirma que:

hay elementos para considerar que las misiones no solamente se dirigen a dar atención social a los sectores más necesitados de la población, sino que también intentan construir un modelo social y económico que ahora ha sido denominado Socialismo del Siglo XXI. (PATRUYO, 2008. p. 8-9).

Luis Francisco Cabezas e Yolanda D'Élia (2008) afirmam que após a vitória no referendo revogatório a função das Missões passou a ser “*armar las nuevas estructuras del Estado y el orden social revolucionario*” e ainda “*preparar el camino para la sustitución del Estado ‘burocrático’ heredado, por el Estado ‘revolucionario’ que esperaba construirse*”. (CABEZAS; D'ÉLIA, 2008. p. 5).

Segundo o governo, as Missões foram desenvolvidas a fim de “*constituir las bases del nuevo Estado socialista, de derecho y de justicia*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 12). Chávez afirma que as Missões devem ser entendidas e planejadas em conjunto, no sentido de que os avanços políticos, sociais e econômicos proporcionados por cada uma delas possibilitariam um enfrentamento mais global do capitalismo. O presidente afirma que:

Las misiones abordan problemáticas interdependientes de nuestras comunidades, cuyo abordaje debe necesariamente ser simultáneo y complementario, como medio necesario para garantizar la consolidación de los procesos que promueven la nueva ciudadanía y el fin de la exclusión. Así, el conjunto de misiones participativas se articulan en las respectivas comunidades, tratando en conjunto las causas y factores que producen la situación de exclusión (alfabetización, educación, salud, deporte, vivienda, empleo, seguridad y cultura, entre otros). (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 16).

Para atingir estes objetivos, as Missões buscavam construir um tipo de política pública que superasse o aparato burocrático do Estado, agilizasse o atendimento à população e conseguisse mobilizar os grupos sociais. Por isso, o princípio da corresponsabilidade é aquele que norteia os trabalhos das Missões desde o início, buscando inculcar a idéia de que a construção de uma nova sociedade é função de todos os seus cidadãos e não apenas do governo, e de que o

povo organizado tem capacidade para manejar os recursos públicos e transformar as instituições estatais.

Os trabalhadores das Missões Sociais Bolivarianas são, em muitos casos, voluntários. São cidadãos e cidadãs que aderiram ao movimento bolivariano, se organizaram e dedicam algumas horas do seu dia para realizar tarefas em setores específicos. Estes trabalhadores voluntários e militantes do movimento bolivariano se organizam muitas vezes em Comitês. Os Comitês, por sua vez, emanam de outra organização popular muito forte e expandida pela sociedade Venezuela: os Conselhos Comunais. Os Conselhos Comunais elegem em assembleia aqueles que farão parte de diferentes Comitês, como o Comitê de Saúde, o Comitê de Educação, o Comitê de Comunicação, etc. Eleito, o Comitê se organiza para identificar as necessidades de sua comunidade na área para qual foi designado (saúde, por exemplo), faz a denúncia destas necessidades para os representantes do governo local e para o Conselho Comunal do qual faz parte, e neste elaboram em conjunto propostas para o enfrentamento e solução dos problemas em questão.

Os diferentes Comitês foram fundamentais para o desenvolvimento da participação popular na elaboração e implementação das políticas públicas e, no caso, para o desenvolvimento das Missões Sociais. É este princípio de corresponsabilidade que é difundido junto com o projeto das Missões: trabalhadores organizados e mobilizados para identificar coletivamente os problemas e as necessidades de suas comunidades e trabalhar em conjunto para solucioná-los.

Edgardo Lander (2007) chama a atenção para o fato de que as Missões além de possibilitarem um atendimento rápido e direto à população mais pobre, ainda fomentaram a criação e o fortalecimento de instâncias de organização popular. O autor afirma que:

Las virtudes principales de las misiones residen, por un lado, en su capacidad para saltar obstáculos burocráticos y llegar en forma directa y rápida a los sectores más excluidos de la población; y, por el otro, en el hecho de que buena parte de estas misiones se basan en la promoción de procesos organizativos en las comunidades como parte de su diseño y ejecución. En consecuencia, ha sido muy extendido su impacto sobre las condiciones de vida de los sectores más excluidos, y extraordinariamente amplia la diversidad de procesos organizativos populares que han contribuido a crear o fortalecer en todo el país. (LANDER, 2007. p. 72)

Segundo o governo, as Missões são a “*expresión de la nueva institucionalidad que apela a lo colectivo, para ensamblar experiencias cogestionarias de corresponsabilidad en la administración de los asuntos públicos*”. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 19). E ainda:

Esta orientación gubernamental constituye la génesis del desmontaje formal de las lógicas deformantes del Estado capitalista. Su éxito depende en gran medida del compromiso de las comunidades con la construcción del nuevo Estado democrático y social, y de su participación plena y consciente en el desarrollo de cada uno de los programas. (...) El éxito de las dinámicas de participación depende de la organización colectiva de los nuevos sujetos del desarrollo. Por ello, las misiones buscan promover la organización social, política y económica de las comunidades, para construir el poder popular y garantizar la efectividad de su participación crítica en las propuestas que adelanta el gobierno bolivariano. A su vez, se articulan con las diversas formas de organización local existentes (comités de tierra y de salud, asambleas populares, mesas técnicas de agua, otras formas de organización popular), coadyuvando a fortalecer las redes organizativas populares. (Idem – grifos meus).

Os trabalhadores organizados em cooperativas também exercem importante função nas Missões. São eles que em maior medida são contratados pelo governo para trabalhar nos projetos. Segundo a Lei de Especial de Associações Cooperativas de 2001, cooperativas são “*asociaciones abiertas y flexibles, de hecho y derecho cooperativo, de la Economía Social y Participativa, autónomas*”, compostas por pessoas que se unem mediante um processo e um acordo voluntário “*para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes, para generar bienestar integral, colectivo y personal, por medio de procesos y empresas de propiedad colectiva, gestionadas y controladas democráticamente*”. (Artigo 2º).

Para formar uma cooperativa é exigido um número mínimo de 5 pessoas e não existe número máximo. Há um programa para o financiamento das cooperativas. Para tanto as mesmas devem possuir no mínimo 10 associados. Se o financiamento for aprovado, as cooperativas serão acompanhadas por equipes do Ministério da Economia Popular e dos Núcleos de Desenvolvimento Endógeno e os associados receberão um salário mensal durante o primeiro semestre de desenvolvimento do projeto da cooperativa⁷⁷; crédito para aquisição de máquinas e equipamentos; os espaços onde se levará a cabo a atividade produtiva (no caso de atividades

⁷⁷ A *Ley Especial de Asociaciones Cooperativas* de 2001 prevê em seu artigo 34º que os trabalhadores que aportam seu trabalho em uma cooperativa, ou os trabalhadores associados “*no tienen vínculo de dependencia con la cooperativa y los anticipos societarios no tienen condición de salario*” e por isso não estão sujeitos a “*legislación laboral*”. Disto decorre o pagamento de salário somente até o sexto mês.

agrícolas as terras serão adjudicadas à cooperativa mediante expropriação feita pelo Estado); e apoio técnico durante dois anos. (D'ÉLIA, 2006. p. 74).

Outro grupo que possui extrema relevância para o desenvolvimento das Missões enquanto projeto social são as Forças Armadas. Como já analisamos no capítulo 2, as Forças Armadas têm um papel decisivo na Revolução Bolivariana, papel e lugar de destaques que têm sido ampliados e aprofundados. Nas Missões, as Forças Armadas possuem a tarefa de participar ativamente de todos os projetos, reiterando as idéias de uma aliança cívico-militar e de que os militares devem conhecer os problemas sociais do seu país e fazer parte de seu enfrentamento.

As Missões são estruturadas da seguinte maneira: são criadas mediante um decreto presidencial. Neste decreto são instituídas suas estruturas organizativa e administrativa. É criada uma Comissão Presidencial (com integrantes designados pelo Executivo Nacional) que cuidará da implantação e administração da Missão. É decretado também um Plano Extraordinário Orçamentário para definir os recursos a serem transferidos para as Missões e para definir as instâncias que o farão: governo nacional, estados, municípios e\ou pela estatal petroleira (PDVSA); e ainda é criada uma Fundação para o manejo destes recursos. As Missões podem ou não estar vinculadas aos Ministérios.

Luis Francisco Cabezas e Yolanda D'Élia (2008) afirmam que as Missões constituíram uma “estrutura administrativa paralela do Estado”:

el paralelismo administrativo de las misiones se replico en una estructura de atención separada de los sistemas públicos existentes, que llegó a visualizarse como un sistema integrado en si mismo para atender el conjunto de necesidades de los sectores excluidos y consolidar en su interior los valores y símbolos de la revolución. (CABEZAS; D'ÉLIA, 2008. p. 6).

De fato, as Missões não estão vinculadas aos programas de políticas públicas tradicionais do país. Um bom exemplo é o caso da Missão *Barrio Adentro* que trata da área da saúde mas não se insere no programa público tradicional de saúde do país, pois possui uma estrutura administrativa, organizacional e programática distinta deste. O paralelismo administrativo das Missões é compreendido pelos autores no sentido de que estas funcionam de maneira independente dos programas de políticas públicas tradicionais e possuem uma estrutura própria, buscando construir vias para não deixar os projetos serem emperrados ou sucumbir devido à

burocracia. Porém, neste trabalho entendemos que não são trata propriamente de uma “estrutura administrativa paralela”, mas sim de uma estrutura administrativa **alternativa** do Estado.

O conjunto das políticas públicas e sociais do governo Chávez – incluindo as políticas públicas tradicionais e as Missões – recebeu em investimento de 400 bilhões de dólares entre 1999 e 2010.⁷⁸ Somente no ano de 2011, o investimento nos setores sociais chegou a 91 bilhões de bolívares⁷⁹ (cerca de 21 milhões de dólares⁸⁰).

Índices expressivos que definitivamente contribuíram para a positiva variação dos indicadores sociais do país. A pobreza, por exemplo, disseminada entre 49,4% da população em 1999 foi reduzida para 27,6% em 2008. A mesma toada foi percebida no índice de indigência: de 22,2% da população em 2002 para 9,9% em 2008. Na tabela que segue é possível visualizar a evolução destes e de outros índices:

Tabela 5 – Venezuela: Índices Nacionais

Ano	Desemprego* (% da população)	Pobreza* (% da população)	Indigência* (% da população)	Coefficiente de Gini*	Índice de Desenvolvimento Humano⁸¹ (IDH)**
1990	10.4	39,8	14,4	0.471	0,680
1994	-----	48,7	19,2	-----	-----
1995	10.3	-----	-----	-----	0,699
1999	-----	49,4	21,7	0.498	-----
2000	13.9	-----	-----	-----	0,718
2002	-----	48,6	22,2	0.500	-----
2003	18.0	-----	-----	-----	-----
2004	15.3	-----	-----	-----	-----
2005	12.4	37,1	15,9	0.490	0,729
2006	10.0	30,2	9,9	0.441	-----
2007	8.7	28,5	8,5	0.427	-----
2008	7.3	27,6	9,9	0.412	-----
2010	8,6	26,9***	6,9***	0,3898***	0,755

*Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL (vários anos).

**Fonte: PNUD, 2010. Retirado de www.venezueladeverdad.gob.ve

***Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Retirado de www.venezueladeverdad.gob.ve

⁷⁸ Informações retiradas de: www.minci.gob.ve no dia 17\10\2011 às 16h45.

⁷⁹ Para o ano de 2012 está previsto pela Comissão de Finanças da Assembleia Nacional um investimento de mais de 115 bilhões de bolívares (cerca de 26 bilhões 745 milhões de dólares – vide nota n° 73) apenas na área social, montante que representa cerca de 40% da arrecadação do país. Dados retirados de www.psu.org.ve no dia 14\11\2011.

⁸⁰ Taxa de 4,3 por 1. Cálculo informal feito através do sistema de conversão de moedas do Banco Central do Brasil no dia 19\12\2011.

⁸¹ O IDH é um índice desenvolvido pelas Nações Unidas para indicar o grau de desenvolvimento e qualidade de vida dos países. Seu valor vai de 0 a 1, sendo que os valores mais próximos de 1 indicam uma sociedade com melhores padrões de vida. O cálculo para determinar o valor do IDH é feito através da média dos indicadores da saúde, educação e renda per capita.

As primeiras Missões foram concretizadas com o apoio de Cuba. Tratava-se de um convênio firmado entre os dois países no ano 2000 – Convênio de Cooperação Energético-Social – onde Cuba disponibilizaria seus profissionais das áreas da saúde e da educação para trabalharem nos nascentes programas sociais venezuelanos, e este país, por seu turno, pagaria os serviços e a tecnologia cubana com petróleo e derivados.

Segundo Cabezas e D'Élia (2008; 4), nesta etapa do projeto Cuba enviou à Venezuela cerca de 20.000 profissionais, que ajudaram a criar até o ano de 2004, 13 Missões no país. Ainda segundo os autores:

Esta primera generación de misiones respondía a la necesidad de lograr la adhesión de los sectores populares a través de medidas sociales reivindicativas, en momentos de dificultad política y económica para el gobierno. La finalidad de las misiones era entonces demostrar la capacidad de la revolución para reducir la exclusión social, que se hizo aceleradamente extensiva a las áreas de salud, educación, alimentación, producción y vivienda. (CABEZAS; D'ÉLIA, 2008. p. 4).

Com o desenvolvimento das Missões, como foi dito anteriormente, seu raio de ação deixou de se circunscrever às instâncias mais primárias de atendimento social, se expandindo para políticas mais abrangentes e profundas. É possível afirmar que o desenvolvimento das Missões seguiu uma toada bastante semelhante ao próprio desenvolvimento da Revolução Bolivariana, com a instauração inicial de políticas e reformas conjunturais cujos logros possibilitaram intervir na estrutura social venezuelana.

Muitos pontos são englobados hoje pelo programa das *Misiones Sociales Bolivarianas*. Sem adentrarmos ao detalhamento de todas as Missões, convêm citá-las⁸²:

- *Misión Árbol*: Trata-se de um plano nacional para a educação ambiental e para o reflorestamento do país. Até 2007, estavam encaminhados 905 projetos comunitários e 227 projetos escolares; e cerca de 18 mil hectares já haviam sido reflorestados. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 42-43).

⁸² O presidente Hugo Chávez em meados de 2011 que até o final de novembro do mesmo ano criará uma nova Missão: a *Gran Misión Trabajo*, cujo objetivo será a criação de novos empregos. Para dar início a esta Missão foi anunciado um investimento inicial de mais de US\$ 20 milhões. Segundo Chávez esta nova Missão se coadunará com a *Gran Misión Vivienda Venezuela*, a maior geradora de emprego no país, da qual trataremos mais adiante.

- *Misión Ciencia*: Trata-se de um programa social voltado majoritariamente para o desenvolvimento de Pesquisa e Tecnologia.
- *Misión Cultura*: Busca “*divulgar las manifestaciones culturales de los sectores populares y comunitarios, estableciendo la construcción participativa de los patrones de valoración de la cultura*” e ainda propiciar o acesso da população às manifestações artísticas do país e do mundo. (Ibidem. p. 46-47).
- *Misión Guaicaipuro*: Missão dedicada a garantir os direitos constitucionais dos povos indígenas, através da demarcação e titulação das terras das comunidades indígenas, bem como o seu atendimento pelos programas de saúde, educação, alimentação, saneamento, etc.
- *Misión Identidad*: Busca “*reducir el número de venezolanos que se encuentran sin documentación*” e ainda “*registrar a los extranjeros y las extranjeras en condición irregular que se encuentran en el territorio nacional*”. Para os estrangeiros que desejem fazê-lo, e cumpram com os requisitos constitucionais, é possível tornar-se cidadão venezuelano. (Ibidem. p. 51).
- *Misión Madres del Barrio*: Esta Missão identifica os lares em situação de pobreza extrema chefiados por mulheres e lhes confere uma verba mensal que pode variar entre 60 e 80% do salário mínimo⁸³, dependendo do caso em questão. É dedicado ainda à mulher chefe de família um curso para sua capacitação profissional e sua inserção nas atividades produtivas do país. (Ibidem. p. 53-54).
- *Misión Miranda*: A Missão *Miranda*, conforme analisamos no capítulo 2, faz parte da idéia de realizar uma aliança cívico-militar através do retreinamento dos reservistas das Forças Armadas.
- *Misión Negra Hipólita*: Iniciada em 2006, a Missão Negra Hipólita tem como objetivo garantir os direitos humanos das pessoas que vivem nas ruas, retirando-as desta situação.
- *Misión Revolución Energética*: O objetivo desta Missão é a economia energética do país, através da substituição dos postes de luz amarela por aqueles de luz branca, pela substituição da infraestrutura obsoleta de gás, pela instalação de painéis solares, etc.

⁸³ Em 2011 o salário mínimo na Venezuela atingiu seu maior valor: 1.548 bolívares, cerca de 360 dólares e 626 reais. Vale acrescentar que este valor deve ser analisado a partir de outro dado fundamental, que é o índice de inflação. Em 2011 este índice chegou a 27,2% a.a. Dados retirados de www.venezueladeverdad.gob.ve acessado no dia 03/11/2011.

- *Misión Cristo*: É identificada como “a Missão das Missões” pelo governo, pois consiste no ordenamento conjunto de todas as Missões Sociais a fim de extinguir a pobreza no país.
- *Misión José Gregorio Hernández*: Consiste no trabalho realizado de casa em casa de recenseamento das pessoas com deficiências físicas ou mentais. Através deste recenseamento o governo identifica as necessidades individuais e garante atendimento médico e psicológico e a distribuição de medicamentos e equipamentos. Atendeu até o ano de 2011, mais 350 mil pessoas.⁸⁴
- *Misión Música*: Nascida em 2007, esta Missão busca consolidar o aprendizado da música através das orquestras e corais infantis e juvenis do país. O objetivo é construir organizações – como os *Centros de Acción Social por la Música* – para que os jovens tenham acesso à música nas comunidades onde vivem.
- *Misión Niños y Niñas del Barrio*: Busca fomentar a organização político-social das crianças e adolescentes de até 18 anos em situação de risco, em situação de reclusão, aqueles que trabalham e aqueles que vivem nas ruas, a fim de erradicar a exploração, abuso e maltrato físico e psicológico. Este projeto também busca fortalecer os valores sociais e a organização política dos jovens.
- *Misión Niño Jesús*: Busca fortalecer e melhorar o sistema de saúde público de atendimento à população materno-infantil.
- *Misión Piar*: Busca fortalecer o setor produtivo de minas, impulsionando os pequenos mineiros e incorporando-os aos Planos de Desenvolvimento da Nação. Segundo o governo, “*esta misión contribuye a frenar la dependencia del petróleo y la apropiación por las empresas transnacionales de las áreas mineras más productivas del país. Asimismo, busca diversificar la economía, aprovechando otros recursos minerales que el país posee en abundancia y ofreciendo puestos de trabajo y apoyo*”. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 37).
- *Misión Justicia Socialista*: Consiste em formar advogados e juristas que recebam uma formação socialista e que desde os primeiros anos da graduação empreendam medidas e projetos voltados ao atendimento da população mais pobre, trabalhando para, com e nas comunidades. Além disso, é objetivo desta Missão a elaboração e execução de projetos

84

Informações retiradas de: www.minci.gob.ve no dia 17\10\2011 às 16h45.

voltados para a consolidação de outras esferas da Revolução Bolivariana, como a Jurisdição Comunal. Estes profissionais seriam formados pela Universidade Bolivariana da Venezuela.

Segundo Thanalí Patruyo (2008) as estratégias inovadoras das Missões – com seu formato ágil e flexível que aproxima a ação pública dos “*más necesitados y excluidos*”, bem como sua perspectiva de luta contra a ineficiência governamental – e seu grande potencial de impacto social, têm possibilitado “*sostener la legitimidad de las misiones ao longo del tiempo*”. (PATRUYO, 2008. p. 1).

Uma pesquisa feita pelo Centro Gumilla demonstra que 51,1% dos venezuelanos está satisfeito com o funcionamento das Missões na Venezuela. O maior grau de satisfação recai sobre a Missão *Barrio Adentro* (51,6%), seguida das Missões educativas (50,1%) e da Missão *Mercal* (46,7%).⁸⁵ Além destas Missões conheceremos algumas outras escolhidas por demonstrarem possuir maior inserção na vida da população, maiores investimentos do governo e maior grau de transformação das condições sociais existentes.

Vale ressaltar que o que se segue não é um estudo exaustivo do tema, mas sim um esforço de compilação de dados que possam demonstrar as transformações sociais ocorridas na Venezuela. São também algumas indicações e considerações sobre o caráter destas transformações e qual a relevância destas para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana.

⁸⁵ Informações retiradas de: www.minci.gob.ve no dia 17/10/2011 às 16h45.

4.2 Saúde

Uma das primeiras missões concretizadas – e ainda hoje uma das mais importantes – foi a Missão *Barrio Adentro*. O objetivo desta Missão é disponibilizar a todos os cidadãos, sobretudo aos mais pobres, o acesso integral à saúde.

A Missão *Barrio Adentro* nasceu oficialmente em 2003. Porém, sua primeira versão foi implantada no município Libertador da Grande Caracas após o golpe de 2002. Elaborada pelo ex-prefeito Freddy Bernal, consistia num projeto social que buscava dar atendimento nas áreas de saúde, educação, comunicação popular, abastecimento alimentar, economia social, buscando entrar nos bairros caraquenhos e realizar uma articulação entre todas estas instâncias, mediante a organização popular. Yolanda D'Élia (2006) nos informa que os lineamentos deste plano eram “*democratizar el espacio público mediante una organización comunitaria políticamente activa*”, e que isto requereria a “*organización social y comunitaria, la construcción de tejido social en las comunidades y de un compromiso colectivo con el bienestar social*”. (D'ÉLIA, 2006. p. 20).

Para levar o projeto adiante, Freddy Bernal realizou uma convocatória aos médicos do país, para que estes participassem do “Plano Integral *Barrio Adentro* para Caracas”. Frente à pouca adesão destes à convocatória, Bernal concretizou – com a anuência do presidente Chávez – em março de 2003 um convênio com a República de Cuba⁸⁶ a fim de incorporar os médicos cubanos ao programa de saúde dos bairros de Caracas. (PATRUYO, 2008. p. 35).

Após apenas três meses do início da execução do Plano *Barrio Adentro* e devido a sua grande popularidade, Chávez anunciou que expandiria o projeto para todo o país. Assim, o Plano *Barrio Adentro* se transformou na Missão *Barrio Adentro*, o que não implicou apenas em uma mudança de nomenclatura: houve uma mudança no caráter do projeto. Se antes buscava-se uma articulação entre diversas esferas sociais – como saúde, educação, cultura, etc. – a partir deste momento o projeto passou a ser um programa público alternativo de saúde capaz de amenizar os déficits históricos deste setor no país.

Tratava-se, neste momento, de levar atendimento médico primário e preventivo aos locais mais isolados do país, às periferias e às zonas rurais. Com a chegada de mais profissionais

⁸⁶ Como parte do Convênio Integral de Cooperação entre os dois países, firmado no ano 2000.

cubanos a Venezuela foi possível começar a expandir ainda mais o projeto, incorporando o atendimento odontológico e oftalmológico.⁸⁷

Segundo o governo, a Missão *Barrio Adentro* é:

un programa integral, basado en la experiencia de décadas de la República de Cuba, que brinda servicios de salud primaria preventiva y curativa y de promoción de la salud en las propias comunidades. Los médicos se mudan a los barrios, y cuentan con el equipo necesario para tratar las principales dolencias y ofrecer medicamentos gratuitos para su tratamiento. Así, sectores que nunca antes habían recibido la atención del Estado, se benefician en sus propias comunidades de un trato basado en paradigmas de salud social y humanista, por oposición al paradigma deshumanizante de la salud capitalista. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p 26).

A estrutura física para estes atendimentos consistia em casas cedidas pela população das comunidades onde o projeto se fixaria. Os moradores do bairro se reuniam em Assembleia e deliberavam quais casas poderiam ser cedidas tanto para que o consultório e o ambulatório fossem montados quanto uma outra residência onde o médico pudesse ser hospedado. Além disso, se prontificavam a garantir a limpeza do consultório e a segurança do médico e dos enfermeiros. Esta organização popular deu origem aos Comitês de Saúde.

Segundo Thanalí Patruyo, assim como os profissionais cubanos, os Comitês de Saúde foram indispensáveis tanto para o processo de expansão da Missão *Barrio Adentro* quanto para suprir grande parte das falhas de pessoal e gestão presentes no projeto. (PATRUYO, 2008. p. 51). Os Comitês de Saúde, como vimos anteriormente, são organizações populares locais que fazem parte do Conselho Comunal local. Os Comitês de Saúde são reconhecidos pelas autoridades locais, regionais e nacionais e são inscritos no Ministério da Saúde. Segundo Patruyo, até o ano de 2006 existiam 8.951 Comitês inscritos no Ministério da Saúde. (Ibidem. p. 52). Ainda segundo a autora, os voluntários dos Comitês de Saúde têm cumprido um importante papel nas distintas fases da Missão *Barrio Adentro*:

Informaron a los coordinadores de la Misión Barrio Adentro sobre el interés y la necesidad de determinadas comunidades en contar con un consultorio popular. Su participación fue vital en el proceso de instalación de los puntos de atención (a través de ellos se consiguieron los espacios para las consultas; la vivienda para los médicos de la misión y contribuyen con la seguridad personal de los médicos). Asimismo, han jugado un rol de suma importancia en la

⁸⁷

Que posteriormente dariam origem às Missões *Sonrisa e Milagro*.

operatividad de la misión apoyando el proceso de diagnóstico de salud de la comunidad (a través de los censos comunitarios) y en la gestión de los consultorios, organizando el orden de llegada, limpiando el consultorio y apoyando la solicitud de insumos o equipos ante los coordinadores de la Misión. (Idem).

Os primeiros pontos de atendimento público da Missão *Barrio Adentro* deixaram de estar situados em casas quase que improvisadas e foram substituídos por estruturas próprias para este fim, transformando-se nos Consultórios Populares. Estas estruturas são conhecidas como “módulos octogonais”, pois possuem forma de octógono. Têm 64 metros quadrados e dois andares. No piso térreo há uma sala de espera, um consultório médico, uma sala de curativos, um banheiro público, um espaço de trabalho e uma área para lixo. No piso superior fica instalada a residência do médico, que dispõe de um quarto, uma copa-cozinha e um banheiro privativo. A forma octogonal possui inspiração no Feng Shui e, segundo a sabedoria chinesa, seria capaz de proporcionar sabedoria e crescimento. (D’ÉLIA, 2006. p. 30). Os Consultórios Populares passariam então a conformar o primeiro nível de atendimento da Missão *Barrio Adentro*.

Figura 5 – Consultório Popular - *Misión Barrio Adentro I*



Fonte: <http://www.larevolucionvive.org.ve/spip.php?article356&lang=es> acessado no dia

21/10/2011 às 11h49.

Cada médico que trabalha na Missão atende em média uma área territorial composta por 250 famílias e realiza uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, com exceção dos domingos. Yolanda D'Élia (2006) nos informa que o trabalho dos médicos não se restringe ao atendimento nos consultórios. Segundo a autora, a lógica operacional da Missão *Barrio Adentro* é a “cobertura universal, una atención abierta y humana, y una acción basada en la prevención y la promoción de la salud”. (D'ÉLIA, 2006. p. 35). A autora discorre a respeito das responsabilidades empregadas aos médicos que participam desta Missão, bem como da forma com que são distribuídas essas responsabilidades de acordo com sua jornada de trabalho:

La distribución de los consultorios responde a una forma de organización intra-territorial de la atención. El criterio territorial establece que los médicos/as tienen responsabilidades con el número asignado de familias dentro de una comunidad definida. Dicha responsabilidad va más allá de las consultas. Supone dedicación al mejoramiento de la situación de salud de las familias en relación con el entorno que habitan. Debido a ello, los médicos/as dedican el turno de la mañana a consultas y en las tardes realizan actividades de “dispensarización”, término popularizado por los cubanos que significa prestar servicios en terreno, con apoyo de voluntarios/as organizados en Comités de Salud. (Ibidem. p. 40).

Em 2004 o governo passou a planejar a expansão desta Missão, inaugurando outros níveis de atendimento. Segundo Patruyo, em janeiro de 2005 o presidente Chávez anunciou o segundo nível de atendimento: a Missão *Barrio Adentro II*, cujo objetivo é propiciar um atendimento mais completo através da construção de uma rede de Centros de Diagnóstico Integral (CDI), Centros de Alta Tecnologia (CAT) e Salas de Reabilitação Integral (SRI). (PATRUYO, 2008. p. 39-40).

Assim, a Missão *Barrio Adentro I* passou a garantir atendimento de emergência 24 horas por dia, além de consultas de rotina e preventivas, e a distribuição gratuita de medicamentos. Ao segundo módulo, por sua vez, ficaram incumbidas as consultas com especialistas, a realização de exames mais complexos e de terapias⁸⁸ - desde que os pacientes fossem encaminhados pelos médicos do primeiro módulo, ou seja, é necessário se consultar primeiramente no módulo da Missão *Barrio Adentro I*, para conseguir os atendimentos da Missão *Barrio Adentro II*.

⁸⁸ *Barrio Adentro II* realiza consultas nas áreas de: pediatria; ginecologia, obstetrícia e neonatal; psiquiatria, otorrinolaringologia; ortopedia; cardiologia; dermatologia. Realiza também exames como eletrocardiograma; endoscopia; raio X; ultrasonografia; ressonância magnética; tomografia computadorizada; eletrocardiografia. E ainda serviços como: sala de observação e de cuidados intensivos; cirurgia geral; banco de leite; hidroterapia; terapia ocupacional; termoterapia; entre outros.

O início oficial dos trabalhos deste módulo ocorreu em junho de 2005, quando Chávez inaugurou 30 CDI e 30 SRI. Em agosto do mesmo ano o presidente anunciou o início da Missão *Barrio Adentro III* como um plano para a recuperação e modernização dos 299 hospitais públicos existentes no país, que incluiria também a reestruturação do aparato administrativo, a aplicação de políticas contra a corrupção, a criação e consolidação de controladorias sociais comunitárias, entre outros pontos. Dos 33 hospitais selecionados apenas 5 passaram pelas adequações, reformas e modernizações. (Ibidem. p. 40). Assim, para amenizar os problemas na execução do *Barrio Adentro III*, o governo lançou em 2007 o *Barrio Adentro IV* que “consistiría en el desarrollo de quince hospitales especializados en distintos puntos del país”. (Idem).

A Missão *Barrio Adentro*, em todos os seus módulos, já atendeu cerca de 24 milhões de pessoas em um total de 13.510 centros de saúde pública, integrado por 6.172 Consultórios Populares, 533 Centros de Diagnóstico Integral, 570 Salas de Reabilitação Integral e 31 Centros de Alta Tecnologia.⁸⁹

O programa de vacinação também faz parte da Missão *Barrio Adentro*. Em 1998 foram aplicadas 9.690.261 vacinas no país; em 2008 este número saltou para 32.300.119. (R. B. de VENEZUELANA, 2010d. p. 16). A taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos caiu de 31,3% em 1990 para 16,4% em 2008, segundo dados do *Ministerio del Poder Popular para la Salud*.

De acordo com dados oficiais, desde sua criação até o ano de 2011, o conjunto da Missão *Barrio Adentro* recebeu um investimento governamental de cerca de 25 bilhões de bolívares⁹⁰. (Ibidem. p. 6-8). Segundo o governo, em 1998 aplicava-se em saúde cerca de 6,5% do Produto Interno Bruto, algo em torno de 752 milhões de bolívares; em 2010 este índice saltou para 7,8% do PIB ou 12,4 bilhões de bolívares.⁹¹

Ainda na área da saúde há a Missão *Sonrisa* que recebe pacientes encaminhados pela Missão *Barrio Adentro I* e realiza atendimento odontológico geral, bem como cirurgias. A Missão *Sonrisa* conta com mais de 4 mil unidades de atendimento e já realizou o implante de 37.724 próteses dentárias até julho de 2010. (R. B. de VENEZUELANA, 2010d. p. 26).

⁸⁹ Informações retiradas de: www.minci.gob.ve no dia 17\10\2011 às 16h45.

⁹⁰ Para administrar os recursos destas Missões foram criadas a *Fundación Barrio Adentro* (para administrar os recursos das Missões *Barrio Adentro I e II*) e a *Fundación de Edificaciones y Equipamiento Hospitalario* (para administrar os recursos repassados às Missões *Barrio Adentro III e IV*).

⁹¹ Dados retirados de www.venezueladeverdad.gob.ve acessado no dia 03\11\2011.

Outro projeto importante na área da saúde é a Missão *Milagro*, que realiza consultas e cirurgias oftalmológicas, também como o apoio de Cuba. Criada em agosto de 2005, esta Missão atende não apenas aos venezuelanos mas também a muitos latinoamericanos. Foram realizadas até o ano de 2009, 1.777.128 consultas e 263.949 cirurgias. (R. B. de VENEZUELA, 2009c. p. 11). A Missão *Milagro* conta ainda com 459 óticas populares que realizaram até 2010 a distribuição gratuita de mais de 7 milhões de óculos. (R. B. de VENEZUELANA, 2010d. p. 24).

4.3 Educação

Outro destaque entre as políticas sociais do governo Chávez é o conjunto das Missões educativas. As Missões educativas possuem caráter temporário, pois seu intuito é acabar com o déficit na área de educação ao incorporar todos aqueles cidadãos que nunca tiveram acesso a algum nível de formação escolar. Segundo Yolada D'Élia:

el carácter no permanente de las misiones educativas tiene que ver con el objetivo común de disminuir las brechas de inequidades presentes en la población venezolana. En este sentido, el Gobierno Nacional ha planteado estas misiones como una transición educativa que abarca, fundamentalmente, a la población venezolana que nunca tuvo acceso a la educación. Es entonces una herramienta de transición hacia la igualdad social en el disfrute de los derechos educativos que tenderá a desaparecer en la medida en que dicha brecha sea eliminada. (D'ÉLIA, 2006. p. 101).

A primeira Missão educativa a ser criada foi a Missão Robinson I ⁹² em junho de 2003. Trata da alfabetização de jovens e adultos. Seu material didático e seu sistema pedagógico também foram cedidos por Cuba⁹³. Esta Missão iniciou suas atividades contando com a participação de 74 técnicos cubanos e cerca de 50 mil voluntários⁹⁴, em sua maioria oficiais e suboficiais das Forças Armadas. Em muitos casos as aulas e as atividades eram ministradas nas guarnições militares (Ibidem. p. 80).

Os resultados desta Missão surpreendem: contando com quase 130 mil “facilitadores”, a Missão Robinson I alfabetizou 1.678.671 pessoas, até o ano de 2009. (R. B. de VENEZUELA, 2010i. p. 28). Segundo a CEPAL o índice de analfabetismo do país que era de 11,1% da população com mais de 15 anos de idade em 1990, baixou para 4,8% no ano de 2010.⁹⁵ Em 2005 a Venezuela foi declarada pela UNESCO um “território livre do analfabetismo”, condição delegada aos países que possuem taxas de analfabetismo abaixo de 5%. Francis Mary Nogueira e Maria Lucia Rizzotto afirmam que “1,5 milhão de pessoas que participaram desta Missão

⁹² O nome desta Missão é uma homenagem a Simón Rodríguez, mestre e tutor de Simón Bolívar, que no período em que morou na Jamaica (1797) mudou seu nome para Samuel Robinson.

⁹³ Trata-se do sistema pedagógico *Yo sí puedo*, para a Missão Robinson I. A Missão Robinson II também teve seu método pedagógico importado de Cuba, chama-se *Yo sí puedo seguir*.

⁹⁴ Os voluntários, chamados de “facilitadores”, recebem um pagamento simbólico. Os estudantes também recebem bolsas de estudos. (D'ÉLIA, 2006. p. 84).

⁹⁵ Dados do Anuário Estatístico da CEPAL de 2005 e 2010.

ganharam como parte do material didático, uma biblioteca familiar” composta por autores como Shakespeare, Cervantes e Balzac. (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009. p. 113).

A Missão Robinson II, por sua vez, dá prosseguimento à formação iniciada com a Missão Robinson I. As duas Missões juntas equivalem, no Brasil, ao Ensino Fundamental I e II. A intenção é proporcionar uma formação mais completa para os estudantes. Yolanda D’Élia afirma que o governo nacional considerou que *“la adquisición de la lectura y escritura mecánica no era garantía del logro educativo si éste no iba asociado con la prosecución académica”*. (D’ÉLIA, 2006. p. 80).

A fim de cumprir este objetivo, foram criadas as Missões Ribas e Sucre. A primeira diz respeito à formação em nível de Ensino Médio⁹⁶. A Missão Sucre, por sua vez, trata de incorporar *“a todos aquellos hombres y mujeres que, durante años, fueron ignorados por el sistema nacional de educación superior”*. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 22). Na Venezuela, o processo de seleção de estudantes para o Ensino Superior era extremamente exclusivo e demonstrava a intensa segregação sócio-econômica do país. Apenas 13% dos candidatos inscritos neste processo de seleção no ano 2000 foram aprovados. (D’ÉLIA, 2006. p. 105).

Atualmente os critérios para selecionar os candidatos são: a condição sócio-econômica (pessoas de classe média-baixa ou em situação de pobreza); a conclusão do Ensino Médio antes de 1990; a condição de habitação em cidades onde haja uma procura acentuada pela Missão Sucre (entre 200 e 600 candidatos registrados); a situação de desemprego; e\ou trabalhado temporário e informal. (Ibidem. p. 110).

O pontapé inicial para a criação da Missão Sucre foi a criação do Ministério de Educação Superior – que passaria a ser o órgão executor e responsável pela Missão – e da Universidade Bolivariana de Venezuela (UBV). A UBV dispõe de cursos como, direito, comunicação social, educação, estudos políticos, administração, turismo, tecnologia de alimentos, engenharia de gás e polímeros, química, geologia e minas, elétrica e eletrônica, construção civil, matemática, manejo de emergência e ação contra desastres, artes plásticas, desenho, medicina integral comunitária, entre outros. (Ibidem. p. 23-24). A UBV é a principal estrutura física com que a Missão Sucre conta atualmente.

⁹⁶ No final do ano de 2005, foi criada também a Missão *Ribas Productivo*, que seria o equivalente ao Ensino Médio Profissionalizante no Brasil.

Segundo Nogueira e Rizzotto (2009), a escolha destes cursos pautou-se pela pertinência social, ou seja:

pela possibilidade de os projetos desenvolvidos e os profissionais formados poderem intervir na comunidade, na direção da resolução dos problemas existentes, rompendo, assim, com a estrutura tradicional dos cursos nas duas maiores universidades da Venezuela: a Universidade Central da Venezuela e a Universidade Simón Bolívar. (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009. p. 116).

Outra Missão que trata da educação universitária é a Missão Alma Mater, criada em março de 2009. Busca gerar um novo tecido institucional da educação superior, a partir das linhas traçadas pelo Projeto Nacional Simón Bolívar. Com a Missão Alma Mater foram criadas novas universidades, como as Universidades Territoriais, Universidades Especializadas, Institutos Especializados, Universidades Experimentais, Complexos Universitários Socialistas Alma Mater, entre outros.

No ano de 2010 existiam 1.389.759 estudantes matriculados nas Missões educativas da Venezuela. Deste total, 39.458 estavam matriculados na Missão Robinson I; 330.232 estavam matriculados na Missão Robinson II; 462.251 na Missão Ribas; e 557.818 estavam matriculados na Missão Sucre. (R. B. de VENEZUELA, 2010i. p. 27).

Para além das Missões, o governo bolivariano empreendeu algumas importantes medidas no conjunto do sistema de educação pública, como por exemplo, a isenção da taxa de matrícula que era cobrada há décadas para o ingresso no sistema público de ensino em quaisquer de seus níveis de formação. Com o advento da Constituição de 1999 esta taxa foi extinta (Artigo 103º) e ficou estabelecido que a educação é “*un derecho humano y un deber social fundamental, es democrática, gratuita y obligatoria*”. (Artigo 102º)

Outra regulamentação importante é a Lei Orgânica de Educação de 2009⁹⁷, onde se estabelece que a educação na Venezuela é “*pública y social, obligatoria, gratuita, de calidad, de carácter laico, integral, permanente, con pertinencia social, creativa, artística, innovadora, crítica, pluricultural, multiétnica, intercultural y plurilingüe*”. (Artigo 3º).

Nesta lei, é reiterada a gratuidade obrigatória da matrícula em todos os níveis do ensino público: “*Que a ningún o ninguna estudiante, representante o responsable, se le cobre matrícula y servicios administrativos, como condición para el ingreso, permanencia y egreso de las*

⁹⁷ C. f.: R. B. de VENEZUELA, 2009h.

instituciones educativas oficiales”. No mesmo artigo ainda se estabelece que o Estado executará e coordenará políticas e projetos “*de formación, orientados hacia el desarrollo pleno del ser humano y su incorporación al trabajo productivo, cooperativo y liberador*” e garantirá o “*desarrollo institucional, permanencia y óptimo funcionamiento de las misiones educativas en sus distintas modalidades*”. (Artigo 6°).

Vale citar alguns índices que dão conta da evolução do sistema público de ensino. Por exemplo, houve um incremento de mais de 50% no número de crianças matriculadas na educação pré-escolar. Em 1998 esta população era de 53,41% das crianças do país, em 2008 este índice passou para 84,8%.⁹⁸ A matrícula na educação universitária (graduação e pós-graduação) também sofreu um incremento considerável: no ano 2000 haviam 894.418 estudantes matriculados na educação superior; em 2008 este número passou para 2.109.331 estudantes. Mais de 100% de aumento. Fato que pode ter sido proporcionado pela criação de 15 novas instituições de educação universitária entre 1999 e 2009. O número de docentes vinculados ao Ministério da Educação também aumentou: passou de 65.618 em 1998 para 343.538 em 2008. (R. B. de VENEZUELA, 2010i).

⁹⁸ O programa de educação dedicado às crianças chama-se *Proyecto Simoncito*. Trata-se de uma política de atenção integral às crianças de 0 a 6 anos.

4.4 Desenvolvimento endógeno e soberania alimentar

Segundo o governo bolivariano, desenvolvimento endógeno significa “desenvolvimento desde dentro e para dentro”. Seria um modelo econômico e político onde as “*comunidades desarrollan sus propias propuestas. Es decir, el liderazgo nace en la comunidad, y las decisiones parten desde adentro de la comunidad misma*”. (R. B. de VENEZUELA, 2004b. p. 4). Ainda segundo documentos oficiais, o desenvolvimento endógeno busca a satisfação das necessidades básicas, a participação da comunidade, a proteção do meio ambiente e ainda que os processos locais e globais se complementem.

Queremos ampliar y profundizar la democracia económica, enfatizar la cultura del trabajo y la producción; eliminar progresivamente nuestra dependencia del ingreso petrolero. Queremos diversificar la economía no petrolera y estimular la producción local, con la participación autogestionaria de todos los venezolanos, propiciando diversas formas de propiedad y de relaciones de producción y consumo urbano-rural. Esto es Desarrollo Endógeno. (Ibidem. p. 4-5).

Assim, o desenvolvimento endógeno proposto está baseado na mudança “*del sistema productivo del país para lograr nuevos mecanismos de distribución de los beneficios económicos*”. (Ibidem. p. 5).

Uma das sete diretrizes que nortearam o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013)⁹⁹ foi denominada como “modelo produtivo socialista”. Segundo o documento, o modelo produtivo socialista se orientaria “*hacia la eliminación de la división social del trabajo, de su estructura jerárquica actual y a la eliminación de la disyuntiva entre satisfacción de necesidad y producción de riqueza*” e responderia majoritariamente às “*necesidades humanas y estará menos subordinado a la reproducción del capital*”. (R. B. de VENEZUELA, 2008a. p. 43).

Nesta diretriz os temas do desenvolvimento endógeno e da soberania alimentar aparecem de maneira clara. No Plano 2007-2013 determina-se como questão fundamental o incentivo à agricultura e à utilização de todas as “*potencialidades y fortalezas socio territoriales, generando sinergias entre regiones subnacionales, favoreciendo el modelo productivo de desarrollo endógeno orientado por el socialismo del siglo XXI*”. (Ibidem. p. 66).

⁹⁹ O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013) foi esmiuçado no capítulo anterior.

O Plano 2007-2013 entende que a base para a segurança alimentar é o desenvolvimento rural integral, cujo alcance “*trasciende la actividad productiva agrícola, uno de cuyos componentes es la producción de alimentos*”. (Ibidem. p. 49-50). Para o fortalecimento da capacidade interna do país de produção de alimentos estabeleceu-se como meta fundamental o aumento substantivo do investimento em agricultura. Segundo o texto, a soberania alimentar implica “*el dominio, por parte del país, de la capacidad de producción y distribución de un conjunto significativo de los alimentos básicos que aportan una elevada proporción de los requerimientos nutricionales de la población*”. (Ibidem. p. 50).

Ainda segundo o governo:

*El Ejecutivo de la República Bolivariana de Venezuela ha asumido como suprema voluntad para la reconstrucción de la patria el logro de la seguridad y soberanía alimentaria. Esto se consagra con un pueblo cada día mejor alimentado, con el balance dietético adecuado y el acceso a los alimentos libres de la condición de mercancía que impone el capitalismo para las clases más desposeídas.*¹⁰⁰

Percebe-se, portanto, que o governo bolivariano entende o desenvolvimento endógeno e a soberania alimentar como projetos interdependentes e essenciais para o recrudescimento da Revolução Bolivariana. Sendo assim, foi elaborado um conjunto de Missões Sociais que buscam atender de maneira mais direta aos lineamentos sobre o tema traçados no Plano 2007-2013.

Três Missões estão diretamente envolvidas nos projetos de construção do desenvolvimento endógeno e da garantia da soberania alimentar. São as Missões Che Guevara, *Alimentación* e *Gran Misión AgroVenezuela*. Com a *Gran Misión AgroVenezuela* o governo pretende aumentar e diversificar a produção agrícola, diminuir sua dependência tanto da economia petroleira quanto da importação de alimentos de outros países, incentivar formas de produção cooperativas e familiares, e garantir o direito dos camponeses à posse de terras. Estes objetivos seriam atingidos através da realização da reforma agrária no país.

A Missão *Alimentación* possui como meta garantir a soberania alimentar no país através do acesso inalienável de todos os cidadãos aos alimentos. Esta Missão também busca contribuir com o fortalecimento da produção agrícola, com a produção interna de alimentos e com a

¹⁰⁰ Exposição de motivos da Lei de Atenção ao Setor Agrícola de 2011.

diversificação da economia através da realização de convênios com cooperativas de pequenos produtores rurais.

A Missão Che Guevara é, segundo o governo, um programa de formação profissional com valores socialistas que busca substituir o sistema socioprodutivo capitalista por um modelo econômico socialista comunal. Seu objetivo é desenvolver e executar ações para a formação, capacitação e organização do trabalho, desenvolvendo a consciência socialista.

4.4.1 Missão Che Guevara

Esta missão é a que mais diretamente está relacionada com a questão do desenvolvimento endógeno. Sua primeira versão nasceu em 2003 com o programa do governo nacional denominado “*Todas las manos a la siembra*”. Buscava-se, segundo Yolanda D’Élia:

generar las bases de la transformación del modelo económico actual — orientado hacia el consumo y la dependencia exacerbada de otros mercados — para construir un modelo real de economía social, buscando una mayor incorporación de los ciudadanos, en especial, de los más pobres, a los procesos de producción en diferentes ámbitos, y en particular, brindarles seguridad alimentaria. (D’ÉLIA, 2006. p. 57).

Em 2004 o Executivo Nacional lançou a proposta de transformar este programa na Missão *Vuelvan Caras*, que buscaria a “*transformación social y económica del país, mediante la educación y el trabajo, hasta alcanzar una calidad de vida digna para todos*”. Seu principal objetivo seria impulsionar o desenvolvimento endógeno mediante a mudança do modelo econômico rentista-monoprodutor a fim de “*transformar radicalmente el conjunto de relaciones de producción de nuestra sociedad y desterrar para siempre la pobreza en Venezuela*”. (R. B. de VENEZUELA, 2004b. p. 7).

Segundo Hugo Chávez, a Missão *Vuelvan Caras* era um “*instrumento de vanguardia en la lucha contra la pobreza y la inclusión de las comunidades excluidas a la vida socioprodutiva, así como en la transición hacia el nuevo modelo de desarrollo endógeno*”. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 33). E o presidente prosseguiu afirmando que esta Missão promovia:

la transformación cultural de las relaciones sociales y de producción y unifica y culmina los procesos de las Misiones educativas, al incorporar a los

participantes desempleados en los procesos de desarrollo locales. La Misión incluye la identificación de áreas o localidades con potencial de desarrollo endógeno, de acuerdo a sus características históricas y culturales y sus vocaciones productivas. En ese contexto, se convoca a los sectores tradicionalmente excluidos de las localidades cercanas a la capacitación profesional e ideológica, y se promueve su asociación en cooperativas productivas, de acuerdo al nuevo proyecto de desarrollo endógeno local. Luego de concluido el proceso de capacitación, tiene lugar la activación del Núcleo de Desarrollo Endógeno, por medio de actividades productivas cogestionarias o autogestionarias, que se articulan a su vez en las redes socioproductivas en torno a los ejes de desarrollo nacional. Por medio del cooperativismo y las asociaciones de productores, se busca transformar las relaciones de producción capitalistas dependientes, para conformar una red de cooperativas y productores independientes mutuamente relacionados en base a intereses comunes, a su vez articulados en sus actividades productivas con los objetivos de desarrollo local y nacional. (Ibidem. p. 33-34).

Segundo D'Élia (2006; 63-64), esta Missão buscava criar um “*nuevo tejido productivo*” sustentado nas seguintes premissas: a) incorporar no processo de produção novos valores, distintos dos valores capitalistas e onde o afã por lucro se sobrepõe à satisfação das necessidades coletivas. Conformar um modelo misto de produção, onde coexistam diversas formas de propriedade (estatal, mista, coletiva, privada); b) desenvolver alianças estratégicas entre empresas estatais, a economia associativa, o setor monopolista do capital nacional, a pequena e média empresa do campo e da cidade; c) o desenvolvimento do sistema cooperativo e uma maior intervenção do Estado na esfera pública; d) transformar a divisão social do trabalho caracterizada pela distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre campo e cidade.

Segundo o governo:

La idea es que los venezolanos seamos capaces de producir la semilla que sembramos, la comida que comemos, la ropa que usamos, los bienes y servicios que requerimos, para romper la dependencia económica, cultural y tecnológica que ha frenado nuestro progreso. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 62-63).

Havia pouca interação entre os organismos encarregados de levar adiante esta Missão – Ministério do Trabalho, Ministério de Produção e Comércio e INCE (Instituto Nacional de Capacitação Educativa) – e por este motivo, foi criado ainda em abril de 2004 o Ministério da Economia Popular, que ficou encarregado de centralizar tanto o processo de capacitação profissional quanto o financiamento para as cooperativas. (Ibidem. p. 60). A Fundação Missão *Vuelvan Caras* foi criada somente em dezembro de 2004.

Esta Missão foi elaborada a partir de cinco Frentes de Batalha, ou seja, cinco setores da economia local e regional que deveriam ser impulsionados. São eles: agrícola, industrial, de turismo, de infraestrutura, e de serviços. Hugo Chávez deixou claro que a prioridade deveria ser a frente de agricultura: “*Primero que todo, alimentos no sólo para nosotros los que estamos aquí, sino para toda esa gente que está por allá, vamos a producir alimentos para ir a proveerlos al mercado y venderlos lo más barato posible*”. (<http://www.misionvenezuela.gov.ve/06VuelvanCaras/06Linachavez.htm> Apud: D’ÉLIA, 2006. p. 66). Assim sendo, a agricultura concentrou 50% das atividades produtivas da Missão *Vuelvan Caras*, abarcando cerca de 600.000 pessoas.¹⁰¹

Esta Missão buscava a capacitação profissional e a formação de cooperativas. Em cada região do país existe uma estrutura do Ministério da Economia Popular, denominada Núcleo de Desenvolvimento Endógeno (NUDE). Os técnicos dos NUDES em conjunto com as organizações populares locais identificam as potencialidades regionais de acordo com as cinco Frentes de Batalha. A partir deste momento é criado um centro de formação profissional no setor escolhido, e em seguida, é criada uma cooperativa.

Segundo Yolanda D’Élia, “*la idea es que los capacitados se organicen para crear sus propias cooperativas*”. (Ibidem. p. 72). Segundo dados oficiais, entre os anos de 2004 e 2006 foram conformadas cerca de 19 mil cooperativas no país e mais de 280 mil pessoas passaram pelos programas de formação apenas da Missão *Vuelvan Caras*. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 65).

Em novembro de 2007 a Missão *Vuelvan Caras* foi substituída pela Missão Che Guevara. Ambas possuem o mesmo objetivo geral, porém a Missão Che Guevara acentua a necessidade de substituir o modo de produção capitalista por um modo de produção socialista. Para isso, além dos módulos de formação já existentes na Missão *Vuelvan Caras* – de formação geral (composto pelos módulos de planificação, gestão administrativa e de redes sócio-produtivas) e de formação técnico-produtiva (composto pelos módulos de projetos e técnico-produtivo) – foi inserido na Missão Che Guevara o módulo de formação ético-político e ideológico. Neste módulo são debatidos temas sociais, históricos e políticos de maneira a fomentar a consciência revolucionária dos estudantes, bem como de fortalecer sua identidade nacional, latino-americana e bolivariana.

¹⁰¹ As outras atividades ficaram com a seguinte divisão: industrial, 30%; turístico, 10%; infraestrutura, 5%; e serviços, 5%. (D’ÉLIA, 2006. p. 67).

Segundo a Fundação Missão Che Guevara, esta Missão é um “*programa integral de formación y capacitación en oficios productivos, destinado a impulsar la transformación del modelo económico capitalista hacia el modelo socialista*” garantindo o “*bienestar social y la inserción laboral en los proyectos enmarcados en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*”. Ainda segundo esta Fundação:

Este plan de formación ofrece a todos los lanceros y lanceras¹⁰² participantes el adiestramiento técnico en diferentes áreas de desarrollo acordes con los proyectos estratégicos que lleva adelante el Gobierno Bolivariano; y la educación en valores para la conformación de hombres y mujeres con conciencia nueva, propulsores del cambio, verdaderos revolucionarios dispuestos al trabajo y guiados por sentimientos de amor a la patria.

Os participantes de outras Missões – como Robinson, Negra Hipólita, *Madres del Barrio*, *Casas de Alimentación* e da extinta Missão *Vuelvan Caras* – podem prosseguir sua formação na Missão Che Guevara. Os cursos oferecidos são aglutinados em seis frentes de formação: a frente de alimentação (agrícola), a frente industrial, a frente têxtil, a frente de construção, a frente de turismo, e a frente de comércio e serviços.¹⁰³

4.4.2 A reforma agrária na Venezuela

A reforma agrária na Venezuela desde 1999 vem tomando destaque entre as reivindicações e conquistas do movimento bolivariano. A Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ) é protagonista entre as organizações populares que lutam pela reforma agrária no país e conta com o apoio das Milícias Bolivarianas Campesinas. A FNCEZ nasceu oficialmente em 2004, fruto da aglutinação de diferentes movimentos sociais rurais e hoje está presente em todos os Estados do país. A FNCEZ se afirma como:

una organización político social del movimiento campesino que agrupa a pequeños y medianos productores, cooperativas, asentamientos, comunidades campesinas, e individualidades de distintos lugares del país comprometidos en la lucha por la revolución agraria. Tiene como propósito impulsar la lucha por la revolución agraria, el poder popular y el socialismo, conciente del papel

¹⁰² *Lanceros e lanceras* é a forma como são chamados os estudantes que participam da Missão Che Guevara.

¹⁰³ Dados sobre a Missão Che Guevara retirados de www.misioncheguevara.gob.ve acessado no dia 7/11/2011.

*crucial que juega el campo para lograr la libertad, la justicia social, y la soberanía alimentaria.*¹⁰⁴

A FNCEZ ainda possui uma militância ativa na denúncia das condutas corruptas dentro do governo e das forças armadas no que tange ao processo de reforma agrária no país, algo que é entendido pelo movimento como um “lamentável desvio dentro do processo da construção da Revolução Bolivariana”.¹⁰⁵

As Milícias Bolivarianas, por sua vez, são instâncias das Forças Armadas dedicadas ao treinamento dos civis a fim de construir uma força social bem treinada e equipada para a defesa da Revolução Bolivariana. No caso das Milícias Campesinas, é realizado o trabalho de proteção aos militantes dos movimentos sociais rurais, que além de receberem ameaças e de sofrerem atentados contra suas vidas, em muitos casos são mortos pelos latifundiários. Ou seja, as Milícias Campesinas são compostas por militares e civis, e neste caso, em grande parte, por trabalhadores rurais ou pequenos proprietários de terras e conformam uma força conjunta na luta pela reforma agrária na Venezuela.

Já prevista na Constituição de 1999, a luta pela erradicação do latifúndio tornou-se uma constante nas legislações do país, tendo em vista a altíssima concentração de terras em poucas mãos. Em seu Artigo 307º, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela determina que o latifúndio é contrário ao interesse social.

Em 2001 o governo toma a decisão de recrudescer a investida contra os latifúndios e decreta a *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*, como vimos no item 3.1.2 deste trabalho. Nesta lei, entre outras coisas ficou determinada a expropriação de terras improdutivas, ociosas e/ou irregulares e de latifúndios, bem como o processo de distribuição de terras aos pequenos produtores, a fim de realizar a reforma agrária e diversificar a economia do país. Vimos que o conjunto de Leis Habilitantes de 2001, e especialmente a referida *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*, gerou a ira dos latifundiários e da oposição e culminou no golpe de 2002.

Porém, esta mesma lei passaria por reformas radicais em maio de 2010 ao ser aprovada pela Assembleia Nacional,¹⁰⁶ onde ficou determinado que o Estado deveria eliminar o latifúndio e a terceirização, por se tratarem de sistemas “*contrarios a la justicia, la igualdad, al interes*

¹⁰⁴ Dados retirados de www.fncez.net.ve acessado no 14\11\2011.

¹⁰⁵ Dados retirados de www.fncez.net.ve acessado no 14\11\2011.

¹⁰⁶ A *Ley de Reforma Parcial em la Ley de Tierras y Desarrollo Agrario* está disponível em www.asambleanacional.gob.ve

general y a la paz social en el campo”. (Artigo 1º). O Artigo 7º tratou de redefinir o que seriam “latifúndios” e “terceirização”:

A los efectos de la presente Ley, se entiende por latifundio toda aquella extensión de tierras que supere el promedio de ocupación de la región y/o no alcance un rendimiento idóneo del 80%. El rendimiento idóneo responderá a la capacidad de uso de los suelos y a la vocación de uso agroproductivo de acuerdo a planes y políticas del Ejecutivo Nacional, en el marco de un régimen que favorezca el bien común y a la función social. Así mismo, a los efectos de la presente Ley, se entiende por tercerización toda forma de aprovechamiento de la tierra con vocación agrícola mediante el otorgamiento a un tercero del derecho de usufructo sobre ésta o el mandato de trabajarla, bien sea a través de la constitución de sociedades, arrendamientos, comodatos, cesión de derechos, medianería, aparcería, usufructo o, en general, cualesquiera formas o negocios jurídicos, onerosos o no, con los cuales el que se atribuye la propiedad de la tierra efectúa su aprovechamiento con la intermediación de un tercero, o lo delega en él. (...) El latifundio, así como la tercerización, son mecanismos contrarios a los valores y principios del desarrollo agrario nacional y, por tanto, contrarios al espíritu, propósito y razón de la presente Ley.

No artigo 35º define-se que terras ociosas são aquelas sem produção agrícola, pecuária, de aquicultura, ou com reservas florestais, ou aquelas que possuam um rendimento idôneo menor que 80%. As terras com uso irregular passariam a ser aquelas cuja utilização resulte contrária ao Plano Nacional de Produção Agroalimentária, aquelas terras que se encontrassem dentro da área de influência de projetos agroprodutivos ou agroecológicos de caráter estratégico desenvolvidos pelo Executivo Nacional, e aquelas terras destinadas à terceirização.

A lei ainda reconhece o direito de adjudicação de terras – ou seja, a transferência da posse das terras – às pessoas aptas para o trabalho agrário, sendo que estas pessoas passam a ter o total direito de usar, gozar e perceber os frutos desta terra. As pessoas “aptas para o trabalho agrário” seriam aquelas que optaram pelo trabalho rural, especialmente para a produção agrícola e desenvolvimento agrário. O direito à propriedade agrária poderá ser transferido por herança, porém, em hipótese nenhuma por qualquer tipo de alienação. (Artigo 12º).

Fica estabelecido ainda que a adjudicação de terras será feita preferencialmente aos trabalhadores que:

tengan la voluntad y la disposición para la producción agrícola en armonía con los planes y programas agrarios del Ejecutivo Nacional, en atención a la función social de la tierra con vocación agrícola y al principio socialista según el cual la tierra es para quien la trabaja. (Artigo 13º).

Ainda tratando a respeito das pessoas que receberiam preferência nos processo de adjudicação de terras, o artigo 14º promulga a preferência às mulheres chefes de família que se comprometam a trabalhar na terra para a manutenção do seu grupo familiar, os campesinos e as campesinas que “*sean ocupantes históricos de las tierras que trabajan en condiciones de ocupación precária*” e ainda aqueles que tenham trabalhado por um período ininterrupto de três anos em terras privadas, sob alguma forma de terceirização. Fica definido ainda no artigo 34º que o regime preferencial de propriedade das terras adjudicadas será a propriedade social.

A disposição legal mais recente sobre o tema é a Lei de Atenção ao Setor Agrícola do dia 25 de janeiro de 2011. Esta lei foi criada para suprir as demandas dos produtores agrícolas afetados em sua capacidade de pagamento dos recursos outorgados pelos bancos privados ou públicos, em decorrência das chuvas que se abateram no país no último trimestre do ano de 2010. A lei estabeleceu mecanismos para a reestruturação das dívidas dos produtores agrícolas, ou o perdão parcial ou total delas, mediante o entendimento de que as chuvas trouxeram consigo uma situação de “*vulnerabilidad y de impactos a la soberanía alimentaria*”. (Artigo 1º).

Dentro do projeto das Missões Sociais, a reforma agrária, a regularização da posse de terras e o financiamento para os pequenos produtores são englobados na *Gran Misión AgroVenezuela* e na *Missão Zamora*. Segundo o governo estas Missões têm como objetivo “*reorganizar la tenencia y uso de las tierras ociosas, con vocación agrícola, para erradicar el latifundio*”, para que seja possível incorporar o pequeno produtor “*a un sistema de producción y comercialización, permitiendo avances en la seguridad y soberanía alimentaria, revirtiendo progresivamente el problema de la propiedad y la falta de productividad del campo*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 36-37).

De acordo com dados oficiais, a *Gran Misión AgroVenezuela* entregou até julho de 2011 mais de 84 mil financiamentos individuais e coletivos a produtores de diversos Estados. Os financiamentos coletivos são concedidos às organizações populares como os Conselhos Comunais, os Conselhos Campesinos, as redes associativas de produtores, as cooperativas, etc.¹⁰⁷

Ainda segundo o governo, de 2003 a 2011 foi regularizada a posse de 6.420.738 hectares de terras, beneficiando 168.421 famílias trabalhadoras. Outro dado importante é fruto de um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Terras, onde verificou-se que dos 6.762.399

¹⁰⁷ Dados retirados de www.minci.gob.ve acessado no dia 15/10/2011.

hectares de terras pertencentes a latifúndios no país no ano de 1998, foram expropriados até 2011, 3.654.681 hectares, o equivalente a 54%.¹⁰⁸

Ainda que boa parte dos alimentos consumidos atualmente na Venezuela continue sendo importada, o país conseguiu realizar um incremento de 44% na produção agrícola desde 1998. Neste ano, a produção agrícola nacional era de 17.160.577 toneladas de alimentos. Em 2010 este número passou para 24.686.180 toneladas. A produção agrícola pecuária do país também sofreu um aumento significativo de mais de 80%, chegando a 4.699.120 toneladas em 2010.¹⁰⁹

4.4.3 Missão *Alimentación*

A Missão Mercal – que depois veio a se chamar Missão *Alimentación* - foi uma resposta direta do governo Chávez frente à escassez de produtos e alimentos fruto dos *paros* petroleiros de 2002-2003. O governo precisava de uma rede para a distribuição dos alimentos que não estivesse ligada às bases opositoristas. Para isso criou a empresa Mercado de Alimentos MERCAL C. A., sob o controle acionário da *Corporación Venezolana Agrária*.¹¹⁰ Outras empresas, todas ligadas ao Ministério da Alimentação, foram vinculadas ao programa de segurança e soberania alimentar. É o caso da CASA (*Corporación de Abastecimientos y Servicios Agrícolas*, que trata das compras nacionais e internacionais de produtos e insumos, e também presta serviços de armazenagem e distribuição da produção agrícola para os pequenos produtores rurais) e da FUNDAPROAL (*Fundación Programa de Alimentos Estratégicos*, que cuida da distribuição de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco nutricional).

Com a rede de distribuição articulada e com os recursos disponíveis, faltava a estrutura organizativa, que comporia a Missão. Para sistematizar o projeto foi designada pelo presidente Chávez uma Comissão Presidencial para o Abastecimento Alimentar. E assim nasceu a Missão Mercal. A intenção do governo era criar “*un sistema de distribución de alimentos que permitiera*

¹⁰⁸ Fonte: MPPAT. Dados retirados de www.venezueladeverdad.gob.ve acessado no dia 03/11/2011.

¹⁰⁹ Fonte: MPPAT. Dados retirados de www.venezueladeverdad.gob.ve acessado no dia 03/11/2011.

¹¹⁰ Segundo dados da própria CVA, esta instituição “*nace bajo la necesidad de crear un organismo cuya función se oriente a luchar por la búsqueda de la soberanía alimentaria y evitar la dependencia por la importación de alimentos. Fue así que un 13 de noviembre del 2001 bajo el Decreto de Ley de Tierras y Desarrollo Agrario, se crea la Corporación Venezolana Agraria (CVA), como un instituto autónomo que, a partir de las políticas, estrategias y directrices emanadas del Ministerio del Poder Popular para la Agricultura y Tierras, tiene como finalidad impulsar el aparato productivo agrario, coordinar y supervisar las actividades empresariales del Estado para el desarrollo del sector agropecuario en el país*”. Dados retirados de http://www.cva.gob.ve/quienes_somos.php acessado no dia 21/10/2011 às 11h24.

afrontar al riesgo de desabastecimiento alimentario”. (PATRUYO, 2008. p. 10). Segundo Hugo Chávez, a Missão Mercal nasceu para “*garantizar alimentos baratos y subsidiados para los más pobres, y alimentos gratuitos para los que no tienen nada*”. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 30). Ainda segundo o presidente:

Mercal plantea una solución integral y a la vez transitoria al problema del hambre: integral, porque se considera como un componente de una situación de exclusión multifactorial, que es abordada por las políticas y misiones sociales bolivarianas; transitoria, porque está destinada a resolver los problemas, en tanto se crean las estructuras y las instituciones que permitan superar las inequidades del capitalismo. (Idem).

Para tanto, foi criado um programa que contempla tanto a alimentação gratuita e os programas de nutrição, quanto a venda subsidiada de alimentos da cesta básica.¹¹¹ A Missão Mercal, atualmente chamada de Missão *Alimentación*, conta com uma estrutura ampla que compreende diversos estabelecimentos para a comercialização destes produtos (rede Mercal); os restaurantes populares, que são locais para a venda de refeições a preços populares; os restaurantes escolares e industriais, que servem crianças e trabalhadores; os programas de educação e recuperação nutricional, que buscam superar o problema da desnutrição infantil no país; e as Casas de Alimentação, que conferem alimentação gratuita às pessoas em situação de extrema pobreza. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 31).

Os pontos de comercialização dos alimentos da cesta básica e de produtos de primeira necessidade compõem a rede Mercal. Nestes estabelecimentos são comercializados obrigatoriamente 31 produtos e outros 100 que são adquiridos de acordo com as características culturais regionais. (D’ÉLIA, 2006. p. 54).

Fazem parte desta rede os pontos de venda fixos e a rede móvel. A primeira modalidade é composta pelos *Mercales Tipo I* e *Supermercales* (que são propriedade da empresa Mercal e são administrados por ela ou por cooperativas) e pelos *Mercalitos*, *Bodegas* e *Mercales Tipo II* (são estabelecimentos associados, integrados à rede sob a modalidade de microempresas ou franquias). A rede móvel é composta pelos *Mercalitos Móviles* (são caminhões que percorrem as áreas de difícil acesso) e pelos *Megamercales* (que são mercados a céu aberto, organizados em

¹¹¹ A redução nos preços dos produtos vendidos na rede Mercal chega a 40%.

coordenação com Estados e municípios, com periodicidade quinzenal).¹¹² (PATRUYO, 2008. p. 17). Até o final de 2006 existiam 15.741 estabelecimentos de venda de alimentos funcionando no país. (Ibidem. p. 16).

As Casas de Alimentação, por sua vez, garantem três refeições a 150 pessoas em situação de extrema pobreza diariamente. Até o ano de 2011, existiam 6 mil Casas de Alimentação que já haviam atendido 900 mil pessoas.¹¹³ São casas alugadas pelo governo onde trabalham voluntariamente 5 pessoas que recebem uma ajuda de custo para isso.

Um ponto apontado como problemático ou de extrema debilidade da Missão *Alimentación* ao longo do ano de 2007 foi a dificuldade em manter os níveis de abastecimento da rede Mercal, o que somado ao “*control de precio y de cambio, ha llevado a una situación de escasez generalizada en productos*”, como leite, carne, frango, açúcar, entre outros. (PATRUYO, 2008. p. 29). Talvez este seja o motivo que explique a queda da porcentagem de pessoas satisfeitas com a Missão *Alimentación*. Thanalí Patruyo nos informa que em 2007 este índice caiu de 74% para 64% em apenas cinco meses. (PATRUYO, 2008. p. 30). Validando as indicações desta autora, dados do próprio governo dão conta de que em outubro de 2011 apenas 46,7% dos usuários estavam satisfeitos com esta Missão, menor índice de satisfação do período.¹¹⁴

Em contrapartida, tanto o montante de vendas diárias da rede Mercal quanto o raio de influência da Missão *Alimentación* e os logros ela conseguiu conquistar demonstram a imensa pertinência deste programa social. Segundo Thanalí Patruyo, em 2007 a média mensal de vendas dos estabelecimentos Mercal era de 130.000 toneladas de alimentos. (PATRUYO, 2008. p. 29). A autora afirma que esta cifra corresponde a cerca de 14% de todos os alimentos consumidos no país, cujo raio de ação chega a “*diez millones de consumidores principalmente de los sectores D y E*”, cerca de 81% dos venezuelanos. (Ibidem. p. 31).

De acordo com dados oficiais, atualmente os venezuelanos consomem cerca de 507 quilos de alimentos por pessoa anualmente, em contraposição aos 400 quilos consumidos em 1998. Outro dado importante no que tange à alimentação e à nutrição é a superação da meta da FAO

¹¹² Até o ano de 2006 existiam também os programas: *Mercal Protección* destinado às pessoas em situação de pobreza que subsidiava 50% do valor de 7 produtos da cesta básica; e *Mercal Máxima Protección*, garantia a entrega gratuita dos produtos da cesta básica às pessoas em situação de extrema pobreza. Segundo Patruyo estes programas foram extintos devido a averiguação de irregularidades tanto no processo de seleção dos beneficiários quanto na distribuição dos benefícios. (PATRUYO, 2008. p. 31).

¹¹³ O programa de Alimentação Escolar já beneficiou mais de 4 milhões de crianças. Informações retiradas de: www.minci.gob.ve no dia 17\10\2011 às 16h45.

¹¹⁴ Informações retiradas de: www.minci.gob.ve no dia 17\10\2011 às 16h45.

(Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para o consumo de calorias diárias. A FAO indica que o consumo mínimo de calorias diárias por pessoas deve ser de 2.700. Porém, desde 1980 a Venezuela esteve abaixo deste índice, conseguindo superá-lo apenas em 2009. Neste ano o país atingiu o consumo de 2.790 calorias diárias por pessoa.¹¹⁵

¹¹⁵ Na Europa e nos Estados Unidos o consumo de calorias diárias chega a 3.300 por pessoa. Na Ásia, América Latina e África esta média é de apenas 2.200 calorias. Dados retirados de www.venezueladeverdad.gob.ve acessado no dia 03/11/2011.

4.5 Habitação

O setor habitacional na Venezuela sempre foi um dos mais defasados em termos de atendimento à população mais pobre. As primeiras propostas de reformulação deste setor durante o governo de Hugo Chávez vieram após uma intensa chuva ocorrida em 1999, quando o governo decidiu impulsionar a transferência da população que vivia nas zonas de risco para áreas menos povoadas do país. A idéia era realizar a migração inversa impulsionando a industrialização destas áreas e construindo a infraestrutura necessária para que as pessoas pudessem viver ali.

Richard Gott (2004) transcreve um relato do presidente Chávez, onde este discorre a respeito do projeto inicial para o setor de habitação:

Nossa idéia básica era descentralizar o país e dispersar as pessoas para reverter o fluxo migratório (...). A idéia consiste em reforçar os “caminhos da migração inversa” para que ajude a justificar e a estimular a estratégia de descentralização. Obviamente, isso não é fácil. Não se pode chegar em um bairro e dizer às pessoas que devem mudar-se para o Sul, e depois deixar que elas resolvam os problemas, e sobrevivam como puderem. (...) Haverá educação lá, haverá atendimento médico lá, haverá esporte lá, haverá terra para serem trabalhadas lá. O “Projeto País, Comunidades Agroindustriais Sustentáveis” é um dos projetos que estamos executando atualmente. Começamos há um ano, mas a catástrofe de dezembro deu-nos a oportunidade de fazer algo mais ambicioso. Para ser honesto, no ano passado, poucas pessoas queriam deixar as cidades. (...) Agora, temos pelo menos cem mil pessoas que a natureza obrigou que se mudassem. Desta vez, sabem que não se trata de palavrório. Perceberam que, na verdade, estavam correndo um grande risco. Viveram na própria pele a experiência da morte, tiveram que enterrar seus parentes... (GOTT, 2004. p. 34-36).

Esta preocupação se fez presente também nos projetos programáticos e nas linhas estratégicas divulgados pelo governo. Como vimos no capítulo anterior, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2007-2013 estabeleceu como uma das diretrizes prioritárias a serem seguidas pelo governo bolivariano a construção de uma nova geopolítica nacional, pautada na descentralização industrial, produtiva e populacional dos eixos litorâneos do país, priorizando o desenvolvimento de áreas menos povoadas do país¹¹⁶. No Plano Nacional

¹¹⁶ As principais regiões onde se pretendia implantar a descentralização territorial eram os eixos: Ocidental, Oriental, Norte-Costeiro, Orinoco-Apure (Orinoco e Apure são dois rios que se cruzam na região central do país, entre os Estados de Guárico e Bolívar) e Norte-Llanero (Llanero: referente às planícies). Nestas regiões se impulsionaria as atividades produtivas que priorizassem a produção de alimentos e de bens de consumo. Ao eixo Norte-Llanero é atribuída maior importância para o desenvolvimento do projeto devido à sua posição territorial privilegiada.

Simón Bolívar esta idéia é denominada como “quarto motor da revolução”. Vale relembrar uma passagem já citada neste trabalho, onde o governo determina que:

La modificación de la estructura territorial se inscribe en un horizonte temporal de mediano y largo plazo, requiriéndose esfuerzos sostenidos y coherentes de gestión pública, planificación estratégica y movilización de actores políticos y fuerzas sociales con una visión geoestratégica compartida en función de lograr un nuevo sistema económico-productivo, diversificado e integrado, tanto funcionalmente como territorialmente, así como la inclusión social a través de la incorporación de espacios y actividades productivas bajo regímenes de producción social, cooperativos, asociativos y solidarios donde la participación protagónica y corresponsable signe las nuevas relaciones de producción cuyos resultados sean acumulables y favorezcan la modificación de los patrones de asentamiento. (R. B. de VENEZUELA, 2008a. p. 60).

Porém, o maior projeto do governo para este setor veio à tona com as Missões Sociais. A fim de suprir o grande déficit habitacional do país¹¹⁷, o governo bolivariano criou em 2004 a Missão *Habitat-Vivienda*, cujo objetivo seria lograr uma moradia digna para todos os venezuelanos até o ano de 2021. Segundo o governo,

con el reto de lograr para el año 2021 una vivienda digna para todos los venezolanos, la Misión Hábitat se implementará prioritariamente por medio del traspaso de los recursos, herramientas y capacitación a las comunidades para que ellos mismos autogestionen el rescate y desarrollo del hábitat social y ambiental en que se desenvuelven sus vidas. Así, propone la transformación de la ciudad y la democratización de la propiedad, bajo modalidades de corresponsabilidad y cogestión de las comunidades en la transformación de los barrios. En ese contexto, la participación protagónica de las comunidades se traduce en un cogobierno con las instituciones del Estado para la planificación, contraloría, producción y construcción de su hábitat, fortaleciendo el poder local y el cooperativismo. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 28-29).

Até 2006, esta Missão contemplava a reforma das moradias precárias e construção de novas moradias, a transferência de pessoas que moravam em situação de risco para áreas seguras, e a transformação integral dos assentamentos humanos e o desenvolvimento de novas cidades, ambos pautados a idéia de comunidades planejadas, com acesso aos serviços públicos, como educação, água, luz, saúde. Porém, em 2007 o governo anunciou a criação da Missão *Villanueva*.

¹¹⁷ No ano de 2001 segundo dados do Instituto Nacional de Estadísticas, havia um déficit habitacional de 1 milhão 800 mil moradias, além dos 60% de moradias já existentes mas que se encontravam em absoluto mau estado de conservação. Somando os dois índices chegou-se à indicação de que era necessário construir e\ou reformar mais de 2,5 milhões de moradias. (D'ÉLIA, 2006. p. 122).

Assim, o plano habitacional do governo se dividiu em: construção e recuperação de moradias com a missão *Habitat-Vivienda*, e a recuperação e criação de novas cidades, pautadas na concepção de “habitat integral”, que ficou a cargo da Missão *Villanueva*. Esta concepção diz respeito à criação de cidades onde haja condições de vida dignas e acesso aos serviços públicos para todos, e não apenas para uma minoria privilegiada. Buscava-se também construir novas cidades em zonas pouco povoadas do país, a fim de reverter o fluxo migratório e seus efeitos. “*Es una concepción que traspasa las cuatro paredes de la casa, en función de consolidar asentamientos poblacionales más humanos, productivos y solidarios*”. (R. B. de VENEZUELA, 2006b. p. 28-29).

A Missão *Villanueva*, conjuntamente com a Missão *Habitat-Vivienda*, impulsionaram a criação de novas cidades pautadas nestes princípios. São espaços urbanos para onde são alocadas famílias sem moradias dignas ou que perderam suas casas nas diferentes catástrofes naturais pelas quais o país passou. São construídos apartamentos – cuja posse é transferida para as famílias, logo após o término das obras – e toda a infraestrutura urbana e de serviços. Exemplos deste empreendimento são: a cidade Mariche (já habitada pela população que sofreu com as enchentes no município de Sucre em 2009) e a cidade Camino de los Índios (que poderá ser habitada a partir de 2012, ano previsto para o término das obras).

Para conseguir colocar em prática as metas dos planos habitacionais, o governo decretou um conjunto de leis. A *Ley del Régimen Prestacional de Vivienda y Habitat* de 2005 determina que o Estado venezuelano deve garantir moradia e habitat dignos, sãos, seguros e ecologicamente equilibrados e que humanizem as relações familiares e comunitárias. Passam a ser responsáveis pela garantia deste direito tanto o Estado quanto os cidadãos. (Artigo 1º). A presente lei garante a participação ativa, protagônica, deliberante e autogestionada de todos os cidadãos e em especial, das comunidades organizadas, a fim de assegurar os meios para lhes garantir o direito e o dever constitucional de contribuir de maneira corresponsável com a satisfação progressiva do direito à vida e a um ambiente dignos. (Artigo 9º).

A *Ley de Tierras Urbanas* de agosto de 2009, por sua vez, tem como objetivo regular a posse de terras urbanas sem uso, aptas para o desenvolvimento dos programas sociais de moradia e habitação. Nesta lei ficou estabelecido que as terras urbanas têm função social, e que as terras urbanas sem uso passam a ser de utilidade pública. As terras urbanas que possuam imóveis em risco de desabamento ou em ruínas, ou que se encontrem inabitadas ou em situação inabitável,

poderão ser adquiridas pelo Estado. Esta aquisição será feita pela via da compra com base nos preços de mercado, nos casos em que o proprietário se manifestar. Caso não se encontre o proprietário do imóvel ou o mesmo não se manifeste em um prazo determinado, o imóvel passará a fazer parte do patrimônio da República. A lei prevê ainda que a comunidade organizada poderá apresentar denúncias por escrito de terras urbanas sem uso às instâncias estatais competentes.

Outra lei sobre o tema é a *Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos o Periurbanos* de 2011. Esta lei surgiu de uma demanda apontada pelos Comitês de Terras Urbanas (CTU), e seu objetivo é regular e desburocratizar o processo de adjudicação de posse das terras urbanas nas quais existam pessoas residentes. (Artigo 1º).

Para a concreção desta Missão, foi dada grande importância às associações cooperativas e às comunidades organizadas. As cooperativas de trabalhadores para a construção civil ganharam muita relevância com a implantação desta Missão. Segundo Patruyo, (2008; 69) somente no ano de 2005 foram contratadas 427 cooperativas em todo o país para colocar em marcha a *Misión Habitat-Vivienda*.

Um bom exemplo da participação das comunidades organizadas nos programas sociais do governo são os Comitês de Terras Urbanas (CTU), que adquiriram personalidade jurídica a partir do decreto nº 1.666 de 2002. Segundo Patruyo,

Los CTUs definidos como modelos de organización horizontales y autónomos, tienen como objetivo realizar todas las actividades necesarias para lograr la adquisición del título de propiedad de la tierra de un sector o comunidad, así como buscar soluciones a los problemas de tipo urbano. (Ibidem. p. 68).

Os CTUs são independentes e nasceram antes mesmo das Missões da área de habitação. Porém, exercem um papel fundamental para o desenvolvimento destas e na luta para suprir o déficit habitacional do país. Em contrapartida, as Missões que tratam do tema colaboram para o fortalecimento dos CTUs e do trabalho empreendido por eles.¹¹⁸

Outra forma de organização é o trabalho voluntário de “brigadistas” para a construção das casas. O trabalho de construção nestes projetos é voluntário, pois é a própria comunidade quem o realiza, mediante a modalidade de “auto-construção”. Esta modalidade de construção de moradias já estava prevista na *Ley del Régimen Prestacional de Vivienda y Habitat* de 2005 (Artigo 95º) e

¹¹⁸ Trataremos dos Comitês de Terras Urbanas de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

conta com o apoio dos Conselhos Comunais para levar adiante os projetos. Está ligada fundamentalmente ao trabalho dos Conselhos Comunais, que identificam sua necessidade habitacional, elaboram um projeto¹¹⁹ e um plano orçamentário, e o encaminham para os órgãos competentes do Estado, que fazem o repasse das verbas. Os Conselhos Comunais requerem dos poderes públicos a assessoria técnica da qual irão necessitar e a partir daí, autogestionam seus projetos, que levam cerca de três meses para serem finalizados e entregues aos novos moradores: pessoas da própria comunidade que recebem o título de propriedade. Apenas no Estado de Lara até outubro de 2011, foram entregues 662 casas construídas mediante a modalidade de autoconstrução.¹²⁰

A partir de 2011, o governo lançou o projeto de aglutinar algumas Missões que atuavam nas mesmas áreas, criando o que foi denominado de “*Grandes Misiones*”. Segundo Hugo Chávez, o governo estaria impulsionando “*nueva etapa de programas sociales*”, onde as Missões já não seriam apenas para enfrentar contingências, pois possuiriam uma estratégia mais ampla.¹²¹

Foi o que aconteceu em fevereiro de 2011 com as Missões *Vivienda-Habitat* e *Villanueva*, que se transformaram em uma única: a *Gran Misión Vivienda Venezuela* (GMVV). A criação da GMVV pode ter sido impulsionada pelas fortes chuvas que ocorreram em outubro de 2010 no país. A catástrofe natural deixou milhares de desabrigados. Na ocasião, Chávez anunciou um plano de emergência para a construção de moradias com um investimento inicial de 1,5 bilhão de dólares.¹²²

A GMVV planeja construir 2 milhões de moradias entre 2011 e 2017, montante que, segundo o governo, cobriria o déficit habitacional venezuelano.¹²³ Apenas entre janeiro de 2011 e agosto do mesmo ano foram construídas e entregues 45.000 casas ao mesmo número de famílias em todo o país.¹²⁴

¹¹⁹ Os projetos devem seguir as exigências da Missão - uma sala, dois quartos, uma copa-cozinha e um banheiro – porém o projeto arquitetônico pode ser elaborado livremente.

¹²⁰ Informações retiradas de <http://www.mvh.gob.ve> acessado no dia 21/10/2011 às 14h57.

¹²¹ Informações retiradas de: www.minci.gob.ve acessado no dia 17/10/2011 às 16h45

¹²² Informações retiradas de www.vermelho.org acessado no dia 07/09/2011.

¹²³ Retirado de www.minci.gob.ve acessado no dia 18/11/2011.

¹²⁴ Informações retiradas de <http://www.mvh.gob.ve> acessado no dia 21/10/2011 às 14h57.

4.6 A contribuição das Missões para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana

As Missões Sociais são atualmente as políticas sociais do governo bolivariano mais presentes na Venezuela. Constituem uma estrutura de política pública alternativa à estrutura tradicional e demonstraram uma alta capacidade de intervenção social e de desburocratização do aparato estatal. Sua estrutura menos rígida e dotada do pressuposto da participação popular possibilitou a conquista de diversos avanços sociais, como o declínio nada desprezível dos índices de analfabetismo, de pobreza, de indigência, de desemprego, de desnutrição; o aumento dos índices de qualidade de vida, de moradia, etc.

Porém, a principal contribuição das Missões Sociais para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana é o incentivo e o fortalecimento das organizações populares, bem como a consolidação da idéia de que os logros sociais advindos com as Missões são fruto do trabalho e da militância destas organizações. Jorge Giordani (2008) considera que um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento das Missões na Venezuela é a *“relación de pertenencia que los ciudadanos tengan de las mismas”*. (GIORDANI, 2008. p. 139). Segundo o autor, as Missões são *“poseídas por la población como algo suyo, que les pertenece como tales”*. (Idem).

Yolanda D’Élia (2006) encaminha a análise no mesmo sentido afirmando que:

Las organizaciones y los beneficiarios de las Misiones sienten que las instituciones del Estado no son los autores de los logros alcanzados. Han sido las comunidades y el personal en servicio, que vive dentro de las comunidades, los verdaderos protagonistas. Las Misiones y el esfuerzo organizativo para lograr su funcionamiento son un bien apropiado por las comunidades. (D’ÉLIA, 2006. p. 215).

As organizações populares na Venezuela, em alguns casos, são precedentes às Missões. Todavia, esta política social impulsionou e fortaleceu as organizações populares já existentes e fomentou a criação de outras mais. Os Comitês de Terras Urbanas, por exemplo, foram criados em 2002 e desde então possuíam participação ativa nas reivindicações relacionadas à posse de terras urbanas. Porém, com o nascimento da Missão *Habitat-Vivienda* esta organização ganhou protagonismo nesta área e colaborou com o desenvolvimento do projeto. Configuração semelhante encontramos no desenvolvimento das Mesas Técnicas de Água, dos Conselhos Comunais, dos Comitês de Saúde. Todas organizações populares que se desenvolveram ao redor das Missões Sociais.

No capítulo que segue trataremos de cada uma delas buscando delimitar seu raio de ação, sua configuração e sua relevância para o processo revolucionário. Porém, o que se pode adiantar a respeito da relação entre estas organizações e as Missões é que esta última tratou de difundir a idéia da necessidade imperativa de constituir maiores esferas de organização popular no país, idéia que pode ter sido tão bem aceita e empreendida por conta da própria configuração das Missões. Ou seja: uma estrutura bastante maleável, que comporta diferentes formas de intervenção e participação popular e a partir da qual os militantes envolvidos conseguem visualizar os frutos de seu trabalho e de sua luta, através dos avanços sociais acima mencionados e da proliferação de outras organizações similares.

Segundo José Virtuoso (2006), as Missões não são apenas um mecanismo de distribuição de recursos, mas são ao mesmo tempo, um projeto que busca *“promover capacitación y organización comunitaria, para que sea la misma comunidad la que, a través de su propia participación, gestione los procesos relativos al mejoramiento de su calidad de vida”*. (VIRTUOSO, 2006. p. 305-306). Ainda segundo o autor:

Las misiones buscan como objetivo transversal promover el ejercicio del protagonismo popular mediante la autogestión, la cogestión, la acción cooperativa, etc... Se trata pues de un reconocimiento más de fondo que la sola condición de excluido; se está reconociendo de esta forma el carácter de actor privilegiado que tienen los sectores populares en la dinámica del desarrollo y en la construcción de una democracia incluyente, directa, integral. (Idem).

As Missões Sociais Bolivarianas possuem papel decisivo para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana e para a compreensão desta. As Missões comportam em si o projeto da Revolução que busca construir uma sociedade onde haja educação, saúde e cultura para todos e onde a participação política e a mobilização popular tenham intervenção efetiva no aparato do Estado. Segundo o governo, as Missões são *“un modelo político, social y cultural revolucionario de políticas públicas, que relaciona la agilización de los procesos gubernamentales con la participación directa de la colectividad nacional”*, e são ainda um *“modelo que busca refundar la República mediante la participación directa de los actores sociales”*. (R. B. de VENEZUELA, 2007f. p. 8).

Yolanda D’Élia também considera que as Missões Sociais não são apenas um programa social para a garantia de direitos. A autora afirma que as Missões *“se traducen en nuevas reglas de interacción y organización de la sociedad, con un gran componente simbólico”*. (D’ÉLIA,

2006. p. 212). O que Yolanda D'Élia entende como “componente simbólico” nós entendemos como componente ideológico. Assim, o que de mais interessante a experiência das Missões tem demonstrado é que as classes trabalhadoras do país fizeram germinar a semente da mobilização e organização política classista e da ideologia bolivariana.

As Missões, bem como algumas outras formas de organização popular – como as Comunas -, fomentam a idéia de que os trabalhadores organizados podem definir prioridades, lutar por elas e serem responsáveis pela transformação de sua realidade. As Missões quando comparadas às Comunas, por exemplo, possuem uma característica dissonante que é fundamental para compreendermos sua configuração: as Missões possuem um grau de autonomia em relação ao Estado muito menor quando comparadas às Comunas. O que implica no fato de que a esfera de ação revolucionária das Missões seja absolutamente limitada.

Há, inclusive, no país um movimento de transferência gradual do protagonismo do processo: das Missões para as Comunas. Podemos perceber este fato ao considerarmos que há uma Missão que busca a proliferação e a consolidação das **Comunas como instâncias de organização popular privilegiadas do movimento revolucionário**. Trata-se da Missão 13 de abril, criada em 2008¹²⁵.

Isto nos remete às declarações do governo de que a maior parte das Missões possui caráter temporário. Assim, é plausível indicar que o governo bolivariano, ponto nevrálgico de todo o movimento bolivariano, compreende que as Missões são um instrumento para diminuir os flagelos sociais frutos dos anos de neoliberalismo e são também um instrumento para fomentar o protagonismo popular e materializar a idéia de que os trabalhadores devem se organizar e, como disse Karl Marx, tomar as rédeas de seu destino. Porém, após terem contribuído para a construção de bases objetivas e subjetivas que possibilitem o recrudescimento do movimento bolivariano, o papel das Missões Sociais estará cumprido e elas poderão ceder lugar a novas formas de organização e intervenção política das classes trabalhadoras que reivindiquem a idéia da própria superação do Estado.

¹²⁵ A Missão 13 de abril nasceu em 2008, no dia em que se comemorou seis anos da volta do presidente Chávez à presidência após o golpe de Estado ocorrido em abril de 2002. O objetivo desta Missão é fortalecer o Poder Popular através da construção de Comunas Socialistas.

Capítulo V – ORGANIZAÇÕES POPULARES LOCAIS E PODER POPULAR: DOS “BARRIOS” ÀS COMUNAS

(...)

De pie, cantar

Que vamos a triunfar.

Avanzan ya

Banderas de unidad.

Y tú vendrás

Marchando junto a mí

Y así verás

Tu canto y tu bandera florecer,

La luz

De un rojo amanecer

Anuncia ya

La vida que vendrá.

 (...)

Quilapayún. El Pueblo unido jamás será vencido.

5.1 Democracia participativa e protagônica, poder popular e algumas experiências

5.1.1 A importância dos “barrios” para a construção do poder popular na Venezuela

Os movimentos populares em busca de uma maior participação nas políticas públicas e de fomento às instâncias de autogoverno começaram a se organizar na Venezuela ainda no início da década de 1980 – com as Assembléias de Bairros e Associações de Vizinhos, por exemplo -, mas foi a partir da instauração da Constituição de 1999 que o Estado passou a estimular e a reconhecer as organizações populares como instâncias aptas para a gestão de suas próprias comunidades.

Vimos no capítulo 3 que dentre as inúmeras modificações advindas com a Constituição de 1999 houve a proposição de um modelo de democracia que buscava se distinguir daquele vigente sob as diretrizes do Pacto do *Punto Fijo*. Este novo modelo de democracia ficou conhecido como “democracia participativa e protagônica” e seria uma forma de mobilização e intervenção política do povo venezuelano, que abarcaria tanto a esfera representativa quanto a criação e consolidação de instâncias de democracia direta – direitos assegurados pelo Artigo 62º da Carta Magna. Ainda neste referido artigo determina-se que:

La participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica. (R. B. de VENEZUELA, 2006a. p. 152).

No âmbito da democracia representativa o texto constitucional inovou ao instituir, entre outras coisas, que todos os mandatos conferidos via processos eleitorais passavam a ser revogáveis (Artigo 72º). Porém, segundo o governo, era necessário ir além da democracia representativa, pois esta seria “*el sistema político perfecto para la supervivencia del capitalismo*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007g. p. 19). Assim, o texto constitucional possui como marco fundamental de inovação o fomento à criação de formas de auto-gestão política e produtiva da comunidade organizada. No Artigo 70º da Constituição são definidas as formas de participação política, social, econômica e produtiva:

Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico: las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad. (R. B. de VENEZUELA, 2006a. p. 154-155).

O Artigo 184º, por sua vez, determina que os Estados e Municípios da Federação descentralizem e transfiram às comunidades e grupos sociais organizados os serviços geridos pelos primeiros, como, por exemplo, saúde, educação, habitação, programas sociais, construção de obras e prestação de serviços públicos. Atribui ainda às comunidades organizadas a função e o direito de fazer propostas de investimentos, de controle dos serviços e recursos públicos, de criação e gestão de empresas de propriedade social.

Para consolidar as determinações constitucionais foram postos em prática um conjunto de leis¹²⁶ e as Missões Sociais, que conformaram uma ampla estrutura social e institucional que disseminou a ideia de que a comunidade organizada era capaz de identificar seus problemas, propor e gerir os projetos para o enfrentamento destes.

Foi a partir destes impulsos que as organizações populares se fortaleceram, ganharam amplitude e força política. López Maya (2009) afirma que estas organizações “têm crescido em número e amplitude”, conformando uma “dinâmica de mobilização e organização popular com raros antecedentes na política do país”. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 316). Porém, não foram quaisquer tipos de organizações populares que se expandiram a partir deste processo: foram as organizações populares locais, aquelas cuja centralidade, tanto física quanto reivindicativa, se encontra na própria comunidade, nos *barrios*¹²⁷. Os *barrios* venezuelanos possuem um papel fundamental na formação e organização política das classes trabalhadoras do país.

Andrés Antillano (2005) nos indica que as iniciativas institucionais listadas acima devem ser entendidas como políticas “*que, abandonando el modelo anterior de negación, indiferencia o incluso tentativa de eliminación de los barrios, los reconoce como parte de la ciudad, y enfila los esfuerzos por su incorporación a la trama urbana*”. (ANTILLANO, 2005. s\nº). O excerto que segue demonstra a experiência vivida por Santiago Arconada, militante de uma organização popular chamada Mesa Técnica de Água e demonstra o “esquecimento” ao qual os *barrios* foram submetidos ao longo da história da Venezuela:

Durante mucho tiempo la actitud del Estado venezolano había sido el desconocimiento de los barrios, y ese desconocimiento tenía una manifestación tan concreta como “tú no estás en el mapa”, “tú no entras en el mapa”, “tú no estás considerado”. Hasta 1989 el mapa oficial de Caracas, del Centro Simón Bolívar, que fue durante mucho tiempo el organismo gubernamental que de alguna manera – aunque la palabra queda grandísima – se encargaba de Caracas, tenía para la parroquia en la cual yo vivo, que es una parroquia muy poblada, entre 250.000 y 300.000 habitantes, aparecía en el mapa descrito como zona verde. Era muy importante la aglomeración de barrios que había en esa zona, pero para el Estado, como no había dado permiso para estar allí, no se estaba ahí, esa realidad no era reconocida. (ARCONADA, 2006. s\nº).

¹²⁶ C.f.: *Ley que crea el Fondo Intergubernamental para la Descentralización* (2000); *Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública* (2002); *Ley Orgánica del Poder Público Municipal* (2005); *Ley Orgánica de Planificación Pública y Popular* (2010); entre outras.

¹²⁷ *Barrios* são os bairros pobres da Venezuela, equivalentes no Brasil às favelas. Os bairros ricos, em contrapartida, são chamados de *urbanizaciones*.

Segundo José Virtuoso (2006), a sociedade venezuelana vem observando uma mudança qualitativa na maneira de encarar os *barrios* e de se relacionar com eles, em uma construção política-ideológica onde se busca “*potenciar los haberes y el aprendizaje de la cultura popular como potenciales de desarrollo y superación*”. (VIRTUOSO, 2006 p. 306). De acordo com o autor, até a eleição de Hugo Chávez os *barrios* eram territórios marginais e seus habitantes eram excluídos da sociedade civil, como percebe-se também a partir do relato da experiência vivida por Santiago Arconada. Todavia, com o advento do movimento bolivariano enquanto governo os *barrios* tomaram centralidade nas políticas sociais e nas novas formas de organização popular.

Segundo Beatriz Fernandez Cabrera (2009), o *barrio* foi recuperado politicamente neste momento como uma “referência espacial de formas sociais para reorganizar o poder estatal desde baixo, sendo territórios sociais ou entornos imediatos de atuação que permitem a apropriação, por parte dos vizinhos, da administração de seu bem-estar coletivo”. (FERNANDEZ CABRERA, 2009. p. 102). A autora considera ainda que estes espaços de atuação popular trazem uma especificidade peremptória: estão impregnados por “práticas políticas e aspirações emancipatórias”. (Ibidem. p. 103).

Segundo o governo bolivariano:

El escalón fundamental de la Revolución Bolivariana se sitúa hoy en lo local (en lo municipal, en lo parroquial y especialmente en cada comunidad). Es allí, en las comunidades urbanas y rurales, donde chocan más directamente los intereses “apropiadores” y representativos de la vieja “cultura capitalista” partidista contra los esfuerzos socialistas, participativos y protagónicos populares. Es allí donde se construye el Poder Popular, la toparquía planteada como tesis por el Maestro Simón Rodríguez. Es allí, donde se gana o se pierde la base social de apoyo a la Revolución. (R. B. de VENEZUELA, 2011b. p. 5 – grifos meus)

Podemos perceber a partir do excerto acima que, de acordo com o governo, a principal esfera de desenvolvimento da Revolução Bolivariana é, sobretudo, a comunidade. Entendendo que a principal força política da Revolução Bolivariana são as comunidades pobres, é possível afirmar que, de acordo com estas diretrizes, é nos *barrios* que se “*construye el Poder Popular*”.

Guilhermo Caviasca (2007) define poder popular como “*un poder a ejercer sobre las clases opuestas al cambio y como una capacidad de hacer con que las clases oprimidas liberarán sus potencialidades hoy subsumidas bajo la hegemonía de las clases dominantes*”. (CAVIASCA, 2007. p. 37). Para Caviasca, poder popular está estritamente relacionado com a

ideia gramsciana de luta por hegemonia, ou seja: poder popular seria uma forma encontrada pelas classes trabalhadoras de desenvolver, segundo suas próprias potencialidades e meios, forças políticas, sociais, culturais e militares que questionem e coloquem em cheque “*la capacidad de las clases dominantes de desarrollar su hegemonía sobre el conjunto de la sociedad, no sólo el poder del Estado*”. (Ibidem. p. 39).

O autor reitera o referencial de luta hegemônica, pois, segundo ele, os instrumentos de dominação da classe dominante não residem apenas no Estado em sentido estrito, implicando, desta forma, que o movimento revolucionário construa bases ideológicas e políticas disseminadas em todo o conjunto da sociedade, ou o que ele chamou de “acumulação política originária”. Assim, o poder popular seria um acúmulo político, social, ideológico, cultural, militar, etc., necessário para lograr mudanças no conjunto do sistema social. (Ibidem. p. 60).

Cabe realizarmos uma articulação entre a noção de poder popular e o conceito de ofensiva socialista. De acordo com István Mészáros, a ofensiva socialista é o processo de instauração de reformas estruturais baseado na construção de bases objetivas e subjetivas sólidas que sejam capazes de realizar um enfrentamento e uma oposição radical ao sistema sociometabólico do capital a partir de um movimento extra-parlamentar de massas. Mészáros afirma recorrentemente a necessidade imperativa de que este movimento consiga extrapolar uma única esfera de ação, pois tendo em vista o caráter global e globalizante do capital, uma ofensiva socialista deve abalar todas as esferas de dominação deste: a cultura, a economia, a produção material e o Estado em sentido estrito. Ou seja, uma ofensiva socialista somente pode ser compreendida como tal se for capaz de realizar uma luta sistemática contra o capital em todas as instâncias da vida humana e a partir de um movimento das classes trabalhadoras.

Conseguimos perceber, assim, a relação íntima entre ofensiva socialista e poder popular. O poder popular – entendido como a força política, cultural, social e material da classe trabalhadora na luta hegemônica contra as forças do capital – pode ser considerado um fundamento teórico e um imperativo prático para uma ofensiva socialista, ou seja, para o processo de implementação de reformas e transformações na estrutura do sistema sociometabólico do capital.

Guilhermo Caviasca traz a experiência venezuelana para este debate:

Un dato particular (...) es el de la Venezuela actual, donde parece desarrollarse una experiencia en la cual se trabaja en el fortalecimiento del Estado

paralelamente con la generación y fortalecimiento de instancias institucionales de naturaleza radicalmente diferente, reales bases de poder popular. La multiplicación de organizaciones sociales, sindicatos populares, radios y TV comunitarias, organismos de autodefensa y defensa miliciana, comunas, etc., en algunos casos embrionarios pero en todos alentados desde el chavismo en el gobierno, es realmente novedoso. Es como si, a contrapelo de las experiencias revolucionarias anteriores, el gobierno popular impulsara desde el Estado clásico la existencia de un doble poder¹²⁸ que se plantee estratégicamente alternativo a las antiguas (y aún hegemónicas) instituciones burguesas estatales y de la sociedad civil. (CAVIASCA, 2007. p. 44-45 – grifos meus).

Assim, o que segue neste capítulo é a descrição de algumas experiências de mobilização e organização política das classes trabalhadoras na Venezuela, como construções político-sociais das quais emana o poder popular e que fundamentam o desenvolvimento de uma ofensiva socialista no país.

Como vimos, os *barrios* foram fundamentais para o desenvolvimento das primeiras formas de organização popular da Venezuela e para a formação político-ideológica de suas classes trabalhadoras. Estas organizações populares nasceram fundamentalmente para lutar por questões como as condições de habitação e moradia, acesso à água potável e à luz elétrica, entre outras. Segundo Andrés Antillano (2005; s/nº), estas reivindicações contribuíram para “*enunciar y forjar el itinerario de lucha de los barrios caraqueños*”.

É fundamental entender o que significam os *barrios* para a conformação das organizações populares e para o próprio desenvolvimento da Revolução Bolivariana. Não é um mero acaso o fato de as principais organizações ou movimentos populares do país (ou pelo menos os mais reivindicativos) possuírem centralidade nos *barrios* e, claro, nas cidades.

Esta especificidade venezuelana vem sendo alvo de reflexão por parte de alguns teóricos. Andrés Antillano (2005), por exemplo, demonstra a relação intrínseca entre a luta nos *barrios* e a

¹²⁸ Guillermo Caviasca afirma que uma situação de “duplo poder” ocorre quando uma classe avança “*hacia el corazón de las estructuras que hacen al funcionamiento mismo de una sociedad moderna*”, e por isso, esta situação “*implica el debilitamiento del viejo Estado y la vieja sociedad*”. (CAVISCA, 2007. p. 46). Guillermo Caviasca ao se valer da noção de “duplo poder” recorre a Leon Trotski em “A história da Revolução Russa”. De acordo com Trotski, “o regime de dualidade de poderes só é possível em épocas revolucionárias e constitui mesmo uma das características fundamentais destas”. (TROSTKI, 1967. p. 184). Ainda segundo Trotski, “o mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para a outra. (...) A preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É este o ponto de partida da dualidade de poderes, em qualquer revolução”. (Ibidem. p. 184-185). C. f.: TROTSKI, LEON. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

luta pela “inclusão” destes à cidade. Segundo o autor, os *barrios*, historicamente excluídos do espaço urbano formal, se organizaram em movimentos populares cujas reivindicações (água, luz, esgoto, moradia digna) buscavam fazer com que estes espaços fizessem efetivamente parte da cidade através do acesso às tecnologias e aos direitos sociais que ela deveria oferecer. Segundo Antillano:

Los barrios, resultados de la segregación espacial, también son consecuencia de la resistencia a esa segregación, de la lucha por el derecho a la ciudad, y quizás incuben en ellos elementos alternativos a tales dinámicas segregadoras. Así que el reconocimiento e inclusión de los barrios supone también la lucha por la democratización de la ciudad. (...) Desmantelar las barreras invisibles que delimitan una ciudad fragmentada, llena de guetos, para construir una ciudad de ciudadanos. (ANTILLANO, 2005. s\pº).

Porém é possível afirmar que a luta pela inclusão dos *barrios* às cidades e pela conquista da cidadania extrapolou seus próprios limites e hoje abarca a busca pela construção de uma nova maneira de se relacionar com o outro, com a natureza, com a produção material: pela construção de uma nova cidade e de uma nova sociedade. Com o desenvolvimento da Revolução Bolivariana as lutas das organizações populares locais extrapolaram os limites das reivindicações e conquistas circunscritas à esfera da cidadania burguesa, apontando para um caminho muito mais abrangente.

Veremos neste capítulo como este movimento ascendente se desenvolveu.

5.1.2 Mesas Técnicas de Água

As Mesas Técnicas de Água (MTA) são organizações comunitárias onde a população se reúne e busca conjuntamente e com o apoio dos técnicos das empresas de abastecimento soluções para os históricos problemas de distribuição de água potável e de saneamento básico. Santiago Arconada (2006) afirma que as MTAs, bem como os Conselhos Comunitários de Água¹²⁹, foram iniciativas de organização popular formuladas e implementadas fundamentalmente nas “*comunidades de áreas de desarrollo urbano no controlado*”, que segundo o autor é “*una forma elegante de llamar a los barrios y a las comunidades más pobres*”. (ARCONADA, 2006. s\pº).

¹²⁹ As Mesas Técnicas de Água são as organizações locais: da rua, do bairro. Os Conselhos Comunitários de Água são o agrupamento de diferentes Mesas Técnicas a fim de intervir politicamente nas instâncias municipais ou regionais de governo.

Segundo Margarita López Maya (2009), as MTAs são “organizações populares com antecedentes prévios ao governo de Chávez”, pois iniciaram seu ativismo no início da década de 1990 no município Libertador. (LÓPEZ MAYA, 2009. p. 317). Porém, foi apenas em 1999 que se constituíram em organização popular sistematizada e com capacidade efetiva de intervenção política. Ainda segundo López Maya, as MTAs “são um fator importante para uma bem sucedida intervenção das comunidades na solução de problemas ligados ao acesso à água potável e saneamento básico”. (Idem). Atualmente existem quase 1.500 MTAs em todo o território venezuelano que representam, segundo o governo, “*un esfuerzo integral por llevar calidad de vida a la población y por dar poder a las comunidades*”.¹³⁰

As comunidades organizadas propuseram, através das MTAs, uma nova maneira de se relacionar com as empresas públicas do país, uma idéia de que estas eram um instrumento do qual as comunidades poderiam se valer para colocar em andamento seus projetos coletivos.

Esta propuesta de Mesas Técnicas era sencillamente el lanzamiento a todas las comunidades de un esquema no solamente diferente en cuanto a la comprensión del problema, en el sentido de que, por más indignación que nos pudiera dar la situación de escasez o de no tener suministro de agua, había que cambiar la relación con la empresa hidrológica pública, había que apropiarse por parte de las comunidades de una empresa que por el hecho de ser pública, no automáticamente se convertía en una empresa de la gente, en una empresa del pueblo. Su condición de empresa pública era un hecho nominal, distante, pero no era carne y sangre de la comunidad. No era un instrumento de la comunidad para enfrentar un problema de suministro de agua potable y de saneamiento de aguas residuales. (ARCONADA, 2006. s/nº).

Se as MTAs se valeram das empresas públicas para empreender suas propostas de instauração e reorganização das redes de água e de esgoto em suas comunidades, outras organizações populares conduziram um processo semelhante. Vimos no capítulo anterior como os Comitês de Saúde são essenciais para a identificação, elaboração e implementação de políticas públicas na área da saúde nos *barrios*. Os Comitês de Terras Urbanas são fundamentais para o processo de reorganização da malha urbana e para a construção de moradias populares dignas no país. Os Conselhos Comunais, por sua vez, são uma organização popular que conseguiu concretizar o auto-governo no âmbito local. Nota-se, portanto, que em todas estas experiências há

¹³⁰Dados retirados de www.minci.gob.ve acessado no dia 17/11/2011.

um ponto convergente e nevrálgico: a ideia de que a comunidade organizada **deve** assumir as funções do Estado venezuelano.

5.1.3 Comitês de Terras Urbanas

Como começamos a averiguar no capítulo anterior, os Comitês de Terras Urbanas (CTU) nasceram a partir da necessidade de suprir uma demanda social histórica por moradias e habitat dignos na Venezuela.

O decreto nº 1.666 de fevereiro de 2002 buscava realizar o processo de regularização da posse de terras nos assentamentos urbanos populares. Dentre as muitas determinações do decreto a respeito dos procedimentos para realizar esta regularização, houve a institucionalização das organizações populares que reivindicavam a posse de terras urbanas e a melhoria das condições de moradia. A estas organizações foi conferida personalidade jurídica – através da criação dos CTUs -, integrando-as, desta forma, às políticas de elaboração, planejamento, execução e fiscalização de projetos concernentes ao desenvolvimento do espaço urbano e da melhoria dos padrões de habitação do país. Andrés Antillano (2005) afirma que este decreto fez parte do processo de reconhecimento e inclusão dos *barrios* através da participação das comunidades organizadas, entendendo-as “*como agentes de los procesos de transformación urbana que se delinean*”. (ANTILLANO, 2005. s/nº).

De acordo com o governo, os CTUs “*se constituyen en cada comunidad que aspire participar en la regularización y legalización de sus tierras. Se desarrolla, por lo tanto, un trabajo colectivo y la gente lleva voz y acción en la organización*”. (R. B. de VENEZUELA, 2004d. p. 6). Ainda segundo o governo, o trabalho dos CTUs está caracterizado pela “*participación protagónica de la gente, en cogobierno con las instituciones, para la planificación, contraloría y producción de su hábitat, en un proceso de formación permanente y fortalecimiento de la organización del poder popular*”. (Ibidem. p. 9).

Os CTUs possuem intervenção decisiva no que diz respeito à regularização de terras urbanas, adjudicação de títulos de propriedade aos moradores, bem como na luta pela melhoria das condições de moradia no país. Foram fundamentais, inclusive para a consolidação da *Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos o*

Periurbanos de maio de 2011.¹³¹ Com esta nova disposição legal foram derrocados o decreto 1.666 e a *Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de Tierras de los Asentamientos Urbanos Populares* de 2006 que regulamentavam a posse de terras urbanas em assentamentos populares até então. A relevância dos CTUs para a regularização das terras urbanas consta na exposição de motivos da Lei de 2011:

El Poder Popular reside en el pueblo, surge entonces a través de los Comités de Tierras Urbanas, sus voceros y voceras, la propuesta de modificación tanto formal como material de la “Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos Populares” [de 2006], cuya propuesta, elaborada de manera conjunta por los Comités de Tierras Urbanas (...) persigue resolver de manera expedita la regularización integral de la tenencia de la tierra de los asentamientos urbanos o periurbanos mediante la simplificación de los trámites y procedimientos, desburocratizando el proceso de regularización de la tenencia de la tierra objeto del presente Decreto con Rango, Valor y Fuerza de Ley, otorgándole carácter protagónico y vital a la acción de los Comités de Tierra Urbanas, como instancia y expresión del poder popular, reafirmando el objeto del mismo, no siendo otro que el de reordenar y regularizar la tenencia de la tierra en los asentamientos urbanos o periurbanos, con el fin de contribuir a la satisfacción progresiva del derecho de la familia a una vivienda digna, especialmente a aquellas en condición de vulnerabilidad social, y su hábitat, de manera equitativa sostenible y sustentable, mediante un proceso de gestión integral con el Estado. (R. B. de VENEZUELA, 2011b. p. 7-8).

Assim, esta nova lei contribui para a desburocratização do processo de regularização de terras públicas ou privadas¹³² dos assentamentos urbanos e periurbanos através da adjudicação dos títulos de propriedade aos moradores¹³³, abrangendo todo o território nacional. Para tanto, foi criado o Instituto Nacional de Terras Urbanas, que tem como objetivo ser o ente executor das políticas públicas dirigidas à satisfação do direito à terra urbana nos assentamentos urbanos e periurbanos. (Artigo 34º e 35º). De acordo com a Lei de 2011, ficam compreendidos como

¹³¹ Passaremos a nos referir a esta lei como Lei de 2011.

¹³² As terras que comportam os assentamentos urbanos ou periurbanos populares passaram a ser consideradas a partir da Lei de 2011 (Artigo 5º) de “interesse público e função social”. Na prática, isto significa que elas podem ser expropriadas – para dar início ao processo de adjudicação aos moradores -, pois em conformidade com o disposto na Constituição de 1999 em seu artigo 115º: “*Sólo por causa de utilidad pública o interés social, mediante sentencia firme y pago oportuno de justa indemnización, podrá ser declarada la expropiación de cualquier clase de bienes*”.

¹³³ De acordo com a Lei de 2011, o processo de regularização da posse das terras nos assentamentos urbanos e periurbanos consolidados culminará invariavelmente com o “*otorgamiento del título de adjudicación en propiedad*”. (Artigo 50º). Andrés Antillano nos informa que ainda que a maior parte dos títulos de adjudicação seja de propriedade privada, uma parcela considerável tem sido entregue aos CTUs como propriedade coletiva, por iniciativa dos próprios moradores. Ainda segundo o autor, até 2005 foram entregues mais de 100.000 títulos de propriedade. (ANTILLANO, 2005).

“assentamentos urbanos e periurbanos” aquelas áreas geográficas habitadas e consolidadas pela população a partir de características históricas, sócio-culturais, físicas ou geográficas, que contem ou não com serviços públicos básicos. (Artigo 3º).

Esta lei reconhece os CTUs como as instâncias de “*participación protagónica, cooperación activa, democrática, deliberante, autogestionaria, corresponsable y organizada de todas las familias que habitan en los asentamientos urbanos o periurbanos*” (Artigo 6º) e determina ainda que o processo de constituição e formação dos CTUs deverá ocorrer absolutamente “*sin la intervención ni interferencia de personas externas a la comunidad donde será constituido, y serán aplicables con carácter obligatorio los principios de democracia participativa y protagónica*”. (Artigo 12º).

Para formar um CTU, seus membros devem ser eleitos¹³⁴ na Assembleia dos Cidadãos, que deve contar com a presença de pelo menos 50% mais um dos moradores maiores de idade da comunidade. A área pela qual o CTU responderá deve ser composta por até 400 moradias. (Artigo 11º).

Depois de eleito, o CTU deve elaborar um documento chamado “*carta del barrio*”, onde deverá constar: a história da comunidade (como e quando ela se formou); a identidade atual da comunidade (características étnico-histórico-culturais, problemas, necessidades); o plano de transformação integral da comunidade¹³⁵; os espaços com que a comunidade conta (privados, públicos, de lazer, culturais, obras, etc); e as normas de convivência comunitária.¹³⁶ De acordo com a Lei de 2011 (Artigo 28º), a *carta del barrio*:

Es el documento refundacional del asentamiento urbano o periurbano, que define formalmente su historia, patrimonio, información demográfica, ubicación geográfica y político-territorial, la poligonal que encierra el asentamiento y sus límites; incorpora, en principio, las líneas maestras del plan de desarrollo urbano integral, normas de convivencia y las normas comunitarias sobre el ordenamiento urbano interno que lo rigen, debidamente refrendado por la comunidad en la Asamblea de ciudadanos o ciudadanas del asentamiento.

¹³⁴ Os membros do CTU (chamados de *voceros*) terão um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos para apenas mais um mandato de dois anos, sendo que possuem mandatos revogáveis.

¹³⁵ De acordo com a Lei de 2011, o plano de transformação integral da comunidade “*define las líneas maestras para el bienestar comunitario en todos sus aspectos, en especial urbanístico, socioeconómico, educativo, cultural, para el logro de la mejora de la calidad de vida de sus habitantes*”. (Artigo 31º).

¹³⁶ O CTU deve realizar um censo para conseguir estas informações com maior precisão.

María Pilar García-Guadilla (2007) afirma que a *carta del barrio* expressa a identidade sociocultural dos CTUs, pois nela se reconhece “*la historia del barrio desde su fundación y la de la comunidad que allí se estableció, su idiosincrasia y tradiciones, así como las normas de convivencia acordadas colectivamente por esa comunidad*”. (GARCÍA-GUADILLA, 2007. p. 59). Ainda de acordo com a autora, o valor desta carta reside no fato de que através dela a comunidade estabelece um acordo com normas mínimas de convivência entre todos os moradores, baseado numa identidade comum e em um projeto coletivo. (Idem).

O território que a *carta del barrio* pode abranger não necessariamente equivalente às delimitações territoriais oficiais do governo. Este território é definido pela própria comunidade de acordo com o que eles próprios consideram como sendo a “sua” comunidade. Esta característica determina que:

el ámbito de actuación de un CTU no es sólo un espacio físico, sino un espacio social e incluso "afectivo", definido por la identidad colectiva y las interacciones cara a cara entre los miembros de la comunidad. Ambos factores favorecen el conocimiento de los CTU sobre su espacio específico, así como los procesos de participación y autogobierno. (ANTILLANO, 2005. s/nº).

Mais uma vez, notamos a importância das referências locais para a constituição das organizações populares. O governo ressalta a importância da reabilitação dos *barrios* e da conservação de suas características sócio-culturais no processo de definição da *carta del barrio* pelos CTUs: “*(...) la transformación se lleva adelante conservando las tradiciones y cultura de cada sector, de cada barrio, de cada urbanización: las mismas representan un valioso patrimonio que no debe perderse*”. (R. B. de VENEZUELA, 2004d. p. 10).

Andrés Antillano afirma que a partir da Constituição de 1999 e do decreto 1.666 – o primeiro a regulamentar a ação dos CTUs – o governo deixa a forma de encarar os *barrios* como espaços de “*anomalía o carencia de orden*”, e através de mecanismos como a *carta del barrio* passa a valorizar a idiosincrasia de cada comunidade. Segundo o autor, neste momento:

se reconoce que el barrio se organiza de acuerdo con un esquema espacial que expresa las prácticas sociales de sus habitantes, una cierta racionalidad que enraíza en su historia e idiosincrasia. Por lo tanto, toda intervención urbana debe tener como punto de partida el reconocimiento de lo existente, como forma de ocupación del espacio que es coherente con modos de vida y organización social. (ANTILLANO, 2005. s/nº).

É importante ressaltar que dentre todas as organizações populares que fazem parte do movimento bolivariano, o CTU é aquela que possui maior grau de autonomia frente ao Estado e às organizações oficiais do governo, como o partido político. Isto se deve pelo menos por dois motivos: o primeiro diz respeito à própria característica constitutiva do CTU. Nesta organização não há repasse de verbas por parte do governo (como no caso de outras organizações como os Conselhos Comunais), fato que, segundo autores como García-Guadilla (2007), reduz as possibilidades de cooptação do movimento por práticas político-eleitorais e neoclientelistas.

Outra razão para a maior autonomia dos CTUs é que estes não dependem nem do Estado e nem do governo para continuarem existindo. Outras organizações, como as Missões, por mais que sejam pautadas em uma participação massiva da população teriam suas condições de existência absolutamente prejudicadas e até mesmo impossibilitadas se a disposição política do governo se alterasse. Assim, ainda que os CTUs possuam ligação estreita com a *Gran Misión Vivienda Venezuela*, cooperando com a execução dos trabalhos realizados, continuam preservando sua autonomia e independência em relação ao Estado e ao governo.

María Pilar García-Guadilla afirma que “*ni la afinidad ideológica de los CTU con el proyecto político promovido por el Gobierno, ni el que fuera tal proyecto el que les dio origen, necesariamente atentan contra su autonomía*”. (GARCÍA-GUADILLA, 2007. p. 49). Porém, os CTUs abrem mão de sua autonomia frente ao governo sempre que este sofre ameaças por parte da oposição (como nos golpes de 2002 e 2003) ou necessita de reforços na sua base de apoio (por exemplo, durante as contendas eleitorais). Assim, os CTUs deixam temporariamente de dar prosseguimento às atividades planejadas internamente para engrossarem as fileiras do movimento bolivariano.

María Pilar García-Guadillo afirma que:

ante la amenaza a la continuidad del proyecto que les dio origen, la figura del CTU tiende a desdibujarse y a dar paso a otra figura o instancia que se moviliza como parte de la maquinaria política; no obstante, pasada la amenaza, se regresa a los espacios originarios de los CTU y a la defensa de las identidades que fueron construidas colectivamente. (Ibidem. p. 63-64).

Os CTUs também buscam se organizar para além do local através de criação de Assembleias Paroquiais e Assembleias Metropolitanas dos CTUs que se reúnem periodicamente, além dos Encontros e Congressos Nacionais. É destes encontros nacionais de onde saem as

diretrizes do movimento que são levadas para instâncias de governo nacional e para as Missões da área de habitação.

É objetivo do governo articular de maneira mais sistemática os CTUs e os Conselhos Comunais. A Lei de 2011 dispõe alguns artigos buscando fomentar esta articulação a fim de, segundo o governo, fortalecer as instâncias de poder popular. Fica determinado, por exemplo, que os CTUs, a Assembleia de Cidadãos e os Conselhos Comunais serão as *“instancias orgánicas de la comunidad para controlar el proceso de regularización de la tenencia de la tierra urbana o periurbana”*. (Artigo 27º). Fica determinado também que os CTUs deverão designar *voceros* para participarem do respectivo Conselho Comunal e deverão estimular a criação de *“ciudades comunales en el ámbito de los asentamientos urbanos o periurbanos consolidados”*. (Artigo 17º).

Trataremos agora das principais características dos referidos Conselhos Comunais.

5.1.4 Conselhos Comunais

Uma importante forma de organização e intervenção político-social popular, à qual inclusive já fizemos menção neste trabalho, é a Assembleia dos Cidadãos e Cidadãs. Esta instância possui referência histórica nas antigas Assembleias de Bairros, que eram organizações existentes desde a década de 1980 e ao se transformarem nas Assembleias dos Cidadãos e Cidadãs se tornaram as maiores instâncias deliberativas das organizações populares na Venezuela.

As Assembleias dos Cidadãos são formadas por todo o conjunto da comunidade (pessoas maiores de 15 anos) e são convocadas para deliberarem a respeito dos temas em discussão na comunidade. São convocadas também para organizarem as comissões eleitorais a fim de eleger os integrantes dos Conselhos Comunais (CCs). Eleitos, os CCs passam a ter a Assembleia dos Cidadãos como a sua *“máxima instancia de deliberación y decisión para el ejercicio del poder comunitario, la participación y el protagonismo popular”*, sendo que as decisões da Assembleia possuem caráter vinculante tanto para o CC quanto para as instâncias de governo do Estado – direito que já estava previsto no artigo 70º da Constituição de 1999. (R. B. de VENEZUELA, 2010f. p. 26).

Os CCs foram criados para possibilitar a participação direta da população na formulação, execução, controle e avaliação de políticas públicas, a fim de garantir o exercício da auto-gestão

política e da democracia direta no país. Os CCs são ainda a instância aglutinadora de todas as outras organizações populares e por isso a sua instância deliberativa – a Assembleia dos Cidadãos e Cidadãs – também é a maior instância deliberativa das outras organizações e o local onde estas últimas devem informar a comunidade da qual fazem parte o andamento de suas atividades internas.¹³⁷

Os Conselhos Comunais, criados em 2002 receberam uma regulamentação específica apenas em 2006 com a Lei dos Conselhos Comunais. Esta lei foi substituída pela Lei Orgânica dos Conselhos Comunais de 23 de dezembro de 2009¹³⁸, onde consta o seguinte:

Los consejos comunales en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre los ciudadanos, ciudadanas y las diversas organizaciones comunitarias, movimientos sociales y populares, que permiten al pueblo organizado ejercer el gobierno comunitario y la gestión directa de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social. (Artigo 2º).

Nicmer Evans afirma que os CCs possibilitam “*que los ciudadanos tomen decisiones de forma directa sobre asuntos cuya injerencia estaba, en el pasado, fuera de su alcance*” (EVANS, 2009. p. 30) fazendo a gestão completa de suas comunidades: identificando problemas, elaborando, executando e fiscalizando projetos e realizando o manejo e fiscalização dos recursos repassados pelos Municípios, Estados, Federação e pela estatal petroleira¹³⁹.

Os CCs são compostos por “*voceros*”, ou seja, representantes eleitos pela comunidade¹⁴⁰ para um mandato de dois anos, cujo trabalho não tem remuneração. Todo CC possui uma arquitetura institucional definida, composta por:

¹³⁷ Há uma toada bastante disseminada dentro do movimento bolivariano que busca dissolver as demais organizações populares (como as Mesas Técnicas de Água e os Comitês de Terras Urbanas) nos Conselhos Comunais. O intuito desta proposição seria reunir forças políticas e criar instâncias centralizadas para o exercício do protagonismo popular. Esta proposta gera enorme polêmica entre as organizações populares, pois, ainda que estas façam parte dos CCs (com *voceros* eleitos) buscam, em contrapartida, garantir sua existência e sua autonomia como é o caso, por exemplo, dos CTUs.

¹³⁸ C.f.: R. B. de VENEZUELA, 2010f.

¹³⁹ De acordo com o Artigo 184º da Constituição de 1999.

¹⁴⁰ Comunidades urbanas entre 150 e 400 famílias; rurais, a partir de 20 famílias; e indígenas a partir de 10 famílias. (Lei Orgânica dos Conselhos Comunais de 2009 – Artigo 4º).

- Unidade Executiva: deve trabalhar para colocar em prática as decisões da Assembleia dos Cidadãos e Cidadãs. A Unidade Executiva é composta de maneira proporcional pelos *voceros* dos Comitês de Trabalho e das outras organizações comunitárias existentes (Comitês de saúde, de recreação, de informação popular, de segurança, de alimentação, Mesas Técnicas de Água e de Energia, CTUs, entre outros). A idéia é que todas as organizações populares possuam representantes no CC, instância que planeja e executa a maior parte dos projetos das comunidades;
- Unidade Administrativa e Financeira Comunitária (também chamada de Banco Comunal): funciona como um ente de administração, execução, investimento, crédito e intermediação financeira dos recursos e dos fundos dos CCs. Deve ser integrada por cinco *voceros* habitantes da comunidade eleitos em eleições populares que estarão sujeitos a responsabilidade civil, penal e administrativa por atos, feitos ou omissões que alterem o destino dos recursos do CC.
- Unidade de Controladoria Social: é a instância do CC responsável por realizar a avaliação da gestão comunitária e a vigilância e fiscalização das atividades, administração e destino dos fundos do CC. Esta unidade exercerá suas funções sem menoscabo da função de controle que a Assembleia dos Cidadãos possui. Seus *voceros* também devem ser habitantes da comunidade e devem ser eleitos por ela.
- Coletivo de Coordenação Comunitária: é a instância de articulação e trabalho conjunto composta pelos *voceros* das três unidades acima referidas. Este coletivo deve se reunir com uma periodicidade mínima de 15 dias e possui autonomia para definir seu regulamento interno e seu sistema de trabalho;
- Assembleia dos Cidadãos e Cidadãs, instância deliberativa do Conselho Comunal.

Cada CC deve assumir um plano de trabalhos chamado de “ciclo comunal”. O objetivo é identificar coletivamente os maiores problemas da comunidade, propor formas e alternativas de solução e enfrentamento, executar e exercer o controle administrativo, financeiro e jurídico sobre estas alternativas. De acordo com Beatriz Fernandez Cabrera (2009):

Nas atuais circunstâncias os conselhos comunais são os encarregados de realizar diagnósticos profundos de sua área comunal e, sobre tal base, elaborar um plano e um pressuposto participativo para que possam ser desenvolvidas obras de

maior envergadura na função de elevar sua qualidade de vida econômica, social e politicamente; enfim, pretende-se que a própria gente, organizada, dê resposta direta a seus problemas. (FERNANDEZ CABRERA, 2009. p. 97-98).

A resposta da população à proposta de criação dos CCs foi positiva. Nicmer Evans (2009) nos informa que até o ano de 2007 existiam mais de 26 mil CCs¹⁴¹, que já haviam recebido mais de 830 milhões de dólares dos entes governamentais. (EVANS, 2009. p. 41). Recursos que foram progressivamente sendo incrementados à medida que os CCs “*demonstraban su eficiencia en la administración de estos recursos y presentaban proyectos de mayor envergadura*”. (Ibidem. p. 42).

Beatriz Fernandez Cabrera nos dá indicações das razões pelas quais a disseminação dos CCs foi tão rápida no país:

A figura dos conselhos comunais associa-se à necessidade política coletiva de **auto-organização**, que em outras organizações vinha sendo gerada nas comunidades populares (comitês de terra urbana, de saúde, educação, esportes, missões, etc.), simultaneamente à experimentação, em alguns municípios, da idéia de se subdividirem em territórios sociais e **governos comunitários**. A criação dos conselhos comunais, como figura institucional, é somente um passo para sustentar as vias de realização da práxis de mudança e expressa o reconhecimento de territórios sociais excluídos, mas também o rosto das comunidades no campo político institucional. (FERNANDEZ CABRERA, 2009. p. 91-92 – grifos meus).

Ramón Casanova (2009) considera que os CCs e as Assembleias dos Cidadãos são instâncias que “*sintetizam valores, práticas e modos de gestão*” que “*potencializam a construção de identidades e âmbitos de aprendizagem participativas*” de maneira a repensar “*toda a arquitetura do Estado venezuelano*” a partir de construções político-sociais históricas pautadas na referência local. (CASANOVA, 2009. p. 64). Segundo Casanova, “*ainda e com todas as dificuldades e resistências, tais instituições vêm interiorizando uma concepção de autogoverno que favorece um salto na subjetividade política das massas populares*”. (Ibidem. p. 71 – grifos meus).

Concordamos com o argumento de Ramón Casanova quando o autor afirma que a experiência dos CCs tem grande potencialidade para gerar um salto na subjetividade das classes trabalhadoras venezuelanas, pois esta experiência faz parte de um movimento que vem fazendo

¹⁴¹ Beatriz Fernandez Cabrera atualiza este dado. Informa que até o ano de 2008 existiam 27.852 CCs em funcionamento no país. (FERNANDEZ CABRERA, 2009. p. 95).

com que estas classes interiorizem um espectro ideológico no qual a auto-gestão política possui centralidade para a construção de uma nova sociedade.

Os Conselhos Comunais vêm sendo fundamentais para fomentar um salto quantitativo e, sobretudo, qualitativo na organização dos setores populares ou mais propriamente na organização das classes trabalhadoras da Venezuela. Os CCs, herdeiros da experiência organizativa de outras instâncias, são atualmente a engrenagem fundamental para a implementação da democracia direta ou do que é muitas vezes chamado de autogoverno, auto-gestão política ou *consejismo*.¹⁴²

Aldo Casas (2007) acredita que a tradição teórico-política do *consejismo* pode contribuir decisivamente para a construção do poder popular: um *consejismo* onde os indivíduos busquem “uma outra política”, explorando formas de democracia direta onde as pessoas “*deliberan y resuelven de manera colectiva cuestiones atinentes a su vida cotidiana y existencia material*”. (CASAS, 2007. p. 133).

Assim, os CCs estão imbricados em um ponto fundamental para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana: a busca pela superação da democracia representativa burguesa. De acordo com o governo bolivariano, os CCs são uma “*nueva forma de Estado, de gobierno, una nueva forma de sociedad que se está construyendo*” (R. B. de VENEZUELA, 2007c. p. 11), onde se discute a “*la necesidad de dar un salto y de trascender hacia el sistema de gobierno comunal*”. (Ibidem. p. 9).

É interessante notar como o próprio Estado venezuelano, a partir da promulgação da Constituição de 1999, tem impulsionado a construção e o fortalecimento de instâncias político-institucionais que possuem um fundamento teórico bastante distinto daquele que embasa o Estado burguês. Nos CCs as decisões são tomadas em uma assembleia, instância que busca superar a democracia representativa e a tarefa individual de depositar um voto em uma urna, através de discussões sistemáticas, da busca pelo consenso e da construção de um coletivo político que seja capaz de deliberar conjuntamente, sem a mediação dos políticos profissionais.

Percebemos através da disseminação dos Conselhos Comunais e da importância política que a eles vem sendo atribuída, que a democracia participativa e protagônica – ainda que esta esteja longe de rechaçar a democracia representativa – atualmente atribui importância crucial às instâncias de desenvolvimento da democracia direta. A superação definitiva da democracia representativa é um processo de longa gestação. Porém, suas sementes foram lançadas e reside

¹⁴² Termo equivalente à “conselhismo” com fundamento na democracia de conselhos.

neste fato a importância da experiência dos Conselhos Comunais na Venezuela. Segundo o governo bolivariano, os CCs possuem a tarefa de começar “*a trascender de los proyectos y las propuestas asistencialistas, o las que sólo se limitan a la infraestructura, o a lo inmediato, a lo coyuntural*” através da construção de novas “*formas de relaciones sociales, económicas y políticas*” sob as lentes “*del socialismo*”. (R. B. de VENEZUELA, 2007c. p. 12-13 – grifos meus).

A transcendência da esfera conjuntural não está delegada apenas aos CCs. Estes fazem parte de uma nova estrutura institucional – ou o que o governo chama de *Nueva Geometría del Poder* – que é composta por uma experiência mais abrangente: as Comunas Socialistas.

As Comunas são novas delimitações territoriais onde a organização política, a administração institucional e a produção material ficam sob o controle da comunidade organizada. As Comunas são pensadas justamente para aglutinar e fortalecer todos os esforços de organização e auto-gestão das classes trabalhadoras na Venezuela.

4.2 As Comunas Socialistas e o Estado

Nicmer Evans (2009) afirma que a experiência de organização popular para a participação política nos assuntos públicos na Venezuela possui referência nas revoluções de trabalhadores. É o caso das sociedades populares da Revolução Francesa (1789), da Comuna de Paris (1871), dos *soviéts* da Revolução Russa (1917) e dos Comitês de Defesa da Revolução da Revolução Cubana (1959). (EVANS, 2009. p. 25).

A Comuna de Paris, por exemplo, formada no dia 28 de março de 1871 e massacrada no dia 29 de maio do mesmo ano, foi uma forma de organização que os trabalhadores parisienses encontraram para tomar o poder e instituir uma “República Social”. Para Marx, o segredo da Comuna de Paris, é que esta era “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”. (MARX, 2011. p. 59). Assim, a Comuna “devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe”. (Idem).

De todas as intervenções da Comuna de Paris, com certeza a mais crucial era a proposta de uma completa erradicação da máquina do Estado. Segundo Marx, “não só a administração municipal, mas **toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna**”. (Ibidem p. 57 – grifos meus). Segundo o autor, a Comuna de Paris foi, portanto, “uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal”, mas sim “contra o Estado mesmo” de maneira a “destruir essa horrenda maquinaria da dominação de classe”. (Ibidem. p. 127).

Assim também Engels, na introdução deste célebre livro de Marx,¹⁴³ afirma que:

Na realidade, porém, Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra (...) na melhor das hipóteses, ele é **um mal que o proletariado vitorioso herda** na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que **uma nova geração**, crescida em condições sociais novas e livres **seja capaz de remover de si todo este entulho estatal**. (Ibidem. p. 197 – grifos meus).

Percebermos assim algo que já estava presente em outros escritos dos próprios Marx e Engels, onde estes nos ensinam que no processo de transição para a sociedade comunista – com a

¹⁴³ C. f.: MARX, KARL. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

abolição das classes sociais, e, por conseguinte, de seu instrumento de dominação, o Estado – há um período intermediário de desenvolvimento das forças sociais, no qual o proletariado organizado enquanto classe dominante se vale do Estado para arrancar todo o capital à burguesia.¹⁴⁴ “O Estado, ou seja, o proletariado organizado enquanto classe dominante”, deverá realizar uma “violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas”, aplicando medidas que “do ponto de vista econômico parecerão insuficientes e insustentáveis mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para **transformar radicalmente todo o modo de produção**”. (MARX; ENGELS. 2006. p. 106 – grifos meus).

Considerando o conjunto das obras de Marx e Engels, podemos afirmar que o Estado sob o domínio e controle das classes trabalhadoras é um instrumento que **pode** ser utilizado para **acelerar a mudança do modo de produção**, mas que – vale ressaltar – **deve ser suprimido** assim que a configuração das forças sociais o permita fazê-lo, ou seja, no momento da sublimação da sociedade comunista.

Entendemos, desta maneira, que no processo revolucionário socialista a maquinaria do Estado deve ser utilizada pelos trabalhadores para fomentar a construção de bases sólidas que possibilitem a superação do próprio Estado, enquanto instrumento de dominação de classe. István Mészáros nos lembra que a convivência com as instituições herdadas do passado – como, por exemplo, o Estado – deve possuir um **caráter absolutamente ofensivo**. Ou seja, apenas é possível configurar um movimento político-social como um movimento revolucionário, se este movimento for capaz de criar condições objetivas e subjetivas para que, ao invés de perpetuar a existência destas instituições, construa condições para a sua extinção. Às condições que possibilitam a transformação do sistema sociometabólico do capital e a instauração de uma sociedade socialista, Mészáros denominou “reformas estruturais”.

A Venezuela possui uma relação absolutamente peculiar entre Estado e movimento revolucionário. Com quais termos poderíamos definir um Estado burguês, centrado na economia rentista e petrolífera que, em contrapartida, impulsiona o desenvolvimento de um movimento revolucionário?

¹⁴⁴ De acordo com Marx e Engels (2006): “O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas”. (MARX, ENGELS. 2006. p. 106).

Steve Ellner (2011) compreende o processo em curso na Venezuela como possuidor de uma característica peculiar, que seria a coexistência de dois movimentos distintos, que mesmo sendo constitutivos de um movimento mais amplo, se chocam quanto às formas de ação: um movimento “*desde arriba*” – ou “estatista” – e um movimento “*desde abajo*”. O primeiro se centraria nas esferas do Estado, nos partidos políticos e nas organizações tradicionais; e o segundo se centraria nas organizações populares. Para o autor, ainda que estes dois movimentos possuam visões distintas de como o processo revolucionário deve caminhar¹⁴⁵, eles confluem graças à postura política do governo, que utiliza a maquinaria estatal para fortalecer organizações populares. Segundo o autor:

(...) el Estado venezolano ha jugado un papel central en dar forma al enfoque del movimiento “desde abajo”. El Estado ha creado estructuras conducentes a la participación, ha promovido los valores “socialistas” y financiado actividades que canalizan la energía de gran número de chavistas que tienen una relación débil o ninguna con los principales partidos de la coalición gobernante. En el proceso el Estado ha jugado un papel fundamental al reforzar el sentido de empoderamiento de la base del movimiento chavista. (ELLNER, 2011. p. 231).

Para Steve Ellner, no decorrer do governo bolivariano e devido a ele, o Estado através dos “*programas, las políticas y la promoción de las movilizaciones y organizaciones populares, ha contribuido al empoderamiento popular y promovido transformaciones estructurales*”. (Ibidem. p. 282 – grifos meus).

Ao longo deste trabalho buscamos enumerar algumas iniciativas políticas e legislativas do governo que impulsionam as organizações populares e que, de alguma maneira, criam possibilidades para o enfraquecimento do Estado venezuelano: a promulgação de uma nova Constituição, bem como a proposta de sua reforma a fim de erradicar seus resquícios liberais; a radicalização da democracia representativa; a implementação sistemática de um conjunto

¹⁴⁵

De acordo com Ellner, o movimento “*desde arriba*” busca maior conciliação com setores da burguesia entendidos como “progressistas” e entende que o movimento revolucionário deve caminhar mais cautelosamente e se centralizar, fundamentalmente, na conquista e manutenção das esferas do Estado. O movimento “*desde abajo*” reivindica completa autonomia das organizações populares (como os Conselhos Comunais, por exemplo) em relação ao Estado, por entender que este último possui limitações estruturais para o desenvolvimento do processo revolucionário, que deve estar pautado na conquista total do poder político e produtivo pelas comunidades organizadas. C. f.: ELLNER, STEVE. **El fenómeno Chávez: sus orígenes y su impacto**. Colección Bicentenario. Serie Independencia y Revolución. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2011; e ELLNER, STEVE. **Las estrategias “desde arriba” y “desde abajo” del movimiento de Hugo Chávez**. Cuadernos del Cendes, Caracas: v. 23, n° 62, mayo, 2006.

inovador de leis; a criação de políticas sociais, que alteram a forma de lidar com problemas sociais históricos; e, sobretudo, a criação e o fortalecimento das organizações populares. Percebemos assim que todo o processo de reformas concretizado na Venezuela desde 1999 se direcionou para o fomento da idéia de que as organizações populares, que as classes trabalhadoras organizadas, deveriam assumir progressivamente o controle do Estado.

Porém, este processo avançou quando, para além de assumir o controle do Estado, as classes trabalhadoras passaram a organizar-se em instâncias que **competem com o Estado burguês pelo controle e direção dos assuntos públicos**. São organizações populares oriundas dos *barrios* que passaram a exercer as funções outrora mantidas exclusivamente nas mãos do Estado burguês, através da construção de instâncias para a auto-gestão política, como as Mesas Técnicas de Água, os Comitês de Terras Urbanas, os Conselhos Comunais, e mais recentemente, as Comunas Socialistas.

4.2.1 Características constitutivas e proposta político-ideológica das Comunas Socialistas da Venezuela¹⁴⁶

As Comunas Socialistas além de contarem com instâncias de auto-gestão política também constroem formas de **auto-gestão produtiva**, em unidades socioprodutivas sob o controle dos trabalhadores associados. Assim, ao fomentarem a ideologia socialista, ao assumirem as funções políticas e administrativas do Estado e ao delegarem a propriedade dos meios de produção material aos trabalhadores, as Comunas emergem como a instância mais desenvolvida da Revolução Bolivariana, apesar de seu caráter incipiente.

Abaixo vemos a imagem de uma das muitas Comunas existentes em toda a Venezuela: situa-se na cidade de Caracas, no *barrio* 23 de Janeiro, um dos bairros mais populares e com maior organização e intervenção política do país.

¹⁴⁶ Devido à escassa bibliografia existente sobre a experiência das Comunas na Venezuela, este tópico se propõe a identificar a proposta política, o fundamento teórico e as potencialidades contidas na ideia das Comunas. Fica como indicação para estudos futuros, a necessidade de aprofundar as referências contidas aqui através da realização de pesquisas empíricas, algo que extrapola as limitações deste trabalho.

Figura 6 – Comuna Socialista El Panal 2021 (23 de Enero)



Foto: a autora. Fonte: acervo pessoal da autora.

Como vimos no início do capítulo, desde a promulgação da Constituição de 1999 o movimento bolivariano vem numa toada de construção e fortalecimento das instâncias de organização popular na Venezuela. Os Conselhos Comunais surgiram em 2002, porém a idéia de se construir as Comunas veio à tona pela primeira vez dentro do pacote de reformas na Constituição proposto em 2007.

Todavia, a primeira regulamentação para as Comunas é a Lei Orgânica das Comunas, de dezembro de 2010. Nela ficou estabelecido que as Comunas devem ter como finalidade: a) desenvolver e consolidar o **Estado Comunal** como expressão do Poder Popular e base para a construção de uma sociedade socialista¹⁴⁷; b) conformar o **autogoverno** para o exercício direto de funções na elaboração, execução e controle da gestão pública; c) promover a articulação e integração com outras Comunas; d) impulsionar o desenvolvimento e consolidação da **propriedade social**; entre outros. (Artigo 7º - grifos meus).

A lei prevê, a fim de constituir o referido Estado Comunal, o desenvolvimento das instâncias de organização dos trabalhadores desde os Conselhos Comunais que podem constituir

¹⁴⁷ Segundo o governo, o Estado Comunal a ser construído deverá ser a forma político-social, cuja célula fundamental seja a Comuna, “*en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, a través de los autogobiernos comunales, con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno y sustentable, que permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y venezolanas en la sociedad socialista*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010e. p. 8 – grifos meus).

uma Comuna; diferentes Comunas, por sua vez, podem se aglutinar a fim de constituir uma Cidade Comunal, e posteriormente, uma Federação e uma Confederação Comunal, e outras que se constituam por iniciativa popular. (Artigo 60º). Além disso, é reiterada no artigo 64º a obrigação constitucional dos Estados e Municípios em transferir às Comunas e aos sistemas de agregação que delas surjam “*funciones de gestión, administración, control de servicios y ejecución de obras, atribuidos a aquéllos por la Constitución de la República, en pro de mejorar la eficiencia y los resultados en beneficio del colectivo*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010e. p. 64).

A formação das Comunas segue a mesma lógica daquela contida na *carta del barrio* do CTU: ou seja, as Comunas são territórios determinados pela afinidade cultural, histórica e política de sua população. São espaços territoriais que não são necessariamente equivalentes aos bairros, nem mesmo estão circunscritos aos limites político-territoriais das cidades e\ou dos Estados. São compostos sem se prenderem às delimitações já existentes, e sim considerando os traços em comum que unem a população que ali vive, de maneira a fortalecer seus vínculos político-culturais. Esta delimitação territorial não é realizada por instâncias do governo. Quem determina a territorialidade da Comuna são seus habitantes em potencial, mediante plenária da Assembleia dos Cidadãos. Após esta determinação coletiva é dado prosseguimento ao reconhecimento por parte do Poder Público das Comunas como entes da Federação para assim conquistarem autonomia política e institucional e possibilitar a captação de verbas dos Estados, Municípios e Federação, bem como aquelas advindas do sistema sócio-produtivo comunal.

De acordo com a Lei Orgânica das Comunas, após o reconhecimento institucional da Comuna são criadas suas instâncias administrativas. Uma única Comuna, como divisão político-territorial, pode englobar diferentes Conselhos Comunais. Cada Conselho Comunal elege um *vocero* para compor o Parlamento Comunal, que passa a ser a máxima instância de auto-gestão política da Comuna.

A relação entre os Conselhos Comunais e o Parlamento Comunal é de complementaridade, pois a autonomia de cada CC continua existindo. Cada CC elabora seus projetos e, no caso de fazerem parte de uma Comuna, os leva para que sejam debatidos na instância que comporta um território mais abrangente. Assim, o Parlamento Comunal tem a tarefa de levar para o restante da Comuna as discussões e deliberações de cada CC e buscar integrar os projetos dos diversos CCs, quando isto for de vontade da maioria dos habitantes da Comuna.

Além dos *voceros* dos CCs, são eleitos para o Parlamento Comunal três *voceros* pelas organizações sócio-produtivas da Comuna e um *vocero* do Banco da Comuna, todos com seus respectivos suplentes. Os integrantes do Parlamento Comunal e de todas as instâncias da Comuna, assim como todos aqueles eleitos para cargos públicos no país, têm o mandato suscetível à revogação.

Além do Parlamento Comunal, são instâncias de organização da Comuna¹⁴⁸:

- Conselho Executivo: instância de execução das decisões do Parlamento Comunal que deve estar articulado com os Conselhos Comunais e seus respectivos Comitês de Trabalho. É composto por dois *voceros* eleitos pelo Parlamento Comunal e por um *vocero* eleito pelos representantes das organizações socioproductivas ante o Parlamento Comunal;
- Conselho de Planificação Comunal¹⁴⁹: é responsável pela elaboração de um plano comunal de desenvolvimento em consonância com os planos de desenvolvimento comunitário propostos pelos Conselhos Comunais. É composto por três *voceros* eleitos pelos Conselhos Comunais que fazem parte da Comuna, os CCs designam também mais um *vocero* que faça parte do Comitê de Trabalho em matéria de ordenação e gestão do território de cada CC. Além destes, compõem o Conselho de Planificação Comunal mais dois *voceros* eleitos diretamente pelo Parlamento Comunal e um *vocero* designado pelas organizações socioproductivas da Comuna;
- Conselho de Economia Comunal: instância encarregada de promover o desenvolvimento econômico da Comuna e composto pelos *voceros* pertencentes aos comitês de economia comunal de cada CC. É composto por cinco *voceros* eleitos entre os integrantes dos Comitês de Trabalho em matéria de economia comunal dos CCs que fazem parte da Comuna;
- Banco da Comuna: busca garantir a gestão e a administração dos recursos financeiros repassados às Comunas ou gerados por elas. O Banco da Comuna é integrado por: a) uma coordenação administrativa, cujos *voceros* são eleitos entre os integrantes das unidades administrativas financeiras comunitárias dos CCs que fazem parte da Comuna; b) um comitê de aprovação, responsável por uma avaliação prévia dos projetos que serão levados para aprovação definitiva ante o Parlamento Comunal. É formado por cinco *voceros* designados

¹⁴⁸ C. f.: *Ley Orgánica de las Comunas* (2010).

¹⁴⁹ O Conselho de Planificação Comunal é parte integrante do Conselho Nacional de Planificação (juntamente com os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Planificação e com os Conselhos Comunais). A ideia do Conselho Nacional de Planificação é coordenar as ações do Poder Público e garantir espaços institucionais de intervenção do Poder Popular. C. f.: *Ley Orgánica de Planificación Pública y Popular* (2010).

pelos CCs que compõem a Comuna; c) um comitê de seguimento e controle, que deve zelar pelo bom andamento e transparência dos projetos, composto por três *voceros* que não possuam nenhum grau de parentesco – até o quarto grau de consangüinidade – com os demais *voceros* do Banco da Comuna. Estes últimos são designados da seguinte maneira: um *vocero*, pelos CCs que compõem a Comuna, um *vocero* pelas organizações socioprodutivas, e o último *vocero* deve ser designado pelo Parlamento Comunal;

- Conselho de Controladoria Comunal: instância encarregada da vigilância, supervisão, avaliação e controle social sobre os projetos, planos e atividades de interesse coletivo da Comuna. É formado por cinco *voceros* eleitos entre os integrantes das unidades de controladoria social dos CCs que fazem parte da Comuna.

Na figura 7 veremos um esquema que busca elucidar como constitui uma Comuna.

Todos os *voceros* da Comuna devem ter um suplente e devem também prestar contas de suas funções anualmente ao Parlamento Comunal, aos Conselhos Comunais, às organizações sócio-produtivas, aos cidadãos da Comuna e às instancias que repassaram verbas à Comuna, quando for o caso.¹⁵⁰

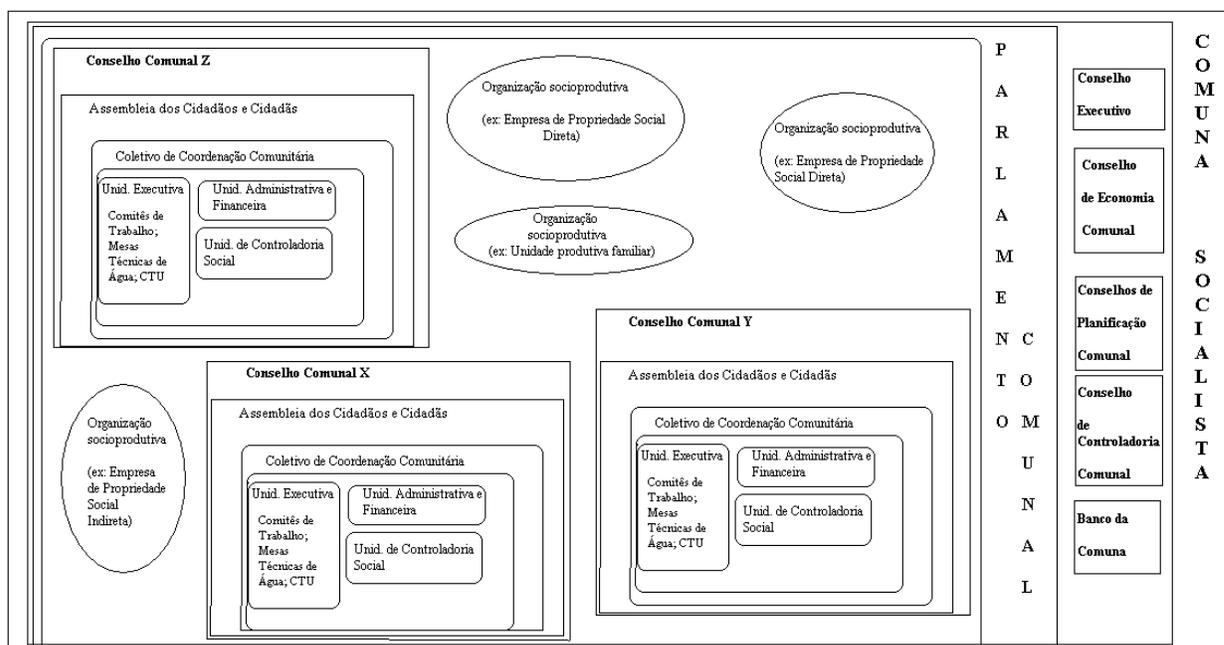
De acordo com a Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal de dezembro de 2010, o sistema econômico da Comuna deve visar a “*producción, distribución, intercambio y consumo de bienes y servicios, así como de saberes y conocimientos, en pro de satisfacer las necesidades colectivas y reinvertir socialmente el excedente*”¹⁵¹, mediante una planificación estratégica, democrática y participativa”. (Artigo 1º - grifos meus)¹⁵². Este sistema econômico comunal é, segundo esta mesma lei, um conjunto de relações de produção, distribuição, intercâmbio e consumo desenvolvidas pelos entes do Poder Público e\ou do Poder Popular através de **organizações socioprodutivas sob regime de propriedade social comunal**, estando fundamentado na não hierarquização de funções e cargos e orientando-se “*hacia la eliminación de la división social del trabajo propio del modelo capitalista*”. (Artigo 6º - grifos meus).

¹⁵⁰ Prestação de contas referente à utilização e destino das verbas públicas.

¹⁵¹ De acordo com a *Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal* de 2010, “*re inversión social del excedente*” significa: “*El uso de los recursos remanentes provenientes de la actividad económica de las organizaciones socioprodutivas, en pro de satisfacer las necesidades colectivas de la comunidad o la comuna, y contribuir al desarrollo social integral del país*”. (Artigo 6º). Para realizar o “investimento social dos excedentes”, as organizações socioprodutivas deverão criar um fundo, que será mantido a partir do depósito de todos os recursos excedentes tanto do processo de manutenção das organizações socioprodutivas quanto aqueles que devem ser destinados ao Fundo de Atenção aos Produtores e Prosumidores.

¹⁵² C. f.: R. B de VENEZUELA, 2010g.

Figura 7 – Instâncias que compõem uma Comuna



Fonte: Elaboração da autora.

As organizações socioprodutivas que compõem o sistema econômico comunal podem ser de quatro tipos:¹⁵³ a) **Empresa de Propriedade Social Direta Comunal:** é uma unidade socioprodutiva constituída, gerida e administrada por instâncias do Poder Popular (pela comunidade organizada) em seus respectivos âmbitos geográficos. Destina-se ao *“beneficio de los productores y productoras que la integran, de la colectividad a las que corresponden y al desarrollo social integral del país, a través de la reinversión social de sus excedentes”*; b) **Empresa de Propriedade Social Indireta Comunal:** é uma unidade socioprodutiva constituída pelo Poder Público no âmbito territorial de uma instância do Poder Popular, como por exemplo, uma Comuna. Sua gestão e administração ficam a cargo do ente ou órgão do Poder Público que as constitua, sem que isto obstrua a possibilidade de que a gestão e a administração destas empresas sejam progressivamente transferidas às instâncias do Poder Popular, transformando-se assim em empresas de propriedade social direta comunal. As empresas de propriedade indireta comunal também têm a obrigação de realizar a reinvenção social de seus excedentes; c) **Unidades Produtivas Familiares:** são organizações cujos integrantes pertencem a um núcleo

¹⁵³

C. f.: R. B de VENEZUELA, 2010g.

familiar que desenvolve projetos socioprodutivos dirigidos a “*satisfacer sus necesidades y las de la comunidad; y donde sus integrantes, bajo el principio de justicia social, tienen igualdad de derechos y deberes*”; d) **Grupos de Intercâmbio Solidário**: conjunto de “*prosumidores y prosumidoras*”¹⁵⁴ organizados voluntariamente, com a finalidade de participar de alguma das modalidades dos sistemas alternativos de intercambio solidário. (Artigo 10º).

O sistema alternativo de intercambio solidário é o conjunto de atividades próprias realizadas pelos “*produmidores*” e “*produmidoras*”, com o propósito de satisfazer suas necessidades e as necessidades das comunidades organizadas, mediante a utilização de uma moeda comunal alternativa¹⁵⁵ e com a proibição de práticas de caráter financeiro, como a cobrança de comissões. (Artigo 40º). O sistema alternativo de intercambio solidário possui duas modalidades: a troca comunitária direta, onde são trocados bens, serviços, saberes, mutuamente equivalente, sem a necessidade de compensação ou mediação; e a troca comunitária indireta, onde se faz necessário um sistema de mediação ou compensação, a fim de estabelecer de maneira explícita relações de equivalência entre estes valores diferentes. (Artigo 43º).

A construção das Comunas Socialistas é o momento onde os esforços e as experiências de mobilização e organização dos trabalhadores venezuelanos assumem um novo horizonte: a necessidade de superar o modo de produção capitalista através da consolidação de um modo alternativo de produção material. Ainda que as empresas de propriedade social e o próprio sistema econômico comunal possuam atualmente pequena relevância no montante de riqueza produzido no país e ainda que o sistema capitalista de exploração do trabalho continue existindo, não é possível negligenciar o avanço que tal proposta traz para o momento histórico atual. Hoje o controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores associados, sob o regime de propriedade social, é uma realidade em construção no país. É uma experiência que, apesar de ainda ser incipiente, vem ganhando amplitude, concreção e força política ao longo dos últimos

¹⁵⁴ De acordo com a Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal, os “*prosumidores*” e “*prosumidoras*” são pessoas que “*producen, distribuyen y consumen bienes, servicios, saberes y conocimientos, mediante la participación voluntaria en los sistemas alternativos de intercambio solidario, para satisfacer sus necesidades y las de otras personas de su comunidad*”. (Artigo 6º).

¹⁵⁵ A moeda comunal alternativa deverá ser definida pela assembleia dos prosumidores – de acordo com suas características histórico-culturais -, distribuída equitativamente entre eles, regulamentada pelo Banco Central da Venezuela, terá valor equivalente ao da moeda em curso no país apenas e tão somente dentro do âmbito geográfico do grupo de intercambio solidário. De acordo com a Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal, a moeda comunal, como instrumento alternativo à moeda de curso legal no especo geográfico da República, “*permite y facilita el intercambio de saberes, conocimientos, bienes y servicios en los espacios del sistema de intercambio solidario, mediante la cooperación, la solidaridad y la complementariedad, en contraposición a la acumulación individual*”. (Artigo 52º).

anos, tal qual a própria experiência das Comunas. A construção de instâncias de auto-gestão produtiva faz parte de um processo de atribuição de funções de comando e direção às comunidades organizadas, iniciado com as experiências de auto-gestão política.

O que notamos em termos de auto-gestão política é que o movimento bolivariano se propôs a semear desde já novas formas de organização política que carregam consigo a ideia de que é possível criar novas formas de administração e gestão pública, que estejam sob o controle das comunidades organizadas. É o que entendemos como uma forma ofensiva do movimento de massas lidar com as instituições herdadas do passado; uma maneira de se relacionar com estas instituições que traz à tona a necessidade de erradicá-las.

Porém, a erradicação completa do Estado burguês é um processo cujo tempo de gestação é longo e que, como já indicamos, encontra-se atualmente em fase embrionária. É necessário amadurecer o processo, para que neste percurso seja possível ocorrer aquilo que Álvaro García Linera (2010) chamou de “desconstrução da estatalidade”.

García Linera ressalta que a superação do Estado, não é “como um simples fato de vontade ou de direito”, mas sim um “longo processo de desconstrução da ‘estatalidade’ em sua dimensão ideal, material e institucional na própria sociedade”. (GARCÍA LINERA, 2010. p. 27). Ou, o que Friedrich Engels configurou como criar as condições sociais para “remover de si todo esse entulho estatal”. (ENGELS. In: MARX, 2011. p. 197).

Como foi possível perceber ao longo deste trabalho, o movimento bolivariano carrega consigo algo que à primeira vista pode parecer uma contradição. Ocorrem dois movimentos paralelos (o que Steve Ellner chamou de movimento “*desde arriba*” e movimento “*desde abajo*”): um de centralização das políticas sociais e do sistema produtivo do país (através do fortalecimento das empresas estatais) no Estado e outro de delegação por parte deste próprio Estado de suas funções aos trabalhadores organizados. Segundo o governo bolivariano:

En este ámbito de la lucha contra la dominación política en la etapa de transición, necesitamos un Estado fuerte que vaya asumiendo progresivamente diversas esferas de la economía y la vida social y cultural. La lucha contra la dominación política requiere del Estado para el apalancamiento del poder popular y garantizar que la nueva institucionalidad se consolide bajo el signo de la participación popular, de nuevas organizaciones marcadas por la comuna y los consejos de los diferentes sectores sociales (trabajadores, estudiantes, mujeres, indígenas, etc.). Surgirá así un nuevo Estado socialista dirigido por y al servicio del pueblo, que terminará por desplazar el viejo Estado burgués. (R. B. de VENEZUELA. 2010b. p. 106-107).

Guilhermo Caviasca (2007) afirma que:

*Las recientes propuestas de poder comunal esbozadas por Hugo Chávez e impulsadas por los sectores revolucionarios del chavismo abren un universo práctico de perspectivas interesantes en torno a la construcción de poder popular y su relación con el Estado. Deberíamos pensar este proceso en su dinámica como una **transición**. Lo viejo y lo nuevo está en disputa. Lo sorprendente es que dentro de las viejas instituciones (Ejército, Poder Ejecutivo, Parlamento, etc.) se impulsa (o al menos no se impide) el desarrollo de instituciones que en perspectiva deben reemplazar a las existentes. (CAVIASCA, 2007. p. 59-60 – grifos meus).*

Aldo Casas (2007), por sua vez, alerta que o processo revolucionário não pode prescindir de um certo tipo de Estado para “*reorganizar la producción y transformar las relaciones económicas y sociales*”, mas que é fundamental que o movimento revolucionário não permita que este Estado se transforme em um “*nuevo Leviatán erigido sobre la sociedad como un poder separado y autónomo*”. (CASAS, 2007. p. 139-140). Cabe, portanto, ao movimento de massas, aos trabalhadores organizados, a tarefa de consolidar suas instâncias de mobilização e intervenção política e assumirem as funções do Estado, evitando que este se transforme em um “novo Leviatã” e que todo o processo até hoje construído se perca.

Karl Marx já alertava sobre a dificuldade do processo revolucionário, sobre a dificuldade de passar pelas diferentes fases da luta de classes a fim de erradicar a velha ordem burguesa e fazer emergir uma nova sociedade. O autor afirmava que “as classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classes”, sabem também que:

a substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas **uma nova organização da produção** (...) e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. Elas [as classes trabalhadoras] sabem que essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. (...) Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela **forma comunal de organização política** e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano. (MARX, 2011. p. 131-132 – grifos meus).

Ao que nos parece, são as Comunas as maiores detentoras da potencialidade para o avanço do processo em curso na Venezuela. Eis a proposta bolivariana: atividades produtivas sob o comando dos trabalhadores associados, cujos excedentes devem ser investidos no desenvolvimento da própria comunidade, sem extração de mais-valia, dentro de um território político dotado de autonomia e também regulado e administrado pelos trabalhadores; ou seja, busca-se realizar a **síntese da esfera da produção com a esfera da política sob o controle do movimento revolucionário das classes trabalhadoras**. Proposta que se aproxima muito daquilo que István Mészáros tratou como uma “reconstituição da unidade da esfera material reprodutiva e política”, que seria, segundo o autor, “a característica essencial do modo socialista de controle do metabolismo social”. (MÉSZÁROS, 2006. p. 104).

Ainda segundo Mészáros:

Para o nosso contexto atual, a verdade interna revela-se como a necessidade de reestruturação radical da própria política, pela qual a realização dos objetivos econômicos socialistas tornam-se, pela primeira vez, factíveis como um todo. (...) O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é **fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado** durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita **conjugação** com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária condição. (MÉSZÁROS, 2009. p. 90 – grifos meus).

Ainda que a experiência das Comunas seja incipiente, sua existência surge como a efetivação de um longo processo de mudanças através da consolidação de reformas efetivamente estruturais, cuja proposição toca em dois dos três pés de sustentação do sistema sociometabólico do capital: o Estado e o trabalho assalariado. E por este motivo é uma proposta que parece fomentar a “democracia substantiva”, ou seja, uma “atividade autodeterminada dos produtores associados tanto na política como na produção material e cultural” (MÉSZÁROS, 2002. p. 849), através da síntese entre ambas as esferas.

Fica como imperativo histórico para o movimento bolivariano criar as condições necessárias para que a experiência das Comunas possa se expandir e se fortalecer, a fim de superar os padrões burgueses de produção material e de sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos demonstrar como se constituiu o processo em curso na Venezuela desde a década de 1990 e algumas de suas principais características. Delimitamos a relação entre a configuração econômica e política das décadas de 1980-1990 e a emergência do movimento bolivariano, e ainda como este movimento veio se formando e se fortalecendo desde então, passando por diferentes fases de desenvolvimento.

Com a ascensão de Hugo Chávez à presidência da República este movimento político-social sob sua liderança passou a concretizar um conjunto sistemático de reformas. Inicialmente voltadas para a contenção da crise econômica pela qual o país passava e para a melhoria dos padrões de vida das classes trabalhadoras o conjunto de reformas proposto transcendeu a conjuntura em questão e se voltou para a transformação da estrutura política, econômica, social e produtiva do país.

A Constituição de 1999 foi um logro imprescindível para o processo, mas foi no ano de 2001 – através da promulgação das Leis Habilitantes – que este conjunto de reformas passou a tocar sistematicamente em pontos estratégicos para o desenvolvimento do movimento bolivariano, transformações que culminaram no golpe de Estado do ano seguinte e com as sabotagens do sistema de abastecimento e produção do país. Com a retomada da normalidade democrática e institucional, o governo passou a intensificar o processo de transformações e a criar mecanismos legais e políticos para minimizar a influência da oposição e para fortalecer o movimento bolivariano, fomentando a construção e consolidação de novos espaços de intervenção e protagonismo político das classes trabalhadoras.

As Missões Sociais Bolivarianas, por sua vez, conformaram um sistema amplo de políticas sociais e receberam investimento maciço por parte do governo e extensa adesão das classes trabalhadoras venezuelanas. Possuíram importância cabal tanto para a evolução positiva dos indicadores sociais do país quanto para o fortalecimento das organizações populares clássicas (como o partido político) e para a criação de organizações inovadoras, como os Comitês de Terras Urbanas, as Mesas Técnicas de Água, os Conselhos Comunais e as Comunas.

É nas organizações populares locais onde residem os maiores avanços da Revolução Bolivariana, tanto no que tange à mobilização e formação político-ideológica, quanto ao próprio processo de reformas em curso. Abalizado pelo arcabouço legal-institucional implantado pelo

governo desde 1999 e, sobretudo, a partir de 2006, as organizações populares locais são as protagonistas de transformações na maneira de se pensar a política, a democracia, o Estado e a produção material. São nestas organizações onde se materializam experiências de democracia direta ou auto-gestão política, que, se ainda não negam em absoluto a democracia representativa burguesa, ao menos instituem novas modalidades de fazer político cujo fundamento é diametralmente distinto desta, baseado na ideia de que as classes trabalhadoras organizadas são plenamente capazes e possuem o imperativo histórico para tomar as decisões, planejar e concretizar projetos de interesse coletivo mediante a busca pela construção de consensos e de um corpo político sólido. É nas organizações populares locais onde surge, também, a experiência de auto-gestão produtiva. Ou seja, busca-se materializar o fundamento central que abaliza um movimento revolucionário: o controle dos meios de produção pelas classes trabalhadoras organizadas.

São estas reformas estruturais que buscam transformar dois pontos centrais do sistema sociometabólico do capital: o Estado e o trabalho assalariado, e é justamente esta especificidade que fundamenta o entendimento do movimento bolivariano como uma ofensiva socialista. Como vimos recorrentemente ao longo deste trabalho, uma ofensiva socialista, a partir da conceituação feita por István Mészáros, não é a sublimação de uma sociedade socialista, muito menos de uma sociedade comunista. É, isto sim, a construção de bases objetivas e subjetivas sólidas que possibilitem um enfrentamento do sistema do capital a fim de consolidar uma sociedade alternativa no futuro.

Foram muitas as conquistas da Revolução Bolivariana: evolução positiva de todos os indicadores sociais do país; uma nova Constituição e uma nova institucionalidade; participação popular maciça nos programas sociais do governo; um processo de revolução agrária; a busca pelo desenvolvimento endógeno e pela soberania alimentar; a politização de amplos setores da sociedade venezuelana; a criação e a consolidação de instâncias de organização das classes trabalhadoras; uma política externa antiimperialista; e a declaração de que este movimento buscará seguir pelas vias de construção do socialismo.

Apesar do caminho de construção do socialismo não ser pré-determinado ou definido em cartilhas ou manuais, o movimento bolivariano se depara atualmente com alguns entraves claros que criarão barreiras práticas para tanto. É tarefa do movimento revolucionário construir condições efetivas para superá-los, pois estes entraves não desaparecerão de maneira espontânea.

O alto grau de personalismo que o movimento bolivariano possui na figura de Hugo Chávez é um dos muitos pontos a serem superados por este movimento. Em meados do ano de 2010 o atual presidente da Venezuela anunciou que padecia de um câncer de próstata e iniciou tratamento médico em Cuba. Sua fragilidade física na ocasião fomentou intensas discussões a respeito da continuidade da Revolução Bolivariana.

Entendemos que o movimento bolivariano não se restringe à figura de Hugo Chávez, por se tratar de um movimento político-social que se expandiu por diferentes e amplos setores da sociedade Venezuela e que possui adesão popular maciça e consolidada. Porém, a perda de sua maior liderança poderia acarretar abalos políticos e um vácuo de liderança ao movimento bolivariano e ao processo de transformações em curso. Por isso, é peremptório que este movimento seja capaz de construir uma liderança coletiva descentralizando-se da figura de Chávez.

Outra questão estratégica para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana com vistas à construção do socialismo é a estatal petroleira Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA). Maior geradora de riquezas e possuidora de uma posição central tanto na estrutura produtiva quanto na política nacional, a PDVSA deve ser submetida a um novo tipo de relação político-produtiva que seja capaz de superar a vigente pautada em padrões burgueses de produtividade e exploração do trabalho. Uma experiência emblemática de que uma nova relação político-produtiva na PDVSA é possível, ocorreu em 2002-2003 quando os trabalhadores organizados assumiram as atividades da empresa desacatando as ordens de seu alto escalão, possibilitando tanto uma produção mínima quanto a manutenção dos equipamentos. A maior produtora de divisas do país não poderá manter-se sob a lógica de produção capitalista, caso o movimento bolivariano anseie efetivamente construir uma sociedade socialista. Desta maneira, a experiência de auto-gestão produtiva ainda circunscrita aos *barrios* deve atingir também a PDVSA e se expandir, tornando-se o fundamento de toda a sociedade.

Absolutamente relacionado com o controle e direção da PDVSA pelos trabalhadores associados encontra-se um grande imperativo histórico da Revolução Bolivariana: a superação do Estado burguês. O governo utilizou desde 1999 a maquinaria do Estado para fomentar o desenvolvimento da Revolução Bolivariana, porém, esta própria maquinaria do Estado impõe limitações estruturais para o avanço do movimento revolucionário. Aprendemos com os grandes pensadores das Ciências Sociais e com as experiências do “socialismo real” que o Estado é uma

das bases para a reprodução do capital e que por esta razão as lutas político-sociais abarcadas por suas instâncias tendem, em algum momento, a fracassar.

Por isso, o ponto nevrálgico com o qual o movimento bolivariano se depara atualmente é que as conquistas que este Estado poderia lograr para o movimento revolucionário já chegaram ao seu limite e, desta maneira, passa a ser indispensável buscar alternativas mais autônomas de organização popular que sejam as bases para a sua superação e para a construção de um Estado socialista. Vale ressaltar que é apenas a partir das experiências de organização popular historicamente constituídas que é possível emergir uma alternativa à ordem burguesa e ao Estado burguês. Desta maneira, as organizações populares locais – como os CTUs, os Conselhos Comunitários e, sobretudo, as Comunas – que já possuem grande relevância no conjunto do movimento bolivariano e que nos parecem centrais para o avanço do processo, devem ser capazes de assumir sua dianteira e fazerem emergir de si novas possibilidades de enfrentamento ao conjunto do sistema sociometabólico do capital, em suas esferas ideológica, política, institucional, social e de produção material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMENTA, NÚNZIO RENZO. **A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANDERSON, PERRY. **Balço do neoliberalismo**. In: GENTILI, PABLO; SADER, EMIR. (orgs.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- ANDERSON, PERRY; BORÓN, ATILIO; GÖRAN, THERBORN. **Pós-neoliberalismo**. In: GENTILI, PABLO; SADER, EMIR. (orgs.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- ANTILLANO, ANDRÉS. **La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los Barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v. 11, n. 3, 2005.
- ARCONADA, SANTIAGO. **Mesas Técnicas de Água y Consejos Comunitários de Água**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v. 12 nº 12, ago. 2006.
- ARICÓ, JOSÉ. **Introdução**. In: MARX, KARL. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins, 2008.
- ÁVILA, LUCAS REIS. **A Telesur e a comunicação na América Latina: uma análise da emissora e dos seus processos de construção do real**. Monografia do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, Centro Universitário de Belo Horizonte\UNI–BH, Belo Horizonte, 2008.
- BLACKBURN, ROBIN; BORON, ATILIO, LÖWY, MICHEL; SADER, EMIR; THERBORN, GÖRAN. **Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal**. In: GENTILI, PABLO; SADER, EMIR. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.
- BORON, ATÍLIO ALBERTO. **O Socialismo no século 21. Há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRITTO GARCÍA, LUIS. **Dictadura mediática en Venezuela: Investigación de unos medios por encima de toda sospecha**. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Caracas, 2008.
- BUTTÓ, LUIS ALBERTO. **Nuevo profesionalismo militar y participación política de la Fuerza Armada: un estudio histórico**. Las Vegas: Latin American Studies Association, 2004.
- CABEZAS, LUIS FRANCISCO; D'ÉLIA, YOLANDA. **Las Misiones Sociales en Venezuela**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2008.
- CALDERA, FÁRIDO. **La Fuerza Armada Nacional: actor y constructor del nuevo orden sociopolítico venezolano**. Revista de Arte y Humanidades ÚNICA, ano 9, n. 23, sep\dici 2008.
- CARRERA DAMAS, GÉRMAN. **Simón Bolívar, el culto heroico y la nación**. The Hispanic American Historical Review, v. 63, nº 1, feb.1983, p. 107-145.
- CASANOVA, RAMÓN. **Democracia e políticas sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista**. In: BORGES, LILIAM FARIA PORTO;

MAZZUCO, NEIVA GALLINA. (orgs). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009.

CASAS, ALDO A. **Actualidad de la revolución y poder popular**. In: MAZZEO, MIGUEL; ACHA, OMAR; *et. al.* (orgs.). **Reflexiones sobre el Poder Popular**. Colección Realismo y Utopía. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

CAVIASCA, GUILHERMO M. **Poder Popular, Estado y revolución**. In: MAZZEO, MIGUEL; ACHA, OMAR; *et. al.* (orgs.). **Reflexiones sobre el Poder Popular**. Colección Realismo y Utopía. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

CEPAL. **Panorama social de América Latina**. Nações Unidas: 2009. <http://www.eclac.cl>.

CERTEAU, MICHEL de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

D'ÉLIA, YOLANDA (org.). **Las Misiones Sociales en Venezuela: una aproximación a su comprensión y análisis**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2006.

EL TROUDI, HAIMAN. **Selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 1999.

ELLNER, STEVE. **El fenómeno Chávez: sus orígenes y su impacto**. Colección Bicentenario. Serie Independencia y Revolución. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2011.

EVANS, NICMER N. **Democracia y participación desde los consejos comunales. Caso: Consejo comunal de Ayacucho, Tres Lunas a Blandín**. Serie Pensamiento Social. Fundación Editorial El Perro y la Rana: Caracas, 2009.

FERNANDÉZ CABRERA, BEATRIZ. **Os Conselhos Comunais: subjetividades e rupturas do mundo popular venezuelano**. In: BORGES, LILIAM FARIA PORTO; MAZZUCO, NEIVA GALLINA. (orgs). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009.

FERREIRA, CARLA CECÍLIA CAMPOS. **Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

FLORES, FIDEL PÉREZ. **A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projeto socialista de Hugo Chávez**. Rio de Janeiro, Observatório Político Sul-americano. IUPERJUCAN. v. 3, n. 7, jul. 2008.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Discurso de Hugo Chávez, V Fórum Social Mundial, dia 30 de janeiro de 2005**. Disponível em www.forumsocialmundial.org.br/download/chavez_speech_PT.pdf acessado no dia 07/04/11 às 14h33.

GARCÍA LINERA, ÁLVARO. **A construção do Estado**. Dossiê Teorias do Estado na América Latina hoje. In: Revista Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, nº 15, nov. 2010. p. 25-31.

GARCÍA-GUADILLA, MARÍA PILAR. **Ciudadanía y autonomía en las organizaciones sociales bolivarianas: los Comités de Tierras Urbanas como movimientos sociales**. Cuadernos del Cendes, año 24, nº 66, septiembre\diciembre, 2007. p. 47-73.

GIORDANI, JORGE. **La transición venezolana y la búsqueda de su propio camino**. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2008.

- GOTT, RICHARD. **À Sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação na Venezuela.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- GRAMSCI, ANTONIO. **Escritos Políticos. Volume 2: 1921-1926.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HALBWACHS, MAURICE. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- IANNI, OCTÁVIO. **Neoliberalismo.** In: **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- LANDER, EDGARDO. **El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela.** Revista OSAL. Ano VIII, nº 22. Buenos Aires: CLACSO, septiembre, 2007.
- LE GOFF, JACQUES. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- LÓPEZ MAYA, MARGARITA. **Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez.** Caracas, Alfadil, 2009.
- MARINGONI, GILBERTO. **A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARX, KARL. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Simón Bolívar por Karl Marx.** São Paulo: Martins, 2008.
- _____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”.** Revista Práxis, n. 5. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.
- _____. **Crítica ao Programa de Gotha.** In: MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH. **Textos. Volume I.** São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Global Editora, 2006.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Ensaio, 1996.
- MORA, PASCUAL. **Bolívar, imaginário social.** Cifra Nueva, Trujillo, nº 15, ene\jun 2002, p. 101-113.
- NOGUEIRA, FRANCIS MARY; RIZZOTTO, MARIA LUCIA. **Democratização da educação escolar: as Missões Robinson, Ribas e Sucre e o Estado venezuelano inscrito na Constituição de 1999.** In: BORGES, LILIAM FARIA PORTO; MAZZUCO, NEIVA GALLINA. (orgs). **Democracia e políticas sociais na América Latina.** São Paulo: Xamã, 2009.
- NORDEN, DEBORAH. **¿Autoridad civil sin dominación civil? Las relaciones político-militares en la Venezuela de Chávez.** Revista Nueva Sociedad. Caracas: n. 213, ene\feb 2008.

PATRUYO, THANALÍ. **El estado actual de las misiones sociales: balance sobre su proceso de implementación e institucionalización.** Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2008.

PINASSI, MARIA ORLANDA. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **La democracia de Punto Fijo.** Colección Bicentenario. Correo del Orinoco. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos o Periurbanos.** Colección Textos Legislativos. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Líneas Estratégicas de Acción Política. Partido Socialista Unido de Venezuela.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011c. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Cuaderno de la Unidad de Batalla, la Patrulla Bolívar 200, los patrulleros e las patrulleras.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Documentos Fundamentales: Libro Rojo PSUV.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **El feroz embrutecimiento mediático.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010c. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **En Venezuela la salud no es mercancía.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010d. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley orgánica de las Comunas.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010e.

_____. **Ley orgánica de los Consejos Comunales.** Colección Textos Legislativos. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010f. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley orgánica del sistema económico comunal.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010g.

_____. **Primer Congreso Extraordinario del Partido Socialista Unido de Venezuela.** Colección Cuadernos para el Debate. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010h. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Venezuela: el aula más grande del mundo.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010i. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **27F: El Sacudón del neoliberalismo.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Antología: Simón Bolívar.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Cuaderno de Misiones.** Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Caracas, 2009c. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Enmienda Constitucional. Otra gran victoria popular.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009d. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **La doctrina militar bolivariana y el poder nacional. Aló Presidente Teórico 5.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009e. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **La Fuerza Armada Nacional Bolivariana y la batalla de las ideas. Aló Presidente Teórico 4.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009f. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Lanzamiento del Sistema de Formación Socialista Simón Rodríguez. Aló Presidente Teórico 6.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009g. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley Orgánica de Educación.** Colección Textos Legislativos. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009h. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013).** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2008a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Palabras de abril de 2002.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2008b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Agenda Alternativa Bolivariana.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ahora la batalla por el sí. Discurso de presentación del Proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Consejos Comunales: combustible de los cinco motores constituyentes.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007c. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Entramos en una nueva era: el Proyecto Nacional Simón Bolívar.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007d. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Juramentación del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías. (período 2007-2013).** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007e. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Misiones Bolivarianas.** Colección Temas de Hoy. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007f. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Proyecto de Declaración Programática MBR-200.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007g. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Socialismo del Siglo XXI: la fuerza de los pequeños.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007h. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela.** Asamblea Nacional Constituyente, 1999. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2006a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Las Misiones Bolivarianas.** Colección Temas de Hoy. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2006b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Foro Social Mundial. Discurso del Presidente Chávez, Porto Alegre, enero 2003.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2005. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Consideraciones sobre el derecho a la tierra.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004a. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Desarrollo endógeno. Desde adentro, desde la Venezuela profunda.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004b. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Guerra contra el latifundio.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004c. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Los Comités de Tierras Urbanas toman la palabra.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004d. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007).** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2001. Disponible en www.minci.gob.ve

RODRÍGUEZ-FRANCO, XAVIER. **La democracia uniformada: el poder militar en Venezuela.** Revista Polis, vol. 2, n. 1, 2006. p. 245-272.

ROVAI, RENATO. **Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SADER, EMIR. **Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada de século.** In: GENTILI, PABLO; SADER, EMIR. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

SCARTEZINI, NATALIA. **As Forças Armadas Bolivarianas: povo em armas?** Revista Espaço Acadêmico, Dossiê Movimentos Sociais e Poder Popular, v. 10, n° 119, abril de 2011.

TROTSKI, LEON. **A História da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

VIRTUOSO, JOSÉ. **La política social desde los sectores populares de los barrios urbanos.** In: MAINGON, THAIS (org.). **Balance y perspectivas de la política social en Venezuela.** Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMADA, IZAÍAS. **Venezuela: povo e Forças Armadas**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.
- BOLÍVAR, SIMÓN. **Doctrina Del Libertador**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1994.
- BORGES, ALTAMIRO. **Venezuela: originalidade e ousadia**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.
- BUTTÓ, LUIS ALBERTO; IRWIN, DOMINGO. **“Bolivarianismos” y Fuerzas Armadas en Venezuela. Los bolivarianismos en la mirada de las Ciencias Sociales**. VER REFERÊNCIAS, 2006.
- BUZETTO, MARCELO. **As lutas políticas e sociais na Venezuela Bolivariana**. Revista Lutas Sociais n° 19\20, 2008.
- CABALLERO, MANUEL. **Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)**. 7ª ed. Caracas: Alfadil Ediciones, 2009.
- CASANOVA, RAMÓN. **Para una cartografía de las ideas de la transición venezolana. Conversaciones sobre proyecto nacional, Estado y política social**. Caracas: Fundación Escuela de Gerencia Social, 2005.
- D'ÉLIA, YOLANDA; QUIROZ, CRISTYN. **Las misiones sociales: ¿una alternativa para superar la pobreza?** Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2010.
- D'LEÓN, MILTON. **A “Revolução Bolivariana” e o mito do Socialismo do Século XXI**. Revista Estratégia Internacional Brasil n° 2. São Paulo: Editora ISKRA, 2007.
- ELLNER, STEVE. **Un modelo atractivo con fallas: los Consejos Comunales en Venezuela**. 2009. disponível em <http://www.rebellion.org>
- _____. **Las estrategias “desde arriba” y “desde abajo” del movimiento de Hugo Chávez**. Cuadernos del Cendes, Caracas: v. 23, n° 62, mayo, 2006.
- FERNANDES, FLORESTAN. **O que é revolução?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- FUKUSHIMA, KÁTIA ALVES. **O governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela: uma análise dos atores políticos em conflito**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.
- GIUSSEPE AVALO, ANDRÉS. **Petrodiplomacia y economía en Venezuela. Un análisis retrospectivo y prospectivo de las relaciones comercio-petroleras venezolanas**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2010.
- GÓMEZ SÁNCHEZ, IREY. **El papel de las misiones sociales en la construcción de identidades políticas en Venezuela**. Caracas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales. V. 13. n. 1, abril de 2007.
- GUTIÉRREZ BRICEÑO, THAIS. **Actores y ideas de política social en Venezuela. (1998-2007)**. Caracas: Orbis Revista Electrónica de Ciencias Humanas, v.11, n° 4, 2008. p. 5-27.

HARNECKER, MARTA. **Gobiernos comunitários: transformando el Estado desde abajo.** 2007. Disponível em: <http://www.rebellion.org/autores.php?id=12>, acessado em 13\07\2011.

HELLINGER, DANIEL. **¿Cómo entiende el “Pueblo” la democracia protagónica? Resultados de una encuesta.** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas: v. 14, nº 1, abril 2008.

LANDER, LUIS EDGARDO. (Org.) **Poder y petróleo en Venezuela.** Caracas, Faces - UCV/PDVSA, 2003.

LEBOWITZ, MICHAEL. **El socialismo no cae del cielo: un nuevo comienzo.** Serie Los Piesligeros. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2006.

LENIN, VLADIMIR I. **La experiencia de la Comuna de Paris. El análisis de Marx.** In: **El Estado y la Revolución.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y Información, 2009.

LÓPEZ MAYA, MARGARITA. **Democracia participativa y políticas sociales en el gobierno de Hugo Chávez Frías.** Revista Venezolana de Gerencia. Vol. 9. nº 28. Caracas: Redalyc, diciembre\febrero, 2004. p. 1-22.

LÓPEZ-VALLADARES, MIRTHA. **Una estrategia de innovación política en Venezuela: los Consejos Comunales.** Ra Ximhai, Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable, Universidad Autónoma Indígena de México, v. 4, nº 3, sep\diciembre 2008. p. 559-579.

LOVERA, ALBERTO. **Los Consejos Comunales en Venezuela: ¿democracia participativa o delegativa?** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v. 14, nº. 1; Caracas, 2008.

MACHADO, JESÚS. **Participación social y consejos comunales en Venezuela.** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas: v. 15, nº 1, abril 2009.

MAINGON, THAIS. **Caracterización de las estrategias de lucha contra la pobreza. Venezuela: 1999-2005.** Fermentum Revista Venezolana de Sociología y Antropología. Vol. 16. nº 9. Universidad de los Andes. Mérida: Redalyc, enero\abril, 2006. p. 57-99.

MARX, KARL. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro Editora, 2008.

OUVIÑA, HERMÁN. **Hacia una política prefigurativa. Algunos recorridos y hipótesis en torno a la construcción del poder popular.** In: MAZZEO, MIGUEL; ACHA, OMAR; *et. al.* (orgs.). **Reflexiones sobre el Poder Popular.** Colección Realismo y Utopía. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

OURIQUES, NILDO. **A revolução democrática bolivariana. Uma utopia latino-americana.** In: OURIQUES, NILDO. (org.). **Raízes no libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela.** Florianópolis: Insular, 2ª ed. 2005.

PAIVA, BEATRIZ AUGUSTO de. **O poder popular na Venezuela e a práxis bolivariana.** In: OURIQUES, N. (org.). **Raízes no libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela.** Florianópolis: Insular, 2ª ed. 2005.

PIDIVAL, FRANCISCO. **Bolívar: Pensamiento precursor del antiimperialismo.** Ediciones Casas de las Américas: Cuba, 1977.

PORTANTIERO, JUAN CARLOS. **Os socialismos perante o século XXI.** Revista Estudos de Sociologia, UNESP, Ano 2, n. 2, Araraquara, 1997.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **La revolución bolivariana.** Colección Bicentenario. Correo del Orinoco. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **El Socialismo del Siglo XXI.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley orgánica de Planificación Pública y Popular.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010.

_____. **Comunas, propiedad y socialismo.** Colección Cuadernos para el debate. Aló Presidente Teórico nº 1 y 2. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Las palabras de los diez años.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley para el fomento y desarrollo de la economía popular.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Economía Comunal, 2008.

_____. **Cooperativismo: expresión de la conciencia colectiva.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2005. Disponible en www.minci.gob.ve

_____. **Ley que crea el Fondo Intergubernamental para la Descentralización.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2000.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, ADOLFO. **O valor do socialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SESTO, FARRUCO. **El espíritu de la comuna.** Colección Cuadernos para la Comuna. Caracas: Edición del autor, 2009.

SEVERO, LUCIANO WEXELL. **Economía venezolana (1899-2008). La lucha por el petróleo y la emancipación.** Colección Alfredo Maneiro. Serie Pensamiento Social. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2009.

TONET, IVO. **Marxismo e democracia.** In: BORGES, LILIAM FARIA PORTO; MAZZUCO, NEIVA GALLINA. (orgs). **Democracia e políticas sociais na América Latina.** São Paulo: Xamã, 2009.

VALENTE, LEONARDO; SANTORO, MAURÍCIO. **A Diplomacia midiática do governo Chávez.** Revista Espaço Acadêmico, n. 60, maio de 2006.

VIEIRA, RICARDO PEREIRA. **Memória e discurso: Chávez na mídia impressa.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, UESB, 2009.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

Aporrea – Comunicación Popular para la
Construcción del Socialismo del Siglo XXI
www.aporea.org

Assembleia Nacional
www.asambleanacional.gob.ve

Base de Datos de Programas Sociales
<http://fegs.gerenciasocial.org.ve/>

BBC Brasil
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Brasil de Fato
www.brasildefato.com.br

Centro de Mídia Independente
www.midiaindependente.org

Comissão Econômica para a América Latina e
Caribe (CEPAL)
<http://www.eclac.org/brasil/>

Corporación Venezolana Agraria
www.cva.gob.ve

El Universal
www.eluniversal.com

Folha de São Paulo
www.folha.uol.com.br

Fórum Social Mundial
www.forumsocialmundial.org.br

Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora
www.fncez.net.ve

Fundación Gerencia Social
www.gerenciasocial.org.ve

La Revolución Vive
www.larevolucionvive.org.ve

Ministerio del Poder Popular para la
Comunicación y Información
www.minci.gob.ve

Ministerio del Poder Popular para la Vivienda y
Habitat
www.mvh.gob.ve

Misión Che Guevara
www.misioncheguevara.gob.ve

Misiones Bolivarianas
www.misionesbolivarianas.gob.ve

Partido Socialista Unido da Venezuela
www.psuv.org.ve

Portal Vermelho
www.vermelho.org.br

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento (PNUD)
www.pnud.org.br

Sistema de Formación Socialista Simón
Rodríguez
www.formacionsocialista.org.ve

Venezuela de Verdad
www.venezueladeverdad.gob.ve